UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Renata Santos Rente

REGIÃO GEOGRÁFICA E O REGIONAL NA LITERATURA BRASILEIRA: A REPRESENTAÇÃO DO SERTÃO EM GUIMARÃES ROSA E OS DEBATES SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

São Paulo
2013

Renata Santos Rente

REGIÃO GEOGRÁFICA E O REGIONAL NA LITERATURA BRASILEIRA: A REPRESENTAÇÃO DO SERTÃO EM GUIMARÃES ROSA E OS DEBATES SOBRE A FORMAÇÃO DO BRASIL

Versão corrigida

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.
Área de Concentração: Geografia Humana.
Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann.

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R422r

Rente, Renata Santos
Região Geográfica e o regional na literatura brasileira: a representação do sertão em Guimarães Rosa e os debates sobre a formação do Brasil / Renata Santos Rente ; orientador Heinz Dieter Heidemann. - São Paulo, 2013.
202 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. Área de concentração: Geografia Humana.

1. Sertão. 2. Região. 3. Guimarães Rosa. 4. Literatura Brasileira. 5. Geografia Humana. I. Heidemann, Heinz Dieter , orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autora: Renata Santos Rente

Título: *Região Geográfica e o regional na literatura brasileira: a representação do sertão em Guimarães Rosa e os debates sobre a formação do Brasil*

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia Humana.

Orientador: Prof. Dr. Heinz Dieter Heidemann.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição_____ Assinatura_____

Prof. Dr. _____

Instituição_____ Assinatura_____

Prof. Dr. _____

Instituição_____ Assinatura_____

Mas liberdade – aposto – ainda é só alegria de um pobre caminhozinho, no dentro do ferro de grandes prisões. (Rosa, 1978, p.233)

Agradecimentos

> Ah, tem uma repetição, que sempre outras vezes em minha vida acontece. Eu atravesso as coisas – e no meio da travessia não vejo! – só estava era entretido na ideia dos lugares de saída e de chegada. Assaz o senhor sabe: a gente quer passar um rio a nado, e passa; mas vai dar na outra banda é num ponto muito mais embaixo, bem diverso do em que primeiro se pensou. Viver nem não é muito perigoso? (Rosa, 1978, p.30)

Esse momento me fez relembrar muitas experiências que compartilhei e que foram fundamentais para que eu possa dizer agora nessa primeira pessoa do singular algumas palavras que esbocem um gesto de agradecimento. Espero que essas recordações alimentem a possibilidade de compartilhar momentos em que possamos nos contrapor ao isolamento da experiência coisificada.

Gostaria de lembrar, em especial, que os vínculos que estabeleci desde que entrei nessa universidade extrapolaram a minha inserção institucional, e abriram possibilidade de compartilhar muitas dessas experiências que agora me recordo.

O crusp, a rádio várzea, as greves, os bosques, os morrinhos, os porões da vida, foram momentos de uma construção coletiva desses vínculos, que resignificaram concretamente uma experiência que não se restringiu a esses espaços. Recordá-los significa hoje para mim, mais do que saudosismo, a possibilidade de lutar contra o esquecimento, e ter força para cultivar os laços que nos dão ânimo e coragem para viver.

Agradeço a minha mãe Rosa por tudo que aprendemos juntas, pela dedicação, pelo jogo de cintura de encarar o dia a dia com disposição guerreira, me ensinando a desconstruir a ideia de que as tarefas domésticas são banais e que por isso devem ser feitas pelo “sexo frágil”. Agradeço ao meu pai Antonio a experiência da outra margem do rio e a possibilidade de nos sensibilizarmos mutuamente, despindo-nos da armadura do guerreiro, assumindo nossa fragilidade. Levo comigo esse aprendizado de compartilhar as inquietações e angústias dos papéis que assumimos nessa relação.

Agradeço ao Davi, meu irmão, pelo carinho e consideração; e à minha irmã Daniela por continuar compartilhando a vida em suas alegrias e dificuldades, e de modo especial por poder cultivarmos juntas o amor à Gigi, a florzinha de nossos jardins.

Muitas flores e amores para agradecer a família da Leste e a família expandida construída na caminhada. Lembro aqui os companheiros de casa no crusp, na Vila Gomes, Mônica, Erick, Douglas, Fábio Mairinque, Michele, Rosa, Eva, Carol, Mariana, Carol Zu, Raquel, Renatão, Talitinha.... Esse carinho também vai para os amigos que estão acompanhando as

transições, me ajudando a compreender sem desanimar, Anita, Nadine, Sil, Carolzinha Tiemi, Ana Flor, Olinda, Lila, Babi, Lívia, Fabi, Gabi, Paulinha Camargo, Tereza, Fred, Hermes, Cecília, Patrícia Regina, Paulinha Belaguarda, Barba, Santo, Danilo, Buiú, Mônica prima, Julia Anacleto, Carolzinha Catini, Mamá, Mogli, Marcinha, Droca, Janaína, Iago, Acauam, Vivi, Pati, Matias.

Agradeço aos companheiros do grupo do "Barba", Tereza, Léo, Martinha, Marina, Artur, Carol, Daniel, Mamá, Eva, Sil, Roberta, pelas reuniões animadas, pelos anseios compartilhados, pelo carinho, pela amizade, por tudo.

Agradeço também aos companheiros do grupo de sexta, Cassio, Fabião, Carlão, Erick, Tereza, Dieter, Daniel, Carolina, Henrique, Renato, Artur, Alan, Ana Silvia, Fernão, Fernando, Luciana, Rafael Aragi, Zé Rafinha.

Agradeço ao Zé por compartilhar comigo esse último ano, em que estive absorvida, sobretudo, pela escrita do texto. Neguinho valeu pela compreensão, pelo carinho, pela amizade.

Os responsáveis pela escrita dessa dissertação, bem como pelas reflexões para as quais ela acena, merecem um agradecimento especial, as conversas nos grupos foram momentos importantíssimos para os questionamentos que tento compartilhar nesse texto, mas gostaria de enfatizar a gratidão que tenho por algumas pessoas em particular.

Agradeço,

ao Dieter a disposição em me orientar, e acompanhar os questionamentos, as confusões, as inseguranças, as expectativas, os conflitos e alegrias desse processo, pela amizade, pelo carinho;

ao Carlão pela orientação informal, pelas conversas desinteressadas, pela amizade, por todos os momentos compartilhados nesses anos, pelas cantorias de sambas contra o trabalho;

ao Daniel pela disposição para a conversa sobre arte e cultura no colapso, pela companhia no escritório, pela parceria do dia a dia em casa, nas viagens, nos grupos;

ao Erick pela força em todos os momentos do processo, pelas leituras, conversas, pela vida dividida, por cultivar essa nossa amizade que desde o quartinho do crusp vem se fortalecendo;

à Mônica companheira inestimável de muitos momentos da vida, que desde o primeiro semestre da graduação dividiu comigo a vida, a casa e as responsabilidades, e graças à qual essa dissertação pode ser concebida, desde as viagens à Minas Gerais, à viagem na teoria literária, passando pelo aprofundamento dos estudos sobre Guimarães Rosa, por meio do qual compartilhamos questionamentos e dificuldades, e de modo especial pela atenção dedicada a

esse momento de escrita, muito importante para a conclusão de um texto que eu resisti para concluir;

ao Henrique pela amizade que estamos construindo, pelos comentários cheios de interesse e delicadeza, pela disposição em tomar refresco de groselhas e conversar sobre regionalismo quando nem eu mesmo mais me aguentava de ter que estudar de modo tão especializado, pela extrema simplicidade e leveza com que acolhe os meus anseios;

ao Eva, meu companheiro de viagens à Minas Gerais, meu amigo confidente, irmão, com quem compartilhei boa parte da vida no crusp, e com quem aprendo muito sobre a amizade, amor, estrelas, veredas e travessias;

à Carolina, companheira de todos os momentos, por quem tenho uma consideração inestimável, amizade exigente e delicada, que segura na minha mão quando eu tenho vontade de sair correndo e se dispõe a cutucar a ferida dividindo comigo as dores da vida, que me provoca a viver de peito aberto, que lê Drummond comigo desde a greve do primeiro ano de faculdade no microfone da assembleia, no chão da cozinha, na sala da rádio... essa dissertação foi concebida nessa parceria, desde o incentivo em continuar estudando, passando pela escrita do projeto, pelas conversas nos grupos de estudos, no cantinho da amizade, até a elaboração da "estrutura" do texto que possibilitou essa versão "final", nossas conversas sempre foram uma referência pra mim.

Agradeço também ao professor João Adolfo Hansen, por ter contribuído para a minha formação no curso de Letras, despertando um interesse crítico pela literatura, e pela disposição em participar do exame de qualificação que foi para mim um momento muito importante de interlocução.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

RESUMO

Esta pesquisa tematiza os estudos sobre a relação entre Geografia e Literatura, a partir da análise das interpretações sobre o romance *Grande Sertão: Veredas*, de João Guimarães Rosa, por meio da qual elaboramos uma reflexão crítica à modernização entendida como formação e generalização das relações sociais capitalistas. Para isso, investigamos algumas interpretações que relacionam a prosa rosiana e a literatura regionalista, apresentando alguns nexos para pensar a noção de região sistematizada na Geografia. Nesse percurso, situamos algumas questões acerca do tratamento recorrente da questão regional no Brasil, aprofundando o estudo da obra de Guimarães Rosa em relação aos debates sobre a formação do país. Discutimos o processo de formação da aparência de autonomia entre as esferas política e econômica, expondo criticamente os discursos sobre a região e a necessidade do planejamento estatal, problematizando também a aparência de autonomia dos campos intelectual e artístico.

Palavras-chave: Modernização, *Grande Sertão: Veredas*, Regionalismo, Região, Sertão.

ABSTRACT

This research thematizes the studies about the relation between Geography and Literature, from the analysis of the novel's interpretations *Grande Sertão: Veredas*, from João Guimarães Rosa. Based on these readings we developed a critical reflexion of modernization, understood as formation and generalization of capitalist social relations. We investigate some interpretations that relate Rosa's narratives and regionalist literature, presenting some connections to think the notion of region, in systematized in Geography. Along the way, we situate some questions about the recurrent treatment of regional question in Brazil, deepening the study of the Rosa's narratives in relation to debates about the formation of the country. We discuss the process of formation of the apparent autonomy between the political and the economical sphere, exposing the discourses about the region and necessity for state planning, also questioning the apparent autonomy of the intellectual and artistic fields.

Key Words: Modernization, *The devil to pay in the backlands*, Regionalism, Region, Backlands.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO **2**

INTRODUÇÃO **4**

SOBRE A AUTONOMIZAÇÃO DA ARTE E OUTRAS AUTONOMIZAÇÕES: *DA CISÃO À INTEGRAÇÃO NEGATIVA* 4

CAPÍTULO I **12**

QUESTÃO DE OPINIÃES? *SABOR REGIONAL* E *SABOR LABLACHEANO DA REGIÃO* 12

1.1 A formação do campo científico relacionado à constituição do campo de estudos geográficos no Brasil 12

1.2 Divisão intelectual do trabalho e práticas de representação: a aproximação entre geografia e literatura 21

1.3 O sabor regional em Guimarães Rosa: da investigação livresca ao contato direto pela experiência de viagem 29

1.4 A pecuária na territorialização do Norte de Minas Gerais: "o sertão do gado" e o sertanejo como *personagem tipo*: aproximações com a noção de gêneros de vida 51

1.5 O "sabor lablachiano da região" e o planejamento regional dos geógrafos 68

CAPÍTULO II **78**

A INTERPRETAÇÃO DO ROMANCE EM QUESTÃO 78

2.1Riobaldo conta 78

2.2 Figuração das relações sociais no romance, formação da propriedade da terra e mobilização do trabalho 91

CAPÍTULO III **137**

A QUESTÃO DA INTERPRETAÇÃO DO ROMANCE 137

3.1 *Estórias* de jagunços, histórias de coronéis 137

3.2 A violência no sertão 148

3.3 "Tudo política"? 164

QUEM MUITO SE EVITA, SE CONVIVE **186**

BIBLIOGRAFIA **190**

ANEXO: TRECHOS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS **197**

APRESENTAÇÃO

O texto que apresentamos nesta dissertação é a formalização de um processo de pesquisa em que compartilhamos um conjunto de reflexões significativas para a nossa formação. O recorte específico empreendido nesse processo dá destaque ao tema da representação do sertão e da questão regional, propondo uma articulação entre os campos dos estudos geográficos e literários. Essa articulação desconstrói a nitidez que separa os objetos desses campos para apontar como as questões que nos interessaram podem ser pensadas por um caminho que critique a especialização da prática científica e aponte seus limites, nos quais estamos contraditoriamente inseridos.

O primeiro capítulo, "Questão de opiniães? *Sabor regional* e *sabor lablacheano* da região", reúne algumas reflexões sobre a aproximação entre Geografia e Literatura a partir da abordagem da produção literária de João Guimarães Rosa e dos estudos que apontam um caráter regional em suas narrativas. Buscamos elaborar uma articulação entre os elementos que contribuem para apontar um caráter regional nos textos desse escritor e a noção de gênero de vida, que marca uma abordagem particular da discussão de região no campo de estudos geográficos. Refletimos também sobre a institucionalização da Geografia no Brasil, buscando situá-la no contexto que engendrou, simultaneamente, a criação das instituições universitárias no Brasil, a intensificação da divisão do trabalho, a formação de profissionais especializados e a respectiva constituição do campo dos estudos geográficos brasileiros.

No capítulo II, "A interpretação do romance em questão", apresenta-se uma análise do romance *Grande Sertão: Veredas*, destacando implicações da construção do narrador e da figuração do interlocutor, ao qual esse narrador se dirige, buscando discutir como o significado das ações mobiliza a encenação desse diálogo. Analisamos também a relação entre terra e trabalho a partir da figuração das relações sociais no romance, apontando para a possibilidade de tematizar a particularidade das relações de produção que se estabelecem num contexto em que a formação do monopólio da terra constitui-se como recurso de mobilização do trabalho, ou seja, como um momento do processo de expropriação.

No capítulo III, "*A* questão da interpretação do romance", analisamos o significado histórico do "sistema jagunço" (Bolle, 2004) articulado à discussão sobre o coronelismo. Por meio da abordagem dos nexos entre terra, trabalho e violência, buscamos assinalar a importância da violência no processo de mobilização do trabalho, de maneira a propor uma interpretação que leve em conta a não autonomização das esferas da política e da economia no contexto de formação do Estado nacional brasileiro.

INTRODUÇÃO

SOBRE A AUTONOMIZAÇÃO DA ARTE E OUTRAS AUTONOMIZAÇÕES: *DA CISÃO À INTEGRAÇÃO NEGATIVA*

> O sério é isto, da estória toda – por isto foi que a estória eu lhe contei –: eu não sentia nada. Só uma transformação, pesável. **Muita coisa importante falta nome**. (Rosa, 1978, p.86, grifos meus)

A proposta de relacionar os textos de literatura com os discursos produzidos em outros campos aparentemente autônomos das representações sociais, nos motiva a assumir um ponto de vista que tente expor as contradições do processo histórico que determina as condições sociais de produção desses discursos. Buscamos por isso expor criticamente a noção de arte e principalmente de literatura, questionando o pressuposto da autonomia estética e da especificidade do discurso literário, por meio da discussão do processo de autonomização do campo de representações simbólicas na sociedade moderna. As reflexões expostas nessa introdução orientam nossa abordagem do romance *Grande Sertão: Veredas* (*GS:V*) que será apresentado em sua relação com o processo de formação dessa sociabilidade.

Esse questionamento atravessa os diferentes momentos da análise do romance e dos diferentes discursos a ele referidos. Isso significa que o tratamento dado ao discurso ficcional em nossa análise – ao chamar a atenção para o processo que conforma a "especificidade" desse discurso – implica numa tematização da relação entre forma e conteúdo que parte não apenas das qualidades específicas desse discurso, mas da análise das mediações pressupostas nas práticas sociais dominantes em relação às quais ele se distingue.

Pensamos essa introdução como um momento significativo do diálogo estabelecido com os possíveis leitores de nossa dissertação, levando em consideração uma apresentação que inclua reflexões por assim dizer mais "sensíveis" sobre os temas desenvolvidos, fundamental para essa interlocução. Essa reflexão se desdobra sobre a forma de apresentação do texto e a perspectiva assumida diante das questões propostas

em nosso projeto de pesquisa, e nos é particularmente importante, uma vez que possibilita explicitar as dificuldades de "comunicar", pela mediação do texto, o percurso das reflexões realizadas nesse processo. O que "resulta" dele e pode ser objetivado na forma do texto, não obstante a aprendizagem que a elaboração da escrita possibilita, abstrai, de muitas maneiras, essas reflexões que vão sendo reduzidas à discussão especializada de um "tema".

Apesar de nos parecerem extremamente familiares – como se fossem parte da "essência" humana, ou da "cultura" vista como manifestação dessa essência –, a leitura e escrita de textos acadêmicos especializados em questões específicas, situadas em campos disciplinares individualizados, são atividades que se constituíram num contexto relativamente bem próximo desse no qual vivemos. Refletindo sobre a formação da sociabilidade na qual essas atividades se inserem, podemos dizer, aliás, que não é *apesar*, e justamente *porque* nos são familiares que essas atividades podem se apresentar de uma maneira que obscurece o processo de sua constituição, ofuscando os nexos que elas estabelecem com outras atividades que também se constituíram nesse processo.

As categorias que se objetivam na linguagem naturalizada da qual nos utilizamos para "contar" uma experiência, narrar uma trajetória, são extremamente precárias e insuficientes para lidar com uma dimensão dessa experiência que não se deixa facilmente reduzir pela "megera cartesiana" (Rosa, 2003, p. 90). Como sugere Guimarães Rosa, na fala do narrador Riobaldo: "Muita coisa importante falta nome". Quando uma escritora como Clarice Lispector, bem próxima, aliás, do contexto em que escreve Guimarães Rosa, tematizou a dificuldade de relatar uma experiência vivida com estranhamento por meio da linguagem[1], propôs uma reflexão que, em nosso ponto de vista, não pode ser pensada como intimista ou exclusiva de uma dimensão

[1] "Eu vi. Sei que vi porque não dei ao que vi o meu sentido. Sei que vi – porque não entendo. Sei que vi – porque para nada serve o que vi. Escuta, vou ter que falar porque não sei o que fazer de ter vivido. **Pior ainda: não quero o que vi. O que vi arrebenta a minha vida diária. Desculpa eu te dar isto, eu bem queria ter visto coisa melhor.** Toma o que vi, livra-me de minha inútil visão, e de meu pecado inútil.
Estou tão assustada que só poderei aceitar que me perdi se imaginar que alguém me está dando a mão. [...] Vou criar o que me aconteceu. Só porque viver não é relatável. Viver não é vivível. Terei que criar sobre a vida. E sem mentir. Criar sim, mentir não. Criar não é imaginação, é correr o grande risco de se ter a realidade. Entender é uma criação, meu único modo. Precisarei com esforço traduzir sinais de telégrafo-traduzir o desconhecido para uma linguagem que desconheço, e sem sequer entender para que valem os sinais. Falarei nessa linguagem sonâmbula que se eu estivesse acordada não seria linguagem" (Lispector, 1986, p.13; 17, grifos meus).

metalinguística. Ao rotular como intimista uma reflexão que tematiza a relação entre sujeito e objeto presente de maneira significativa na linguagem, ou chamar de formalista uma reflexão que se dedica a questionar as definições de forma e conteúdo[2], se aceita vivenciar com naturalidade uma experiência de estranhamento que é fundamentalmente violenta.

Quando a questão da experiência é tematizada no campo científico, percebemos que ela se desdobra em uma pergunta anterior que se refere ao que é interno e ao que é externo ao "sujeito" na construção de sua "subjetividade". Entretanto, propomos pensar que o processo de constituição desse "sujeito" não pode ser compreendido pela abstração das mediações de sua relação com as formas que se objetivam na sociabilidade por ele vivenciada, de maneira a conceber a subjetividade como uma dimensão preexistente à essa experiência.

A primazia da subjetividade que aparece como a característica fundamental do campo de representação artística e cultural na sociedade moderna é pressuposto de muitas análises sobre o significado da arte e da cultura nessa sociedade e, o que propomos em nossa dissertação é que ele seja questionado. [3] De maneira a desviar-nos das proposições "interdisciplinares" das pesquisas que aproximam discussões presentes em campos distintos de estudos, procuramos indicar como um caminho possível de problematização da aproximação entre literatura e geografia, posta em termos de juntar o que estaria separado *a priori*, seria primeiro questionar esse pressuposto, tematizando as condições históricas da separação dessas práticas de representação social e, chamando atenção para a relação dessa separação com o processo que promoveu outras separações.

Para Robert Kurz (2008), a "cisão entre arte e vida", tema recorrente na discussão sobre o lugar da arte na sociedade moderna, remete a uma cisão "estrutural" da

---

[2] "Fala-se da dificuldade entre a forma e o conteúdo, em matéria de escrever; até se diz: o conteúdo é bom mas a forma não etc. Mas, por Deus, **o problema é que não há de um lado o conteúdo, e de outro a forma**. Assim seria fácil: seria como relatar através de uma forma o que já existisse livre, o conteúdo. Mas **a luta entre a forma e o conteúdo está no próprio pensamento: o conteúdo luta por se formar**. Para falar a verdade, não se pode pensar no conteúdo sem sua forma. [...] A dificuldade de forma está no próprio constituir-se do conteúdo, no próprio pensar ou sentir, que não saberiam existir sem sua forma adequada e as vezes única" (Lispector, 1984, p.390, grifos meus).

[3] Buscamos, em alguma medida, remeter-nos a esse questionamento em diversos momentos de nossa dissertação onde se desdobram questões mais específicas sobre a produção literária de Guimarães Rosa em relação a outras práticas de representação social.

modernização como processo que engendra a formação das relações sociais capitalistas. No texto "A estética da modernização", Kurz aponta a "cisão estrutural do estético", chamando a atenção para a relação entre essa cisão particular e a cisão de outras esferas da sociabilidade que se apresentam como autônomas e portadoras de uma "lógica própria". Para Kurz, "embora toda a aparição da vida em si contenha sempre um momento estético para o ser humano, o capitalismo negou esse fato elementar e cindiu a estética em um local separado, como aliás todos os outros momentos" (Kurz, 2008, p.120).

A cisão entre as esferas da sociabilidade, entretanto, não engendra um divisão igualitária do papel dessas esferas na organização da sociedade. Uma determinada esfera se estende dominadora a todos os momentos da sociabilidade reificada. Ao cindir-se dos outros momentos de reprodução social, a economia, "desenvolveu-se como um absurdo *fim em si mesmo* e como *conteúdo central* da sociedade (...)" (Kurz, 2008, p.118, grifos do autor). Embora reconheça que o conceito de economia venha dos "Antigos", o autor defende que o "fim em si mesmo" da economia na sociedade moderna é estranho às civilizações pré-modernas, uma vez que, nestas, a economia "doméstica" estava embutida num contexto culturalmente integrado, sendo "um *pressuposto material* e um *meio* para as finalidades culturais, e assim, sociais ou estéticas".

Kurz argumenta que o processo de separação dessa esfera dotada de "lógica própria" – a "valorização do valor" que se torna a finalidade última dessa sociabilidade – é quem engendra a cisão das outras esferas:

> Na medida em que essa "valorização do valor" (Karl Marx) ou maximização abstrata do ganho econômico empresarial, enquanto um fim em si em processo, se cinde da vida, começa a surgir uma "esfera funcional" separada e independente, como um corpo estranho na sociedade, que passa a ser central e dominadora. **É a partir da existência deste setor cindido e ao mesmo tempo dominador que aparecem todos os outros aspectos restantes da reprodução social da economia capitalista como "subsistemas" separados, em que todos tem, entretanto, sem exceção um mero significado secundário**, subordinados ao fim em si econômico pressuposto. (Kurz, 2008, p.118)

Quando esse setor cindido engendra consigo a cisão das outras esferas da sociabilidade determina, por isso, o significado secundário das práticas referidas a essas esferas:

> **A expressão da vida para além das cisões sistêmicas** e das esferas funcionais complementares do mercado e do Estado, da economia e da política, da concorrência e do direito, **é degradada para o refugo do lazer**; e em algum lugar em relação a resto difuso está não somente a religião, mas também **a arte e a cultura colocadas em esferas particulares**. Todas as coisas que um dia foram decisivamente importantes para os homens, todas as questões existenciais, e assim todas as finalidades e formas de expressão estética ligadas a essas questões se transformam nesse *resto* insignificante e seus representantes têm de brigar pelas migalhas caídas da mesa do monstruoso fim-em-si. (Kurz, 2008, p.120, grifos meus em negrito)

Concordamos com esse autor quando ele, ao se referir à arte, aponta para um movimento que parte dessa sua cisão em direção à sua integração negativa. No texto "Cultura degradada", esse movimento é abordado desdobrando mais as mediações sociais concretas e os diferentes momentos do processo que determinam o lugar da arte e da cultura na reprodução da sociedade. Ao discutir esse processo, Kurz aponta que a "primeira" degradação da cultura refere-se ao fato de ela ter sido banida para o campo do chamado *tempo livre*, tornando-se assunto "pouco sério", relegado aos momentos de *descanso*. Um segundo momento foi a submissão da cultura à "racionalidade empresarial", que engendra outra degradação, em que o "capital não queria mais ser apenas o agente da circulação dos bens culturais, mas dominar todo o processo de reprodução":

> Arte e cultura de massas, ciência e esporte, religião e erotismo passaram a ser produzidos cada vez mais como carros, geladeiras ou sabões em pó. **Com isso, os produtores culturais também perderam sua *autonomia relativa*.** A produção de canções e romances, de descobertas científicas e reflexões teóricas, de filmes, quadros e sinfonias, de eventos esportivos e espirituais só podia ocorrer como produção de capital (mais-valia). (Kurz, 2008, p.167, grifos meus em negrito).

Apresentando essas "degradações" para apontar o processo que engendra a esquizofrênica situação da arte e da cultura no momento em que escreve, Kurz dialoga criticamente com autores que, esquivando-se de tematizar a extensão dominadora da esfera da economia na sociabilidade moderna e, alijados da utopia de uma intervenção autônoma da esfera da política, refugiam-se no campo aparentemente neutro e autônomo da cultura. O autor observa que:

> Hoje, para a maioria das pessoas, uma crítica fundamental da economia moderna parece tão insensata quanto a tentativa de passar pela parede e não pela porta. Essa própria economia, contemplada à distância, revela todos os traços da loucura, considerados porém como normais, **já que os critérios da máquina capitalista estão universalmente internalizados**. Quando os loucos estão em maioria, a loucura é dever do cidadão. Sob tal pressão, **a crítica**

> **social retira-se do campo da economia e sai em busca de evasivas**. A esquerda, em especial, não vê com bons olhos quando se põe o dedo na ferida das relações econômicas reinantes: é penoso relembrar a própria capitulação incondicional. Desarmada teoricamente, a esquerda prefere denunciar toda crítica séria do mercado, do dinheiro e do fetichismo da mercadoria como "economismo" antiquado e infrutífero, há muito ultrapassado. (Kurz, 2008, p. 165, grifos meus)

Considerando o diálogo que estamos estabelecendo com estudos que se debruçam sobre a esfera da cultura em sua relação com outros momentos da sociabilidade, é importante assinalar que a abordagem de Kurz não parte de uma definição positiva da economia, tampouco consiste em uma leitura que descarta os outros momentos de reprodução social do horizonte de sua crítica. Ao retomar a crítica à economia política de Marx, Kurz reivindica uma reflexão que se posiciona em relação aos desdobramentos da sociabilidade mediada pela forma mercadoria, criticando a naturalização de categorias como Estado e trabalho, entendidas como produtos de um processo histórico violento de imposição dessa forma social.

A expropriação dos trabalhadores, que consiste, fundamentalmente, na separação destes dos meios de produção, é apresentada, retomando a crítica de Marx, como condição para a formação do capital *como* relação social. Ao abordarmos os diferentes momentos em que essa relação se forma enfatizando a violência mobilizada nesse processo propomos pensar nos nexos entre a esfera aparentemente autônoma da economia e a esfera da cultura, tendo em vista um caminho diverso daquele rotulado de "economicista", que se contentaria em "explicar" como a economia – enquanto esfera separada – determina a cultura que é, por sua vez, entendida como manifestação transhistórica.

Ao tematizarmos a expropriação e a separação dos produtores dos meios de produção como processo que engendra outras separações no qual a aparente autônoma esfera da economia ganha centralidade, evidentemente, podemos ser questionados por não dar um tratamento adequado para as especificidades da esfera aparentemente separada da cultura, e a nossa perspectiva apontada como crítica reduzida e uma irrefletida associação inconveniente. Entretanto, como aponta Marx, ao apresentar criticamente o processo de "acumulação primitiva", o significado dessa separação incide de maneira avassaladora na organização social e na reprodução da vida desses trabalhadores que, expropriados das condições de se reproduzirem autonomamente, são obrigados a venderem a sua força de trabalho àqueles que personificam o capital. Ao

cindir-se a atividade produtiva da vida desses trabalhadores, que passam a dispender a sua força produtiva não para reproduzir as condições de sua existência, mas para valorizar o capital, todos os outros momentos que se integravam na reprodução material dessa existência passam efetivamente a ocupar uma posição secundária.

Nesse sentido, a expropriação não se refere apenas ao fato de os trabalhadores terem sidos separados – violentamente diga-se, não de passagem – dos meios de produção, mas às transformações qualitativas das condições de reprodução que essa separação engendra. Quando a produção deixa de ser um *meio* para a reprodução da vida em todas as suas dimensões e passa a estar referida à finalidade tautológica da produção de valor, a noção de "cultura" também deixa de se referir à totalidade da reprodução social e passa a representar um determinado momento dessa sociabilidade, separado dos outros, que só pode ser integrado de modo negativo.

A noção de cultura, como aponta Kurz, é emblemática do *quiproquó* engendrado pelo uso irrefletido das categorias da moderna sociabilidade para referir-se às formações sociais a elas estranhas:

> **As sociedades antigas predominantemente agrárias, não *tinham* uma cultura, mas elas *eram* uma cultura**. Isso se expressa na nossa utilização cientifica da linguagem, na maior parte das vezes de maneira irrefletida: nós falamos sem mais da *cultura* do Egito Antigo, da Mesopotâmia e da Antiguidade, querendo com isso, via de regra, nos **referir tanto aos artefatos especiais e representações artísticas (da escultura, pintura, literatura etc.) quanto, por outro lado, à respectiva sociedade como um todo e a sua estrutura social.** Quando, entretanto, falamos de *cultura moderna*, queremos nos referir sempre a um aspecto específico das formas de expressão e nunca ao sistema social como um todo. Assim, *sabemos* automática e inconscientemente que a *cultura* já foi um todo e não uma esfera funcionalmente separada para a edificação do museu dominical dos homens ganhadores de dinheiro. (Kurz, 2008, p. 113-114, grifos meus em negrito)

Sem perder de vista as transformações qualitativas do processo de expropriação, é significativo pensar nas diferentes práticas sociais que são qualificadas como "culturais", percebendo como a noção de cultura põe em aparente relação de igualdade o conjunto de práticas que se apresentam como cultura "popular", "tradicional", "sertaneja", "caipira" e as formas de expressão artísticas referidas ao campo de produção erudita. Devemos, nesse sentido, refletir sobre as implicações da construção de uma identidade entre a existência de uma cultura da população sertaneja e a literatura de Guimarães Rosa que teria dado voz ao sertanejo como um "outro" da cultura moderna.

A tematização do processo que engendra essa igualação, implicada na autonomização e formação das relações sociais capitalistas, é determinante para pensarmos criticamente tanto sobre a atual "valorização da cultura sertaneja" em sua relação com a literatura de João Guimarães Rosa, como sobre as abordagens culturalistas que vêm a cultura – consagrada à dimensão supra-sensível – como uma esfera irredutível às degradações promovidas pelo processo de modernização.

O processo de autonomização da cultura e a consequente redução do significado das práticas sociais a ela referida vivenciado pelos trabalhadores expropriados, envolve, entretanto, a tematização de mediações que, do nosso ponto de vista, merecem uma atenção sensível e cuidadosa para que não se banalize o significado das transformações qualitativas engendradas pela modernização. Tais mediações talvez não correspondam imediatamente àquelas que explicitam os nexos entre a formação do campo de produção intelectual e artístico, a circulação dos bens simbólicos e a "racionalidade empresarial" que se internaliza nessas práticas. Entretanto, a reflexão sobre *como* essas "autonomizações" estão implicadas no processo violento de imposição do trabalho e na violenta naturalização que promove o apagamento desse processo tem sido fundamental em nossa pesquisa sobre a produção literária de João Guimarães Rosa.

CAPÍTULO I

QUESTÃO DE OPINIÃES? *SABOR REGIONAL* E *SABOR LABLACHEANO DA REGIÃO*

1.1 A formação do campo científico relacionado à constituição do campo de estudos geográficos no Brasil

À medida que a divisão do trabalho e a modernização são apresentadas como desenvolvimento, e este é, por sua vez, entendido como "melhorias", o processo social que promove essa divisão e as transformações "modernizadoras" são representados como algo positivo, como evolução da sociedade para condições melhores de existência. Pensamos que essa representação positiva não se efetiva apenas como projeção dos significados do que venha ser "moderno" e, por isso, "desenvolvido e melhor". Ao reconhecermos a historicidade das práticas de representações sociais, não separadas das outras práticas sociais, estamos considerando que essas representações não se realizam apenas como projeção ideológica. Isso implica pensarmos que a prática social é quem engendra a representação porque é mediada por uma forma ao mesmo tempo concreta e abstrata.

Apresentamos assim uma perspectiva crítica da abordagem ontológica onde as categorias mais gerais e abstratas (política, economia, arte, ciência, Estado, trabalho etc.) aparecem como atributos das sociedades humanas em geral, buscando apontar a historicidade dessas categorias que organizam a prática e são por ela colocadas. Entendemos que a projeção dessas categorias como atributos do humano, é o que permite, por exemplo, que a Arte, a Geografia, a História apareçam como manifestação transhistóricas presentes "desde a Grécia Antiga".

A divisão entre os diferentes trabalhos é importante para a compreensão da atividade intelectual como prática social e não como um campo autônomo da sociedade que se ocupa da produção de um conhecimento desvinculado dessa prática. Se o conhecimento é produzido, alguém tem de realizar essa produção, e essa "pessoa" que produz "apenas conhecimento" precisa acessar outras coisas que ela não produz e que se encontram disponíveis no mercado, a aquisição daquilo que ela não produz está

condicionada ao dinheiro que ela recebe em troca daquilo que produz, porque sua atividade é trabalho. A constituição do campo científico, em sua aparência de autonomia, merece por isso ser tematizada como parte do processo que engendra essa forma de mediação das relações sociais.

Quando a institucionalização das pesquisas científicas no Brasil começou a se esboçar, a atividade dos literatos constituía-se como referência importante aos estudos do campo das ciências sociais que se desenvolveriam no país somente com a criação dos centros universitários. Antes disso, podemos salientar, como apontam diversos autores (entre eles Antonio Candido), que a divisão intelectual do trabalho no país não havia se constituído da maneira como hoje se apresenta, o que nos leva a reconhecer que a especialização dos "temas" é historicamente motivada e depende de determinadas condições sociais. Muitos dos temas que hoje se apresentam como "objetos" de ciências distintas estavam implicados e amalgamados em práticas de representação que não gozavam da aparente autonomia do campo de produção intelectual.

A literatura brasileira, por exemplo, teve implicações que extrapolaram o espectro do sistema literário propriamente dito (Araújo, 2008), "ante a impossibilidade de formar aqui pesquisadores, técnicos, filósofos, ela [a literatura] preencheu a seu modo a lacuna, criando mitos e padrões que serviriam para orientar e dar forma ao pensamento"[4] (Candido, 2000, p.120). Diante da *fraca divisão do trabalho intelectual* e da impossibilidade de formar pesquisadores especializados, a atividade literária se embutia da tarefa de pesquisa e interpretação do país, sendo a principal componente do desenvolvimento do que Candido considera ser o "espírito da burguesia brasileira"[5]. Essa correlação se mostra decisiva num momento posterior, a propósito da importância

---

[4] "A longa soberania da literatura tem, no Brasil, duas ordens de fatores. Uns derivados da nossa civilização europeia e dos nossos contatos permanentes com a Europa, quais sejam os prestígios das humanidades clássicas e a demorada irradiação do espírito científico. Outros, propriamente, locais, que prolongaram indefinidamente aquele prestígio e obstaram essa irradiação. Assinalemos entre os fatores locais (que nos interessam mais de perto), a ausência de iniciativa política implicada no estatuto colonial, o atraso ainda hoje tão sensível da instrução, a fraca divisão do trabalho intelectual" (Candido, 2000, p.120).

[5] "[...] a literatura contribuiu com eficácia maior do que se supõe para formar uma consciência nacional e pesquisar a vida e os problemas brasileiros. Pois ela foi menos empecilho à formação do espírito científico e técnico (**sem condições para desenvolver-se**) do que um paliativo para a sua fraqueza. Basta refletir sobre o papel importantíssimo do romance oitocentista como **exploração e revelação do Brasil aos brasileiros**. [...] Deste modo, o espírito da burguesia brasileira se desenvolveu sob influxos dominantemente literários, e a sua maneira de interpretar o mundo circundante foi estilizada em termos, não de ciência, filosofia ou técnica, mas de literatura" (Candido, 2000, p.121, grifos meus).

atribuída ao Modernismo, confirmando a vocação "empenhada" da literatura no país, que antecipa questões (e formas de tratá-las) que as ciências sociais só passarão a abordar no decorrer do século XX.

Tendo em vista o processo que engendra a divisão do trabalho buscamos discuti-lo em relação à constituição da atividade acadêmica no campo das ciências sociais e, em particular, no campo da geografia. A partir da leitura de Petrone (1979) e Pereira (1994), buscamos situar a formação da Geografia enquanto campo do conhecimento científico no Brasil, assim como a importância da universidade nesse processo e a relação do conhecimento geográfico com o Estado.

Na interpretação de Pereira (1994), os estudos de geografia no Brasil só passariam a ter o rigor da pesquisa científica moderna com a criação dos cursos universitários em São Paulo e no Rio de Janeiro na década de 1930[6]. Antes disso,

> [...] não existiam *geógrafos* no Brasil, isto é, profissionais oficial e convenientemente preparados para conseguirem, do melhor modo, auscultar, em contato com a natureza e a vida humana e social, as tramas inerentes ao fato geográfico e, em escala progressiva, sentir e registrar, numa síntese expressiva, viva e documentada, todo o dinamismo e a riqueza total da complexa realidade que a geografia estuda. (Pereira, 1994, p. 437, 438)

Para o autor, a "fase moderna" da geografia se inicia na década de 1930 com a criação dos cursos de geografia em nível universitário e com a criação do Conselho Nacional de Geografia, que irão promover um "movimento de renovação" estreitamente ligado à vinda de professores estrangeiros "transmissores da cultura geográfica moderna".

Esse movimento de renovação, para Pereira, é resultado de uma atmosfera intelectual favorável à eclosão da geografia como ciência, que reclama por uma reforma no sistema educativo do país que entre em consonância com o "progresso social e econômico já alcançado pelo Brasil"[7]. O autor sugere que essa renovação se efetiva ao

---

[6]Moraes (1991) também localiza na década de 1930, com a criação dos centros universitários, o momento de "objetivação institucional" da disciplina geográfica no Brasil: "Pode-se dizer que o Brasil, a partir da segunda metade do século XIX, apresentava todas as condições para uma ampla disseminação do discurso geográfico e uma rápida institucionalização da geografia. Como uma hipótese de trabalho, pode-se considerar que a primeira coisa em parte ocorreu, mas não a segunda. Isto é, as teses da geografia conheceram certo destaque sem que a disciplina conhecesse uma objetivação institucional. Na verdade, esta só vai ocorrer no final da década de 1930. Tem-se, assim, um debate marcadamente geográfico (com muitas alusões a autores e a teorias da geografia) sem que se tenham de fato geógrafos ou cursos de geografia no país" (Moraes, 1991, p.170).

[7] Pereira, 1994, p. 437.

acompanhar o progresso social e econômico do país e seria herdeira da produção geográfica não diretamente orientada pela metodologia científica moderna que, de sua parte, contribuíra para essa *atmosfera favorável* que o desenvolvimento da disciplina teria experimentado.

Chamam atenção os comentários de Pereira sobre as contribuições de Euclides da Cunha o qual considera como referência para o desenvolvimento dos estudos geográficos no Brasil[8], uma vez que "procurou fazer geografia humana interpretativa" sendo "precursor de trabalhos desse gênero no país". Para Pereira Euclides anteciparia a síntese geográfica dos estudos que partem dos conceitos de "paisagem" e "gêneros de vida". O autor comenta a repercussão das teorias da época na elaboração d'*Os Sertões*, destacando a "doutrina de Ratzel", com relação a qual ele faz referência à Capistrano de Abreu, "difusor e partidário" dessa doutrina, "apesar de ser historiador"[9].

Merece atenção o fato de que a produção de um conhecimento muitas vezes considerado como objeto de interesse exclusivo do campo de estudo geográfico, não poderia estar restrita a um grupo de profissionais especializados num campo autônomo da divisão do trabalho como hoje se apresenta. Interessa, por isso, relacionar o processo mais geral de formação das relações sociais no Brasil com a história de constituição do campo de estudos geográficos, entendendo que esta história não pode reduzir-se a descrever o percurso da geografia para se tornar científica, mas apontar de que forma essa sociedade pôde reproduzir profissionais especializados para esse fim.

Pensar no processo de constituição das disciplinas em seus esforços para a definição da especificidade de seus objetos remete ao estudo de trajetórias particulares. Estas, entretanto, guardam profundas relações com o processo mais geral de formação das relações sociais capitalistas no seu movimento de expropriação para a formação do

---

[8] "Depois da observação direta do cenário onde se desenvolveu um dos mais pungentes dramas da nacionalidade, conseguiu enfeixar em livro mundialmente célebre os traços essenciais da paisagem nordestina. Foi um geógrafo nato. Em *Os Sertões*, publicado em 1902, Euclides revela, a cada passo, um alto espírito geográfico, no sentido em que Brunhes o focalizou. Aos meios geográficos do Nordeste e da Amazônia, que entre si tanto se diferenciam, fez Euclides corresponder, na devida ordem, os **tipos humanos característicos, do sertanejo, do vaqueiro, do jagunço**, em relação ao meio nordestino; e do seringueiro, do caucheiro e do "brasileiro", quanto ao amazônico. Algumas vezes, comparou um desses tipos mesológicos a uma outra personagem expressiva de outro meio, sempre o fazendo, porém, à luz de base geográfica indispensável. Assim procedeu, ao focalizar, por exemplo, os tipos díspares do gaúcho e do jagunço. À luz da geografia moderna, o trecho referente ao exemplo destacado demonstra que, em sua orientação básica, **Euclides precedeu o conceito lablachiano de "gêneros de vida", aparecido em 1911**" (Pereira, 1994, p.423, 424, grifos meus).

[9] Ibidem, p. 422.

trabalho e constante divisão das atividades que irão se socializar por meio dessa categoria e se reproduzir pelas mediações colocadas pela forma mercadoria.

Por um lado, a constituição de um conjunto de referências, inseridas num contexto social específico, configura orientações teóricas particulares, matizando, mesmo no interior de um campo disciplinar, diferentes abordagens; por outro lado, esse mesmo contexto social põe em relação as diferentes disciplinas, determinando-lhes a necessidade de se afirmarem enquanto detentoras da racionalidade do objeto sobre o qual laboram.

Segundo Capel (1989), o desenvolvimento da "Geografia Humana" (enquanto disciplina científica) se dá tardiamente em comparação à geografia descritiva que se realizava pelo "estudo matemático da terra e a investigação de sua estrutura física" (Capel, 1989, p. 9). A partir do final do século XIX, a Geografia Humana passaria a figurar nos currículos universitários ao lado da disciplina de História (o autor usa como exemplo países como Alemanha, França e Inglaterra) nas Faculdades de Filosofia e Letras, esforçando-se para assegurar a sua posição de ponte entre as ciências naturais e humanas (Capel, 1989).

No Brasil, a criação da USP e, em 1934, da Faculdade de Filosofia, tem um significado determinante na constituição dos estudos sobre o país e na orientação das pesquisas no campo da Geografia. Vale destacar a presença da missão francesa que irá promover a chamada "renovação" dos estudos geográficos apontada por Pereira e, entre ela, a figura de Pierre Deffontaines como difusor dos estudos de Geografia Humana da escola francesa, principalmente no departamento de Geografia da USP. Ao lado da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Universidade de São Paulo era uma das únicas instituições de ensino universitário do país com papel determinante na orientação das pesquisas que se realizavam a nível nacional (Pereira, 1994).

Destacam-se nas histórias sobre a criação do curso de geografia da USP a importância de Deffontaines, fundador da Associação dos Geógrafos Brasileiros, e de Pierre Monbeig, que assumiu durante anos a cadeira de Geografia do curso que, até o final da década de 1950, era ministrado junto com o curso de História. Na trajetória particular de constituição dos estudos geográficos de então, a presença desses professores marcou a orientação das pesquisas ao estudo dos "gêneros de vida" e da "paisagem". Esses estudos passariam a compor o quadro da diversidade regional

brasileira, por meio da caracterização e interpretação das "unidades de paisagem" (Deffontaines, 1952, p.15) em que se combinariam elementos do meio físico, mas que seriam, sobretudo, obras da ocupação humana.

É importante salientar que, nesse momento, a unidade nacional se apresentava como justificativa para a atuação do Estado e das instituições administrativas a ele relacionadas. Nesse contexto, a universidade cumpria um papel importante, não só na medida em que irá reunir diferentes campos de pesquisas voltadas para o "conhecimento" da realidade do país, mas pelo caráter neutro que se atribuirá à atividade científica que funciona como um verniz para a aparência de autonomia que consolidava a ideia de um Estado voltado para os interesses do povo.

Pasquale Petrone, ao tematizar a história de institucionalização da Geografia no Brasil, apresenta a relação das pesquisas que se realizavam na universidade com as motivações desse contexto, chamando atenção para a multiplicação de "'retratos' e 'interpretações' do Brasil":

> A formação do País, do Estado e de seu povo, a definição de suas principais instituições, sua evolução econômica, as relações com a terra, os problemas de sua organização social, os fatos da organização econômica do espaço brasileiro, passaram a interessar o razoável surto de estudos históricos, sociológicos, econômicos, antropológicos e também geográficos. (Petrone, 1979, p.313)

No contexto de então, a formação acadêmica estava explicitamente relacionada à criação de um "repertório" de estudos brasileiros e à formulação de um paradigma que orientasse as instituições e as práticas sociais no viés nacional. Entendemos que esse contexto merece ser considerado quando abordamos alguns pressupostos de análise que se consolidaram nas produções acadêmicas do período e, que fundamentam, ainda hoje, os projetos político-pedagógicos dos departamentos da FFLCH[10] e as linhas de ensino e pesquisas que os constituem. Quando refletimos sobre a estrutura curricular, percebemos que alguns pressupostos analíticos continuam em "voga", convivendo com as revisões teóricas empreendidas pelos campos disciplinares e as diferentes posturas que eles abarcam. Como podemos perceber, por exemplo, na leitura do Projeto Político Pedagógico do Departamento de Geografia (2010), em que o sentido de continuidade de um "projeto original" mescla-se com tendências atuais:

[10] Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

> O currículo atual da Geografia, do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, implantado há dez anos, vem sendo modificado diante das necessárias acomodações em suas linhas fundamentais. O currículo foi estabelecido em 1988, depois de alguns anos de intensas discussões. Sua concepção considera como **influência primordial a escola francesa de geografia**; mas uma gama de outras escolas, inglesa, alemã, americana, italiana, dependendo da especialidade de atuação, também norteia a formação geográfica uspiana. Uma geografia brasileira, uma geografia paulista, com propriedades particulares, pode ser decifrada. Uma combinação complexa entre o legado da história da geografia internacional e o **desenvolvimento de uma geografia brasileira, que enfrenta, com singularidade, os problemas particulares do Brasil** e da América Latina. (2010, p. 3, grifos meus)

A predominância dos autores da escola francesa na constituição do Departamento de Geografia aponta para a importância do estudo regional nesse processo de constituição. A presença dos professores Pierre Deffontaines e Pierre Monbeig, na fundação do Departamento de Geografia da USP e na criação da AGB, marcou a orientação dos estudos posteriores por meio da abordagem regional, que segundo Lencioni (2003) demonstrava o potencial de sintetizar a dimensão dos estudos da relação entre *sociedade* e *natureza*:

> A solução do impasse teórico-metodológico da geografia, com o estabelecimento da região como objeto de estudo, ocorreu sobretudo na França. Estava claro para a sociedade francesa que a modernidade, fundada na indústria e no urbano, dissolvia os lugares, esgarçava os laços entre as pessoas e enfraquecia a ideia de comunidade local. **Havia uma necessidade do discurso regional para constituir a unidade da nação**. (Lencione, 2003, pg. 100, 101, grifos meus)

Sem fazer uma passagem brusca, superestimando a atuação dos autores da escola francesa na orientação das pesquisas geográficas que se desenvolveram no Brasil, nos interessa perguntar como o referencial analítico proposto por Paul Vidal de La Blache, se insere no contexto de institucionalização da Geografia no Brasil, e como dialoga com os estudos que se desenvolvem posteriormente.

Em seu estudo sobre as regiões da França (*Quadro da geografia da França*), Vidal de La Blache persegue a identidade regional francesa, desde sua base geológica até o processo histórico, antes e depois da Revolução Francesa. A diversidade e singularidade das regiões francesas comporiam a identidade nacional, o conceito de região que aí surge estaria na base de uma Geografia vidaliana, tida como Regional; os seus "discípulos" elegeriam uma região para aplicar o método (regional) de análise e completar o quadro. Dentre os pesquisadores comprometidos com a difusão dessa

proposta metodológica, estariam os dois professores da missão francesa no Brasil, citados anteriormente.

Ao lado, porém, do conceito de região, Vidal de La Blache teorizou o conceito de "gêneros de vida" para propiciar um estudo das civilizações segundo suas culturas e distintos assentamentos de espaço. Esses processos civilizatórios, que Vidal de La Blache chama de colonização, incorrem numa transformação do meio natural e se modificam pelo desenvolvimento da *técnica.* O conceito de "gênero de vida", introduzido por essa abordagem, é aqui retomado porque se aproxima dos conceitos mobilizados em alguns estudos sobre as populações que residem no meio rural brasileiro e, em particular, sobre a população do sertão.

Esses estudos se aproximam pela forma de caracterizar o "modo de vida" como elemento de diferenciação, tendo como termo comparativo as metrópoles urbanas industrializadas, este conceito refere-se especialmente ao ambiente rural onde as relações sociais aparecem identificadas pelo contato mais direto com o meio físico e por possuírem um nível de desenvolvimento *técnico* inferior. Por meio dessa caracterização, algumas particularidades "regionais" serão apontadas como índices de "atraso", levando em consideração os níveis de desenvolvimento técnico dessas "regiões" em comparação com as áreas urbanas consideradas "modernas".

Identificamos, em suma, um sentido de continuidade no processo de constituição do campo de estudos geográficos no Brasil, que fica expresso no referido documento do Projeto Político e pedagógico do Departamento de Geografia:

> A geografia sedimentou um conhecimento na área das ciências humanas, que envolve a interação complexa entre o homem e a natureza, através da qual o homem não aparece desvinculado do natural, como puramente cultural. O espaço sempre evidenciou o caráter natural do homem, seus profundos laços com a natureza, laços decifrados como de domínio, de afrontamento e de apropriação. A geografia, desenvolvendo-se enquanto uma ciência humana procurou desvendar a complexidade da sociedade e o tecido espacial, que ela constitui, envolvido em mediações econômicas, políticas, sociais e culturais; comportando um pensamento estratégico, global e mediático, cujo conhecimento se aprofunda cada vez mais, definindo uma geografia crítica ou nova, neste inicio de século. Reproduz, simultaneamente, um pensar sobre o cotidiano, desde suas origens, quando institucionalizada como disciplina; contido, naquela época, na noção de modos e gêneros de vida; gêneros que configuravam o meio geográfico. Os modos ou gêneros de vida aparecem como conhecimentos originários e matriciais do que se define hoje como cotidiano. É possível, sob este ângulo, uma revisão da história do conhecimento geográfico. (2010, p. 4, grifos meus)

A referência ao conceito de gêneros de vida, apontada como matriz do que hoje é reconhecido como estudo do cotidiano, indica esse sentido que pretendemos explorar ao estabelecer uma articulação entre a figuração do sertão, em particular nos textos de Guimarães Rosa, e o discurso "geográfico" a ele relacionado. Para Petrone,

> O termo sertão, na medida em que se viu valorizado nos rótulos de inúmeros trabalhos, como que revelava as atenções para com um mundo ao mesmo tempo parceiro e ignorado [...] **tal fato não se expressou necessariamente através de uma produção geográfica**. Na melhor das hipóteses verificou-se por intermédio de uma produção de interesse histórico, sociológico, geográfico etc. **Na maioria dos casos não se tratou de produção com caráter científico**. De qualquer forma, entretanto, tal produção teria em seguida uma importância não descurável na própria produção geográfica. Foi o caso da literatura, em particular a nordestina, cuja a temática em grande parte interessou à abordagem de aspectos distantes do litoral e da capital[...].(Petrone, 1979, p. 313, grifos meus)

Discutindo o sentido de continuidade dos pressupostos "matriciais" da produção geográfica brasileira Petrone enfatiza o compromisso das pesquisas com a formação do Estado a partir dos estudos sobre a base "natural" na identificação do "território" *para* a nação:

> Significativo é o fato de que, nas tentativas de interpretação sobre as condições do País e de seus problemas, a **ênfase geralmente foi dada às relações entre o homem e meio físico, raramente às relações entre os próprios homens.** O social, quando transparece, tem tratamento secundário, normalmente descurado, nisso influindo, poderosamente, os reflexos, no meio culturalmente dependente, dos debates teóricos que se verificavam na Europa. Determinismo geográfico e possibilismo constituíram preocupação constante na Geografia brasileira de um passado não muito remoto. Suas consequências são notáveis ainda hoje. (…) **Tais fatos tiveram sua expressão mais significativa na Escola onde a Geografia, basicamente descritiva, fundamentalmente apoiada na nomenclatura e enumeração, não raro enfadonha, contraditoriamente servia a uma visão nacionalista da terra e gente brasileiras e, ao mesmo tempo, à manutenção e continuidade de uma imagem a serviço de um processo global no qual o País era instrumento**. (Petrone, 1979, p.310 ss., grifos meus).

A criação das instituições públicas de pesquisa e ensino, bem como a formação dos referidos campos de estudos, é percebida como parte do processo de modernização do país, como desenvolvimento da divisão social do trabalho e configuração da atividade estatal que organiza o trabalho complexo (quando as condições para o assalariamento permitem que essas atividades se constituam). No tocante ao papel da literatura na formação nacional, Candido (1989), Vasconcelos (2000) e Chiappini (1994), apontam para a importância dos textos de literatura ao retomar a discussão de como o romance

antecipa no Brasil questões que a história e as ciências sociais só passarão a tratar no decorrer do século XX. Entendemos, nesse sentido, a importância de refletir sobre o contexto de especialização dos estudos sociais no Brasil, e sobre os termos a partir dos quais alguns pesquisadores vêm estabelecendo atualmente uma aproximação entre geografia e literatura.

1.2 Divisão intelectual do trabalho e práticas de representação: a aproximação entre geografia e literatura

Ao tematizarmos o percurso de constituição e institucionalização do campo de pesquisa geográfico no Brasil, apontando a relação entre a formação dos campos disciplinares, a divisão do trabalho e a formação da relação social capitalista, buscamos chamar a atenção para a importância dessa tematização para o desdobramento de nossa pesquisa. A proposta de discutir a representação do sertão em Guimarães Rosa articulada às questões sobre a formação do Brasil é atravessada por essa tematização, principalmente quando problematizamos os termos em que se apresentam as pesquisas que, no campo da geografia, buscam estabelecer uma aproximação com os textos literários. A maneira pela qual buscamos refletir sobre os nexos entre os discursos presentes no campo dos estudos geográficos no Brasil e no campo das produções literárias "brasileiras", partiu justamente do elemento da "brasilidade", tentando questionar o processo de formação dessa unidade contraditória que é o Estado-Nação que mobiliza diferentes práticas de representação[11].

Ao pensarmos sobre práticas de representação que se apresentam como produtos das esferas cindidas da "Ciência" e da "Arte", buscamos questionar a existência transhistórica dessas práticas ao situá-las em relação ao processo de separação subjacente à formação da relação social capitalista, tematizando o contexto em que essas práticas se socializam. Nesse sentido não nos apoiamos em nenhum conceito ideal[12] ou

---

[11] Essas representações estão centradas principalmente na ideia de povo e território, noções contraditórias presentes em diferentes discursos sobre a formação nacional, mas que se circunscrevem de maneira predominante nas formulações de estudos em que aparecem como objetos de intervenção do Estado.

[12] Um exemplo de como as noções de arte e ciência têm sido apresentadas por meio de uma conceituação ideal e positiva, são os prólogos, introduções, preâmbulos dos estudos sobre geografia e literatura, em que sempre aparecem definições dessas duas esferas a partir de elementos que buscam fundamentar a aproximação entre elas. Veja-se, por exemplo, no artigo de Leitão Jr. (2012), publicado na revista *Terra Brasilis*, o prólogo em que o autor apresenta algumas considerações sobre as esferas da arte e da ciência:

positivo do que deva ser a "Arte" ou a "Ciência", buscando antes reconhecer a historicidade das práticas em que essas noções se socializaram.

Nesse sentido, desdobramos aqui algumas questões suscitadas pela aproximação entre Geografia e Literatura, buscando apresentar como alguns autores propuseram essa aproximação. A premissa básica desses estudos diz respeito ao "enriquecimento" que a percepção do "espaço" nos textos literários pode trazer aos estudos geográficos. A tônica desses estudos recai sobre a investigação dos textos de literatura buscando reconhecer neles os construtos sociais referidos à dimensão espacial: os *pensamentos geográficos* (Moraes, 2005), a *geograficidade* (Moreira, 2008), o *conteúdo geográfico* (Monteiro, 2002)[13].

O estudo de Monteiro (2002) é representativo, à medida que a sua proposta de abordar o "conteúdo geográfico em criações romanescas" foi "acolhida" em diferentes pesquisas que pretendem apontar para a contribuição que a literatura pode trazer à ciência geográfica. Para Monteiro, a noção de "lugar" na literatura contém uma

---

"**A Arte impõe-se como um cosmo de possibilidades etéreas e transcendentais**, um universo de manifestação das pulsões e das paixões humanas, capaz de transpor as limitações imperiosas da sua condição objetiva imediata de existência e de alçar as condições terrenas e mundanas da humanidade ao nível do sublime. Encarnando as emoções, percepções e ideias em meios e materiais tangíveis – **as *obras de arte* –, a Literatura reveste-se**, enquanto manifestação legítima de um campo artístico, de uma *licença poética* e dá vazão a uma recôndita e profunda **sensibilidade**.
A Ciência, por outro lado, valendo-se de uma **linguagem denotativa** e alicerçada em um caráter primordial de **objetividade informativa,** reproduz-se no âmbito de um universo de conhecimentos sistemáticos e metódicos, voltados, em suma, para o **esforço de ampliação da compreensão humana acerca do cosmo em que vive**. **O universo científico é autônomo** e independente, múltiplo e variado, capaz de se autoreproduzir [!] e de constantemente se reinventar, modificando os seus sustentáculos e atualizando as suas bases fundantes" (Leitão Jr., 2012, p.2, grifos em negrito meus, grifos em itálico do autor).

[13] Com diferentes matizes na formulação de seus autores, essas expressões passaram a figurar nos estudos sobre Geografia e Literatura, como o caso do já citado artigo de Leitão Jr. (2012), que mobiliza a noção de *pensamentos geográficos e ideologias geográficas* para abordar a dimensão "histórico geográfica" nos textos literários: "Ante essas considerações, a Arte comunga com a Ciência a possibilidade de leitura da realidade: no plano artístico, no entanto, a realidade pode ser forjada em matizes verossímeis ou idealizadas, mas sempre referenciada na linguagem concreta do que se conhece, admitidas as indicações histórico-geográficas. Portanto, ainda que não sejam – ou pretendam ser – retratos absolutamente fidedignos à realidade, as obras literárias possuem uma inserção obrigatória em uma dada esfera socioespacial e, por conta dessa inserção, os discursos literários tendem a expressar *pensamentos geográficos*, sedimentando concepções e difundindo valores – *ideologias geográficas* –, os quais engendram uma espécie de "senso comum", uma mentalidade coletiva acerca do espaço." (Leitão Jr., 2012, p. 3, grifos do autor). Joubert Antônio dos Santos (2010), em sua dissertação de mestrado "Paisagem e paixão em *Grande Sertão: Veredas*", remetendo-se à Monteiro (2002) e à Moreira (2008) mobiliza a noção de *geograficidade* para apontar como na "trama romanesca" há elementos passíveis de um "olhar geográfico".

"verdade" que estaria "além" daquela advinda "da observação acurada, do registro sistemático de fatos"[14] (Monteiro, 2000, p.14, 15).

É importante observar que, para o autor, a proposta de abordar o conteúdo geográfico nos textos de literatura teria sido motivada também pelo contexto dos estudos que se realizavam no campo da geografia. Segundo Monteiro, à medida que a Geografia, pautada pela "égide" da globalização, centrava a sua tônica numa "disciplinaridade cruzada com a Economia", os estudos "tradicionais" que ocupavam o campo de interesse dos geógrafos passaram a ocupar uma incômoda posição "coadjuvante". Por isso, "a Geografia deveria voltar-se – dentre outras preocupações – para o campo da 'cultura'", como maneira de retomar as abordagens clássicas dos estudos geográficos na direção de "um novo humanismo" (Monteiro, 2002, p.12).

A "incômoda posição coadjuvante" apontada por Monteiro, parece caminhar na mesma direção das considerações de Moraes apresentadas em *Ideologias Geográficas* (2005). Moraes aponta para a necessidade de superar o que define como uma leitura economicista de Marx, segundo a qual o significado das manifestações culturais acaba sendo reduzido a meros reflexos do que se passa na esfera da economia. Essa necessidade é apontada principalmente em relação ao contexto dos estudos geográficos, cujo cruzamento com a cultura e a política, o autor tenta explorar, indicando as bases para o questionamento dos construtos sociais referidos à dimensão espacial que ele denomina de *ideologias geográficas*. Para Moraes,

> se observa a entrada na Geografia de uma leitura do marxismo que caba por banir a figura do sujeito do processo real de que trata essa disciplina: a valorização do espaço. Uma visão que coloca as questões da consciência, da individualidade e da subjetividade como "esfera sobredeterminada da superestrutura", isto é como um universo reativo, explicado externamente por "causas" econômicas. (Moraes, 2005, p.21)

---

[14] No artigo "Geografia e literatura: diálogo em torno de uma concepção espacial" Robinson Santos Pinheiro e Cláudio Benito Oliveira Ferraz apresentam um interesse semelhante ao de Monteiro, partindo inclusive da proposição desse autor para justificar a contribuição literária às análises geográficas: "buscamos evidenciar as possibilidades de relação entre a linguagem científica com a artística, para tal, procuramos demonstrar quais são os parâmetros que o conhecimento geográfico se utiliza para pensar a questão da produção científica. Desta feita, procuramos evidenciar as possibilidades de (re)pensar um conhecimento geográfico que **valorize outras formas de linguagens que também acabam por expressar determinada realidade**, produzindo um universo comunicativo que adentra no sentido do dialogismo, **diferentes linguagens se comunicando para melhor compreender a realidade que nos cerca**". Artigo apresentado no VIII Seminário Nacional de Literatura História e Memória, II Simpósio de Pesquisa em Letras na Unioeste, 2008: Cascavel, PR. (grifos meus).

O “diagnóstico” desses autores é significativo para pensarmos o estatuto da “Arte” como esfera privilegiada do simbólico, que fundamenta o interesse das pesquisas sobre a dimensão “espacial” nos textos de literatura, chamando a atenção para a necessidade de incorporar outras formas de apreensão do “espaço” aos estudos geográficos. Para Melo (2006), em uma leitura que busca transpor os limites entre os diferentes tipos de textos e discursos, falta “às ciências a incorporação do simbólico, da subjetividade, da imaginação, da criatividade, da liberdade, da leveza e da poesia, elementos que podem ser oferecidos pelas artes e pelos saberes populares” (Melo, 2006, p. 32).

Acompanhando os estudos de Monteiro (2002) e Melo (2006), Santos (2010) afirma que, a partir da década de 1970, a Geografia incorpora outros “saberes” em sua análise “através dos estudos humanistas e culturais”, que buscam ir além das abordagens do *Homo economicus* (Santos, 2010, p.8). Segundo esse autor, tais estudos “buscam fortalecer o humanismo no escopo dessa ciência, ou seja, buscam colocar o homem no centro de suas preocupações. **O homem e o meio com o qual interage**, sem reforçar dicotomias entre essas duas esferas” (Santos, 2010, p.8, grifos meus).

Podemos perceber que se esboça nesses estudos a procura por uma “interdisciplinaridade” em especial com o campo da literatura e das “Artes”, que se constituiriam como portadoras de uma percepção mais complexa que pode “enriquecer o olhar dos geógrafos”. Tal como apontou Monteiro em relação ao fato de que a literatura “contém uma verdade” que estaria “além” daquela advinda “da observação acurada, do registro sistemático de fatos”, esses estudos se debruçam sobre a qualidade particular da percepção que se depreende dos textos de literatura.

Melo (2006) questiona o procedimento mobilizado pela perspectiva interdisciplinar, enfatizando a necessidade de uma integração dos saberes que desestabilize e extrapole a “ordem” e a divisão que cristalizaram a estrutura disciplinar do conhecimento. Segundo a autora, o conhecimento parcelar dos campos disciplinares não dá conta de compreender a “complexidade” do mundo que se projeta na busca pela interdisciplinaridade. Nesse sentido, a autora aponta para as limitações dessas perspectivas associadas ao “projeto moderno” da ciência, que estaria em “crise” por não abarcar uma percepção que incorpore essa complexidade.

A abordagem da autora, entretanto, converge na direção que apontam os autores citados anteriormente, no sentido de identificar no conceito de espaço, o nexo que se estabelece entre esses discursos que engendram diferentes maneiras de apreensão e representação do *conhecimento socioespacial* (Melo, 2006, p. 50). A ênfase na abordagem do espaço, como categoria por excelência dos estudos geográficos, atravessa, assim, a fundamentação teórica desses diferentes estudos. Associada a ela, está a questão das "formas" de apreensão da dimensão *socioespacial* que, no discurso da ciência geográfica, estaria mediada por categorias sistemáticas em que a relação sujeito-objeto é tida como inquestionável e *a priori*, por meio de um discurso racional da ciência que se apresenta como neutra e "objetiva".

A Literatura e a Arte aparecem, assim, referidas ao campo das representações simbólicas, e caracterizadas como um tipo de "linguagem" onde a "subjetividade" se manifesta de maneira mais "livre". Melo (2006) aponta a necessidade de incorporar o simbólico e a subjetividade que teriam sido apartados da produção do conhecimento científico por conta da "ilusão" de objetividade e neutralidade da ciência.

Dedicando-se a demonstrar a contribuição que a Literatura pode trazer à ciência geográfica, Moreira (2008) escreve:

> A literatura não é, assim, alheia à realidade humana, e se dela fala com a linguagem subjetiva do signo, nem por isso dela fala menos como realidade do que a ciência. São falas sobre o mundo tanto o discurso da literatura quanto o da geografia, da história, da sociologia, da química, da física ou da psicologia, todos eles **não sendo mais do que modos de interpretação-representação do real**. (Moreira, 2008, p.146, grifos meus)

A especificidade dos discursos produzidos no campo da literatura e da geografia seria a expressão das diferenças entre "modos de interpretação do real" e tipos de "linguagem", uma "subjetiva" e a outra "objetiva". O autor busca desconstruir essas diferenças ao revelar a "subjetividade" presente na ciência e a "objetividade" presente na arte. Para Melo (2006), a dicotomia sujeito-objeto do conhecimento, potencializada no século XIX, marca as orientações da ciência moderna, que, diferente da arte, não teria experimentado muitas rupturas de paradigmas. Segundo a autora:

> Tal dicotomia é justificada a partir da ilusão da neutralidade e da objetividade, condições, segundo o paradigma dominante, para que a ciência se constitua como tal. Como se fosse possível extrair o sujeito e a subjetividade da linguagem e da língua, através das quais se fazem, também, as ciências. Como se fosse possível praticar uma linguagem refrataria à imaginação, à subjetividade

> e à ambiguidade, elementos que se restringiriam ao domínio das artes. (Melo, 2006, p. 34, 35)

Diante de questionamentos como esses que chamam atenção para as limitações da produção do conhecimento sob a "camisa de força" do estatuto científico – conhecimento que recalca e silencia a complexidade da experiência –, o recurso às "formas" de apreensão e "visões de mundo" que se reconhecem nos textos de literatura é apontado como procedimento que potencializa a "compreensão da realidade" almejada pelas ciências e, em particular, a ciência geográfica. No que se refere especificamente à contribuição que os textos de literatura brasileira podem trazer à "compreensão da realidade" do país, principalmente em relação aos temas sobre os quais se debruçam os pesquisadores no campo dos estudos geográficos, a produção literária de Guimarães Rosa tem recebido particular atenção[15].

Chamando a atenção para a importância dos "dados da sensibilidade e subjetividade humana" para a compreensão do espaço, Santos (2012) analisa como em *Grande Sertão: Veredas* o espaço aparece representado, partindo da premissa de que o ponto de vista do personagem Riobaldo constrói uma narrativa vinculada à experiência:

> [...] a nossa leitura é de que o personagem Riobaldo, sua narração, simboliza o reconhecimento do valor dos conhecimentos e sentimentos que os indivíduos experenciadores de dado espaço possam ter sobre o mesmo. Aliás, essa parece ser uma premissa do próprio Guimarães Rosa. (Santos, 2012, p. 10).

Melo (2006), remetendo-se às diferentes representações do "sertão" e ao caráter "polissêmico" que o termo adquiriu, nos diferentes contextos em que aparece tematizado, apresenta uma "reflexão sobre o sertão como lugar, no contato com as representações contidas no romance *Grande Sertão: Veredas*. Ensaiando uma abordagem transdisciplinar", a autora busca "contribuir para o fortalecimento dos estudos e dos saberes socioespaciais" (Melo, 2006, p. 7).

Pelissaro (2011) apresenta uma leitura da produção literária de Guimarães Rosa indagando a visão da modernização do país apresentada na ficção que se pode depreender do tratamento que o autor dá ao "sertão". A partir de seu estudo, a autora pretende rastrear "as possibilidades de diálogo entre literatura e geografia, considerando o quanto a primeira pode contribuir para a segunda e vice-versa". A

---

[15] Sobre a produção desse autor, dedicaram-se, entre outros, Monteiro (2002), Santos (2012), Melo (2006), Chelotti (2008) e Pelissaro (2011).

contribuição almejada se insere no contexto de expectativas de transformação do conhecimento geográfico que, segundo a autora, "carece" de um posicionamento crítico em relação à "produção do espaço" submetida aos imperativos da produção capitalista. A autora assinala que a geografia em

> [...] seu estatuto científico, montado nos invólucros do Esclarecimento, abandona passo a passo a possibilidade de compreensão das propriedades sensível-sociais dos indivíduos, incumbindo-se de dar respaldo a ações totalitárias sobre os espaços, em nome da técnica, da produtividade e do lucro. (Pelissaro, 2011, p. 16)

Nesse sentido, reconhece um potencial de reflexão na literatura, a qual se torna:

> [...]não apenas uma ferramenta importante para uma virada na produção do conhecimento, mas também o ponto de partida para uma nova geografia. O trabalho presente carregou esse pensamento durante todo o tempo de sua confecção, sem ter a audácia de propor uma transformação no fazer geográfico. Assim, confirma-se que Rosa e a literatura ficcional permanecem importantes para se pensar o Brasil e os rumos da produção do conhecimento [...]. (Pelissaro, 2011, p. 16, 17)

Pelissaro, estabelecendo uma diferenciação entre a geografia "enquanto ciência" e a geografia "enquanto produto espontâneo de observação e (de esforço de) apreensão da realidade", propõe a abordagem da relação da Geografia com a Literatura a partir do conceito mais abrangente de *pensamento geográfico*, tal como formulado por Moraes (2005). A "opção" por esse tipo de conhecimento é mobilizada pela autora em contraposição ao conhecimento que é "fruto da institucionalização científica pautada nos moldes da razão ocidental":

> Aventura-se a afirmar que a pesquisa dialoga com o pensamento geográfico, pois este não se prende às formas acadêmicas instituídas no século XIX. Ao buscar o movimento de uma geografia não limitada aos moldes científicos nos textos ficcionais, tem-se em conta que esta parcela do conhecimento é a revelação de como os homens, na condição de sujeitos sujeitados, conseguem ou não se perceber dentro da realidade em que se encontram imersos [...]. (Pelissaro, 2011, p.25)

Partindo dessas premissas, a autora analisa "o sertão e suas metamorfoses" em dois livros de Guimarães Rosa, *Sagarana* e *Primeiras Estórias*, apontando para os aspectos diferentes que a representação do sertão assume na comparação entre esses livros de maneira a abordar as transformações engendradas pelo processo de modernização no Brasil.

Chelotti (2008), que também se dedica a analisar a produção literária de Guimarães Rosa, estabelece uma "ponte entre a Literatura e a Geografia" a partir dos "aportes teóricos da Geografia Cultural", propondo-se ao exercício metodológico de desvendar o "sertão literário" fundamentado em categorias analíticas como "região cultural" e "gêneros de vida". Para esse autor, a leitura analítica dos contos de *Sagarana* permite identificar dimensões que remetem à caracterização dos gêneros de vida "das gentes do sertão".

A aproximação com a literatura, para Chelotti, está relacionada com o "resgate dos elementos subjetivos" nos estudos geográficos e teria sido protagonizada pela "Geografia Cultural". Chelotti defende que a atual "guinada" dos estudos culturais no campo da geografia não pode ser encarada como "modismo", pois retoma temas "clássicos" da geografia:

> Ao investigar a evolução da geografia enquanto área do conhecimento, identificamos que desde La Blache, pai da geografia humana francesa, e que influenciou a brasileira, os aspectos culturais, simbólicos, imateriais estavam presentes quando se descrevia as paisagens, os lugares, as regiões (Chelotti, 2008, p.54).

De modo semelhante ao diagnóstico de Monteiro (2002) e Moraes (2005), o autor acredita que o ressurgimento dos estudos culturais teria sido motivado pela "crítica a uma geografia eminentemente economicista e que estava negando suas raízes empiristas e descritivas" (Chelotti, 2008, p.54). Os fundamentos "estritamente econômicos" aos quais se refere esse autor, teriam produzido efeitos negativos nas análises geográficas de maneira que estas "começaram a perder seu poder explicativo". O enrijecimento do conhecimento científico também teria contribuído para essa situação:

> O que aconteceu com o passar dos anos é que todo o conhecimento que se pretendia ser considerado científico deveria obedecer alguns princípios, leis, dogmas, e na geografia não foi diferente. Com isso passou-se a **abandonar algumas características clássicas da geografia, como a observação, o empírico, o trabalho de campo**, e incorporaram-se modelos matemáticos, ditos "científicos", afastando-se o geógrafo do espaço social, do subjetivo, do simbólico. (Chelotti, 2008, p.54, grifos meus)

Os apontamentos do autor sobre o abandono de algumas "características clássicas da geografia" retomadas pelos estudos culturais convergem com as

considerações de Monteiro (2002) em sua proposta de uma "Nova Geografia Humanística":

> A Geografia, embora auferindo indiscutíveis ganhos com as preocupações teóricas e sobretudo quantitativas, descuidou-se muito da "descrição", empobrecida e quase abandonada nas abordagens regionais. Aquele sabor lablacheano da personalidade dos lugares e regiões foi dado como obsolescência a abandonar. A atual preocupação com um conhecimento mais conjuntivo, uma pregação das virtudes do "holismo" e a proposta de uma Nova Geografia Humanística, poderá promover um benéfico contato com a Literatura. (Monteiro, 2002, p. 234, grifos meus)

Essas características, apontadas como "clássicas da geografia", a exemplo da "descrição" e do "sabor lablacheano da personalidade dos lugares e regiões", podem ser pensadas em relação às características identificadas com a tendência regionalista na literatura brasileira, das quais trataremos adiante. O artigo de Chelotti sinaliza elementos interessantes para percebermos a aproximação dos termos mobilizados nesses diferentes estudos. Para esse autor:

> [...] o Sertão Literário, passa a equivaler ao Sertão Científico, muitas vezes analisado e **observado em nossos trabalhos de campo**. O conto passa a ser equivalente ao trabalho de campo, só que sob a ótica do escritor, ou seja, com **percepções de lugar, paisagem, gentes, costumes**, só que pré-determinados por uma leitura, que é a do autor, nesse caso João Guimarães Rosa. (Chelotti, 2008, p.54, grifos meus)

1.3 O sabor regional em Guimarães Rosa: da investigação livresca ao contato direto pela experiência de viagem

Em nossa revisão bibliográfica sobre as interpretações do romance *GS:V*, que indicam a relação entre o caráter de ficção da narrativa e o caráter documental que liga o romance (bem como a produção literária de João Guimarães Rosa) à tendência regionalista (Candido, 1987) na literatura brasileira, nos deparamos com uma diversidade de questões cujo desdobramento tem sido significativo na interlocução com os estudos dedicados à produção desse escritor. Tentaremos aqui apresentar algumas dessas questões e desdobrá-las a partir de aspectos que nos são particularmente significativos do ponto de vista do conjunto dos temas implicado em nossa pesquisa.

A primeira delas é pensar como esses estudos estabelecem a aproximação com o "caráter regional" presente no romance. Para desdobrá-la, a leitura dos estudos que se dedicam ao regionalismo foi importante, principalmente quando esses estudos apresentam o romance na relação marcada pelo sentido de ruptura com essa tendência.

Também foi importante recorrer à primeira recepção de *Sagarana*, que mostra um contexto em que o debate acerca do regionalismo esteve presente de modo significativo no horizonte da recepção crítica da época. Uma importante discussão sobre o contexto desses debates em torno da literatura, principalmente na década de 1930, foi realizada por Luis Bueno (2006), que se debruçou sobre o romance de 30, em estudo cuja temática regionalista foi focalizada.

Ao abordar a repercussão da polarização ideológica que se espraiava do campo das representações políticas para o campo das representações literárias, Luis Bueno indicou como essa polarização pautou a recepção dos textos de literatura que dividia os romances em dois tipos: o romance social (regional) e o romance psicológico. Aponta, contudo, para a precariedade dessa divisão dos romances, reivindicando uma apreciação mais matizada da crítica, que "enriquecesse" as análises das produções literárias com questões que não poderiam ser contempladas nessa divisão.

Em estudo que analisa a recepção crítica do livro *Sagarana*, Campos (2001) discute seu contexto de publicação e suas diferentes recepções, enfatizando a importância de considerar a particularidade da modernização no Brasil, sobretudo no tocante a um momento específico desse processo que tem nos anos 30 um ponto de inflexão determinante para pensar a relação da sociedade com os produtos culturais. Esse autor reconhece também uma divisão polarizada, mas que mobiliza outros termos:

> Traçados os pontilhados todos, a figura que surge dessa recepção crítica forma um leque, pelo qual o discurso hegemônico se ramifica e, com efeito, apara e silencia outros discursos importantes na recepção do livro, que ficam à margem, no interior da crítica e geram, assim, aparentemente, um todo na superfície desse processo de duas diferentes cores, divididos nas tendências universalizantes e particularizantes, que ora refletem essa **divisão no espaço interno e divorciado do país nas regiões urbanizadas e rurais e ora refletem, em extensão, o próprio país como região do mundo**. (Campos, 2001, p.22, grifos meus)

No texto "A Revolução de 30 e a cultura", Candido abordou o significado das transformações sociais decorridas no período para a consolidação de um sistema cultural brasileiro, do qual o movimento modernista teria sido um dos principais impulsionadores. As condições para "realizar, difundir e 'normalizar'" (Candido, 1987) o projeto de renovação da inteligência nacional que o movimento modernista encampou, teriam sido potencializadas pela criação das universidades, das instituições culturais

públicas, pelo fortalecimento dos meios de difusão cultural como o livro e pelo surgimento do rádio:

> Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano da cultura, sem falar de outros. O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na História não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. **Neste sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um "antes" diferente de um "depois"**. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, **projetando na escala da Nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiõe**s. (Candido, 1987, p.181, 182, grifos meus)

A questão regional é apresentada por Candido como desdobramento da abordagem da literatura brasileira que retoma a temática do nativismo presente nos "momentos decisivos" do que ele considera como sua formação. São nesses momentos, Arcadismo e Romantismo, que se esboçam os contornos do nativismo que servirá de fundamento para a construção identitária da literatura com a nação brasileira também em construção. A partir desses contornos, que aparecem em sua análise sobre os respectivos movimentos literários no livro *A formação da literatura brasileira* (1993 [1952]), Candido irá indagar o significado do regionalismo literário em texto posterior, intitulado "Literatura e subdesenvolvimento" (Candido, 1987 [1973]), como sendo a expressão das contradições internas do país em relação à modernização que se efetiva nos países considerados desenvolvidos.

Ao analisar as relações entre literatura e sociedade, no caso particular da literatura brasileira, Candido considera que os aspectos sociais constituem elemento fundamental nos textos de literatura, que devem ser analisados a partir da forma específica pela qual estão *internalizados*[16] no texto. Com base nessa perspectiva, a presença do regionalismo na literatura brasileira é por ele discutida como um exemplo que evidencia os nexos entre literatura e sociedade, pois expõe, através do "drama dos personagens", os problemas de um país marcado pelo "subdesenvolvimento" econômico.

---

[16] Para Antonio Candido, o estudo da relação entre literatura e sociedade parte dos nexos *internos* à obra literária, considerada em sua autonomia estética, que organizam os elementos *externos* (referidos à sociedade) internalizando-os. De modo que, o procedimento analítico para tematizar o conteúdo externo internalizado formalmente, seria uma leitura da obra a partir do específico da linguagem literária e da *redução estrutural* que ela efetua. No prefácio do livro *Literatura e sociedade,* pode-se entrever que esse procedimento consiste em "averiguar como a realidade social se torna componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento dessa estrutura permite compreender a função que a obra exerce" (Candido, 1973, p.1).

Candido considera que o romance "adquiriu uma força desmistificadora que precede a tomada de consciência dos economistas e políticos" (Candido, 1987, p. 4), e que por isso a literatura se constitui como referência fundamental para pensar os problemas do país. Para o autor, o regionalismo, ainda que em determinados momentos tenha reduzido esses problemas a uma dimensão provinciana, não se constituiria como um movimento que deva ser desconsiderado[17].

É significativo observar que as apreciações de Candido sobre o regionalismo, principalmente no que se refere à produção literária de Guimarães Rosa, são reformuladas, matizadas e confrontadas pelo próprio crítico em diferentes textos[18]. Essas apreciações se constituíram como referência para pensar a particularidade do "caráter regional" nas produções de Guimarães Rosa, sendo recorrente, por exemplo, a utilização do termo "super-regionalismo"[19] cunhado por Candido para situar a produção rosiana.

Hansen (2012), em artigo que busca indagar o sentido estético e político da intervenção da forma literária de Guimarães Rosa no cânone da literatura nacional, analisa os procedimentos de avaliação da representação nesse escritor, mobilizando, entre outros elementos, as diferenças qualitativas das suas produções em relação à "ficção regional". Hansen retoma essa discussão partindo de alguns comentários de Candido, dentre eles um depoimento que pode ser encontrado no DVD *Nonada,* editado em comemoração aos 50 anos de *Grande Sertão: Veredas*. Esse depoimento é

---

[17] "O regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local. Algumas vezes foi oportunidade de boa expressão literária, embora na maioria os seus produtos tenham envelhecido. Mas de um certo ângulo talvez não se possa dizer que acabou; muitos dos que hoje o atacam, no fundo o praticam. **A realidade econômica do subdesenvolvimento mantém a dimensão regional como objeto vivo**, a despeito da dimensão urbana ser cada vez mais atuante. Basta lembrar que alguns dentre os melhores encontram nela substância para livros universalmente significativos, como José María Arguedas, Gabriel García Márquez, Augusto Roa Bastos, João Guimarães Rosa" (Candido, 1973; 159, grifos meus).

[18] "Literatura e subdesenvolvimento", "Notas de crítica literária: *Sagarana*", "O homem dos avessos", principalmente, entre outros em que as avaliações convergem, ainda que com diferentes matizes.

[19] "Descartando o sentimentalismo e a retórica; nutrida de elementos não realistas, como o absurdo, a magia das situações; ou de técnicas antinaturalistas, como o monólogo interior, a visão simultânea, o escorço, a elipse – ela implica não obstante em aproveitamento do que antes era a própria substância do nativismo, do exotismo e do documentário social. Isto levaria a propor a distinção de uma terceira fase, que se poderia (pensando em surrealismo, ou super-realismo) chamar de *super-regionalista.* Ela corresponde à consciência dilacerada do subdesenvolvimento e opera uma explosão do tipo de naturalismo que foi a tendência estética peculiar a uma época onde triunfava a mentalidade burguesa e correspondia à consolidação das nossas literaturas (CANDIDO, 1987, p. 161-162).

significativo, do nosso ponto de vista, pois apresenta uma interpretação mais matizada em relação às suas formulações anteriores:

> Uma coisa importante para se assinalar a respeito de regionalismo que eu acho fundamental e faltou falar, é o seguinte: o grande milagre do Guimarães Rosa, que é a ambiguidade suprema, que neste caso está não [apenas] no livro, mas nele também, é o seguinte: ele tomou uma tendência muito cansada da literatura brasileira que é o regionalismo, por causa do pitoresco da linguagem, do arcaísmo, do tema caipira, do tema regional, do tema do jagunço, do tema do caboclo. Isso já era uma coisa muito sovada, muito gasta, praticamente considerava-se que a literatura brasileira já tinha saído disso. No momento em que a crítica pensava mais ou menos isso, surge um homem fechado hermeticamente dentro do universo do sertão, com uma exuberância verbal extraordinária, com aquilo que é considerado ruim da tradição brasileira, que era a exuberância da linguagem, com aquilo que era considerado perigoso, que era o pitoresco. Ele parte de tudo isso e consegue fazer uma coisa inteiramente nova, consegue fazer uma ficção, como eu disse, de tipo universal, com todos os grandes problemas do homem. Tanto assim que, pensando neste caso, eu pensei: "como é que se pode resolver esse paradoxo?", de **um regionalismo que não é regionalismo, de uma universalidade que é a mais particular possível**. Ele fez o livro que supera o regionalismo *através do regionalismo.* Do ponto de vista da composição literária, a meu ver, isso é um paradoxo supremo. Tanto assim que eu me senti obrigado a criar uma nova categoria, que é *trans-regionalismo,* ou *sur-regionalismo.* (Candido, 2006, Dvd, *apud* Hansen, 2012, grifos em negrito meus)

Como apontamos anteriormente, para pensar sobre o "caráter regional" em *GS:V*, o recurso às primeiras recepções do livro *Sagarana*, tematizadas no estudo de Campos (2001), foi importante para acompanharmos o desdobramento de algumas avaliações que se recolocam a propósito do romance. A transfiguração do regional é uma delas e desemboca geralmente na afirmação do "caráter universal" que dá ao romance o "valor" de grande "obra de arte" e confere ao seu autor o estatuto de "mestre" no gênero ficcional. Mas a relação com o regionalismo não se restringe a essas considerações, apesar da constante reafirmação, como veremos, da universalidade. Mesmo em estudos sobre o romance em que o regionalismo não está em pauta, como o de Galvão (1972) e Bolle (2004), que o analisam a partir de elementos históricos e sociológicos, podemos perceber alguns nexos com os estudos sobre o regionalismo, sendo o principal deles a questão da relação entre ficção e documento e, subjacente a ela, a questão da representação, em particular a do "sertão" enquanto "realidade" social historicamente determinada.

Pensamos que a particularidade da tematização do sertão nos textos de Guimarães Rosa tensiona com as expectativas projetadas pelos pontos de vista por meio dos quais o sertão aparece representado. Tensão que atua em relação ao

conhecimento/reconhecimento da realidade que se supõe ser "o sertão", intervenção no campo de significados que desestabiliza a referência ao absoluto e corrói a relatividade "festejada" pela apologia dos "diferentes" pontos de vista.

A *questão de opiniões*, talvez de maneira não tão evidente, não nos remete a pensar como Chelotti (2008) quando afirma que, "se cada um de nós escrever sobre o Sertão, cada enfoque, produzirá um discurso que irá abordar elementos que mais se aproximem da nossa sensibilidade"; pensamos que os juízos que podemos formular não dependem de uma escolha descolada do conjunto de juízos que circulam socialmente e, se essa "escolha" pode ser positivada, é porque a liberdade subjacente a essa escolha é positiva e negativa ao mesmo tempo, e o lado negativo está apagado.

As práticas de representação que conhecemos compõem um conjunto de referências naturalizadas onde se dissimula uma tensão entre o real e o ficcional. Entre a suposição da possibilidade de descrever e apresentar o mundo "tal qual é", em sua "verdade" e a possibilidade de construir um mundo absolutamente fantasioso, pura invenção, supostamente alheia ao que este mundo realmente é, coloca-se a impossibilidade de pensar, dentro desses limites, sobre uma "realidade" em que tudo é e não é, "o senhor ache e não ache". Podemos pensar, a partir da leitura dos textos de Guimarães Rosa, que a tensão entre o "real" e o "ficcional" não se direciona no sentido positivo atribuído à representação, nem à simples negação dela como pura invenção.

Em termos de "conteúdos", enquanto leitores especializados, podemos reconhecer a sugestão do escritor de que "tudo é e não é", a extrema ambiguidade do texto não passa desapercebida nas leituras que se divulgam. Mas essa ambiguidade não é radicalizada ao ponto de desestabilizar efetivamente as categorias de pensamento naturalizadas em que o real não se dispõe na travessia, mas na partida ou na chegada. Produto dos limites das práticas de representação com as quais se relaciona de maneira contraditória, o texto ficcional, como aponta Luiz Costa Lima (1983) não se define por si próprio, mas em função do reconhecimento social dessas práticas.

A propósito da formulação de Lima (1983) sobre o "controle do imaginário"[20], pensamos que seria interessante considerar que a literatura de ficção, na formação da

[20] Repensando a questão da *mimeses* em diálogo com a trajetória de suas reflexões sobre a caracterização do discurso literário, na introdução do livro *O controle do imaginário*, o autor chega a seguinte formulação "Passei então a dizer: não há um discurso específico em que a *mimeses* opere. **A ficção seu produto, não é**

sociabilidade moderna, está referida e se define em relação ao primado da história política, e como esta se apresenta como a narrativa por excelência que determina o que é possível representar e conceber de uma determinada situação histórica. Ao estabelecer-se a História como a narrativa do que "realmente aconteceu" associada à noção de verdade, e ao "conceder" a ficção o direito de existir (batizado eufemisticamente de *licença poética*) dentro dos limites de uma autonomização do discurso ficcional e da representação social do sujeito que personifica a arte e o imaginário, produz-se, por meio dessa prática social, uma separação que relega para o campo cindido[21] da Arte as possibilidades de pensar e representar as práticas sociais que não estejam referidas à convenção do real.

É significativo observar como a produção literária de Guimarães Rosa articula uma reflexão sobre o procedimento discursivo que, vinculado a essa convenção, se apresenta como portador da "verdade", como se lê na epígrafe do último prefácio de *Tutaméia*, atribuída a Tolstoi: "Se descreves o mundo tal qual é, não haverá em tuas palavras senão muitas mentiras e nenhuma verdade" (Rosa, 2001).

A epígrafe remete-nos a pensar essa discussão tendo como referência algumas formulações do problema da representação que se encontra tematizado na (e partir da) produção literária de Guimarães Rosa. O prefácio "Aletria e Hermenêutica", do mesmo

---

uma especificidade da linguagem (verbal ou não verbal), confiada à literatura e às artes. Há uma ficção cotidiana, como há uma ficção literária, **as quais não se definem por si próprias, mas em função do reconhecimento que lhes prestam ou deixam de prestar períodos e culturas**. Como se deduz da linha aberta por Schüts e ampliada por Goffman, os discursos da "verdade" e da ficção são dimensionados pelas molduras (frames) historicamente configuradas. Mas os *frames* diversos, presentes em diversos períodos, poderiam ser, ao menos parcialmente, superpostos, de maneira que se captasse uma concepção meta-histórica de ficção? Ou seja, em nosso caso, seria possível definir a *mimesis* em termos transtemporais? É inegável a importância da questão, ao menos para quem não se disponha a fazer um uso anacrônico do conceito de literatura, aplicando para antes do fim do século XVIII um conceito que só aí se formula" (Lima, 1984, p. 8, 9, grifos meus).

[21] A formulação de Kurz a propósito dessa separação é elucidativa "A cisão entre arte e vida é um antigo tema da modernidade. Todos os artistas que querem dar verdade à expressão - e que se desgastam existencialmente nas suas criações - acabam sempre sofrendo essa separação. Que ela exiba a beleza ou a estética do feio, que exerça a crítica radical ou busque a descoberta da riqueza de formas da natureza, que tenha orientação realista ou fantástica: **a arte ficará sempre separada da sociedade por uma parede que pode ser de vidro transparente, mas é intransponível**. [...] Quando os dadaístas tomaram a dúvida como meio de provocação, colocando canos enferrujados e mictórios nos salões sagrados da arte para escarnecer da burguesia, essa proposta foi tomada com feroz seriedade como objeto estético e catalogado como as esculturas de Michelângelo ou quadros de Picasso. A definição tautológica é: **arte é tudo aquilo que a sociedade *a priori* percebe em um reservatório separado denominado "arte" e que nessa condição pode ser assim colecionada, sem considerar o seu conteúdo, tal como selos ou escaravelhos espetados**. Pouco importa o que a própria arte pretenda e como o apresenta: tudo perde o corte e se torna inofensivo" (Kurz, 2004, p. 111-112, grifos meus).

livro, abre-se com o enunciado "A estória não quer ser história. A estória, em rigor deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida com a anedota" (Rosa, 2001, p. 29).

É possível ler "a estória não quer ser história" como expressão de um conteúdo positivo de um juízo fundamentado na recusa da História e de seu caráter documental, enquanto se afirma a estória a partir de seu caráter ficcional; assim, talvez seja possível afirmar que, a partir do conjunto da produção de Guimarães Rosa – articulada aos depoimentos autorais em que essa produção aparece comentada –, o autor reivindica a autonomia da atividade literária em relação às outras práticas de representação sociais. Entretanto, pensamos que a reivindicação de autonomia implica em aceitar um pressuposto que aparece negado nas formulações do escritor.

O pressuposto de que a "História" e o discurso científico estabelecem uma relação mais direta com a realidade, implica na convicção de que "o real", associado à noção de verdade, seria o objeto por excelência do discurso que se apresenta como História, ao passo que a ficção, enraizada no campo que se convencionou chamar Literatura, estaria associada à noção de invenção, porque não "descreve o mundo tal qual é" estando assim apartada da "verdade da História".

Tal pressuposto encontra-se assentado em muitas leituras que, não obstante relativizem essa convicção, buscam apontar como, nas estórias, presentifica-se o conteúdo da história por meio dessa modalidade discursiva cifrada (alegórica) que é a narrativa literária. Representação do real que se diferencia da representação histórica pelo fato de seu conteúdo ser mediado por uma forma de expressão que seria autônoma em relação à convenção do real.

Na base dessa premissa, está a convicção de que as atividades simbólicas sempre ocuparam um lugar separado na prática social em todas as suas manifestações históricas, apresentando-se nas diferentes "formas de expressão" como fenômeno "transtemporal" (Lima, 1983). Não sendo, portanto, entendida como exclusiva de nenhuma formação social específica, a dimensão simbólica dessas "formas de expressão", e o lugar atribuído a ela no conjunto das práticas sociais se naturaliza como atributo do "humano".

No caso específico de tematizar, a partir de *GS:V*, questões que aparecem separadas no discurso científico, pensamos que essa tematização deve incluir uma

reflexão sobre o *como* se diz, entendendo que a "forma" de narrar não pode ser separada do "conteúdo". Entretanto, essa especificidade da forma merece ser pensada sem isolar os aspectos documentais do romance, que se encontrariam negados pela formulação de que a estória não quer ser história; a questão não é passível de resolução pela simples recuperação do enunciado onde se supõe a afirmação do caráter ficcional em oposição ao documental.

Recorrendo a outro enunciado, de peso por assim dizer "autoral", em que se confirma de certa maneira que as narrativas incorporam sim referências documentais, essa oposição pode ser abordada sob outro aspecto. É o caso da carta que Guimarães Rosa escreve ao pai anunciando uma visita ao sertão mineiro, na qual pretende aproveitar para retomar "contato com a terra e a gente" e reabastecer-se de "elementos" que forneçam "cor local, pitoresco e exatidão documental" para seus livros[22], demonstrando certo reconhecimento de que, na recepção dos textos de literatura, essa "exatidão" vinha sendo valorizada.

Tal enunciado é tomado aqui como um exemplo para pensar a complexidade dessa relação entre o ficcional e o documental no debate sobre a produção literária de Guimarães Rosa, problematizando uma leitura em que a "estória ao recusar a história" seja traduzida como afirmação da autonomia do literário. Com o exemplo da carta, podemos questionar a autonomia da produção artística, tendo em vista que a socialização de seus produtos evidencia que esse ser "excepcional" que elabora as "obras de arte" não parte "do nada", e também que o objeto livro, como resultado do processo de "criação artística", não se socializa por ser um livre exercício da imaginação, mas porque se insere num campo mais amplo de práticas de representações sociais.

Uma vez que é a estória que *não quer ser história*, poderíamos pensar que não seria necessariamente o "autor" da estória que se recusaria a reproduzir uma forma de narrar vinculada a bases documentais. Ou, se preferirmos, podemos pensar que é sim o autor que não quer que a estória seja história, ou no mínimo que não seja lida como tal,

---

[22] "Agora, o mais importante: penso poder ir aí, em começo de dezembro próximo. [...] além do prazer de passar cinco dias em Belo Horizonte, e revê-los, a todos, preciso de aproveitar a **oportunidade para penetrar de novo naquele interior nosso conhecido, retomando contacto com a terra e a gente,** reavivando lembranças, **reabastecendo-me de elementos, enfim, para outros livros, que tenho em preparo**. Creio que será uma excursão interessante e proveitosa, que irei fazer de **cadernos abertos e lápis em punho, para anotar tudo o que possa valer, como fornecimento de cor local, pitoresco e exatidão documental, que são coisas muito importantes na literatura moderna**" (Rosa, 1983, p. 186-187).

indicando a leitura "correta" de seus livros, por meio da qual, leitores mais "religiosos" pautariam a sua interpretação, na convicção da impossibilidade de ler a narrativa ficcional mobilizando referências "pertencentes" ao campo discursivo da história.

Ainda que não nos aprofundemos nessa questão, cabe assinalar que os depoimentos de Guimarães Rosa sobre a sua produção literária, de tão diversas as afirmações e tão contraditórias sugestões de leitura, quase se anulam, produzindo uma indeterminação de sentido. Pensando a partir da tese de Hansen (2000) a respeito de *GS:V* sobre a produção da indeterminação de sentido, entendemos a postura contraditória do escritor por meio da crítica das leituras centradas nas "intenções do autor" (Hansen, 2000, p. 23), do tipo das perguntas voltadas para o que "ele quis dizer" que possa ser traduzido para uma linguagem mais "literal". Porque, desviando-nos da pergunta sobre "as intenções do autor", entendemos que, no limite, o que ele quis dizer ele disse, e o grande problema, que não é para ser resolvido, seria explicitar como podemos ler o texto de acordo com as preocupações que nos motivam a indicá-lo como um texto que pode ser lido desta ou daquela maneira[23].

A relação entre documental e ficcional mobiliza alguns atributos que qualificam a especificidade da forma como Guimarães Rosa tematiza o sertão, em comparação, por exemplo, com a forma de apresentação analítica dos discursos produzidos no campo científico. Consideremos aqui essa especificidade não só em relação a um argumento que se apoie na distinção entre arte/literatura e ciência. Até porque a generalidade do rótulo tende a reduzir a qualidade desses discursos, que podem ser pensados em relação a *como* eles intervém no campo de representações sociais no qual eles se situam e como se relacionam com os outros campos.

Tomemos como exemplo alguns autores que comparam o procedimento de "observação" e "registro" dos costumes em Guimarães Rosa com o procedimento de pesquisa e interpretação que caracteriza o trabalho do "cientista social"[24]. Parece

---

[23] Por outro lado, a contraposição de diferentes perspectivas que se publicizaram, sugere que se leve também em consideração o contexto em que essas interpretações se inserem, reconhecendo os critérios que consolidam os "discursos competentes" aptos a conferir uma visibilidade, ainda que relativa, aos textos de literatura e fazê-los circular, ou não, entre as editoras, livrarias, bibliotecas e Academias de Letras.

[24] Veja-se o artigo de Deise Dantas Lima "Escrita do espaço, espaço da escrita em Guimarães Rosa" que, citando Cléa Corrêa de Mello, chama atenção para "os métodos de pesquisador" que "evidenciam o modo peculiar de sinceridade artística" de Guimarães Rosa: "Quer-nos parecer que fundamentalmente o recurso da pesquisa participante permitiu ao escritor revelar o universo vivido pelas pessoas do sertão, numa

evidente que essa comparação é mobilizada pela suposição de que ambos, estando diante de uma cultura diferenciada, tentariam apresentar os aspectos que particularizam essa cultura com um "distanciamento", como se, "despindo-se" dos valores que formaram a sua "visão de mundo", pudessem efetivamente dar voz ao que seria o "outro" da civilização ocidental etnocentrista[25].

Chama a atenção a recorrência de comentários a respeito da produção literária de Guimarães Rosa que formulam o problema na esteira dos escritores românticos que propuseram a literatura como "etnografia"[26], preocupação que se faz presente na produção literária dos séculos XIX e XX com diferentes matizes e que, mobiliza, grosso modo, a literatura considerada regionalista. Compare-se, por exemplo, o comentário de Chiappini (1994) a propósito da tendência regionalista na literatura brasileira, com o de Vasconcelos (2008) sobre "famosa viagem pelos gerais" que Guimarães Rosa realizou em 1952:

> **Assim de norte a sul, com o romantismo, cantos, danças, contos, trovas, crenças, festas, amores e tragédias, palavras e expressões estranhas aos ouvidos do leitor citadino vão ser inventariados e utilizados como matéria ficcional.** Sem cair num progressismo linear, pois há, como veremos, avanços e recuos nessa trajetória, pode-se dizer que, daí para a frente, no pré-modernismo, no modernismo de 30 e no que Antonio Candido chamou de super-regionalismo os escritores vão aprofundando e detalhando essa busca, aperfeiçoando seus métodos de registro, **da investigação livresca ao contato**

---

perspectiva "interna", aproximando-se do ponto de vista dos indivíduos ou grupos sociais sobre os quais vem narrar. **Semelhante ao experimentado pelo cientista social, Guimarães Rosa demonstra apreender a lógica dos pesquisados, num nítido esforço para suspender as próprias referências e raciocínios que, por serem diferentes dos interlocutores, poderiam induzir a falseamentos, ou deslealdade para com o que fosse observado**" (Mello *apud* Lima, 2002, p.2, 3). Entretanto a autora assinala que se a observação e o registro, identificados como "escrita do espaço", "concorrem para esclarecer" os "métodos de trabalho" do escritor, a consideração do "espaço da escrita" contribui para complexificar a relação entre o documental e o ficcional. A autora argumenta que ao explicitar seus métodos "o escritor cava um hiato entre a realidade e sua representação, **reivindicando a distância estética, que reafirma o caráter de ficcionalidade de toda obra artística**" (Lima, 2002, p. 4).

[25] A avaliação de Bourdieu sobre a etonologia em seu "Esboço de auto-análise" aponta para problema semelhante: "Compreendi assim, retrospectivamente, que tinha ingressado em sociologia e em etnologia, de um lado, por conta de uma recusa profunda do ponto de vista escolástico, princípio de uma altivez, de uma distância social, na qual nunca pude me sentir à vontade e para a qual decerto predispõe a relação com o mundo associada à certas origens sociais. Esta postura me desagradava havia muito tempo. E a recusa da visão do mundo associada à filosofia universitária da filosofia contribuíra muitíssimo para levar-me às ciências sociais e, em especial, a um certo modo de praticá-las. Mas eu logo iria descobrir que a etnologia, ou ao menos a maneira particular de concebê-la encarnada por Lévi-Strauss, tão bem condensada na metáfora do "olhar distanciado", também permite, de modo bastante paradoxal, manter o mundo social à distância, até o "denegar", no sentido de Freud, e, por aí submetê-lo à estetização (Bourdieu, 2005, p.72).

[26] Utilizamos essa expressão seguindo a sugestão do professor João Adolfo Hansen que, em nosso exame de qualificação, propôs a formulação nos seguintes termos "A ausência de instituições científicas no país fez os escritores românticos proporem a literatura como etnografia".

> **direto pela experiência da viagem**, e incorporando todo esse material à estrutura e ao estilo das obras. (Chiappini, 1994, p.676, grifos meus)

> [a viagem] pôs Rosa em contato direto com as tradições daquela comunidade rural, com suas quadras, cantos, danças, histórias, provérbios, que o autor, soube, aos poucos, incorporar ao tecido de suas narrativas. Esse encontro parece ter sido decisivo, pois **apurou de modo notável o olhar e a percepção do escritor e lhe facultou a posição privilegiada não só de observador, mas de participante de um modo de vida**, atuando na formação de um ponto de vista que lhe permitia encontrar soluções formais de alta potência literária para problemas como o da apropriação, por parte do narrador letrado das peculiaridades da fala do homem rústico. (Vasconcelos, 2008, p. 382-383, grifos meus)

Tendo como referência a produção literária regionalista, a recepção dos livros de Guimarães Rosa esteve pautada, sobretudo, pela relação entre os aspectos documentais e ficcionais, que remetem à intersecção entre o que se convencionou chamar de dimensão "particular" e "universal". No que concerne ao debate estabelecido entre os comentadores da obra de Guimarães Rosa, principalmente as recepções de seu primeiro livro *Sagarana* publicadas em periódicos[27], é interessante observar como vão se estabelecendo alguns critérios para se pensar na relação entre esses aspectos.

Ao longo da consolidação das interpretações de sua obra, a ênfase será dada às características "universais" de sua narrativa mas, num primeiro momento, convivendo com a apreciação do caráter universal, estão presentes leituras que acentuam as qualidades da narrativa que se relacionam com os critérios de representação regional. Esses critérios, de maneira simplificada, dizem respeito a um "conteúdo" documental, ao registro de costumes e modos de vida característicos de uma determinada área do país que o autor teria reunido para compor a sua obra de ficção. Nas interpretações que apontam o "caráter regional", encontramos expressões que qualificam as narrativas de *Sagarana* como um vigoroso retrato "da vida da gente do sertão", chamando a atenção

[27] Chama a atenção, nesse sentido, o interesse de João Guimarães Rosa pela forma como seus textos estão sendo recebidos pelo público. Prova desse interesse é a coleção de matéria extraídas de jornais, que pode ser consultada no Instituto de Estudos Brasileiros e que reúne comentários e análises de seus livros. Uma vez que essa pesquisa tenta realçar os critérios por meios dos quais essa dimensão regional é apontada, fui buscar nesta coleção alguns comentários que me dessem elementos para pensar porque, para alguns estudiosos e formadores de opinião, a produção literária desse escritor era considerada regionalista, ou no mínimo se situava em relação a ela. Nas primeiras recepções de sua "obra de estréia" presentes na reunião das matéria extraídas dos jornais referentes ao ano de 1946, ano em que o livro de contos *Sagarana* é publicado, encontramos algumas indicações importantes para pensar o contexto de publicação da obra.

para elementos que aproximam o leitor da vida "na roça mineira" trazendo o "perfume, o colorido e o sabor das coisas do campo"[28].

Para Jorge Maia[29], em artigo publicado em dois de junho de 1946 no *Diário Carioca*, o livro possui forte caráter regional: "Guimarães Rosa nos oferece um *delicioso* livro de caráter acentuadamente regional, uma imagem viva de um cenário ainda pouco explorado na literatura nacional, a vida sertaneja de minas[30].

De modo distinto, mas ainda destacando as qualidades "regionais", o artigo de Álvaro Lins[31], publicado no *Correio da Manhã*, em doze de abril de 1946, assinala algumas características que serão retomadas em toda a fortuna crítica de Guimarães Rosa:

> [...] *Sagarana* vem a ser precisamente isto: o **retrato físico, psicológico e sociológico de uma região do interior de minas gerais, através de histórias, personagens, costumes e paisagens, vistos ou recriados pela arte da ficção**. Aliás, não será fundamental saber-se com rigor o que nestas páginas é realidade objetiva e o que é realidade imaginada. **A parte documental encontra-se nas descrições, no registro dos costumes, na fidelidade à linguagem popular fixada através dos diálogos**; [...] As nove histórias de *Sagarana* são como faces distintas, ajuntadas rigorosamente para a composição de uma fisionomia coletiva, em grande parte, de todo o Brasil do interior, tão diferente do litoral e tão desconhecido como se fosse um país estrangeiro [...] Mas o valor dessa obra provém principalmente das circunstância de não ter o seu autor ficado prisioneiro do regionalismo, o que o teria conduzido ao convencional regionalismo literário, à estreita literatura das reproduções fotográficas [...] (Lins, 1946, grifos meus).

Entretanto, ainda que o regionalismo literário seja considerado convencional, e o "valor da obra" seja atribuído ao fato de Guimarães Rosa não ter ficado prisioneiro desse regionalismo, na apreciação de Lins, contextualizada em relação aos artigos do mesmo ano, a abordagem do "caráter regional", quando comparada a outros momentos em que a "mesma" avaliação se recoloca, apresenta diferenças significativas. Podemos nos deter nesse momento, de acordo com o que nos interessa aqui, nos aspectos que fazem nítida referência à dimensão regional: retrato físico, psicológico e sociológico da região, descrições, registro de costumes, linguagem popular, composição de uma fisionomia do interior do Brasil diferente do litoral; elementos importantes para

---

[28] Barreto, Plínio. Bibliografia: *Sagarana*. *O Estado de S. Paulo*, 22 maio 1946. IEB. JGR-R01-16.
[29] Maia, Jorge. *Sagarana*. *Diário Carioca.* 2 jun. 1946. IEB. JGR-R01- 21.
[30] Ibidem.
[31] Lins, A. *Sagarana*: uma grande estreia. *Correio da Manhã*. 12 abr. 1946. IEB. JGR-R01-2.

pensarmos como a forma com que Guimarães Rosa tematizou o sertão pôde ser interpretada tendo como referência uma produção literária de caráter regionalista.

A abordagem da tendência regionalista na literatura brasileira está fundamentalmente implicada com a tese de Candido que, no livro *Formação da literatura brasileira* (1993), destaca o caráter *empenhado* da literatura nos "momentos decisivos" dessa formação. Estudos como os de Galvão (2008), Vasconcelos (2000) e Chiappini (1994), não apenas compartilham dessa tese, como acentuam o compromisso dos escritores com a "pesquisa do país". Nesses estudos, destaca-se a referência à descoberta e ao registro dos costumes das áreas que, no país, teriam sido ofuscadas pela predominância dos valores civizatórios presentes nas práticas de representação que tinham a cultura europeia como referência positiva das qualidades a serem alcançadas pela intelectualidade "brasileira". Nesse sentido, a representação que se forjava da chamada cultura do interior – dos sertões, dos lugares distantes da civilização litorânea – ganha conotações significativas na construção da identidade nacional pelas letras.

Se, por um lado, os elementos da identidade nacional eram buscados desde os autores românticos no que poderia ser específico do país em contraposição à civilização europeia – como o caso da seleção da temática indianista representativa do caráter especificamente nacional –, essa construção não pode ser pensada sem levar em conta as tensões que essa representação engendra. Considerando, por exemplo, com Manuel Luiz Salgado Guimarães, os temas de pesquisa do IHGB, as motivações das pesquisas desses temas, e lembrando a relação dos escritores de literatura com o Instituto, ou mesmo as polêmicas e dissensões entre os literatos ao longo do século XIX e começo do XX, poderíamos matizar a leitura linear que, por vezes, se faz dessa representação do nacional, dando ênfase à relação dessas representações com o momento histórico em que elas se colocam.

Entretanto, não pretendemos aprofundar aqui tal questão, senão indicá-la como importante para pensarmos como a tendência regionalista, apresentada em alguns estudos sobre o regionalismo literário, se relaciona de maneira não homogênea com motivações de ordem social, histórica e política. Em estudos como o de Chiappini (1994), encontramos referências importantes sobre a relação do regional com o documental e deste com a formação da literatura nacional. Se relacionarmos essa formação com os

processos sociais aos quais ela é geralmente referida, encontramos matéria para um estudo não menos interessante sobre essa relação.

Concentrando-nos nas características do regionalismo, na avaliação dos critérios de enquadramento das obras nessa tendência, podemos relacionar esses critérios com as características apontadas nas narrativas de Guimarães Rosa, e pensar a interlocução do autor com os outros escritos considerados regionalistas, tendo como base a apreciação comparativa dos críticos que diferenciam a produção desse escritor de um bloco homogêneo do regionalismo, do qual por vezes ele representa ruptura, superação, síntese, desvio.

Não nos arriscaremos a falar de um "projeto" de literatura de Guimarães Rosa, que se baseasse em depoimentos autorais do escritor sobre a sua obra, os quais, por sua vez, expressam sobremaneira uma opinião que mais confunde do que tenta esclarecer os parâmetros da sua produção literária. Entretanto, não podemos dispensar uma reflexão presente nos próprios textos de literatura desse escritor que oferecem, não parâmetros avaliativos seguros, precisos, que gozariam de uma autoridade do autor falando de sua própria obra, mas sugestões de leitura que desestabilizam os critérios usuais por meio dos quais a ficção aparece enquadrada.

As primeiras recepções de *Sagarana* estiveram marcadas "pelas relações do público ledor com o problema do regionalismo" (Candido, 2002 [1946]), e isso se expressa nas afirmações do caráter regional presente no livro, sempre mencionado pelos críticos nesse primeiro momento. Contudo, o reconhecimento desse caráter regional acena em críticos como Álvaro Lins e Antonio Candido, para a apreciação da qualidade de uma narrativa que não teria ficado circunscrita a um regionalismo convencional, "à estreita literatura das reproduções fotográficas" (Lins, 1946). Para Candido, "*Sagarana* não vale apenas na medida em que nos traz um certo sabor regional, mas na medida em que constrói um certo sabor regional, isto é, em que transcende a região" (Candido, 2002, p. 185).

Veja-se, a propósito, a apreciação de Jorge Maia que, apesar de identificar *Sagarana* como um "delicioso livro de caráter acentuadamente regional", destacando que se trata de uma "contribuição nova à estante do nosso regionalismo", questiona a pertinência da temática regionalista num contexto histórico em que ela aparece, por assim dizer, "atrasada": "A única dúvida que nos assalta, neste momento, é: ainda

poderemos consagrar uma obra acentuadamente desse caráter ou o espírito dessa época já passou?".

Jorge Maia aponta para um interesse datado pelos livros de caráter regional, pondo em relação o cunho regional do livro de Guimarães Rosa com livros como *Urupês*, de Monteiro Lobato, *A Bagaceira*, de José Américo de Almeida, e *O Quinze*, de Raquel de Queiroz. Apesar de tecer muitos elogios ao escritor mineiro, pondo em evidência a originalidade de um livro que se lê "saboreando", Maia tem em mente uma nova qualidade de preocupações que deveriam animar a "pena" dos escritores atualizando-os no "seu tempo". Para Maia, a experiência da Segunda Guerra Mundial deveria ser determinante para uma mudança de orientação da arte:

> [essa experiência] aproximou extraordinariamente os sobreviventes, com o encurtamento de distâncias, a junção de ideias e a universalização do pensamento. Vivemos um momento em que **a obra de arte deve ser, antes de mais nada, um grande sentido universal**. Já não cabe, no mundo de hoje, a discussão de pequenos dramas e problemas de província, porque a província deixou de ser a aldeia ou a vila, para se transformar num país, numa civilização. Não existem províncias de países, porque existem, apenas, países no mundo. **As inquietações, assim, não podem nascer de dramas de pequenas cidades, porque passaram a pertencer aos países, os verdadeiros estados do todo universal**. E, assim, neste momento, "Sagarana" surge, com o seu **cunho regional**, a sua deliciosa ingenuidade e, sobretudo uma estranha densidade poética.[32] (grifos meus)

A maneira como essas apreciações acenam para a transcendência do regional é uma constante na caracterização da produção literária de Guimarães Rosa em relação ao regionalismo. O tratamento do tema do regionalismo será em muita medida suprimido nas interpretações de *GS:V*, cujas interpretações se direcionam a estudos especializados que exploram alguns aspectos específicos da obra, compondo um conjunto de interpretações em que os interesses se dissipam para diversas áreas, tendo em comum, muitas vezes, apenas a eleição do romance como "objeto".

Willi Bolle apresenta uma esquematização dos "eixos" desses estudos, que tenta dar conta da diversidade das abordagens que se tem feito sobre o romance[33]. Dentre

---

[32] Maia, J. Op. Cit.

[33] Os quais seriam: 1. estudos linguísticos e estilísticos; 2. análises de estrutura, composição e gênero; 3. crítica genética; 4. interpretações esotéricas, mitológicas e metafísicas; 5. interpretações sociológicas, históricas e políticas. Para um detalhamento desses cinco tipos cf. Bolle (2000, p.19, 20). É importante salientar que a tipologia proposta por Willi Bolle não é retomada aqui como se fosse suficiente para abarcar a complexidade dos estudos "que se deixam agrupar" nesses cinco tipos. Um debate sobre a recepção crítica do romance considerando as diferentes abordagens apontadas pelo autor mereceria uma

esses eixos, destaca-se aquele ao qual o autor se identifica para estabelecer a sua interpretação do romance em relação com a formação do país, que ele define como "interpretações sociológicas, históricas e políticas".

Nesse conjunto de interpretações, a relação com elementos considerados "documentais", que poderia engendrar uma retomada do debate sobre a tendência regionalista, aparece agora tematizada não mais referida à uma dimensão "regional", mas "nacional". Como assinalamos, segundo Álvaro Lins, a fisionomia esboçada em *Sagarana* seria "representativa [...] de todo o Brasil do interior". Assim, ainda que uma dimensão regional esteja presente na figuração das narrativas, esta não se apresentaria, segundo esse autor, com a finalidade de realçar as particularidades de uma determinada área do país, individualizando-a, mas de funcionar como uma alegoria do país por meio da figuração de uma "região de Minas Gerais".

Em "Notas de crítica literária – *Sagarana*"[34], Candido tece alguns apontamentos sobre a relação entre o "regional" e o "nacional". Essa relação, entretanto, não é desdobrada, como podemos observar em outros textos do crítico, senão para apontar a transcendência do regional, que culmina na apreciação do procedimento "estético" que possibilitou o alcance "universal" e a "coesão da fatura"[35]. Leia-se os comentários de Candido a propósito de *Sagarana*:

> Além das convenções literárias, *Sagarana* se caracteriza por um soberano desdém das convenções. O Sr. Guimarães Rosa – cuja vocação de virtuose é inegável – parece ter querido mostrar a possibilidade de chegar à vitória partindo de uma série de condições que conduzem, geralmente, ao fracasso. Ou melhor: todos os fracassos dos seus predecessores se transformaram, em suas mãos, noutros fatores de vitória.
> Para começar, a própria temática, **batida e aparentemente esgotada**. Em matéria de **regionalismo, só aceitamos, de uns vinte anos para cá, o nordestino**, transformado, por sua vez e por força do uso, em arrabalde pacífico e **já sem surpresas da nossa sensibilidade literária**. Em seguida, o **exotismo do léxico**, recurso geralmente fácil, abusado pelos escritores

---

apreciação mais matizada, que talvez inviabilizasse um agrupamento sistemático tal como o sugerido. Todavia, chama atenção o fato de o autor identificar-se a uma linha interpretativa hermenêutica, de análise sociológica, histórica e política.

[34] Publicado originalmente no Diário de São Paulo, em 11/07/1946, mesmo ano da publicação da primeira edição do livro *Sagarana*. Posteriormente publicado com o mesmo título em: Candido, Antonio. *Textos de Intervenção*. Org. Vinícius Dantas. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2002.

[35] A "valorização" do procedimento estético de Guimarães Rosa é aliás muito recorrente desde as suas primeiras recepções. Como pudemos observar nas primeiras leituras de *Sagarana* aos quais viemos nos referindo, boa parte delas acentua a "agudeza" do estilo do escritor que, segundo Álvaro Lins "entra na vida literária com o prestígio de um mestre na arte da ficção". Ainda que, já apareça também apreciações negativas em relação ao "preciosismo estilístico" que, segundo Luis Washington, "ofusca o material humano". In: Notas de leitura: *Sagarana. Jornal de São Paulo*. 26 maio 1946. IEB. JGR-R01,017.

> gaúchos. Depois, a **tendência descritiva**, quase de composição escolar, familiar a quem vive em contato com os pequenos jornais do interior e, em literatura, relegada a segundo plano pelas exigências tanto de ação quanto de introspecção do romance moderno. Finalmente, o **capricho meio oratório do estilo**, que há muito consideramos privativo da subliteratura.
> Pois o sr. Guimarães Rosa partiu de *todas* estas condições, algumas das quais bastaram para fazer naufragar escritores de maior talento, como Monteiro Lobato, ou reduzir às devidas proporções outros indevidamente valorizados, como o velho Afonso Arinos; não rejeitou nenhuma delas e **chegou a verdadeiras obras-primas**, como são alguns dos contos de *Sagarana*. (Candido, 2002, p.186, 187)

A diferença fundamental em relação "aos fracassos dos seus predecessores" é apontada no modo de construção das narrativas, que deixavam de se estabelecer de fora para dentro (ou seja, por meio de um ponto de vista de um narrador externo à realidade apresentada), mas, ao contrário, estabelecendo-se de dentro para fora, com narradores que são personagens ou que possuem uma visão não distanciada, e que manifestam, por isso, um ponto de vista privilegiado, uma linguagem mais próxima à fala popular.

Nessa inversão do ponto de vista, o que antes era "pitoresco e exótico", ganha contornos de uma linguagem em que "se desfazem as relações entre sujeito e objeto" (Candido, 2002, p.186), e os personagens aparecem como portadores de um discurso sobre si mesmos e sobre a realidade particular em que vivem. Os procedimentos narrativos que produzem esse efeito são apontados como resultantes das conquistas "formais" adquiridas pelo movimento modernista, que previa uma ruptura com a linguagem considerada "culta" e a incorporação da "oralidade" e da "fala popular".

O narrador de fora, que descrevia os costumes do "homem" na relação com a "sua terra", típico da tendência nativista do romance brasileiro, sairia de cena para dar lugar a um narrador que se confunde com os personagens. Os costumes deixariam então de ser representados a partir da linguagem de quem é "de fora", do intelectual citadino – cheio de preconceitos e juízos valorativos para com o "outro" – para serem figurados na fala desse "outro" que atravessa toda a estrutura da narrativa.

A construção do "sabor" regional "transcenderia" os critérios fincados em bases documentais, descritivas e pitorescas, para se estabelecer em uma *realização inventiva*[36]. O mérito de Guimarães Rosa teria sido, então, transformar "o fracasso de seus predecessores [...] noutros tantos fatores de vitória. Para começar, a própria temática, batida e aparentemente esgotada." (Candido, 2002, p. 187). Nos termos em que se

[36] Cf. Humberto Hermenegildo de Araújo (2008).

apresenta, o regionalismo enquanto tendência da prosa de ficção teria "estagnado" nas produções do romance social nordestino "já sem surpresas da nossa sensibilidade literária" (Candido, 2002, p. 187).

Num quadro como esse, a publicação de um livro de contos como *Sagarana*, viria a representar uma "volta triunfal do regionalismo de Centro. Volta e coroamento. De Bernardo Guimarães a ele, passando por Afonso Arinos, Valdomiro Silveira, [...] assistimos a um longo movimento de **tomada de consciência, através da exploração do meio humano e geográfico**" (Candido, 2002, p. 186).

Em "Literatura e subdesenvolvimento", Candido retoma a questão do regionalismo detalhando esse "longo movimento de tomada de consciência". Ele localiza na literatura brasileira três fases com relação a esse movimento: uma fase de "consciência amena do atraso, correspondente à ideologia de 'país novo'", representada pelos escritores românticos; uma "fase de consciência catastrófica do atraso", correspondente à noção de país "subdesenvolvido" em que se incluem o "regionalismo" e o romance "social" das décadas de 1930 e 1940; e uma fase de "consciência dilacerada do subdesenvolvimento" representada pelo "super-regionalismo" de Guimarães Rosa (Candido, 1987, p. 142 e ss.).

Candido apresenta essas fases a partir das implicações que as transformações sociais teriam promovido no "âmbito da cultura" e por meio de critérios que acompanham o amadurecimento na forma como os escritores de literatura tematizaram os aspectos da sociedade. Não é de se admirar que, nesse sentido, a obra de Guimarães Rosa seja apresentada como o coroamento de uma tendência que teria "fracassado" nos aspectos formais necessários para a "verdadeira obra de arte", e que assinalaria, segundo Galvão (2008), "o apogeu e o encerramento do Regionalismo".

No ensaio "O homem dos avessos"[37], podemos reconhecer uma interpretação semelhante desenvolvida a partir da leitura do romance *GS:V*, no que diz respeito à qualidade artística do escritor:

> A **experiência documentária de Guimarães Rosa**, a observação da vida sertaneja, [...] a capacidade de entrar na psicologia do rústico, – tudo se transformou em **significado universal graças à invenção, que subtrai o livro**

[37] Publicado originalmente com o título "O sertão e o mundo", no n° 8 da revista *Diálogo*, no ano de 1957, o ensaio de Candido seria um dos primeiros textos que marcam a recepção do romance, que teve sua primeira edição publicada no ano de 1956.

> **a matriz regional** para fazê-lo exprimir os grandes lugares comuns, sem os quais a arte não sobrevive: dor, júbilo, ódio, amor, morte, – para cuja órbita nos arrasta a cada instante, mostrando que o pitoresco é acessório e que na verdade o sertão é o mundo. (Candido, 1964, p.122, grifos meus)

Retornamos então à "experiência documentária" ou a "observação participante"[38] de Guimarães Rosa, apontada como um dos "ingredientes básicos" do sabor regional que *constrói* em suas narrativas, diferente dos escritores em que predominaria "a investigação livresca", que *traziam* o sabor regional ao leitor da cidade por meio de uma linguagem também "livresca". Essa linguagem seria um produto estilizado de uma experiência de contato "direto" com a matéria narrada.

Se no momento de publicação da primeira edição de *Sagarana* essa "experiência documentária" e a "observação da vida sertaneja" são identificadas recorrendo-se aos elementos postos em cena pela narrativa literária, posteriormente os pesquisadores puderam contar com mais elementos para compor essa identificação. As cadernetas de viagem do escritor – entre outros registros, os quais podem ser consultados no arquivo do IEB – contribuíram muito para "reforçar" a identidade do escritor com algumas localidades do Norte de Minas Gerais, que aparecem referidas tanto nesses registros quanto nas narrativas literárias.

Ainda remetendo-nos à primeira recepção, é significativo observar os comentários de Plínio Barreto, que fazem alusão ao deleite "estético" das narrativas de *Sagarana* e a uma visão nostálgica do "sertão" apresentado como uma espécie de refúgio onde se pode buscar uma vida autêntica:

> Quem estiver fatigado das complicações da vida nas grandes cidades, e desejar uma renovação de ar, de horizonte e de costumes, atire-se, sem receio, ao livro de contos com que o senhor João Guimarães Rosa acaba de se apresentar um prosador de excelentes quilates. Todas as cenas desse livro desenrolam-se na roça, na roça mineira, e trazem o perfume, o colorido e o sabor das coisas do campo. [...] Na linguagem da roça sente-se a substância de um "sabor de experiências feito".[39]

Nesse mesmo artigo de Plínio Barreto encontramos expressões como "a vida da gente do sertão ele as retrata com fidelidade e vigor", "cenários que pinta", significativas

---

[38] Assim como Deise Dantas Lima, Bolle também chama atenção para "a observação participante" que aproxima as narrativas de Guimarães Rosa dos "métodos de pesquisa" dos cientistas sociais: "A observação participante do narrador rosiano tem traços em comum com o trabalho de campo do antropólogo ou sociólogo, mas difere deste pelo engajamento existencial de vida ou morte" (Bolle, 2004, p. 294).

[39] Barreto, P. Op. cit.

do ponto de vista da identificação das narrativas de Guimarães Rosa com algumas localidades mineiras que passaram a ser "divulgadas" e visitadas como parte do cenário onde se desenrolam as narrativas do escritor.

Carlos Drummond de Andrade, em crônica publicada no livro *O poder ultrajovem* no ano de 1972, curiosamente, parece "antecipar" o interesse "turístico" por este "cenário", ao apresentar a anedota do casal indignado com o roteiro turístico que passava perto de Cordisburgo e não incluía a cidade onde nasceu o escritor. A crônica parece sugerir que, assim como as cidades históricas das "minas auríferas", como Ouro Preto e Diamantina, poderia haver interesse em tornar patrimônio cultural as localidades em que nasceram os grandes nomes da literatura nacional, que incluiria o Norte de Minas "tão bem representado por João Guimarães Rosa". Intitulada "Cordisburgo, de passagem", a crônica parece acenar para um interesse que hoje motiva o turismo literário em que se consolidou o "Circuito Guimarães Rosa"[40].

O distrito de Andréquicé, que aprece indicado em diversos textos de Guimarães Rosa, a exemplo do livro *GS:V*, apresenta uma relação bem interessante com o circuito literário, que se estabeleceu, em parte, pelo interesse de alguns pesquisadores em conhecer e entrevistar Manuel Nardy, que passou a ser identificado como a pessoa que

---

[40] Cordisburgo, a cidade natal do escritor que, atualmente saiu do circuito literário, tendo de optar entre esse e o "Circuito das Grutas" (que movimenta muito mais pessoas – com as visitas à Gruta do Maquiné), foi por nós visitada nos anos de 2005, 2006, 2008 e 2010, onde pudemos acompanhar alguns encontros em torno de sua literatura. Acompanhamos também nos anos de 2005, 2006, 2011 e 2012 a "Semana Cultural Festa de Manuelzão", que se realiza no distrito de Andréquicé. Podemos perceber na apresentação do circuito como a identidade da literatura do escritor com esses lugares mobiliza o interesse em conhecê-los: "O Circuito Guimarães Rosa (CGR) oferece roteiros que levam os viajantes aos **lugares reais onde se passam as estórias de João Guimarães Rosa e que definem o 'sertão roseano'**. O 'sertão roseano', além de ser uma experiência literária, é uma viagem ao coração do Brasil, muito distante do turismo convencional.
É preciso espírito aventureiro para desbravar estradas de chão, fazer caminhadas pelo cerrado, hospedar-se em pensões simples e **viver alguns dias a vida da roça para descobrir os lugares presentes na ficção de Guimarães Rosa**, como por exemplo, o "porto" do rio de-janeiro, o pequeno rio onde se dá o encontro de Riobaldo e Diadorim no romance *Grande Sertão: Veredas*; ou a estação de Cordisburgo onde Sorôco leva sua Mãe e sua Filha para embarcar no trem que as levará ao hospício de Barbacena; ou as fazendas do conto O Recado do Morro, e ainda encontrar o "Liro-liro", as flores alvas que enquadram a janela de Otacília...e tantos outros **cenários e paisagens da vida e da obra de Guimarães Rosa**.
Para conduzir os viajantes a esse mundo da ficção, o CGR conta com guias especiais que conhecem a geografia Roseana e que levam os viajantes às belezas da flora e da fauna, do Cerrado que ainda existe no sertão, e tudo isso ouvindo os Contadores de Estórias do CGR narrando as estórias de Guimarães Rosa, nos próprios cenários onde elas se passam.
O Circuito Guimarães Rosa é dirigido aos interessados por literatura, aos que já conhecem ou querem conhecer a obra de Guimarães Rosa e àqueles que querem **viver a simplicidade, a sabedoria e a arte do povo sertanejo**." ("Dossiê Guimarães Rosa". In: Revista do Instituto de Estudos Avançados v. 20 n.58 set./dez. 2006, grifos meus)

“inspirou” a construção do personagem Manuelzão. A pesquisa das cadernetas de viagem da “boiada” apresentam indicações que permitiram a muitos pesquisadores estabelecerem uma relação entre os personagens das “estórias” e a vida dos vaqueiros que junto com Manuel Nardy conduziram a boiada no ano de 1952.

Sandra Vasconcelos foi uma das pesquisadoras que se interessou em visitar Andréquicé e entrevistar Manuel Nardy, tendo como referência as indicações das cadernetas da boiada e o conto “Uma história de amor”. Na narrativa “Uma história de amor”, o personagem Manuelzão aparece figurado a partir de elementos que, como a autora analisa em seu livro *Puras Misturas,* guardam semelhanças com os registros de Guimarães nas cadernetas de viagem.

Ainda que não nos aprofundemos numa discussão sobre o significado da atual “valorização” da “cultura sertaneja” projetada em relação ao circuito literário do “sertão roseano”, a experiência das viagens que realizamos em relação com esse circuito contribuiu de maneira significativa para refletirmos sobre algumas questões implicadas em nossa pesquisa. Nesse sentido, propomos pensar sobre a presença de um interesse pelo “lugar” em sua relação com a literatura de Guimarães Rosa, levando em conta que, em suas narrativas, a referência a essas localidades apresenta dimensões contraditórias em relação à projeção que delas se fazem atualmente.

A literatura de Guimarães Rosa, ao tematizar a “vivência” das pessoas nesses lugares, seus costumes e suas qualidades particulares, pode fazer-nos refletir, não só sobre a especificidade desses lugares e seu processo histórico de transformação, mas, sobretudo, do nosso ponto de vista, sobre a forma de representar contida nos relatos de trabalho de campo, sugerindo uma reflexão sobre os discursos como práticas de representações sociais e sobre a relação entre sujeito e objeto muitas vezes naturalizada na prática científica.

Apesar de identificarmos na literatura de Guimarães Rosa uma “nostalgia” e a admiração ao que se apresenta como “cultura sertaneja”, pensamos que, entre os extremos de uma visão etnocêntrica que faz apologia do desenvolvimento das técnicas e que apresenta o sertão como lugar do atraso, e uma visão “participante” que buscaria “dar voz” ao “outro” da cultura moderna (a uma cultura particular que não pode se expressar com as categorias etnocêntricas, e que por isso deve ser posta em cena a

partir de seus atributos que a diferenciam da cultura "pasteurizada" das cidades) existem muitas nuances e sutilezas que são sugeridas pelas narrativas do escritor.

Pensamos que a intervenção de Guimarães Rosa em relação às práticas de representação sociais tensiona com uma visão maniqueísta onde o sertão é apresentado a partir de relações que o qualificam como um "outro" do ponto de vista cultural, visão que implica em "julgamentos" de preservação ou destruição dessa cultura. Cabe, nesse sentido, problematizar tanto o interesse em querer conservar essa cultura, que implica atualmente na sua "preservação" enquanto "patrimônio cultural" e consequente "valorização" da "cultura sertaneja", quanto o diagnóstico que qualifica o sertão a partir do subdesenvolvimento econômico e atraso das instituições políticas, fazendo apologia da modernização das áreas onde esse subdesenvolvimento aparece caracterizado, ambas propondo um caminho de intervir para conservar ou transformar essas relações.

Expondo elementos contraditórios presentes nas interpretações dualistas, Guimarães Rosa evidencia, ao tematizar o sertão, a contradição em que ele próprio se situa em relação à representação de algo que aparentemente ele observa esposando a visão de "dentro". Pensamos, nesse sentido, que esse "não distanciamento" não diz respeito a uma tentativa de dar voz ao personagem que "representa" uma cultura diferenciada, mas explicitar a "mentira", não apenas da invenção como atributo da ficção, mas da representação dos discursos que se pressupõem imediatamente referidos ao "real" e a ideia de "verdade".

1.4 A pecuária na territorialização do Norte de Minas Grais: "o sertão do gado" e o sertanejo como *personagem tipo*: aproximações com a noção de gêneros de vida

Discutiremos a importância da pecuária na territorialização colonial, acenando para o desdobramento desse processo que, com o fim do sistema colonial, engendra o que estamos considerando como um padrão regional de territorialização do Estado nacional em processo de formação. O conceito de territorialização[41] se refere ao processo de produção do espaço do capital (Leite, 2010), e o que se considera como

[41] "Processo compreendido como a reorganização de determinada realidade espacial, cujo sentido é definido pela generalização de relações sociais de produção voltadas para possibilitar a acumulação de capital. Territorialização, portanto, é a produção do território do capital" (Leite, 2010, p. 16).

padrão regional de territorialização diz respeito, sobretudo, a uma perspectiva de abordagem da formação do Estado nacional como produto do processo de formação das relações sociais capitalistas. Nessa perspectiva, enfatizamos a necessidade de considerar o sentido da colonização e a crise do Antigo Sistema Colonial, para pensarmos como a territorialização referida ao Estado nacional passa por um momento "regional" em que as relações sociais de produção assumem aspectos particulares.

Esses aspectos serão discutidos, sobretudo, a partir de referências trazidas pela leitura de textos de Guimarães Rosa, com foco nas relações de produção engendradas na dinâmica de expansão das fazendas de gado no norte e nordeste de Minas Gerais. A partir dessas referências, buscamos tematizar a relação dessa dinâmica com a importância que a atividade pecuária assume na territorialização colonial, promovendo a penetração e o processo de pacificação dos sertões. No que se refere à leitura dos textos de Guimarães Rosa, chamaremos a atenção para alguns aspectos por meio dos quais o escritor tematiza o sertão e a atividade pecuária, estabelecendo uma aproximação entre esses aspectos e a maneira como alguns autores utilizam a noção de gênero de vida.

Essa aproximação parte de um diálogo com o estudo A Geografia Humana do Brasil, de Pierre Deffontaines, onde se esboça um caminho para a "definição humana da região" a partir do conceito de "gêneros de vida". Nesse estudo, encontramos indicações sobre o procedimento do "método regional" da "escola francesa" que incidiu de modo significativo na orientação das pesquisas geográficas no Brasil, em particular na Universidade de São Paulo. Uma atenção maior foi dedicada aos momentos em que Deffontaines se debruça sobre o caso da atividade pecuária no Brasil, destacando as particularidades que, segundo esse autor, imprimem uma feição diversa às relações sociais das áreas onde se expandiram as fazendas de criação de gado.

Apresentamos também uma leitura do estudo de Caio Prado Junior sobre a importância da pecuária no processo formação do Brasil, onde se faz presente a referência à territorialização da pecuária numa área contígua denominada "sertão". Selecionamos um trecho do texto "Pé-duro chapéu-de-couro"[42,] de Guimarães Rosa, que faz alusão à essa mesma área onde se expandiram as fazendas de gado:

---

[42] Trata-se de um texto dividido em várias partes, que apresenta dificuldades para uma categorização pois mescla muitos tipos de "abordagem". Começa fazendo referência a um encontro de Vaqueiros realizado

> Mas o boi e povo do boi, enquanto tudo, iam em avanço, horizontal e vertical, **riscando roteiros e pondo arraiais no país novo**.
> No Centro, no Sul, ao Norte, a Oeste, por mãos de trecho do interior fechado e aberto, e na beira das fronteiras, na paz e na guerra, se aviava o gado, com sua preia, sua cria, sua riqueza, seu negócio – léu de bando, contrabando, abactores e abigeatos – e as peripécias de um trato animado e primitivo, obrigador de gente apta e fundador de longa tradição rusticana.
> Gaúchos meridionais, peões mato-grossenses, pastoreadores marajoaras, e outros de muita parte para dentro desses extremos geográficos; **mais obtidos porém, e contados como vaqueiros propriamente, os do rugoso sertão que ajunta o Norte de Minas, porção da Bahia, de Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Piauí, Maranhão, Goiás**.
> Através dessa quantidade de cerrados, gerais, carrascos campos, caatingas, serras sempre ou avaras várzeas, planaltos, chapadas e agrestes, regiões pouco fáceis, espalharam-se, na translação das boiadas, **os gadeiros são-franciscanos com querência de espaço**, sertanistas subidores, barões do couro, e seus servos campeiros, mais ou menos curibocas, herdeiros idealmente do índio no sentido de **acomodação ao ruim da terra e da invenção de técnicas para paliá-lo**. Nossos, os vaqueiros. (Guimarães Rosa, "Pé-duro chapéu-de-couro" In: *Ave, Palavra,* p. 170, 171, grifos meus)

Se considerarmos que a expansão das fazendas de criação de gado, que se espalham pelo interior da colônia portuguesa, tinha relação com a produção de mercadorias e o sentido da colonização, apresentar a importância da pecuária e das relações que se constituíram em torno dessa atividade remete-nos, num primeiro momento, a pensar sobre a forma de mediação das relações sociais. Nos leva a pensar, por exemplo, na mediação social pressuposta quando se afirma "o boi e povo do boi", onde em primeiro lugar vem o boi, o gado, "sua riqueza, seu negócio", a mercadoria carne; referido a ele vem o povo, os braços que erguiam o curral, a massa que se reunia em torno da fazenda pecuária.

O "rugoso sertão que ajunta o Norte de Minas" poderia ser entendido como contiguidade de um meio físico determinado que se "ajunta" por possuir características semelhantes em relação a um tipo de relevo ou vegetação ("cerrados, gerais, carrascos campos, caatingas, serras sempre ou avaras várzeas, planaltos, chapadas e agrestes, regiões pouco fáceis") que se encontraria presente entre o Norte de Minas e Piauí. Entretanto, sugere-se no trecho citado que, o "que ajunta", seria a presença do vaqueiro,

---

por Assis Chateaubriand, "na cidade baiana de Cipó, [...] para desfile, guarda de honra, jogos de vaquejada e homenagem recíproca entre o Chefe da Nação e os simples cavaleiros do Sertão Ulterior [...]". Segue como uma espécie de "ensaio", se debruçando sobre as representações da figura do vaqueiro, relatando a presença desse "personagem" ao longo da literatura brasileira passando por José de Alencar e Euclides da Cunha. Continua, mudando o tom "ensaístico" para uma espécie de caracterização descritiva genérica, que também se interrompe e dá lugar ao relato de "estórias" de vaqueiros particulares. Enfim um texto que nos intrigou pela dificuldade que apresenta para uma leitura analítica, e que, ao mesmo tempo, compartilhava de algumas referências recorrentes nos estudos sobre a atividade pecuária do "sertão".

o que caracteriza o "sertão que ajunta" seria para além das condições do meio físico um determinado "gênero de vida" característico dessas "regiões pouco fáceis", de que o vaqueiro seria representante no seu modo de "acomodação ao ruim da terra e da invenção de técnicas para paliá-lo".

É interessante observar como esse trecho, de autoria de Guimarães Rosa, se assemelha à passagem em que Caio Prado, ao apresentar a pecuária no processo de povoamento do interior da colônia, destaca essa área contígua na qual identifica características comuns:

> Vejamos a segunda zona da pecuária colonial: Minas Gerais. O setor norte dessa capitania se inclui, como afirmei, nos sertões que acabamos de ver mais acima [refere-se aos "sertões do Nordeste"]; atenuam-se neles os caracteres extremos destes últimos: não se verificam aí secas propriamente, mas somente um baixo índice de pluviosidade. Mas a vegetação é semelhante, a topografia também. E o que **sobretudo identifica estas regiões,"os gêneros de vida humana", são iguais em ambas**. Aliás esta parte de Minas é, geográfica e historicamente, um prolongamento da Bahia. Foi povoada pelas fazendas de gado que subiram no século XVII as margens do São Francisco, alcançando já nesta fase seu afluente rio das Velhas. E muito antes de se formar o que seria Minas Gerais, cujo contingente maior e característico de povoadores viria do Sul, o norte já se achava ocupado pelos baianos. (Prado Jr., 1969, p.197, grifos meus)

Comparando essa passagem com o trecho citado anteriormente, chama atenção a coincidência dos aspectos apontados em relação ao "sertão que ajunta o Norte de Minas [...]", nota-se, ainda que Guimarães Rosa não use a expressão "gêneros de vida", que ele identifica "estas regiões" sobretudo a partir do modo de "acomodação ao ruim da terra e da invenção de técnicas para paliá-lo". Pensemos no sentido em que Prado Jr. utiliza a noção de "gênero de vida", indagando a acepção "geográfica" do termo.

O conceito de "gêneros de vida", presente nos estudos geográficos, pode ser indagado de modo significativo nos autores da "escola francesa possibilista", como é o caso de Maximilien Sorre. No artigo "Fundamentos de Geografia Humana", publicado originalmente em 1948, Sorre assim apresenta a questão:

> Na análise das relações entre o grupo humano e seu meio, o geógrafo utiliza uma noção de caráter funcional que é, na verdade, **uma noção central para a sua disciplina**: a noção de gênero de vida. Ratzel faz dela grande uso e, entre nós, Vidal de la Blache. É mais fácil apreendê-la por exemplos concretos, de modo por assim dizer intuitivo, do que por meio de definição sistemática. Contudo, pode-se dizer que a expressão designa o **conjunto mais ou menos coordenado das atividades espirituais e materiais consolidadas pela tradição, graças as quais um grupo humano assegura sua permanência em um determinado meio.** [...] Para a ecologia, o gênero de vida representa um conjunto de adaptações – seja qual for a ideia que esse termo denote. **Adaptações das**

> **atividades do indivíduo e do grupo, em outras palavras, técnicas. O gênero de vida é um conjunto de técnicas**. Em decorrência, devemos voltar a considerar a capacidade de reação dos grupos humanos, sua faculdade de criar a paisagem geográfica. (Sorre, 1984, p. 90, grifos meus)

Essa apresentação oferece elementos para pensar como os estudos geográficos abordam os "tipos de organização social e cultural" (Vasconcelos, 2000), e como partem dessa abordagem para caracterizar as regiões conforme o critério apresentado pelo geógrafo Pierre Deffontaines[43,] onde o conceito de "gênero de vida" é apresentado em relação ao estudo da "região":

> A **definição humana de uma região** é dada não tanto pela repartição da população ou por distribuições étnicas, mas sobretudo, pelo conhecimento dos **gêneros de vida**, cuja associação íntima assegura a exploração do solo. Esses gêneros de vida encontram sua expressão em personagens tipos cuja enumeração **ocupa o primeiro lugar na caracterização de cada região**. (Deffontaines, 1952, p. 113, grifos meus)

Ocupando "o primeiro lugar na caracterização de cada região" e, encontrando "sua expressão em personagens tipos", a noção de "gêneros de vida", considerada como conjunto de técnicas, apresenta semelhanças com a forma como Guimarães Rosa se refere aos vaqueiros no trecho citado. Como destacamos anteriormente, a caracterização do vaqueiro a partir da "acomodação ao ruim da terra e da invenção de técnicas para paliá-lo" se aproxima da noção de "gêneros de vida humana" utilizada por Caio Prado[44], e essa utilização dialoga com a formulação apresentada pelos geógrafos.

Quando trata dos objetivos da Geografia Humana, Deffontaines destaca que a principal preocupação desse "ramo da Ciência Geográfica" (Deffontaines, 1952, p.11) seria estudar "a massa dos homens e sua repartição" que "se poderia chamar de efetivo humano". Essa preocupação partiria, num primeiro momento, pela consideração da importância da habitação como "marca do homem sobre o solo". Deffontaines indica, assim, um caminho de análise que se direciona para o estudo das formas de

---

[43] É importante destacar o contato que Caio Prado teve com Deffontaines, não apenas no curso de História e Geografia (que na época ainda eram conjuntos, na Faculdade de Filosofia da USP), mas também ao atuar como secretário da AGB que foi fundada pela iniciativa de Pierre Deffontaines, cf. *Caio Prado Jr. e a A associação dos Geógrafos Brasileiros* / Paulo Iumatti, Manuel Seabra, Heinz Dieter Heidemann (org.). São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros: Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

[44] A caracterização da atividade pecuária (e do processo de territorialização do sertão), como veremos, apresenta-se nesses autores por meio de perspectivas diversas. Principalmente quando consideramos que na abordagem de Caio Prado o elemento central da análise leva em conta a articulação da pecuária com as demais atividades que se desenvolveram com a colonização portuguesa, determinadas pelo seu *sentido*.

povoamento, onde o meio "rural" ocupa um lugar privilegiado por se constituir como "a sementeira fundamental do povoamento". Caberia ao geógrafo reconhecer como se efetuou o povoamento, buscando caracterizar os diferentes momentos que contribuíram para a configuração de uma determinada região:

> Muitas vezes o povoamento de uma região não se efetuou de uma só vez e por um só sistema; ele se executou por etapas. Um povoamento primário marcou uma primeira ocupação da região, ainda frouxamente; mais tarde, entre as malhas desses primeiros habitantes, fixaram-se outros colonos e tem-se, assim, para cada **região, isto é, para cada unidade de paisagem, uma fórmula de povoamento mais ou menos complexa**. (Deffontaines, 1952, p.15, grifos meus)

Destacamos tal passagem onde podemos perceber a maneira pela qual o povoamento é abordado na sua relação com a "construção da paisagem", sendo importante assinalar a definição de região como "unidade de paisagem" onde se expressa "uma fórmula de povoamento mais ou menos complexa". Para Sorre (1984), a paisagem geográfica, como construção dos grupos humanos, não pode ser estudada sem a utilização da noção de "gêneros de vida", "noção de caráter funcional" e, ao mesmo tempo, "central para a sua disciplina". Aponta também que é "mais fácil apreendê-la por exemplos concretos, de modo por assim dizer intuitivo, do que por meio de definição sistemática", ainda que, em seguida, a defina como "adaptações das atividades do indivíduo e do grupo, em outras palavras, técnicas". Deffontaines utiliza o conceito a partir do "exemplo concreto" que analisa em sua "Geografia Humana do Brasil", e escreve a respeito da pecuária:

> Por influência da pecuária, é que se processou o povoamento do interior. O gado tinha a vantagem de ser semovente, produto que se transporta a si mesmo, condição de máxima importância para essas regiões extensas e desprovidas de via de comunicação. Ao lado do Brasil das plantações, no litoral e nas matas, formou-se um Brasil complementar – o da criação, no interior, nos campos e caatingas. **Esses dois Brasis, se diferenciam tanto pelo gênero de vida,** quanto pela composição da população. O Brasil agrícola socorreu-se da mão de obra de escravos pretos, criando uma plebe de cor ao lado de uma aristocracia branca. **O Brasil sertanejo, só de brancos quase sem mestiçagem, pertencentes à antiga camada de imigrantes portugueses, não tem no mesmo grau uma hierarquia social.** O sertanejo é sempre o mesmo personagem; seja ele fazendeiro, boiadeiro (condutor de rebanhos), ou agregado (guardador de gado), **representa uma civilização pastoril arcaica, cuja técnica baseia-se inteiramente na manipulação do couro** (ver a "sala sertaneja Euclides da Cunha", no Museu Nacional do Rio de Janeiro). (Deffontaines, 1952, p.199, 200, grifos meus)

Nessa passagem, Deffontaines apresenta o povoamento do interior destacando a

importância da atividade pecuária para o desenvolvimento de um gênero de vida "sertanejo" distinto do "Brasil agrícola" marcado pela hierarquia social e pelo extremo contraste entre uma "aristocracia branca" e uma "plebe de cor" (referindo-se aos escravos africanos). O "outro" Brasil é interpretado como uma "civilização pastoril arcaica" em que o personagem seria sempre o mesmo "sertanejo", abstraída a posição social, se fazendeiro ou empregado. Essa caracterização do sertanejo como o "mesmo personagem", situada no capítulo dedicado ao estudo das atividades econômicas que se desenvolveram no Brasil, parece se referir à aparência desses homens que, quando comparados entre si, não apresentam um contraste que é visível entre senhores de engenho e escravos. Já no capítulo dedicado ao "Efetivo humano", ele introduz uma distinção significativa ao apresentar os "personagens tipos",

> Existe muitas vezes um **personagem dominante que determina na região toda a série das ocupações e o regime de trabalho**, e cujos hábitos e necessidades se inscrevem na própria paisagem; os outros personagens gravitam-lhe em torno, alguns mesmo vivem como parasitas. (...) No Brasil, **o personagem dominante, e ao mesmo tempo o mais antigo, é o "fazendeiro", isto é, o proprietário de uma fazenda ou grande cultura**. Havia sem dúvida, bem antes da chegada dos brancos, populações indígenas autóctones, pouco abundantes, no máximo um habitante por três quilômetros quadrados, que foram além disso reagrupadas, transformadas e mesmo dizimadas pelos primeiros colonos. (Deffontaines, 1952, p. 113, grifos meus)

Nessa caracterização, aparece um "personagem dominante" que determina as "ocupações e o regime de trabalho"; assim, o fazendeiro diferencia-se dos outros personagens porque a propriedade da fazenda lhe outorga poder de determinar não só a forma de apropriação da terra, como também o "regime de trabalho". O fato de os outros personagens gravitarem em torno desse personagem dominante, indica que a relação social que se estabelece na fazenda não se explica pela relação do "homem com o meio". A autonomia[45] pressuposta na caracterização dos gêneros de vida, a descrição das "atividades materiais e espirituais consolidadas pela tradição", encontra-se aí

[45] A noção de autonomia que referimos acima é identificada a partir da apresentação de Sorre sobre os gêneros de vida, desenvolvida no artigo "A noção de gênero de vida e sua evolução": "Buscando seus exemplos na vida de populações de coletores, de agricultores e criadores,Vidal de la Blache descreveu os complexos das atividades habituais que são característicos de cada grupo humano e constituem a base de sua existência. Não são tipos primitivos, pois a maioria deles passou por longa evolução. A autonomia de que são dotados é que os torna particularmente adequados para servir de exemplo. Referimo-nos a eles com frequência a propósito da técnicas." (Sorre, 1984, p.99)

comprometida quando pensamos que a distinção desses "personagens"[46] indica a presença de uma nexo social que vincula essas atividades ao sentido da produção de mercadorias. Tal sentido põe em relação esse "sertão", em que se expandem as fazendas de gado, com as demais atividades que se estabelecem na colônia.

A dinâmica de acumulação capitalista na colônia coloca dificuldades para pensar na importância da territorialização nos sertões da pecuária extensiva. Atividade considerada subsidiária em relação à empresa colonial, a pecuária, quando contraposta à mineração e à grande lavoura, não apresenta nexos tão evidentes com a dinâmica de acumulação em contexto mundializado. A penetração do sertão pelo "gado", entretanto, corresponde a um processo não desvinculado do sentido da colonização. É necessário qualificar o sentido das atividades que "asseguram a exploração do solo" (Sorre, 1984): a condição da fazenda como "empresa"[47], unidade produtiva, cujo produto, o gado, é comercializado:

> A amplitude do comércio de carne pode ser avaliada por este desfilar ininterrupto de boiadas que perambulam pela colônia e que os viajantes de princípios do século passado assinalam a cada passo em seus diários.[...] este comércio e consumo de carne relativamente avultados são propulsores de **uma das principais atividades da colônia: a pecuária; a única, afora as destinadas ao produtores de exportação, que tem alguma importância. Não é com justiça que se relega em nossa história para um plano secundário**. Certo que não ostenta o lustre dos feitos políticos, nem aparece na primeira ordem dos grandes acontecimentos do país. Recalcada para o íntimo dos sertões, escondem-na à vista, a intensa vida do litoral, os engenhos, os canaviais, as outras grandes lavouras. E não tem os atrativos naturais do ouro e dos diamantes. **Entretanto, já**

---

[46] Os aspectos por meio dos quais o autor caracteriza essa "civilização pastoril", não são aqui desconsiderados, na medida em que a referência às técnicas rudimentares de confecção dos utensílios e de vestimentas indica a importância dessa confecção num contexto em que a mediação social da mercadoria está em processo de formação.

[47]"Cedo o nome de "fazenda", isto é, **empresa**, se aplicou a todas essas propriedades iniciais. [...] Pode-se distinguir dois tipos principais: o primeiro apareceu ao longo da costa, na zona florestal, quente e úmida (zona da mata), e aplicou-se à produção de plantas exóticas, por muito tempo as únicas cultivadas nas colônias, cana-de-açúcar, tabaco, café, cacau, algodão, segundo as localidades e as épocas – é a fazenda de plantação; o segundo tipo está ligado à criação do gado e instalou-se nos planaltos mais secos e mais salubres do interior. [...] **o dono não mora sempre nela** e a morada tem pouca aparência; **o pessoal nunca está agrupado, mora em cabanas muito afastadas**, umas das outras, colocadas junto de uma espécie de quadrado de troncos de árvores formando paliçada: é o "curral", onde se reúne periodicamente o gado para marcá-lo, tratá-lo e selecioná-lo para exportação; [...] A fazenda de gado deve atender a necessidades muito diversas; o grande problema para ela não reside na exposição solar e sim na delimitação; **é preciso evitar que os imensos rebanhos se dispersem pelo sertão.** Procura-se por isso apoiar as propriedades em cursos d'água; os sítios privilegiados são promotórios, na confluência de dois rios, o "pontal" [...] **Em algumas regiões, nos sertões do nordeste principalmente, as fazendas de gado não possuem limites precisos, o gado pasta em liberdade em campos que se chamam "campos gerais"**; o fazendeiro é menos um proprietário de terra do que uma certa marca, que se faz nos animais com ferro em brasa, ou pela incisão da orelha" (Deffontaines, 1952, p.119, 120, grifos meus).

> **sem contar papel que representa na subsistência da colônia, bastaria à pecuária o que realizou na conquista de território para o Brasil a fim de colocá-la entre os mais importantes capítulos da nossa história**. Excluída a estreita faixa que beira o mar e que pertence à agricultura, a área imensa que constitui hoje o país se divide, quanto aos fatores que determinaram sua ocupação, entre a colheita florestal, no Extremo-Norte, a mineração no Centro-Sul, a pecuária no resto. (Prado Jr., 1969, p.186, 187)

Em Caio Prado, a grande extensão das fazendas é apresentada na relação com as condições para o desenvolvimento da atividade pecuária, uma vez que "tal sistema dada sobretudo a pobreza dos pastos nativos, impõem áreas muito extensas"[48]. A condição em que se desenvolve a pecuária no período colonial, que não necessitava de grandes investimentos como a unidade produtiva da grande lavoura, teria, assim, como contrapartida a utilização de grandes porções de terra para o pasto. O problema da "delimitação" dos pastos, apontado por Deffontaines, é uma das características dessa atividade que faz com que se atribua a ela um "nível técnico" inferior em relação aos tipos de criação intensiva. Ao observar tal tipo de criação "onde os pastos carecem de fechos" (GS:V, p.9) Caio Prado se refere a ela como "pouco mais que uma rudimentar indústria extrativa"[49] (1969, p.188).

Entretanto, Caio Prado enfatiza que tais condições[50] de desenvolvimento da

---

[48] "As terras aproveitáveis, tanto pela sua quantidade como localização ao alcance do comércio exterior, são avidamente ocupadas, não sobrando espaço para outras indústrias; também as atenções da parte da população situada nestes pontos privilegiados são monopolizadas por aquela grande lavoura, muito mais atraente e lucrativa; já vimos a propósito das culturas alimentares, como este papel absorvente da grande lavoura age em detrimento de outras ocupações. Muito mais seria com relação à pecuária, que por natureza requer muito mais espaço; sobretudo a nossa pecuária, a única então possível, realizada extensivamente, sem estabulação, silagem e outros processos de criação intensiva. (...)" (Prado Jr., 1969, p.188)

[49] A condição de atividade subsidiária como propõe Prado Jr. em relação à pecuária durante o período colonial, induz interpretações como a de Galvão (1972), em que as relações na fazenda de gado parecem dispensar a necessidade de mobilizar trabalho nos processos produtivos. Tal condição tornaria os homens livres pobres dispensáveis à esfera da produção, que aparece como sendo por excelência a produção voltada para o comércio internacional, que se realizava com trabalho escravo. Parecendo conduzir-se pelo argumento de Maria Silvia de Carvalho Franco, sobre a condição dos homens livres na ordem escravocrata, Galvão pressupõe então uma dispensabilidade em termos absolutos dessa massa rural das relações econômicas engendradas pela produção de mercadorias. Quando trata da importância da atividade pecuária enquanto garantia de povoamento efetivo de vastas extensões, e, portanto conquista do território em relação a esse sentido, Prado Jr. observa uma importância que não se reduz a uma dimensão quantitativa desse caráter do povoamento no "sertão", senão aponta para o questionamento de uma dimensão qualitativa desse processo. Ressaltamos também a necessidade de diferenciar a reprodução da atividade pecuária na colônia e sua reprodução no contexto das relações sociais figuradas em *GS:V*. Ainda que as referências apresentadas por Prado Jr. contribuam de modo significativo para pensarmos como historicamente essa atividade possibilitou a territorialização dessa área, pensamos que no contexto em questão no romance a atividade pecuária não coincide com a pecuária colonial.

[50]"Se à primeira vista o autor parece estabelecer os parâmetros para a diferenciação da zona pecuária dos sertões do Norte a partir da análise da homogeneidade das condições 'naturais' da área – vegetação,

atividade pecuária se devem ao contexto geral da economia colonial, e não a uma limitação de desenvolvimento da "cultura" da criação de gado. Os critérios que definem a caracterização do "gênero de vida" da "região pecuária" provêm de fatores, que seriam "estranhos" à descrição de um tipo de relação entre o "homem e o meio", provenientes da determinação social que motiva a empresa colonizadora.

Outro ponto que merece destaque na apresentação de Deffontaines abordado por Caio Prado é a questão da mão de obra utilizada nas fazendas de gado. Diferente da "fazenda de plantação" em que se utiliza trabalho escravo, nas áreas onde se desenvolvem a atividade pecuária o trabalho teria sido recrutado, segundo Deffontaines, entre colonos brancos portugueses e, para Caio Prado, entre "mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões":

> Dez ou doze homens constitui o pessoal necessário [para formar a fazenda]. Mão de obra não falta, e não havendo escravos, bastam destes mestiços de índios, mulatos ou pretos que abundam nos sertões, e que, ociosos em regra e avessos em princípio ao trabalho, tem uma inclinação especial para a vida aventuresca e de esforço intermitente que exigem as atividades da fazenda. (Prado, Jr., 1969, p.192)

Na apresentação de Deffontaines, as populações indígenas teriam sido reagrupadas "ou mesmo dizimadas pelos primeiros colonos", de modo que "o Brasil sertanejo" parece se constituir "só de brancos quase sem mestiçagem, pertencentes à antiga camada de imigrantes portugueses". Em Caio Prado, encontramos a indicação de que, "nos sertões", abundariam mestiços não só de índios, mas, também de negros.

É importante considerar que a forma de apropriação das terras determina, nesse contexto, a relação que irá se estabelecer entre os homens. Na apresentação de Deffontaines, encontramos a indicação do modo como o "fazendeiro" adquiria a propriedade da terra: através de "concessões outorgadas pelo soberano, sob o antigo nome de 'sesmarias'" (1952, p.114). Elemento determinante para a constituição da fazenda de gado, a forma de apropriação das terras, como aponta Toledo (2008), determinou-se, entretanto, não apenas pelo regime de concessão de terras da coroa, mas pressupôs a conquista efetiva dessas terras pelas guerras travadas com os antigos

---

relevo, presença de lambedouros – explicita-se que o que está em jogo é a maneira como a apropriação de tais condições 'naturais' se organiza a partir do sentido da sociabilidade em questão e permite realizá-lo de maneira 'facilitada'. [...] Deste modo, interessam para Prado Jr. as condições 'naturais' na medida em que determinam as condições de reprodução da produção de mercadorias – neste caso, na medida em que permitem rebaixar ao máximo os custos de formação da fazenda de gado [...]" (Leite, 2010, p. 89)

habitantes. Na área contígua que se apresentava como sesmaria do "Alto Sertão" (Toledo, 2008, p. 49), de propriedade atribuída aos "herdeiros do mestre de campo Antônio Guedes de Brito" (Prado Jr., 1969, p.192), a expansão da fazenda de gado dependeu de um processo de pacificação[51] das terras, empreendido na Guerra dos Bárbaros (Toledo, 2008, 45 e ss.).

A referência sobre o processo de pacificação do "Alto Sertão" é importante para podemos pensar com Toledo (2008) que os mestiços que abundam no sertão e que vão "fornecer força de trabalho para produzir a mercadoria gado", seriam provenientes das guerras travadas contra "os antigos habitantes [que] foram absorvidos como mão de obra na agropecuária e perderam sua identidade étnico-cultural" (Neves apud. Toledo, 2008). Assim, nos interessa considerar que o conflito com os "antigos habitantes" não teria se resumido ao contato com os "primeiros colonos", ele persistiria ao longo do processo de territorialização do sertão, impondo determinadas relações sociais e o sentido da reprodução no interior fazenda pecuária.

Tendo em vista o sentido da territorialização colonial, é importante considerar, então, que a forma de apropriação das terras implica na necessária pacificação das áreas onde se expandem as fazendas de criação de gado, e que as relações sociais que se estabeleceram nesse contexto são, portanto, produtos dessa pacificação. Contrapondo essa perspectiva com aquela que apresenta a definição humana da região a partir da centralidade da noção de gênero de vida, entendemos a necessidade de problematizar os aspectos que estão abstraídos nessa apresentação.

Buscamos perceber na caracterização dos "gêneros de vida", a partir de sua definição como "conjunto de técnicas", o pressuposto de um nível "ótimo" do desenvolvimento dessas "técnicas". Consideramos como desenvolvimento de técnicas o aumento da produtividade do trabalho e o trabalho como produto de um processo de imposição que tem como fundamento uma violência que, naturalizada, permite que ele possa ser representado positivamente como tendência de evolução da cultura das

---

[51] "A **Guerra dos Bárbaros** é pressuposto da ocupação do Alto Sertão. Ela permite a expansão da área destinada ao plantio de cana de açúcar, no recôncavo baiano, e da pecuária, no sertão. Durante a realização da obra violenta de territorialização contra as populações locais, esta ação foi sempre apresentada como *pacificação* sobre a qual o processo de produção racional pôde ser estabelecido [...] A *pacificação* do gentio aparece como pressuposto do valor da terra: onde morrem as criações o capital não aumenta, o que indica que as fazendas de gado são a forma potencial da existência do capital na área do Alto Sertão. A terra tem valor, pois pode ser o suporte de produção agropecuária" (Toledo, 2008, p. 46).

sociedades humanas em geral.

Sorre afirma que "é preciso atingir um grau de cultura bastante avançado para que os indivíduos se libertem da tirania do costume. Esses elementos materiais e espirituais são técnicas transmitidas pela tradição mediante as quais os homens asseguram o domínio sobre a natureza" (Sorre, 1984, p. 99, 100). Fica sugerido nessa afirmação que o desenvolvimento das técnicas evolui pra um estágio avançado de cultura em que os indivíduos se libertariam da tirania do costume. Estabelecendo uma aproximação entre o texto "Pé-duro chapéu-de-couro" e as formulações de Sorre sobre o conceito de "gênero de vida", propomos pensar sobre os aspectos contraditórios do "desenvolvimento das técnicas", principalmente tendo em vista a sua formulação em termos de "cultura" e "natureza".

No texto de Guimarães Rosa, a apresentação dos vaqueiros e a caracterização do seu "gênero de vida" seguem um caminho diverso da afirmação positiva do desenvolvimento das técnicas. Transcrevemos abaixo um trecho que propõe uma reflexão sobre o "progresso material" e sobre a "dominação da natureza" como "condição primordial da cultura" que, em nossa interpretação, lança luz não apenas para o problema da adaptação do homem na sua relação com o meio físico, mas também para as relações sociais:

> Não sabemos, num país nosso que ainda constrói sua gente de tantos diversos sangues, se ele será, o sertanejo, a "rocha viva de uma raça", o "cerne de uma nacionalidade".
> Mas sua presença é longa lição, sua persistência um julgamento e um recado. Atuais como aquelas palavras do mestre de Leyde:
> "Nossos avós ainda não dispunham senão de recursos muito parcos, para mitigar as dores, curar as fraturas e ferimentos, defender-se do frio, expulsar a escuridão, comunicar-se pessoalmente ou à distância com seus semelhantes, evitar a podridão e o mau cheiro. Por toda parte e continuamente o homem tinha de sentir as limitações naturais do bem estar terrestre. A técnica, a higiene, os aperfeiçoamentos sanitários do ambiente em que vive, tanto lhe facilitando, acostumaram-no mal. Aquela conformada serenidade no desconforto cotidiano, própria das outras gerações, e que os ascetas buscavam como meio de santificação, perdeu-se para o homem moderno. Porém, ao mesmo tempo, correu ele o risco de perder também a simples aceitação da felicidade da vida, onde ela se oferece."
> ***
> Certo, nem é o progresso material obrigatória despaga, nem a sabedoria prega ponto de qualquer retrocesso.
> Mas talvez não estejamos desnecessitados de retornar à luz daquilo que, ainda segundo Huizinga, é a condição primordial da cultura, e que verdadeiramente a caracteriza: a dominação da natureza, mas da natureza humana. (Rosa, 2001, p. 194, 195).

Tal reflexão nos ajuda a problematizar uma leitura que considera a "evolução das

técnicas" como tendência natural das sociedades humanas. É significativo observar como, para Sorre, o "gênero Homo" pode ser considerado, a partir dos pressupostos da ecologia, da mesma forma que "qualquer outro grupo de seres vivos" (Sorre, 1984, p.88). A utilização do conceito de "gênero de vida", pressupondo uma relação entre "homem e natureza", parece prescindir de considerações sobre as mediações sociais que transformam a natureza em recurso econômico[52]. Nesse sentido pensamos que é necessário indagar se a "natureza" ainda pode ser assim definida, quando consideramos a transformação qualitativa das relações sociais onde a "lógica da necessidade foi invertida".

Como podemos qualificar a "cultura" de uma sociedade em que a relação entre "homem e natureza" é mediada por uma forma social que se impõe entre os homens determinando o acesso aos recursos econômicos em que essa natureza se transformou? Por meio dos discursos sobre o "sertão", buscamos problematizar as condições sociais que possibilitaram que a população livre dessas áreas tivesse acesso a terra. Considerando que essa população não se constituía nem de escravos, como os africanos das "fazendas de plantação", nem de trabalhadores assalariados, podemos indagar quais condições permitem a reprodução das relações sociais de produção na fazenda pecuária.

Podemos pensar, levando em consideração a presença de um "personagem dominante", que essa população sertaneja tampouco teve uma vida voltada para a "satisfação de necessidades" internas à "comunidade". Tendo o produto de seu trabalho subordinado ao proprietário da fazenda, em torno do qual "gravitavam", a "acomodação ao ruim da terra" de que fala Guimarães ao referir-se ao vaqueiro, estaria relacionada menos às condições da terra "enquanto natureza" do que às relações sociais que determinam as formas possíveis de apropriação desta.

Caio Prado apresenta, entre os aspectos que facilitaram o estabelecimento da fazenda de gado, a forma peculiar de pagamento do vaqueiro que "contribuía" para tornar a lida com o gado uma atividade atrativa:

---

[52] "No sistema produtor de mercadorias da modernidade, ao contrário, a lógica da necessidade foi invertida: à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e cientifização, rompem a coação e a prisão da 'primeira natureza', passam a ser presa numa coação social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma 'segunda natureza', cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da 'primeira natureza', apesar de sua origem puramente social" (Kurz, 1992, p. 21).

> Contribui ainda para a multiplicação das fazendas o sistema de pagar o vaqueiro, que é quem dirige os estabelecimentos, com ¼ das crias; pagamento que só se efetua decorridos cinco anos, acumuladas as cotas de todos eles. O vaqueiro recebe assim, de uma só vez, um grande número de cabeças, que basta para ir-se estabelecer por conta própria. Fá-lo em terras que adquire, ou mais comumente, arrendando-as dos grandes senhores das sesmarias do sertão. Forma-se com isso um tipo de fazenda em mãos de proprietários modestos, que habitam ordinariamente nas suas propriedades e participam inteiramente do trabalho e da vida no sertão. Neste caso os vaqueiros, e mesmo os *fabricas* auxiliares, são muitas vezes os próprios filhos do fazendeiro. Mas este tipo longe está de ser o único, ou mesmo o predominante. O que prevalece é o grande proprietário absenteísta, senhor às vezes de dezenas de fazendas, que vive nos centros do litoral e cujo contato único com suas propriedades consiste em receber-lhes os rendimentos. (Prado, Jr., 1969, p.192)

A forma do pagamento do trabalho do vaqueiro, que contribui para a multiplicação das fazendas, não significa, segundo o autor aponta, que se multiplicam os proprietários das terras, pois o vaqueiro que consegue estabelecer-se por conta própria, assim o faz "mais comumente" arrendando as terras dos "grandes senhores das sesmarias do sertão". Se as fazendas se multiplicam e por vezes "em mão de proprietários modestos", o que predomina é o "proprietário absenteísta" que não vive na fazenda.

A propósito dessa indicação sobre a predominância do proprietário absenteísta, observamos no conto "Uma história de amor", de Guimarães Rosa, a referência a essa relação, onde o vaqueiro aparece figurado no personagem Manuelzão que trabalha para "Frederico Freyre – administrador, quase sócio, meio capataz de vaqueiros, certo um empregado" (Rosa, 1977, p.111). Frederico Freyre não seria, então, o proprietário, senão um "administrador" das muitas fazendas que o dono, provavelmente vivendo na cidade, possuía. Manuelzão, na fazenda Samarra[53]:

> conduzira o início de tudo, havia quatro anos desde quando Frederico Freire gostou do rincão e ali adquiriu seus mil e mil alqueires de terra asselvajada. – 'Te entrego, Manuelzão, isto te deixo em mão, por desbravar!' E enviou o gado. Manuelzão: sua mão grande. Sua porfia. Pois ele sempre até ali usara um viver sem pique nem pouso – **fazendo outros sertões**, comboiando boiadas, produzindo retiros provisórios, onde por pouquinho prazo se demorava – sabendo as poeiras do mundo, como se navega. (Rosa, 1967, p.111, 112, grifos meus)

A "pouca aparência" das moradias é apontada como elemento "típico" da fazenda

[53]"À pecuária coube a **conquista e ocupação – a produção – das áreas** que a grande lavoura não pôde absorver, e que, por não estarem diretamente articuladas com as vias de escoamento dos produtos exportáveis, sustentaram o consumo interno da colônia, produzindo para o abastecimento de carne, couro, força-motriz e de transporte [...]" (Leite, 2010 p. 89, grifos meus).

de gado, onde o proprietário não reside, quando comparada por Deffontaines com as "fazendas de plantação" que possuíam uma estrutura "luxuosa" onde se abrigavam a família do proprietário. Essa "pouca aparência", à primeira vista, dá a impressão de ser esta "rusticidade" uma qualidade do "gênero de vida" do sertanejo. Para Caio Prado, o fato de a fazenda de gado exigir poucos recursos para se estabelecer seria mais um dos motivos que contribuiriam para que a pecuária se alastrasse por grandes áreas:

> A rapidez com que se alastram as fazendas de gado se explica, uma parte, pelo consumo crescente do litoral e das minas, bem como pela pequena densidade econômica e baixa produtividade da indústria; mas doutro, pela facilidade incrível com que se estabelecem nestes sertões uma fazenda: levanta-se uma casa coberta pela maior parte de palha – são as folhas da carnaubeira que mais se empregam – feitos uns toscos currais e introduzidos os gados (*formar os cascos*, como se dizia), estão povoadas três léguas de terra e formada uma fazenda. Dez ou doze homens constitui o pessoal necessário. (Prado, Jr., 1969, p.192).

Considerando a predominância do "proprietário absenteísta", podemos pensar que entre o "pessoal necessário" não se incluiria esse senhor dono de terras e de gado; a fazenda se formava não pelas mãos de um proprietário laborioso que com próprio esforço teria conquistado toda riqueza que lhe pertence por "direito". O direito da propriedade da terra, na concessão das sesmarias, como aponta Toledo (2008) referindo-se ao estudo de Erivaldo Fagundes Neves, estaria condicionado à ocupação produtiva dessas terras.

No conto "Uma história de amor", o personagem Manuelzão, responsável por formar a fazenda, recebe de Frederico Freyre os "mil e mil alqueires de terra asselvajada" por "desbravar", reúne "o pessoal necessário" e funda a fazenda da Samarra. Como Frederico Freyre "nem bem uma vez por ano lembrava de aparecer", Manuelzão "valia como único dono visível, ali o respeitavam. Às horas, quando na boa mira dum sonho consentido, ele chegava mesmo a se sobre-ser, imaginando quase assim já fosse homem em poder e rico, com suas apanhadas posses. Um dia, havia-de." (Rosa, 1967, p. 111).

Se pensarmos no exemplo dos vaqueiros que estabeleciam fazenda própria com o gado que ganhavam como forma de pagamento, Manuelzão poderia ser um desses vaqueiros deixando de trabalhar para os outros para trabalhar em sua própria fazenda, reunindo "o pessoal necessário" não só como "único dono visível". Mas, no conto, o personagem Manuelzão não só não chegaria a possuir riqueza sua, como concebe que,

em sua condição mais se "acamaradava" à seu Camilo, um dos personagens que no conto são figurados como submissos à autoridade de Manuelzão "dono visível", do que a um proprietário ausente que enriquecera às custas de seu trabalho:

> A Samarra. Aqui o gado aumentava. Mesmo mais do que a carne de sustento de se comer, e o de vendido de dinheiro, aquele trem, aqueles bois, formavam um consenso de respeito, uma fama. Triste que aquilo tudo não pertencesse – pois o dono por detrás era Frederico Freyre. A ver, ele Manuelzão, era somenos. Possuía umas dez-e-dez vacas, uns animais de montar, uns arreios. Possuía nada. Assentasse de sair dali, com o seu, e descia as serras da miséria. Quisesse guardar as reses, em que pasto que pôr? E, quisesse adquirir, longe, um punhadinho de alqueires, então tinha de vender primeiro as vacas para o dinheiro de comprar. Possuía? Os cotovelos! Era mesmo quase igual com Velho Camilo... [...] (Rosa, 1967, p. 178)

Nessa parte da narrativa, a postura de "autoridade" de Manuelzão parece esmorecer ante o cansaço de uma vida de trabalho e o faz sentir "camarada" dos outros que, como ele, também viviam para "aumentar o gado", "mais do que a carne de sustento de se comer". Essa "estória" remete a pensar sobre o processo que separa, de um lado, os trabalhadores "livres" que nada têm a vender senão o próprio trabalho e, de outro, os proprietário dos meios de produção. Todavia, conforme abordaremos nos próximos capítulos, esses homens não são livres proprietários de sua força de trabalho. As condições para a reprodução das relações de produção colocadas nesse contexto não se apresentam nos termos das relações de assalariamento. Nessas circunstâncias, a maneira como a riqueza se acumula não separa completamente o trabalho dos meios de produção.

A acumulação de capital nesse contexto se objetiva, sobretudo, na formação da fazenda e no aumento do rebanho, que depende da incorporação de mais terras e da mobilização dos homens para reproduzir essa atividade. Podemos questionar a possibilidade de alguém "enriquecer" com o próprio trabalho, e pensar que o processo que promove a separação entre trabalhadores de um lado e capitalistas de outro não foi um acontecimento "natural". Marx, no capítulo XXIV do livro I de O Capital, discute como esse processo de separação tem como fundamento a violência, e como a "Economia Política" apresenta esse processo de forma "idílica".

O próprio título do capítulo "A assim chamada acumulação primitiva" faz referência à formulação de Adam Smith, um dos teóricos da "Economia Política" criticados no livro, em que a "acumulação primitiva" aparece como ponto de partida do

processo de acumulação capitalista de uma perspectiva que Marx apresenta criticamente parodiando a anedota "do pecado original":

> Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio à humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais nada. A legenda do pecado original conta-nos, contudo, como o homem foi condenado a comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela por que há gente que não tem necessidade disso. Tanto faz. Assim se explica que os primeiros acumularam riquezas e os últimos, finalmente, nada tinham para vender senão sua própria pele. E desse pecado original data a pobreza da grande massa que até agora, apesar de todo o seu trabalho, nada possui para vender senão a si mesma, e a riqueza dos poucos, que cresce continuamente, embora há muito tenham parado de trabalhar. (Marx, 1984, livro I, tomo II, cap. XXIV, p.261)

A referência ao processo de expropriação será retomada no capítulo II de nossa dissertação, a partir da análise da figuração da relação entre terra e trabalho em GS:V. Nesse momento, tal referência é significativa como contraponto às formulações em que abordagem do povoamento do "sertão", centralizada na noção de gênero de vida, apresenta o "sertanejo" como "personagem tipo" abstraindo as condições em que se estabelecem as relações sociais e as respectivas mediações das relações entre os homens e o meio físico. A noção de gêneros de vida, como fundamento da geografia humana apresentada por Sorre, é aqui entendida como desdobramento dos estudos de Vidal de la Blache onde se estabelecem alguns pressupostos importantes para pensarmos sobre uma determinada maneira de utilizar a noção de região na prática da pesquisa geográfica.

Historicizando o conceito a partir da prática de pesquisa que se estende como tributária dessa escola podemos perceber que esses pressupostos atravessam a perspectiva de algumas análises e permitem que elas sejam apresentadas em conjunto. Entretanto, se atentarmos para a particularidade das análises e dos elementos que elas mobilizam para a discussão no campo da geografia, podemos indagar se essa apresentação em conjunto pode expressar as contradições que se desdobram, tanto no interior do campo da geografia como na relação que ela estabelece com outras ciências sociais no momento em que essas análises estão sendo empreendidas. Caberia, nesse sentido, um recorte que contextualize a prática de pesquisa onde os estudos dos "gêneros de vida", articulados à perspectiva da geografia "regional", se apresentam

implicados com as situações em que eles se aplicam.

1.5 O "sabor lablachiano da região" e o planejamento regional dos geógrafos

É significativo observar como a proposição de que a Geografia se volte para a esfera da cultura aparece vinculada a uma vocação "humanística" da Geografia (Monteiro, 2002) que teria orientado a preocupação dos estudos "clássicos". Monteiro aponta como as preocupações "teóricas e quantitativas" passaram a orientar de modo predominante os estudos geográficos num sentido em que a descrição teria sido "quase abandonada nas abordagens regionais". Como apresentamos anteriormente, a proposta de Monteiro de construção de "uma Nova Geografia Humanística" surge como saída para superar o diagnóstico em que o conhecimento geográfico estaria sendo subjugado pela relação com a economia. Aquele *sabor lablachiano da personalidade dos lugares e da região* que, segundo esse autor foi dado como obsolescência a abandonar, é evocado como resgate dos estudos "clássicos" que teriam sido abandonados nas pesquisas geográficas.

Como nosso ponto de partida é o questionamento da naturalização das categorias da sociabilidade capitalista, pensamos que a ideia de ciência vinculada a uma vocação humanista é emblemática para pensar sobre uma prática social historicamente determinada que pode ser identificada a um atributo natural do ser humano que seria a busca pelo "conhecimento".

Considerando as determinações históricas da busca em conhecer o Brasil podemos indagar a produção geográfica voltada para esse conhecimento, chamando a atenção em particular para como a discussão sobre a região atravessa essa produção e marca diferentes abordagens presentes no campo de estudos geográficos. De nossa perspectiva, essa iniciativa de conhecer o Brasil, de pesquisar "a vida e o problemas brasileiros" (Candido, 2000), tem de ser indagada, problematizando as formulações em que ela aparece naturalizada com a justificativa de que visa atender as necessidades e os interesses do povo.

Com recurso ao artigo de Petrone (1979) apresentamos alguns elementos para pensar como, nas interpretações sobre as condições do Brasil, a "ênfase geralmente foi dada às relações entre o homem e meio físico, [e] raramente às relações entre os próprios homens". Petrone aponta a existência de alguns pressupostos matriciais que

orientaram e orientam a prática dos geógrafos no país, tanto em suas pesquisas "acadêmicas", quanto, e principalmente, nos estudos empreendidos em estreita relação com o Estado em suas demandas de "gestão administrativa".

A relação dos estudos geográficos com o Estado se mostra de maneira evidente nas pesquisas que se realizam no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e no Conselho Nacional de Geografia, mas as pesquisas que se realizaram na Universidade, ainda que aparentem possuir uma autonomia em relação à política, também ilustram essa relação. Nesse sentido seria interessante indagar como as pesquisas realizadas aparentemente com fins acadêmicos se relacionam com o processo de modernização em que o Estado cumpre um importante papel, principalmente a partir das transformações em curso a partir da década de 1930.

Quando observamos os temas dos artigos publicados na Revista Brasileira de Geografia e Boletim Geográfico relacionados às demandas de gestão do Estado, os estudos regionais se destacam como preocupação recorrente, como podemos observar no seguinte comentário de Manuel Diegues Júnior, publicado no Boletim Geográfico no ano de 1948:

> Para que [...] se conheçam, com mais exatidão, os problemas reais do Brasil, é que se reclamam estudos regionais, focalizando a terra e o homem de cada latitude do país e que se analisem seus usos e costumes; suas origens e suas tendências de evolução, que se fixem as condições de vitalidade econômica e se investiguem as possibilidades do desenvolvimento. São estudos que se reclamam, que se tornam indispensáveis hoje em dia. [...] **Destes estudos regionais**, que eles se ampliem ou se desenvolvam, **é que precisa o Brasil para o estudo e encaminhamento de problemas que se afiguram nacionais**. Ou que mesmo sendo, na realidade, nacionais, não prescindem, antes reclamam, soluções com base regional. **Da importância desses estudos regionais, e sobretudo de sua aplicação, é que resultarão efeitos práticos na solução dos problemas brasileiros**. (Diegues Jr., 1948, pg. 494, 495)

Em 1941, três anos após a criação do IBGE, o engenheiro e geógrafo Fábio Macedo Soares Guimarães, incumbido de examinar as divisões regionais que vinham sendo usadas no Brasil, elabora um longo parecer para justificar a divisão por ele proposta no ano de 1942. Essa divisão foi adotada pelo Instituto e referendada pelo Presidente da República para a utilização de uma única divisão por todas as repartições federais. Nesse parecer, o autor, que desempenhou funções gerenciais e técnicas no CNG, discorre sobre a necessidade de se proceder a uma divisão regional única, recorrendo a uma discussão sobre quais critérios seriam utilizados para definir as regiões no Brasil

visando atender aos objetivos administrativos. Não nos deteremos aqui na discussão desses critérios, que se desdobra sobre uma vasta revisão bibliográfica da teorização da região matizada por diferentes autores da escola francesa por ele citado, como é o caso de Pierre Deffontaines, Jean Brunhes e Pierre Denis. O que interessa tematizar na apresentação que o autor faz desses critérios é a diferenciação que ele reconhece entre a divisão regional com fins administrativos, estatísticos e didáticos, e uma divisão que corresponde às preocupações teóricas da geografia enquanto ciência, independentemente de fins utilitários.

Jorge Zarur no artigo "Análises Regionais", publicado na Revista Brasileira de Geografia (1946) aponta que: "Será deveras difícil encontrar, na Geografia moderna, assunto tão importante quanto este do 'regionalismo', onde as opiniões são tão contraditórias e até certo ponto se invalidam. A controvérsia está na definição de região e na sua conceituação básica". A controvérsia na definição de região e na sua conceituação básica refere-se, para esse autor, a duas orientações: "uma considerando a sistematização regional como um meio para conseguir o controle; a outra, que a região é uma área com certos atributos reais e definidos". Os primeiros estudos embutidos de objetivos administrativos e de controle são definidos pela sua "aplicação prática e utilitária", ao passo que os do segundo tipo não teriam "outro fim que o dos estudos acadêmicos, descrição e análise". Ainda segundo o autor, essa corrente acadêmica para a qual a região aparecia como um "fim" e não como um "meio", não teria conseguido dar à geografia o papel de ciência, porque o estatuto de ciência dependeria da qualidade de ela poder ser aplicada.

O autor propõe-se a demonstrar que essas duas orientações só se excluem quando aplicadas separadamente, apontando a necessidade de sua integração para o estudo regional se tornar elemento da unidade nacional. Zarur estabelece alguns procedimentos para a elaboração de um diagnóstico socioeconômico que visa possibilitar a "sugestão de um programa prático que auxiliará a desenvolver os recursos locais e a mitigar e diminuir o efeito das forças naturais negativas" além de oferecer ao país alternativas que visem "uma economia equilibrada nesta fase crítica de forças econômicas e ideológicas".

Se, em seguida, nos anos de 1950, 1960 e 1970, pouco a pouco e com crescente influência da geografia anglo-saxônica, a Geografia Teorética com a Teoria Geral dos

Sistemas tomou conta das publicações do IBGE, sobrava para a Geografia Regional da diferenciação de áreas uma guinada de adaptação para elaborar a região com a sua individualidade e singularidade como unidade de planejamento. A gestão de um desenvolvimento nacional visava "dinamizar" as regiões brasileiras identificando e "minimizando" desequilíbrios e desigualdades entre macro-regiões e meso-regiões. No período do governo militar os técnicos do IBGE aprofundaram nas suas pesquisas definições e redefinições funcionais como as micro-regiões homogêneas para subsidiar políticas espaciais desenvolvimentistas. (Corrêa, 2000).

Paralelamente Pierre George e sua "Geografia Ativa" influenciaram geógrafos no Brasil. Em "O objeto e os métodos da Geografia", esse autor destaca a relação entre a pesquisa geográfica e a sua aplicabilidade, apontando a prática de extrema especialização do trabalho do geógrafo motivada por essa relação:

> Impacientes por se **afirmarem úteis ao desenvolvimento econômico e social regional ou nacional, geógrafos de diversos países**, França, Bélgica, Países do Norte e também das regiões onde os problemas do espaço se impõem mais imperiosamente que na nossa velha Europa, no Brasil e na economia socialista, na União Soviética, Polônia, Tchecoslováquia... **lançaram a ideia, após a Segunda Guera Mundial, de uma geografia aplicada, à imagem de uma geologia aplicada**. Trata-se, em seu espírito, de centralizar a análise dos fatos e de relatórios de fatos sobre temas que pudessem contribuir, no menor tempo possível, para a informação dos serviços ou das empresas, que tem por tarefa valorizar uma fração do território. Fundaram-se laboratórios de estudos, fizeram contatos com serviços públicos ou sociedades privadas, empreenderam a **formação de especialistas** ou perito geógrafos, organizaram colóquios, até congresso de geografia aplicada. Tal iniciativa encontra elo muito favorável junto às novas gerações que divisam as oportunidades de carreiras desenvolvidas no molde das dos engenheiros e técnicos. (George, 1968, p. 13, grifos meus)

Em contrapartida, postula que essa relação, como parte da atividade do geógrafo, deve contribuir para esclarecer a "diversidade atual do mundo do ponto de vista da aquisição das técnicas, dos níveis econômicos, das condições sociais etc", acrescentando que "convém, pois a cada país, **proceder a uma avaliação, em quantidade e em espécies, das necessidades da população, e buscar os processos que assegurem a satisfação dessas necessidades**". Essa forma de intervenção do Estado na administração dos desequilíbrios apontados por essas avaliações procede "em primeiro lugar, **do recurso à produção nacional, isto é a utilização do território por um lado, da força de trabalho representada pela população de outro lado**" (George, 1968, p.29).

As atividades, tanto do CNG como do IBGE, parecem cumprir esse papel ao empreender as análises regionais que apresentam diagnósticos e propõem métodos de correções dos desequilíbrios "constatados" nas pesquisas. O caráter desses estudos ilustra a crítica que Ariovaldo Umbelino Oliveira (1984) dirige às "soluções desenvolvimentistas" e ao "modo de pensar capitalista" que se manifesta na prática dos geógrafos comprometidos com a gestão estatal.

Esse autor parte da análise de um momento particular da formação social brasileira para indagar os nexos entre esse contexto e a constituição do campo dos estudos geográficos considerando a importância das orientações metodológicas da "missão francesa" no curso de geografia da Universidade de São Paulo. Ariovaldo observa esse momento da formação social brasileira a partir da ruptura representada pela década de 1930:

> Com o rompimento do pacto oligárquico, provocando as condições para que a Revolução de 30 se efetivasse, a formação social brasileira, tem fincada nesse período, as raízes do processo deflagrado posteriormente, envolvendo o que Oliveira (1977) chama de "a re-divisão regional do trabalho à escala nacional". É com desenvolvimento industrial do Centro Sul, que a economia brasileira começa a demonstrar a nova divisão regional do trabalho, pois o antigo 'arquipélago' de economias regionais, como era visto o país, vai rapidamente ser substituído pela 'unificação do mercado nacional'. (Oliveira, 1984, p.21)

O autor apresenta esse período como um ponto de inflexão importante no que se refere ao processo que engendra uma "nova divisão regional do trabalho", onde o "antigo 'arquipélago' das economias regionais" seria substituído pela unificação do mercado nacional. Esse processo, que acarreta uma nova divisão do trabalho em escala nacional, conforma o desenvolvimento regional desigual que marcaria, segundo Oliveira (1984), a produção do conhecimento pela geografia, voltado para a "superação" dos desequilíbrios regionais.

As mudanças apontadas por Oliveira (1984) no que se refere à divisão regional do trabalho evidenciam a determinações econômicas e sociais que engendram as condições em que o Estado passa a intervir de maneira "planejada", mobilizando o território e a força de trabalho, com a justificativa aparente de assegurar a satisfação das necessidades da população. Essa justificativa escamoteia as determinações da modernização que engendra as funções do Estado em sua forma moderna e capitalista.

A mobilização da força de trabalho e do território empreendida pelo Estado é uma prática que só pode aparecer nesse momento como autônoma em relação aos interesses dos capitalistas por que as condições de acumulação estão se transformando. Ao longo do processo de territorialização capitalista, desde o momento colonial até esse que aparece fundamentalmente voltado aos interesses nacionais, essa mobilização vem possibilitando a reprodução de relações sociais de produção que devem assegurar não a satisfação das necessidades dos produtores diretos, mas, a acumulação capitalista nas condições colocadas pela não autonomização entre terra, capital e violência.

De acordo com a leitura desse autor, a principal mudança no que se refere às condições de acumulação de capital e reprodução das relações de produção, seria relativa às mudanças na relação das trocas interno-externa e da realização do valor externamente contraposta à passagem da realização interna. O autor aponta que:

> Enquanto as economias regionais ligaram-se ao Exterior, o capital internacional se realizava 'regionalizando-se'; quando uma das "regiões" assume o comando do processo de expansão do capitalismo, voltado agora sobretudo para a realização interna do valor, há que realizar necessariamente um processo de "nacionalização" do capital.
>
> Esse processo de "nacionalização" do capital estava parcialmente cumprido, seja porque a autonomia política dos Estados federados havia sido gradualmente reduzida, característica política mais marcante do pós-30, seja porque, do lado da força de trabalho, os movimentos migratórios que se intensificam no pós-guerra haviam transformado uma "população para as regiões", em uma "população para a nação". (Oliveira, 1984, p.24)

A formulação de que o capital se realizava regionalizando-se refere-se à discussão proposta por Francisco de Oliveira (1977), que privilegia um conceito de região fundamentado na "especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também na forma da luta de classes e do conflito social em escala mais geral" (Oliveira, 1977, p. 145). A partir desse conceito de região, o autor discute como o planejamento regional se realizou no Brasil como uma forma técnica da divisão do trabalho que atuou dentro dos limites colocados pelas condições de acumulação e permitiu "a manutenção e a radicalização da expropriação e separação dos produtores e meios de produção" (Oliveira, 1977, p, 129).

Ao apresentarmos, no item anterior, a territorialização como processo de produção do espaço do capital, discutindo o padrão regional de territorialização de um

momento particular do processo de modernização que engendra a formação do Estado nacional brasileiro, acenamos, ainda que indiretamente, para o conceito de região formulado por Francisco de Oliveira. Essa formulação contribuiu para o estudo do processo de formação nacional de uma perspectiva que leva em conta as condições de acumulação de capital num contexto em que, segundo Oliveira (1977), o econômico e político encontram-se fusionados. De uma perspectiva crítica ao processo de modernização, entendemos o que esse autor considera como "fusão" como um contexto de não autonomização entre terra, trabalho, capital e violência que engendra a expropriação e um processo de mobilização do trabalho.

Em nossas reflexões, estabelecemos uma interlocução importante com as críticas que Francisco de Oliveira faz ao planejamento, tendo como base um referencial teórico marxista para pensar a experiência da SUDENE e o planejamento regional no Nordeste. O autor apresenta uma discussão importante para pensarmos no caráter implicado dos diagnósticos em que a "constatação" do atraso aparece justificando a intervenção do Estado. Essa intervenção, cujo sentido é aparentemente melhorar a vida da população dessas regiões atrasadas corrigindo os "desequilíbrios regionais", efetivamente intensifica a expropriação, mantendo a separação entre produtores e meios de produção.

A "população para a nação" a qual se refere Ariovaldo pode ser pensada, nesse sentido, considerando a importância dessa mudança da territorialização capitalista no que se refere ao processo de autonomização entre terra, trabalho, capital e violência. Essa mudança incide, sobretudo, sobre as forma de acumulação regional e relações de produção em que o "capitalista", personificava também a propriedade da terra e o exercício legítimo da violência. Quando a violência se autonomiza na figura do Estado que passa a exercer funções consideradas de ordem pública, os representantes da política passam a personificar não apenas o poder representado pelo aparato coercitivo, mas o poder de intervir sobre a população e o território conforme convenha àquilo que se apresenta como desenvolvimento nacional.

A discussão sobre o processo de autonomização entre terra, trabalho, capital e violência será desdobrada nos próximos capítulos com recurso a análise das relações sociais figuradas em *GS:V*, na qual tematizamos as condições de reprodução das relações de produção num contexto em que essas categorias não estão autonomizadas. No que

tange ao recorte histórico de nossa análise nos concentramos na abordagem desse momento que encerra a contextualização das ações da narrativa de Riobaldo. Todavia, ainda que não aprofundemos na abordagem de um momento posterior a esse contexto das ações narradas, destacamos a importância dessa discussão para o desdobramento de nossa análise sobre a representação do sertão no romance.

A tematização dos diferentes pontos de vista implicados nessa representação remetem à discussão desse momento em que o Estado se autonomiza, principalmente quando consideramos o ponto de vista do doutor que "tenciona devassar a raso esse mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe" (Rosa, 1978, p.23). No momento em que o Estado passa a se apresentar como representante dos interesses públicos, na figura dos profissionais que personificam a esfera da política, as condições para a intensificação da divisão do trabalho possibilitam a criação das instituições públicas de pesquisa voltadas para o conhecimento do país, de seu povo e território.

Como queremos apontar, a produção desse conhecimento não é aqui considerada como se fosse autônoma em relação ao processo de modernização; pelo contrário, entendemos que essas pesquisas estão profundamente implicadas com as mudanças no padrão de territorialização capitalista que engendra o acirramento das condições de expropriação dos trabalhadores, mobilizados para construir o progresso da nação.

Ao discutirmos aqui o papel dos profissionais geógrafos na produção de um conhecimento que embasa e justifica a intervenção do Estado, entendemos a necessidade de chamar a atenção para o fato de que a relação entre o conhecimento produzido pelos geógrafos e essa intervenção não se limita às pesquisas diretamente comprometidas com as demandas administrativas.

Os estudos acadêmicos de orientação vidaliana, que aparentemente suscitam uma postura "contemplativa" (Oliveira, 1984) – em que, por exemplo, a região aparece como um fim e não como um meio para conseguir o controle (Zarur, 1946) – também instrumentalizam a intervenção do Estado. A noção de gênero de vida, "central" para os geógrafos (Sorre, 1984) que, aparentemente, se abstêm de discussões econômicas e políticas, é atravessada pelo pressuposto acrítico do desenvolvimento das técnicas e se adéqua perfeitamente aos estudos regionais que identificam desequilíbrios a serem corrigidos pela intervenção estatal. Ela habilita os geógrafos na condição de "homem de

ciência" a avaliar, com a aparência de neutralidade, as possibilidades de exploração dos recursos e contribuir para atingir um "equilíbrio" desejado. Leia-se a propósito o comentário de Pierre George sobre a função decisiva do geógrafo:

> A geografia regional pode e deve vir a ser perspectiva. Partindo da noção dinâmica de situação, que consiste em definir uma região como um conjunto de ações de intensidade variáveis suscetíveis de contribuir para muitas formas de equilíbrio, é fácil definir a função, aqui absolutamente decisiva e insubstituível, do geógrafo. **Está o homem de ciência melhor colocado para diagnosticar,** em cada momento de uma evolução complexa, o papel de cada fator, a finalidade e a intensidade de cada ação, **e para indicar os remédios, isto é, os meios de intervir** para obrigar a levantar um freio, deslocar ou abater um obstáculo, liberar um processo evolutivo, bloquear um processo destrutivo. (George, 1975, p. 33, grifos meus)

Entendemos assim que a busca pela individualidade das regiões, caracterizadas pelos gêneros de vida como "conjunto de técnicas", por meio das quais os homens asseguram a sua "permanência em um determinado meio" (Sorre, 1984), não pode ser apresentada como separada do processo que engendra a expropriação dos trabalhadores e desvinculada da intervenção do Estado que no Brasil intensifica essa expropriação, mantendo as condições para reprodução dessa sociabilidade. Ela contribui para compor as justificativas da necessidade de intervenção do Estado nas áreas consideradas atrasadas, uma vez que o pressuposto do desenvolvimento das técnicas, como tendência de evolução para um estágio avançado de cultura, oculta as determinações do processo social ao naturalizar as categorias da sociabilidade capitalista.

A evocação do *sabor lablacheano da região* (Monteiro, 2002) é emblemática para pensar no suposto resgate de uma vocação "humanística" da ciência, em que se busca forjar a aparência de autonomia do conhecimento em relação às determinações econômicas da sociabilidade capitalista. A proposição desse resgate busca expressamente se esquivar das questões econômicas, tamanho o desconforto em reconhecer que a sociabilidade que reproduzimos internalizou os critérios da máquina capitalista.

Diante de posturas como essas que neutralizam a prática científica, torna-se tanto mais necessário, de nosso ponto de vista, voltar ao processo em que essa sociabilidade se forma, buscando apontar os nexos entre a produção do conhecimento, o que se reconhece hoje como cultura e a violência do processo de imposição das relações sociais

capitalistas. É preciso pôr o dedo na ferida das relações econômicas para enfatizar o processo de cisão e integração negativa da cultura na sociabilidade capitalista.

CAPÍTULO II

A INTERPRETAÇÃO DO ROMANCE EM QUESTÃO

2.1Riobaldo conta

Ao tematizarmos o processo de formação dos campos intelectual e artístico, em particular a formação do campo de pesquisa dos estudos geográficos articulada ao campo de produções literárias no Brasil, buscamos apresentar o percurso das questões com as quais nos deparamos no processo de pesquisa, refletindo sobre os nexos que podem ser explorados entre a literatura de João Guimarães Rosa e os debates que se realizam no campo dos estudos sociais no país. A discussão sobre o processo de autonomização dos campos intelectual e artístico, além de contribuir para o estabelecimento de algumas prerrogativas de nossa abordagem, buscou situar o contexto da tematização do sertão em Guimarães Rosa e alguns temas explorados por sua recepção crítica.

Nesse percurso, foi possível esboçarmos algumas reflexões sobre a particularidade da representação do sertão na produção literária de Guimarães Rosa, que serão desdobradas ao longo de nossa dissertação por meio da análise de *GS:V*. Neste capítulo e no seguinte nos concentraremos na análise do romance, chamando a atenção para a figuração das relações sociais e para a aproximação que podemos fazer entre esta e o contexto de formação do Estado nacional brasileiro. Por meio da abordagem da relação entre terra, trabalho e violência que tematizamos a partir da leitura do romance, dividimos nossa análise em dois momentos: neste segundo capítulo concentramo-nos na análise da relação entre terra e trabalho, partindo de um ponto de vista que busca explicitar como a propriedade da terra no contexto das relações figuradas no romance constituiu-se em um recurso de mobilização do trabalho; no terceiro capítulo articularemos a análise da relação entre terra e trabalho com a questão da violência relacionada ao processo de formação das relações sociais capitalistas, buscando desdobrar uma análise sobre o tema do jaguncismo e do coronelismo no romance.

Para o desdobramento dessas análises, elaboramos nesse item uma apresentação da maneira como se constrói a narrativa, apresentando o narrador Riobaldo e a cena de

enunciação que se constitui a partir do diálogo que ele estabelece com o seu "ouvinte". Nessa apresentação nos debruçamos sobre alguns momentos da narrativa situando personagens e ações que serão mencionados na análise, tematizando algumas motivações que o narrador apresenta em relação a esses personagens e às situações em que eles aparecem figurados. A referência ao diálogo que se estabelece entre Riobaldo e seu ouvinte apresenta-se desde o início do romance, como podemos perceber na maneira de introduzir o leitor na narrativa:

> – NONADA. Tiros que o senhor ouviu foram de briga de homem não, Deus esteja. Alvejei mira em árvores no quintal, no baixo do córrego. Por meu acerto. Todo dia isso faço, gosto; desde mal em minha mocidade. Daí, vieram me chamar. Causa dum bezerro: um bezerro branco, erroso, os olhos de nem ser – se viu –; e com máscara de cachorro. Me disseram; eu não quis avistar. Mesmo que, por defeito como nasceu, arrebitado de beiços, esse figurava rindo feito pessoa. Cara de gente, cara de cão: determinaram – era o demo. Povo prascóvio. Mataram. Dono dele nem sei quem for. Vieram emprestar minhas armas, cedi. Não tenho abusões. O senhor ri certas risadas... Olhe: quando é tiro de verdade, primeiro a cachorrada pega a latir, instantaneamente – depois, então, se vai ver se deu mortos. O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia. Toleima. Para os de Corinto e do Curvelo, então, o aqui não é dito sertão? Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade. (Rosa, 1978, p.9)

A narrativa de *GS:V* se desenrola a partir da construção dessa cena, onde se estabelece um diálogo entre o narrador e o "senhor da cidade" ao qual ele se refere constantemente sem que a fala desse senhor apareça no texto diretamente. Esse narrador, de nome Riobaldo, ao mesmo tempo em que se apresenta como *representante* do "sertão" construindo o seu relato como testemunho das ações passadas da vida de um "sertanejo", se refere constantemente ao lugar do seu discurso, atualizando o procedimento narrativo construído como ato de enunciação que põe em cena as representações não apenas do "narrador", mas as que ele incorpora de seu "ouvinte", como aponta Hansen:

> Começando em *media res* e falando sem parar, o narrador de GS: V torna-se a regra pela qual os significados da situação e posição do "doutor" com quem conversa, bem como os de sua situação e posição, organizam-se e se intersignificam em todos os pontos de sua fala, em níveis. Sendo ele, pois, essa função geral do texto e no texto, qualquer ponto de sua fala pode tornar-se o centro de qualquer enunciado, num sistema de trocas e mudanças contínuas, dando-se como contar cruzado e recruzado do centramento e descentramento de sua própria enunciação que o funda no texto. Por isso, também, qualquer enunciado seu – enquanto uso de signos no qual se ostenta a marca de um valor

> – sempre implica outro, diverso ou contraditório; [...] (Hansen, 2000, p.52, grifos do autor)

Um exemplo dessa articulação contraditória é a forma como esse narrador se apresenta ao dirigir-se a um interlocutor cuja imagem vai sendo esboçada genericamente como a de um habitante da cidade, como um homem das letras e da ciência que *organiza* o seu relato: um doutor, a quem o narrador trata por *senhor*, atitude de reconhecimento de uma determinada posição social que esse interlocutor ocupa. Diante desse *senhor da cidade* Riobaldo se coloca como representante do sertão, ou seja, como um *sertanejo*: "Sou só um sertanejo, nessas altas idéias navego mal. Sou muito pobre coitado. Inveja minha pura é de uns conforme o senhor, com toda leitura e suma doutoração" (Rosa, 1978, p.14).

Ao se apresentar como sertanejo em comparação ao senhor da cidade, Riobaldo mobiliza também o reconhecimento de atributos que o identificam, que o "autorizam" a falar com "propriedade", que atestam a sua competência e distinguem a sua posição social:

> Não é que eu esteja analfabeto. Soletrei, anos e meio, meante cartilha, memória e palmatória. Tive mestre, Mestre Lucas, no Curralinho, decorei gramática, as operações, regra-de-três, até geografia e estudo pátrio. Em folhas grandes de papel, com capricho tracei bonitos mapas. Ah, não é por falar: mas, desde o começo, me achavam sofismado de ladino. E que eu merecia de ir para cursar latim, em Aula Régia – que também diziam. Tempo saudoso! Inda hoje, apreceio um bom livro, despaçado. Na fazenda O Limãozinho, de um meu amigo Vito Soziano, se assina desse almanaque grosso, de logogrifos e charadas e outras divididas matérias, todo ano vem. (Rosa, 1978, p.14)

Nesse sentido, o gesto de comparação pressuposto quando esse narrador apresenta o seu "currículo" vai esboçando a posição social que o distingue, por exemplo, de um tipo sertanejo "vulgar" – ainda que a comparação com o senhor da cidade e toda sua "leitura e suma de doutoração" possibilite que Riobaldo se apresente como "só um sertanejo" e "pobre coitado". No momento em que relata a sua trajetória ao doutor, Riobaldo ex-jagunço, está de "range rede", inventou-se no "gosto de especular ideia", qualidade cujo conteúdo se projeta como positivo e que o aproxima do doutor da cidade, diferenciando-o daqueles que ocupam uma posição "subordinada" na divisão do trabalho. Sua condição "atual" de proprietário de terras e amigo de donos de fazenda lhe proporciona "os prazos", a possibilidade de dispor do seu tempo de maneira diversa de

outros momentos em que vivia "puxando difícil de dificel", "quem mói no as'pro não fantaseia"[54] (Rosa, 1978, p.11).

Esse narrador que pretende se definir a partir de atributos que o distinguem tanto do interlocutor quanto de outros personagens das ações narradas, se apresenta como alguém que reconhece a relatividade da representação do sertão ("Enfim, cada um o que quer aprova, o senhor sabe: pão ou pães, é questão de opiniães... O sertão está em toda a parte"), chamando a atenção para a relação dessa representação com o ponto de vista de quem a constrói. Ao mesmo tempo, projeta em seu discurso uma aparência de sinceridade e de julgamento acima das arbitrariedades que decorreriam de um relato fundamentalmente subjetivo, forjando autoridade por meio da pretensa objetividade de um discurso, por assim dizer, imparcial que apresentaria o que "realmente aconteceu".

Constrói-se, portanto, uma distância que separa a situação narrativa, momento em que Riobaldo relata os "acontecimentos" ao doutor da cidade, da situação "vivida". Ao longo da narrativa, vamos tomando conhecimento de alguns acontecimentos que situam sua trajetória. Esses "acontecimentos" não são narrados de maneira linear, a fala de Riobaldo, remetendo-se ao senhor da cidade, põe em cena relatos de "causos" entremeados de "divagações" que versam constantemente sobre a existência do diabo, "reflexões sobre a vida" e "crenças do povo do sertão", que aos poucos introduzem

---

[54]Hansen observa a propósito dessa diferenciação: "Desde logo, no discurso se articulam, pragmaticamente, situação de classe e conteúdos discursivos da posição social como certa respeitabilidade conferida (ou auto-conferida) pela velhice de quem "possui os prazos". O discurso do narrador se monta, nessa sequência, sobre oposições binárias: há um tempo do trabalho e um tempo do não trabalho ("moer no asp'ro", "puxando difícil de difícel" X "folga", "range rêde"); um tempo da ação e um tempo da contemplação ("fazia e mexia" X "especular ideia"); um tempo da não-disponibilidade e um tempo da disponibilidade ("pensar não pensava" X "me inventei") etc. A divisão é ainda observável no léxico e, mais, na prosódia: "asp'ro", diz ele de modo popular, caipira ou sertanejo; "difícil", diz ele remetendo a sua fala a um padrão culto comum, partilhado com o leitor e com o "doutor"; "difícel", repete com invenção, sobredeterminando a desinência com a marca de hiperurbanismo e hipercorreção, em que partilha de um valor distintivo das luzes dos que não querem passar por gente que diz "difícir" ou "difíce", incorporando à sua fala a imagem corretora que parece julgar que o "doutor" possa ter dele. Ainda que paródico, diz invejar a instrução do "senhor", sendo preciso observar, pois, como partilha dos valores do "senhor" culto que o visita, quando assume a oposição de que "especular ideia" só ocorre com a repressão do "fazer e mexer", ideologia que opõe "teórico" e "prático"; simultaneamente, nesta mesma oposição, lê-se a marca da situação prática: a divisão social do trabalho é trabalho social da divisão, quem só trabalha não tem realmente tempo para pensar. Sua situação de velho, e de velho respeitável, evidencia-se mais ainda, na oposição dos tempos verbais – agora, no presente, é velho, sério, cônscio de sua posição em relação a sua situação de proprietário [...] O narrador já cumpriu certas habilitações rituais que a cultura altamente letrada legitima, impondo-as para que o indivíduo possa agir e/ou falar com autoridade de quem especula ideia [...]" (Hansen, 2000, p.54, 55).

referências esparsas sobre personagens e ações cujos nexos vão sendo tecidos de maneira engenhosa.

Mesmo quando se detém nas ações do bando, esse relato não é linear, sendo entrecortado por comentários e diálogos que pulverizam a atenção para "situações" narrativas aparentemente isoladas. Um esboço de "enredo" tecendo alguns comentários sobre o procedimento que articula a narração pode ser útil para introduzir referências que serão importantes mais adiante para situar na narrativa alguns episódios analisados. Todavia, levando em consideração um comentário do narrador de que "contar seguido, alinhavado, só mesmo sendo as coisas de rasa importância" (Rosa, 1978, p.77,78), esse esboço se atém a algumas referências sem pretender "alinhavar" os "acontecimentos" narrados.

É importante destacar que a construção da narrativa não pode ser reduzida a uma sequência de acontecimentos que mereceriam uma importância maior na análise, o que acabaria por sugerir que os outros momentos do relato, bem como a forma de articulação, seriam "acessórios" em relação a um enredo principal. Esses momentos que compõem o romance são apresentados em conjunto e é na forma específica de sua apresentação amalgamada que se pode indagar sobre os significados que ela sugere.

Willi Bolle (2004) em *grande sertão.br*, apresenta um conjunto de três mapas intitulados "Topografia da jagunçagem" em que situa em forma de um "resumo topográfico" os "acontecimentos" de acordo com os lugares referidos no relato de Riobaldo. Os mapas apresentam esse resumo na legenda e buscam reconstituir o "itinerário" apresentado pelo narrador, que Bolle divide em três momentos[55]. O esboço

[55] O primeiro mapa intitulado "in media res" é um recorte da narrativa situado entre um momento que Bolle chama de "Proêmio" (que compreende o início da fala de Riobaldo até o momento em que passa a ser apresentado o bando de jagunços sob a chefia de Medeiro Vaz) até a morte de Medeiro Vaz, quando Zé Bebelo assume a chefia do bando. O segundo, intitulado "iniciação de Riobaldo" compreende a sequência da narrativa quando ocorre uma quebra no relato das ações do bando sob a chefia de Zé Bebelo; o narrador passa a contar sua história desde um momento "marcante" vivenciado em sua infância e, a partir daí, segue contando até o momento em que retoma a partir do início da chefia de Zé Bebelo. O terceiro intitulado "chefia de Riobaldo" situa a transição da chefia de Zé Bebelo para a de Riobaldo e estende-se até a batalha "final" com o bando do "Judas". O título do primeiro mapa "in media res" refere-se à expressão latina que significa literalmente "no meio das coisas". Tanto nesse como em outros contextos é utilizada para referir-se a construções narrativas em que a trama se desenrola a partir do "meio" da história. A divisão proposta por Bolle está articulada com a análise que ele faz do sistema jagunço, os mapas que apresenta foram "inspirados" em trabalhos sobre o itinerário do jagunço Riobaldo, e incorporados, segundo o autor, com a função de indicar "como o quadro topográfico se transforma em paisagem política". Para nossa leitura, esse resumo topográfico, contribuiu para confirmar os "marcos" que

que apresentamos a seguir se atém às referencias que compõem a figura do narrador e de alguns personagens, destacando também a referência a elementos recorrentes no romance que mais chamaram atenção em nossa leitura.

Boa parte das ações se concentra em momentos em que Riobaldo e o bando de jagunços atravessam o "sertão", passando por diversos arraiais, vilas, fazendas, "ermos", pastos, locais onde se travam as batalhas do bando com jagunços inimigos ou com os soldados do "governo". Em meio aos causos e divagações, Riobaldo se dirige ao senhor da cidade como alguém que pretende conhecer o "sertão", imagem que se projeta nas diversas referências em que o narrador vai apresentando esse "lugar", qualificando-o ao mesmo tempo como o que está "em toda parte", e a partir de atributos que o particularizam: "Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus arredado do arrocho de autoridade" (Rosa, 1978, p.9).

Ao apresentar os atributos que particularizam o sertão, o texto nos remete a uma variedade de representações projetadas tanto a partir de um olhar de "fora" do sertão, glosando referências de discursos ilustrados (Hansen, 2002), quanto vai construindo a imagem de um narrador que fala "a partir" do sertão referindo-se a um interlocutor que apenas conhece o sertão pela mediação dos discursos, e estaria ali para "conferir" sua "existência":

> Mas, o senhor sério tenciona devassar a raso este mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe? Tem seus motivos. Agora – digo por mim – **o senhor vem, veio tarde. Tempos foram, os costumes demudaram. Quase que, de legítimo leal, pouco sobra, nem não sobra mais nada. Os bandos bons de valentões repartiram seu fim; muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola**. Mesmo que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau. E até o gado no grameal vai minguando menos bravo, mais educado: casteado de zebu, desvém com o resto de curraleiro e de crioulo. Sempre, no gerais, é à pobreza, à tristeza. Uma tristeza que até alegra. **Mas, então, para uma safra razoável de bizarrices, reconselho de o senhor entestar viagem mais dilatada. Não fosse meu despoder, por azias e reumatismo, aí eu ia. Eu guiava o senhor até tudo.** (Rosa, 1978, p.23, grifos meus)

Riobaldo começa a "apresentar" para o senhor uma gama de lugares pelos quais passou nessas viagens, como se, na impossibilidade de conduzir o doutor, pudesse, por meio de seu relato, "lhe mostrar" o "mar de territórios" por onde passou (Rosa, 1978,

---

tínhamos identificado na leitura "sistemática" que fizemos do romance. Marcos que auxiliam a situar num romance extenso como este, passagens a serem utilizadas nas análises.

p.23). Esse intuito de "conhecer" que se projeta em relação ao "senhor" constitui em alguma medida o mote para que, ao longo dessa "descrição" dos lugares Riobaldo comece a contar as ações do bando. É significativo observar que, por meio dos índices que constroem a distância entre o presente da narração e as ações passadas, o narrador tematiza as mudanças dos "costumes", introduzindo referências que compõem a imagem do sertão por meio da apresentação de personagens como o jagunço e o vaqueiro.

Em relação à ideia de conhecimento, chamamos a atenção para alguns personagens que mais mobilizam o narrador pela busca de "conhecer": Zé Bebelo, Compadre meu Quelemém, Diadorim, incluindo-se também o conhecimento representado pelo doutor da cidade e o conhecimento do "povo sertanejo". A propósito da interpretação de Santos (2010) sobre a fala de Riobaldo, de que "sua narração, simboliza o reconhecimento do valor dos conhecimentos e sentimentos que os indivíduos experenciadores de dado espaço possam ter sobre o mesmo" (Santos, 2010, p.10), é importante refletir sobre essa "valorização" do "conhecimento experienciado", levando em conta a articulação dos elementos que se contradizem.

Pensamos que a "valorização do conhecimento" pode ser tematizada a partir romance levando em consideração as diferentes formas de conhecimento que aparecem "valorizadas" de maneira contraditória na fala desse narrador: aprendizagem das letras e das ciências, remetendo-se ao "doutor", à Mestre Lucas, ao próprio Riobaldo, à Zé Bebelo; aprendizagem das "coisas do espírito", "filosofias" de vida e morte, deus e o diabo, bem e o mal remetendo-se à "Compadre meu Quelemém"; aprendizagem "estética", de observação das belezas "naturais" remetendo-se à Diadorim; aprendizagem dos "lugares", referidas às situações em que o narrador "desbrava" o sertão, principalmente nas viagens com o bando de jagunços.

Ao longo da narrativa, o apreço que Riobaldo tem por esses personagens, e em especial por Diadorim, constitui um dos motivos mais notáveis que ele apresenta em relação a sua trajetória, inclusive no que diz respeito à ligação que ele tem com o bando de jagunços. Diversas vezes em que Riobaldo se refere a um desejo de sair do bando, a um plano malogrado de abandonar a jagunçagem, é Diadorim quem o narrador apresenta como o nexo que o prende ao "destino" de jagunço.

Se Diadorim aparece como o nexo que prende o destino de Riobaldo ao bando de jagunços, as ações do bando aparecem motivadas pela necessidade de vingar a morte do

"grande chefe" Joca Ramiro, morto por traição dos personagens Hermógenes e Ricardão, "os Judas".

Travar guerra com o bando de Hermógenes e Ricardão para vingar a morte de Joca Ramiro, aparece como a motivação principal das ações do bando de jagunços que, depois de sua morte, passam a "atuar" sob a chefia de Medeiro Vaz. A vingança para o personagem Diadorim configura-se como gesto necessário e, na fala do narrador Riobaldo, que se apresenta enredado por esse personagem, essa motivação aparece como o nexo fundamental construída como espécie de justificativa às ações que ele passará a relatar: as diferentes batalhas travadas pelo bando na guerra contra "os Judas". Conforme o narrador discorre ao senhor da cidade sobre os lugares pelos quais passou, e após se referir a alguns personagens de maneira isolada irrompe a apresentação dos personagens em meio às ações do bando.

Esse procedimento narrativo que avança e recua em relação ao relato das ações do bando, é determinante para estabelecer a articulação do relato de maneira geral. É na cena da enunciação construída pelo escritor entre esse narrador sertanejo e o senhor da cidade que podemos observar a "desorganização programática" (Hansen, 2000) da narrativa em relação à sua não adequação aos esquemas tradicionais de narrar[56].

---

[56] Muitos autores chamam atenção para as mudanças na forma de construção da narrativa nos romances do século XX em comparação, por exemplo, com os romances do século XIX, no que diz respeito à construção do ponto de vista do narrador que desconstrói a perspectiva linear tensionando com as expectativas do leitor. Para Anatol Rosenfeld o romance moderno, considerando principalmente as modificações ocorridas nos romances do século XX, "nasceu" no momento em que os escritores começaram a desfazer a ordem cronológica, fundindo passado, pressente e futuro. "Com isso, espaço e tempo, formas relativas da nossa consciência, mas sempre manipuladas como se fossem absolutas, são por assim dizer denunciadas como relativas e subjetivas. A consciência como que põe em dúvida o seu direito de impor às coisas [...] uma ordem [...] A dificuldade que boa parte do público encontra em adaptar-se a este tipo de [...] romance decorre da circunstância de a arte moderna negar o compromisso com este mundo empírico das 'aparências' [...] [o leitor] não conta com as facilidades que, quase sempre, marcam no filme o retrocesso do *flash back*: este recurso dá o passado como passado, como coisa morta, apenas lembrada. Para fazê-lo ressurgir em toda a sua pujança, como presença atual, não se pode narrá-lo como passado." Anatol chama atenção para o "desaparecimento" do narrador distanciado que apresenta a personagem como um "ele" indicando que "Ao desaparecer o intermediário [...] desaparece também a ordem lógica da oração e a coerência da estrutura que o narrador clássico imprimia à sequência dos acontecimentos. Com isso esgarça-se, além das formas de tempo e espaço, mais uma categoria fundamental da realidade empírica e do senso comum: a da causalidade (lei de causa e efeito), base do enredo tradicional, com seu encadeamento lógico de motivos e situações, com seu início, meio e fim."(Rosenfeld, 1996, p.82, 83 e 84, grifos do autor). Hansen analisa em *Grande Sertão: Veredas* alguns desses aspectos, como a função do narrador, e a expectativa do leitor. A partir do enunciado que introduz a narrativa do romance, argumenta "'Nonada'[...] não é só mero signo, semiótico, puramente diferencial – o leitor está lendo o texto como se lêem os livros de romance e deseja o romanesco, seu imaginário, e sabe, mesmo que ainda tão vagamente, que 'nonada' é o enunciado de um discurso e que este, *fala* de alguém, é presente, é semântico, produto de uma enunciação particular. É que, não havendo realmente um narrador

Riobaldo narrador, que Hansen aponta como sendo uma função geral do texto e no texto, expõe constantemente, através do modo de contar, as operações de construção de sentido e, solicitando ao interlocutor que o "organize", que "ponha enredo", chama atenção para essas operações[57]:

> Sei que estou contando errado, pelos altos. Desemendo. Mas não é por disfarçar, não pense. De grave, na lei do comum, disse ao senhor quase tudo. Não crio receio. **O senhor é homem de pensar o dos outros como sendo o seu,** não é criatura de pôr denúncia. E meus feitos já revogaram, prescrição dita. Tenho meu respeito firmado. [...] **Senhor subentende o que isso é?** [...] **Eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado. Mas o senhor vai avante**. **Invejo é a instrução que o senhor tem. Eu queria decifrar as coisas que são importantes.** E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder. O que induz a gente para más ações estranhas é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe! [...] Sendo isto. Ao doido, doideiras digo. **Mas o senhor é homem sobrevindo, sensato, fiel como papel, o senhor me ouve, pensa e repensa, e rediz, então me ajuda.** Assim, é como conto. Antes conto as coisas que formaram passado para mim com mais pertença**. Vou lhe falar. Lhe falo do sertão. Do que não sei. Um grande sertão! Não sei. Ninguém ainda não sabe.** Só umas raríssimas pessoas – e só essas poucas veredas, veredazinhas. **O que muito lhe agradeço é a sua fineza de atenção.**
>
> Foi um fato que se deu, um dia, se abriu. O primeiro. Depois o senhor verá por quê, me devolvendo minha razão.(Rosa, 1978, p. 77, 78, 79, grifos meus)

Refletindo sobre o ato de contar, o narrador remete-se ao interlocutor: "eu sei que isto que estou dizendo é dificultoso, muito entrançado" e nesse movimento articula a introdução do relato de "outra" série de acontecimentos, cujos nexos com o que vinha sendo antes relatado vão sendo apenas paulatinamente "revelados" pelo narrador.

Mas a revelação desses nexos não se faz sem a ambiguidade e a articulação contraditória do que esse narrador nos diz; nesse sentido eles são revelados em sua

---

exterior que articule um tempo e um espaço como condições para emergência de 'nonada' e da ação, isso imediatamente implica que 'nonada' se inscreve na página como intervenção, ato discursivo de um sujeito e sua predicação: 'nonada' é uma fala como produção." (Hansen, 2000, p.44, grifos do autor).

[57] "Impondo sua versão do que narra (e do que ouve como questão sobre o que narra), obriga o ouvinte a uma situação de silêncio cúmplice, de audição (e de leitura, não se esqueça o leitor) sempre surpreendida e perplexa. Com o seu distanciamento, a cavaleiro da linguagem, o narrador diz irônico o que é e o que foi porque é ele mesmo também o contado: ele é o sujeito absoluto de sua própria ação narrada. **Por isso, também, a ele pertence a operação de indicar, para o leitor, o caráter puramente ficcional daquilo que diz, quando referir-se ao ato e modos de contar, jogando com a dificuldade suposta (e real) do leitor e de seus modelos lineares de apreensão e entendimento um tanto preconcebidos**. Sua operação também consiste em mover a fala à vontade nas duas séries temporais que desenrola, estabelecendo um dissimetria entre passado e presente, compensando-a com traduções e conversões de um no outro, embaralhando os tempos" (Hansen, 2000, p. 49, grifos meus).

qualidade de construção discursiva de produção de efeitos de sentido[58] numa situação de enunciação particular (Hansen, 2000). Supor que a fala desse narrador busca reproduzir a "verdade" sobre o vivido, implica muitas vezes em aceitar as justificativas mais aparentes em relação às motivações que se traduziriam na revelação do sentido das ações, do significado das relações entre os personagens.

Acontece que esse sentido não é apresentado apenas como representação de um sentido que já existisse independente da situação discursiva em que ele se forja, constrói-se como cena de enunciação em que a apreensão do interlocutor é tematizada e incorporada à narrativa, e o sentido do que é narrado depende dessa relação. Dependendo do enunciado em que a sua fala se "centra", considerando-se a importância das expectativas do leitor (construídas tanto no ato de leitura representado como uma relação mais direta com o texto, quanto pela mediação dos discursos que em que o texto aparece comentado, referido, apresentado) o conjunto se resignifica, pois ainda que um mesmo motivo seja reposto reiteradamente outros são introduzidos "ofuscando" a clareza de sentido, pondo em dúvida justificativas usuais, sugerindo ao leitor que alguns nexos persistem ocultos. A indicação da posição a partir da qual a *fala* evidencia limites na construção e na apreensão do que é dito, tão logo, diante da expectativa de compreensão, põe-se a dúvida, o que sugere um questionamento em relação ao que se conta, mas também em relação a como o interlocutor interpreta de acordo com suas "referências" o que se conta a partir de *como* é contado.

Podemos nos deter, por exemplo, na maneira como o narrador, ao apresentar alguns "marcos" que situam a sua trajetória, introduz algumas motivações que serão retomadas ao longo da narrativa. O encontro com "o menino"; a morte da mãe; a vida de "favor" na casa do padrinho, a descoberta de que Selorico Mendes é seu pai, a fuga da fazenda São Gregório; o retorno ao Curralinho, quando descobre que Rosuarda vai casar-se com negociante rico; a "boa ocasião" ao chegar à casa de Mestre Lucas quando é indicado para ser professor de Zé Bebelo, compõem, com outras referências, um

[58] "A produção de linguagem do narrador marca-se assim, desde o início da leitura, pelo seu *lugar* específico de enunciação, lugar basicamente social que retoma outras falas, outras enunciações, outras representações, outros imaginários fazendo-os convergir em sua estruturação. Com o que se avança: a enunciação do narrador é discurso, não só comunicação de conteúdos, também produção de efeitos de sentido entre interlocutores" (Hansen, 2000, p.45).

conjunto de motivações apresentadas pelo narrador que, de alguma maneira, justificam as escolhas que mobilizam a sua trajetória.

Bolle (2004) propõe, através do mapa em que apresenta a "Topografia da jagunçagem", uma leitura em que a iniciação de Riobaldo na jagunçagem teria seu "marco zero" na cena "iniciática" do encontro com "o menino", cujo reencontro anos depois marcaria efetivamente o momento em que Riobaldo se torna jagunço. Um segundo momento dessa iniciação seria marcado pelo primeiro contato de Riobaldo com o mundo da jagunçagem na fazenda São Gregório, de seu padrinho Selorico Mendes que, com entusiasmo, "lhe narra histórias de jagunços" (Bolle, 2004, p.108), onde se destaca a referência a um "grande fato que se deu".

O "grande fato que se deu" relaciona-se com o referido "entusiasmo" que seu padrinho tinha pelos jagunços. Trata-se da passagem e pernoite do bando de jagunços de Joca Ramiro pela Fazenda São Gregório, que é relatada pelo narrador também com grande "entusiasmo":

> Meu padrinho mandou eu ir lá dentro, chamar alguma das mulheres, que coasse café quente. Quando voltei, um dos homens – Alarico Totõe – estava expondo, explicando. Todos continuavam sem tomar assentos. **Alarico Totõe sendo um fazendeiro do Grão-Mogol, conhecido de meu padrinho. Ele, com seu irmão Aluiz Totõe, pessoas finas, gente de bem. Tinham encomendado o auxílio amigo dos jagunços, por uma questão política,** logo entendi. Meu padrinho escutava, aprovando com a cabeça. Mas para quem ele sempre estava olhando, **com uma admiração toda perturbosa, era para o chefe dos jagunços, o principal. E o senhor sabe quem era esse? Joca Ramiro! Só de ouvir o nome, eu parei, na maior suspensão.** (Rosa, 1978, p. 91, grifos meus)

A narrativa de Riobaldo nesse trecho do relato indica ao leitor a importância desse "grande fato", que terá implicações determinantes em sua trajetória na relação com o bando de Jagunços de Joca Ramiro. Fica sugerido nessa passagem um dos nexos que aproxima Riobaldo do bando chefiado por Joca Ramiro que, somado à referência ao encontro e reencontro com "o menino", confirmam a ligação desses fatos ao conjunto de motivações que conduziram o "destino" de Riobaldo. Já nos referimos anteriormente à motivação da vingança e à ligação de Riobaldo com Diadorim que compõem o mesmo conjunto de motivações mobilizadas pelo narrador.

A fuga da fazenda São Gregório é também um dos "marcos" em que podemos perceber um momento de definição do "destino" de Riobaldo. Assim que "descobre" que Selorico Mendes era seu pai, Riobaldo "toca" para o Curralinho relatando como no

caminho ia pensando como fazer para "caçar meio de vida". Ao chegar à casa de seu Assis Wababa, fica sabendo que Rosuarda estava noiva, e que ia casar com um turco negociante.

É interessante observar que, ao mencionar o noivado de Rosa'uarda, Riobaldo parece indicar que uma das possibilidades de "caçar meio de vida" (casar com a filha de um negociante) estava descartada logo na chegada ao Curralinho. A possibilidade de constituir família, casando-se com moça de família abastada como meio para alçar a uma condição social respeitável é, aliás, constantemente indicada no relato, como fica sugerido nessa passagem e quando o narrador se refere à Otacília. Ainda na casa de seu Assis Wababa, ao encontrar o alemão Vupes, "que ia desempenhando seu negócio dele no sertão", Riobaldo vislumbra uma "outra" possibilidade:

> Mas, a bem, agora aquela hora, estava lá o Vupes, assim foi. Porque, num desastre de instante, eu tinha pegado a pensar – **o que resolvia minha situação era trabalhar para ele, se viajar vendendo ferramentas por aí, descaroçador de algodão.** Nem ponderei, mas disse: – "Seo Vupes, o senhor não quererá me ajustar, em seu serviço?" Minha bestice. "Níquites!" – conforme que o Vupes constante exclamava. Ali nem acabei de falar, e em mim eu já estava arrependido, com toda a velocidade. **Idéia nova que imaginei: que, mesmo pessoa amiga e cortês, virando patrão da gente, vira mais rude e reprovante.** Mordi boca, já tinha falado. Ainda quis emendar, garantindo que era por gracejo; mas seo Assis Wababa e o Vupes me olhavam a menos, com desconfianças, me senti rebaixado demais. A contra mim tudo contra, o só ensejo das coisas me sisava. (...) Dum modo senti, como me recordei, depois, tempos, quando foi arte se cantar uma cantiga:
>
> Seu pai fosse rico,
> tivesse negócio,
> eu casava contigo
> e o prazer era nosso...
> (Rosa, 1978, p. 97, 98, grifos meus).

O leitor acompanha a trajetória de Riobaldo num momento em que estão descartadas as possibilidades de viver de "favor" com o padrinho, de quem descobre que é filho bastardo; de casar-se com moça filha de negociante rico; e de trabalhar para "pessoa amiga". A "oportunidade" de ser professor de Zé Bebelo, com a qual ele se depara nesse momento é então apresentada como uma "providência do destino", e confirmação de sua aptidão para "professor" que já havia sido apontada quando ele relata o seu tempo de escola. Bolle (2004) indica esse momento como um dos primeiros contatos que Riobaldo teve com a jagunçagem ao ser professor e secretário do "caçador

de jagunços" Zé Bebelo, acompanhando-o em uma das viagens de "caça" aos jagunços, no meio da qual decide fugir.

Entretanto, a oportunidade de ser professor, que poderia definir o destino de Riobaldo na direção contrária da jagunçagem, termina por confirmar a "predestinação" que o narrador apresenta em relação ao fato de ter se tornado jagunço. Como apontamos anteriormente ainda que alguns motivos apareçam diretamente mencionados e funcionem como justificativa para o encadeamento das ações, podemos perceber que, em muitas passagens, como por exemplo, quando Riobaldo relata sua fuga do grupo de Zé Bebelo, as motivações expressas são extremamente contraditórias.

Podemos observar que, mesmo que o narrador solicite a credibilidade do interlocutor, em muitas das articulações que efetua, a fala de Riobaldo não se produz como um discurso coerente; tal pretensão faria o "autor" apagar as marcas contraditórias, o que não acontece. Por exemplo, a passagem em que Riobaldo, cumprindo as ordens de Zé Bebelo, fala "muito nacional", dizendo que "um homem assim devia de ser deputado", entre outros comentários em que demonstra empatia por esse personagem, é contraposta por comentários que contradizem essa empatia. Quando, por exemplo, toma a decisão de fugir, o narrador justifica a fuga dizendo: "me deu enfaro de Zé Bebelo, em trosgas, a conversação", acrescentando ainda um enunciado em que diz não haver justificativa para o fato de ter fugido: "A bem: fugi, e mais não pensei exato. Só isso, o senhor sabe, se desprocede: a ação escorregada e aflita, mas sem sustância narrável".

Por outro lado, a "fuga" se constitui como motivação para narrar o que vem depois dela: o reencontro com "menino", o jagunço Reinaldo – Diadorim – do bando de Joca Ramiro, momento a partir do qual Riobaldo se "torna" jagunço e de onde seguirá narrando as ações que se amarram ao ponto onde o relato tinha se interrompido. Entre o reencontro com o menino e a retomada ao ponto em que o relato se interrompe, muitas ações do bando são relatadas, muitas referências são introduzidas nessa longa "conversa" com o "senhor" da cidade:

> E foi assim que a gente principiou a tristonha história de tantas caminhadas e vagos combates, e sofrimentos, que já relatei ao senhor, se não me engano até ao ponto em que Zé Bebelo voltou, com cinco homens, descendo o Rio Paracatu numa balsa de talos de buriti, e herdou brioso comando; e o que debaixo de Zé Bebelo fomos fazendo, bimbando vitórias, acho que eu disse até um fogo que

> demos, bem dado e bem ganho, na Fazenda São Serafim. Mas, isso, o senhor então já sabe.
>
> **Só sim? Ah, meu senhor, mas o que eu acho é que o senhor já sabe mesmo tudo – que tudo lhe fiei. Aqui eu podia pôr ponto**. Para tirar o final, para conhecer o resto que falta, o que lhe basta, que menos mais, é pôr atenção no que contei, remexer vivo o que vim dizendo. Porque não narrei nada à-toa: só apontação principal, ao que crer posso. Não esperdiço palavras. Macaco meu veste roupa. **O senhor pense, o senhor ache. O senhor ponha enredo.** Vai assim, vem outro café, se pita um bom cigarro. Do jeito é que retorço meus dias: repensando. Assentado nesta boa cadeira grandalhona de espreguiçar, que é das de Carinhanha. Tenho saquinho de relíquias. Sou um homem ignorante. Gosto de ser. Não é só no escuro que a gente percebe a luzinha dividida? Eu quero ver essas águas, a lume de lua...(Rosa, 1978, p.234, 235)

Por ironia do "destino" a trajetória de Riobaldo – após ter sido agregado; "cachorrando" pelo sertão; ter namorado filha de negociante; ter sido professor e secretário do "caçador de jagunços"; tornado-se jagunço e depois chefe de bando; ter vencido a batalha final onde a morte de Joca Ramiro é vingada com o sangue de Diadorim – culmina no casamento com Otacília, filha de fazendeiro abastado, e no recebimento de duas fazendas como herança de Selorico Mendes, tornando-se proprietário de terras, condição em que se encontra no momento em que relata ao "senhor" a sua trajetória.

2.2 Figuração das relações sociais no romance, formação da propriedade da terra e a mobilização do trabalho

A proposta de apresentar uma leitura do romance articulada com o tema da modernização brasileira tem sido motivada, desde as primeiras formulações do projeto de pesquisa, pela tentativa de estabelecer um diálogo com autores[59] que chamam a atenção para o significado histórico e social que a tematização do "sertão" adquire em Guimarães Rosa. Boa parte dos estudos críticos dedicados à análise de *GS:V* situam o romance em relação ao cânone da literatura brasileira remetendo-se, sobretudo, à

[59] Dentre os autores que abordam o romance *Grande Sertão: Veredas* chamando a atenção para os aspectos "históricos" e "sociais" destacamos os seguintes: Bolle, Willi. *grandesertão.br: o romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2004; Candido, Antonio. "O homem dos avessos". In:*Tese e antítese*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964, p. 119-140; Galvão, Walnice Nogueira. *As formas do falso: um estudo sobre a ambiguidade no* Grande sertão: veredas. São Paulo: Perspectiva, 1972; Vasconcelos, Sandra Guardini Teixeira. *Migrantes dos Espaços (Sertão, Memória e Nação)*. In: Letterature D'America, n. 396, Roma, 2000.

produção em prosa dos textos românticos, naturalistas, realistas, modernistas e, de maneira particular, os de caráter regionalista.

Em alguns desses estudos, os autores abordam o romance em relação aos debates sobre a formação do Brasil, explorando, a partir dele, questões presentes em estudos que sistematizaram esse debate. Bolle, em particular, aborda *GS:V* buscando demonstrar como alguns temas figurados no romance recebem um tratamento mais elucidativo do que o tratamento dado a esses temas nos estudos científicos dedicados a interpretar a formação social brasileira.

Em grandesertão.br, Bolle apresenta o livro *Grande Sertão: Veredas* como romance de formação do país "na medida em que o autor, através da invenção da linguagem, refinou o medium para este país se pensar a si mesmo." Para Bolle:

> o romance de Guimarães Rosa é o mais detalhado estudo de um dos problemas cruciais do Brasil: a falta de entendimento entre a classe dominante e as classes populares, o que constitui um sério obstáculo para a verdadeira emancipação do país. (Bolle, 2004, p. 9)

O refinamento apontado compõe, segundo o autor, um conjunto de ensaios de formação em que se incluiriam "os livros de Euclides da Cunha, Giberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Celso Furtado, Raymundo Faoro, Antonio Candido [...]" entre outros que "constituem o cânone dos retratos do Brasil" (Bolle, 2004, p. 9). Entendemos que proposta de Bolle, ao articular o romance aos estudos de formação acima referidos, requer uma leitura que leve em conta a necessidade de uma apreciação mais matizada da qualidade desses estudos, bem como da possibilidade de ler o romance em diálogo com as interpretações sobre a formação do país.

Esse diálogo aponta para o desafio de "limpar o meio de campo", para que não tomemos a noção de formação de maneira solapada, reconhecendo que nesses estudos a ideia de formação articula processos e pontos de vista diferentes que mereceriam ser qualificados em relação a esses pontos de vista e seus respectivos "objetos". Pensamos que, ao serem identificados "imediatamente" como pertencentes ao "gênero" dos retratos do Brasil esses pontos de vistas são neutralizados em relação às diferentes posturas interpretativas que assumem, por isso entendemos a necessidade de pensar as medições que possibilitam essa aproximação, evidenciando a historicidade dos nexos que podemos estabelecem entre esses discursos.

Diferentes abordagens do significado histórico e social do romance se desdobram nos estudos referidos anteriormente de acordo com o interesse particular esboçado, mas, em geral, alguns elementos das análises remetem a questões recorrentes na discussão sobre a formação social brasileira. A comparação do romance com outras produções literárias brasileiras se faz presente em alguns desses autores, por meio da qual enfatizam a intervenção particular de Guimarães Rosa, em relação à forma de tratamento de temas recorrentes na literatura brasileira. Em comparação com as produções identificadas como regionalistas, nos livros de Guimarães Rosa e, em particular *GS:V*, ressalta-se a ruptura em relação aos aspectos documentais, pitorescos, e realistas apontados como característicos dessas produções.

Todavia, o significado de ruptura que aponta a diferença é depreendido da semelhança sugerida por elementos que, no texto, remetem à representação de particularidades que podem, de alguma maneira, ser identificadas como "regionais". No que se refere à caracterização de uma determinada área do país que, num momento particular, apresenta uma dinâmica de reprodução das relações sociais que a distingue e a aproxima de outras áreas, o romance pode ser apresentado em relação à prosa regionalista.

Em *GS:V*, podemos encontrar referências que nos remetem a um momento histórico particular, bem como "informações" sobre os costumes e "tipos sociais" que "registram" aspectos significativos das relações sociais no "sertão". Relações que se estabeleceram em torno da atividade pecuária (Galvão, 1972), de produção extensiva, onde um número restrito de proprietários controla o acesso a terra por meio de uma prática de mandonismo legitimada socialmente com recurso à violência direta. Com contornos distintos e procedimentos narrativos que desestabilizam as expectativas de representação convencionais, o romance põe em cena o jagunço, o vaqueiro, o agregado, o meeiro, o coronel, "personagens" recorrentes nos romances e contos regionalistas.

Se no caso das produções de caráter acentuadamente regionalista, alguns autores expressam claramente a intenção de "retratar" aspectos da realidade social, no caso da produção de Guimarães Rosa, o tratamento dado às questões que remetem à realidade social faz com que, no conjunto, o texto oponha resistência à redução da "estória" às referências da história. É com essa redução que estamos lidando quando relacionamos as questões suscitadas por um texto qualificado como "ficção" às questões presentes em

textos denominados científicos, históricos, geográficos, sociológicos. É importante enfatizar que nossa abordagem tem como "pano de fundo" a discussão sobre o *status* da ficção na sociabilidade moderna, dialogando com o argumento apresentado por Robert Kurz (2004) sobre a cisão de um sistema simbólico de representação social que se cristaliza no conceito "transhistórico" de "Arte". Pensamos aqui que a cisão entre arte e vida é produto do conjunto de separações que formam essa sociabilidade, e que o estatuto da ciência, como a portadora de um discurso neutro, objetivo e verdadeiro sobre o real, está referido a esse processo e se relaciona de maneira especial com a noção de arte, quando consideramos a divisão intelectual do trabalho.

Essa ressalva é importante inclusive por que se refere à maneira peculiar como o texto de Guimarães Rosa se desvia do registro "documental" desses costumes que ele põe em cena na fala do narrador Riobaldo. As observações desse narrador sobre esses "costumes" não são simplesmente descritivas e explicativas. Apesar de muitas vezes esboçar um gesto de "revelação" da essência do sertão ao senhor da cidade, como se fosse possível apresentá-lo em sua objetividade, que existiria independente de quem a enuncia – pretensão que se projeta na ideia de representação – o movimento contraditório da fala desse narrador aponta para a relação não isenta entre sujeito e objeto que se manifesta nos enunciados discursivos[60]. Dessa forma, o autor ironiza a pretensão de objetividade neutralizada do discurso posto em cena pela fala do narrador Riobaldo, parodiando os discursos que circulam socialmente sobre o sertão e que gozam de autoridade.

Ao desdobrar o que no romance pode ser posto em diálogo com questões presentes no campo dos estudos científicos, tendo em conta a problematização do estatuto das práticas de representações sociais, buscamos apontar para a necessidade de questionar a naturalização da separação entre sujeito e objeto, que está pressuposta quando se apresenta a neutralidade como atributo dos discursos.

---

[60] A propósito da tensão que se desdobra a partir da ideia de representação nos escritos de Guimarães Rosa, Hansen observa "O romance realista vê um aspecto qualquer da natureza ou da sociedade por meio de um temperamento, representando tal aspecto pela linguagem entendida como instrumento acabado que o sujeito de tal temperamento aplica à observação com distanciamento e objetividade. Broch demonstra que Joyce faz algo extremamente mais complexo. É o que também encontramos em Rosa: o conhecimento de que não se pode simplesmente situar o objeto em face da observação de um sujeito e descrevê-lo de modo igualmente simples e objetivo, porque também o sujeito da representação - o autor e o narrador enquanto ideia - e a linguagem com que descrevem o objeto da representação são inerentes ao meio da representação" (Hansen, 2012, p. 124).

Guimarães Rosa não constrói a narrativa de *GS:V* a partir de um narrador isento e separado do objeto que narra, mas, ao contrário, a partir de um narrador, cuja posição em relação ao que é representado o torna fundamentalmente implicado. É preciso também reconhecer que a posição na qual nos situamos ao tematizar as relações sociais por meios dos discursos, entendidos aqui também como prática, é conflituosa, pois pretendemos criticar o processo que naturaliza a separação entre teoria e prática ao mesmo tempo em que reproduzimos na prática essa separação.

Explicitar o conflito contribui para não recalcar o desconforto que temos quando nos deparamos com análises do romance que, em sua decomposição analítica, constroem interpretações determinadas pelas escolhas teóricas e as apresentam como imanentes ao próprio romance tornado objeto. Entretanto, é justamente a essa decomposição analítica que aqui se recorre para apresentar os nexos que podemos estabelecer entre o romance e algumas questões presentes nos estudos sobre o processo de formação "nacional", chamando a atenção para a particularidade de um contexto social que se forma em relação a esse processo.

Essa particularidade de nosso ponto de vista pode ser abordada com recurso à análise da relação entre terra, trabalho e violência, buscando apontar como, no romance, esses "elementos" aparecem articulados e, de que maneira, a partir deles, podemos tematizar o processo de formação das relações sociais no Brasil e, em particular, no "sertão". Neste capítulo discutiremos a partir da relação entre terra e trabalho, como as relações de produção no "sertão", ao se estabelecerem com base no monopólio da terra personificado pelos proprietários rurais, permitem mobilizar trabalho nesse contexto social. No capítulo seguinte, desdobrando a articulação entre terra trabalho e violência, abordaremos a questão do jaguncismo no romance articulada ao contexto mais geral das relações sociais, apontando como o monopólio da terra bem como a mobilização do trabalho não se realizam sem a violência praticada pelo jagunço e personificada pelo "coronel".

O ensaio de Antonio Candido "O homem dos avessos", escrito no ano de publicação da primeira edição do romance (1956), constitui uma referência importante para diversos estudiosos que buscaram interpretar a "extraordinária obra prima" de Guimarães Rosa explorando a relação entre "Literatura e Sociedade". Retomando a divisão presente no livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, *a terra*, *o homem e a luta*,

Candido propõe que *GS:V* pode ser analisado a partir desses três elementos que, segundo o autor seriam estruturais na composição:

> Há em *Grande Sertão: Veredas*, como *n'Os Sertões*, três elementos estruturais que apóiam a composição: a terra, o homem, a luta. Uma obsessiva presença física do meio; uma sociedade cuja pauta e o destino depende dele; como resultado o conflito entre os homens. Mas a analogia para por aí; não só porque a atitude euclideana é constatar para explicar, e a de Guimarães Rosa inventar para sugerir, como por que a marcha de Euclides é lógica e sucessiva, enquanto a dele é uma **trança constante dos três elementos,** refugindo a qualquer naturalismo e levando, não a solução, mas a suspensão que marca a verdadeira obra de arte, e permite a sua ressonância na imaginação e na sensibilidade. Em todo o caso, aqueles elementos são fundamentais na sua trama, embora de modo diverso; convém, pois aborda-los (englobando o terceiro nos dois anteriores), justamente para ressaltar a diferença e mostrar as leis próprias do universo de Guimarães Rosa, cuja compressão depende de aceitarmos certos ângulos que escapam aos hábitos realistas, dominantes em nossa ficção. (Candido, 2002, p. 123, grifos meus)

Essa referência é pertinente para o desdobramento das questões que estamos tratando aqui, uma vez que parte de uma determinada categorização dos elementos do romance e da relação entre eles que, segundo Candido, o diferencia não apenas do naturalismo euclidiano como dos "hábitos realistas, dominantes em nossa ficção". Essa distinção tem como termo comparativo principalmente os romances "regionalistas" que avultam no final do século XIX e começo do XX, onde se destacam sem dúvida o realismo social dos romances do "ciclo nordestino", mas também os contos ou novelas sertanejas aos quais Candido se refere no ensaio de recepção do livro Sagarana[61].

Em "O homem dos avessos", no item dedicado à terra, Candido opera basicamente a associação dessa categoria aos elementos do meio físico, destacando a construção da paisagem que aponta como presença marcante na construção da narrativa. Pensamos que a associação da terra ao meio físico tenta dar conta do significado que as "descrições" desse meio adquirem no conjunto das ações narradas. Com esse procedimento, Candido explora uma dimensão onde a paisagem não se constituiria apenas como cenário, como produto de uma observação de como esse meio físico "é", apreendido independente do significado que este possa assumir em relação às ações que a ele estão referidas. Para Candido, a referência às localidades identificáveis

[61]"Foi o tempo em que todo jovem promotor ou delegado, despachado para as cidadezinhas do interior, voltava com um volume de contos ou uma novela sertaneja, quase sempre lembrança de cenas, fatos e pessoas cujo pitoresco lhes assanhava a sensibilidade litorânea de nascimento ou educação" (Candido, 2002, p.183).

empiricamente no Norte de Minas Gerais, ao rio São Francisco que atravessa e divide essa área, a indicação dos acidentes topográficos nas ações narradas, se inserem numa trama em que esse "meio" é animado e se constitui como universo inventado. Ainda que essa invenção se alimente de referências tomadas à observação advinda da "experiência documentária" do escritor (Candido, 2002), como substrato da composição, a observação se dissolveria na invenção a ponto de não ser possível interpretá-la apenas como *descrição*.

Reconhecemos que essa associação está fundamentada em características do romance e, não à toa, é explorada em alguns estudos sobre ele[62]. Principalmente no que tange à construção da paisagem, aspecto constantemente referido aos estudos geográficos, o destaque para o meio físico que aparece figurado no romance, poderia ser o ponto de partida de uma abordagem voltada para as relações entre a literatura e o "conteúdo geográfico" (Monteiro, 2000) que ela contém.

Entretanto, buscamos tematizar a partir do romance, problematizando os termos em que está colocada a relação entre homem e meio físico, o caráter social das relações entre os homens, partindo de uma perspectiva onde as determinações históricas dessas relações são enfatizadas, pois resignificam concretamente esse meio que não é aqui entendido tendo em vista os seus atributos naturais, mas os sociais. Nossa leitura tenta chamar atenção para um aspecto que no romance adquire uma importância significativa para pensar que, no "sertão", a relação entre os homens é determinada historicamente, que é a questão da propriedade da terra e da imposição do trabalho.

No que se refere ao processo de formação da propriedade da terra no Brasil, destacamos alguns estudos onde ela é abordada em relação aos diferentes contextos nos quais a exploração do trabalho assumiu aspectos particulares. José de Souza Martins, em *O cativeiro da terra* (1979), indica a relação entre o fim do escravismo, na crise do Antigo Sistema Colonial, com as transformações dos mecanismos que legitimavam as formas de apropriação fundiária.

---

[62]A figuração do meio físico no romance é ponto de partida em alguns trabalhos que buscam explorar a relação da narrativa com a "cartografia". Para a construção de seu "resumo cartográfico" Bolle utiliza dois trabalhos que se debruçam sobre o itinerário de Riobaldo, são eles o estudo de Alan Viggiano (1974) *Itinerário de Riobaldo Tatarana*, e o de Marcelo de Almeida Toledo (1982) *Grande Sertão: Veredas – as trilhas de amor e guerra de Riobaldo Tatarana*.

Ligia Osório Silva, em *Terras devolutas e latifúndio,* articula a análise da forma de apropriação da terra com a questão da mão de obra, tendo em vista a especificidade do estatuto do solo colonial, a relação entre a disponibilidade de terras e o regime de trabalho escravo que contribui para essa especificidade. Ao tratar dessa relação, a autora assinala a importância de considerarmos que as determinações da colonização na América portuguesa constituem um desdobramento da expansão comercial europeia. Nesse sentido, indica que a forma assumida pela produção e organização econômica na colônia decorreu dos objetivos mais gerais do sistema colonial, apesar das especificidades que se podem observar nas diferentes colônias[63].

Tendo como pressuposto os objetivos mais gerais do sistema colonial, desenvolve-se na América portuguesa um processo de apropriação territorial que constitui um dos condicionantes da empresa colonizadora ao lado do trabalho escravo. Como apontam diversos autores, a ocupação das terras para a realização das atividades produtivas dependeu de um processo de conquista dessas terras por meio de violentos conflitos com os "antigos habitantes". Nesse sentido ao tratar da questão da disponibilidade de terras para a empresa colonizadora é importante considerar que, uma das condições para que essas terras fossem apropriadas para a exploração econômica foi a legitimidade do uso da violência contra os indígenas por meio das "guerras justas", que tornava também legítima a sua escravização[64].

A prática da violência, por meio das guerras e da escravização, encontra sua justificativa nos objetivos econômicos do processo de colonização que, com as ordenações jurídicas da metrópole, encontravam legitimidade para se realizarem sem muitos escândalos em relação aos princípios por ela evocados. Ainda que a legislação *régia* em relação à apropriação territorial e à condição dos indígenas evocasse princípios que, na prática, não eram seguidos pelos colonos, a dependência da metrópole em

---

[63] A discussão sobre a particularidade da colonização no Brasil, tendo em vista uma discussão mais geral sobre o significado da colonização moderna, se encontra apresentada de maneira elucidativa por Fernando Novaes em "Colonização e Sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica" In: *Aproximações – Estudos de história e historiografia*. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

[64] Pasquale Petrone, no livro *Aldeamentos Paulistas*, mostra como a escravização do indígena era praticada na colônia a despeito de uma legislação que determinava a sua liberdade. A bem dizer segundo mostra o autor, a legislação era ambígua nesse aspecto, o que fica explicito no próprio documento "Sobre a liberdade do gentio da terra e da guerra que se lhe pode fazer", um dos fundamentos do que ficou conhecido como "guerra justa".

relação aos rendimentos que extraía da colônia, estabelecia que na relação metrópole-colônia a orientação principal fosse viabilizar a exploração econômica.

Com relação à apropriação territorial, essa orientação fica expressa quando acompanhamos a análise do sistema sesmarial, feita por Ligia Osório que, entre outros autores[65], destaca a existência de incongruências na transposição do regime sesmarial para a colônia. O instituto das sesmarias criado em Portugal buscava solucionar um problema relativo ao abastecimento do reino, cuja causa era atribuída ao controle da terra por parte dos senhorios que não cultivavam e nem arrendavam essas terras. Uma vez que o objetivo da legislação era acabar com a ociosidade das terras, a concessão das sesmarias se fazia com a condicionante de que, se as terras não fossem cultivadas, deveriam ser devolvidas à Coroa.

Quando essa legislação se transferiu para a colônia, a sua "feição mais importante", que seria "a reversão das terras não cultivadas à coroa" (Faoro apud Toledo, 2008, p.43), aparece negada. Na apresentação de Toledo (2008) sobre o processo de territorialização colonial, encontramos referências que demonstram como o conteúdo da lei não se aplica a realidade da colônia, tendo em vista que o objetivo da apropriação das terras nesse contexto é garantir as condições para a produção de mercadorias. Esse objetivo fica bem explícito quando consideramos que "o pretendente à sesmaria deveria provar ser homem de posses, capaz de ajustar o destino da terra aos produtos exportáveis" (Faoro apud. Leite, 2010, p. 85).

Podemos pensar, a partir dessas indicações sobre o instituto das sesmarias, que, no que concerne à condição do solo colonial, a principal determinante será a exploração econômica que se insere num contexto mais geral do sistema colonial que gesta a acumulação primitiva europeia (Novaes, 2005). Uma questão importante em relação ao regime das sesmarias e à prática efetiva de apropriação de terras diz respeito às grandes extensões das sesmarias que se estabeleceram na colônia. Essa extensão, segundo Silva (2005), fez que com alguns autores atribuíssem ao "sesmarialismo a causa principal do latifúndio brasileiro".

---

[65]Para uma apresentação mais detida sobre o instituto das sesmarias e a especificidade de sua transposição para a colônia, consultar a primeira parte do livro já citado de Lígia Osório Silva, bem como o item 5 do capítulo IV, volume 1 do livro *Os dono do poder* de Raymundo Faoro. Dialogando com esses e outros autores que tratam da especificidade da instituição das sesmarias na colônia Toledo (2008) e Leite (2010) apresentam uma discussão que contribuiu muito para pensarmos sobre as determinações do processo territorialização colonial.

De acordo com Toledo (2008), baseando-se no estudo de Neves (1998), a sesmaria do Alto Sertão tinha dimensões impossíveis de serem ocupadas naquele momento histórico; o reconhecimento dessa proporção do volume de terras apropriadas por uma única família, indica, segundo esses autores, a tendência de fracionamento dessas terras que foram simultânea e paulatinamente sendo ocupadas pelo regime de posses. A ocupação por meio das posses implicou alguns conflitos no âmbito da relação dos sesmeiros com os posseiros. Ligia Osório discute esses conflitos remetendo-se aos documentos dirigidos à Coroa, nos quais tanto os sesmeiros quantos os posseiros queixam-se da demarcação das terras, na medida em que a liberação das terras muitas vezes coincidia com terras já ocupadas. Nesse sentido, a autora assinala que a apropriação das terras por meio do regime de posses convivia com o instituto das sesmarias, indicando que, com o fim desse instituto, o regime de posses viria a se constituir como a principal forma de apropriação territorial.

No capítulo que trata do coronelismo e da luta pela terra, a mesma autora apresenta o conflito de interesses em torno da apropriação das terras no bojo das leis que pretendem regulamentar as posses particulares e estabelecer os domínios das terras devolutas pertencentes ao Estado. A autora discute, a partir de exemplos de diversos estados, que a legislação ia de encontro a interesses conflitantes, apresentando alguns episódios em que esse conflito se manifesta na relação entre os órgãos incumbidos de realizar a demarcação das terras com os representantes políticos dos estados e dos municípios. Em alguns casos, os representantes desses órgãos incumbidos de "aplicar a lei", quando contrariavam os interesses estabelecidos, passavam a enfrentar problemas que acabavam por afastá-los (voluntária ou involuntariamente) do cargo e deixar em suspenso o processo de regularização das posses.

O processo de disputa pela apropriação das terras movia constantes conflitos armados entre forças privadas. A autora assinala que, no processo "de passagem das terras devolutas para o domínio privado, os coronéis encontravam-se numa posição estratégica. Exerciam o poder privado por meio de seus asseclas (exército de jagunços) e contavam com o beneplácito das autoridades estaduais" (Silva, 2008, p.287).

Esses conflitos armados não se davam apenas no âmbito das disputas entre as famílias dos grandes "proprietários", incidiam também na forma de controle da terra sobre as pequenas posses. Nesse contexto, destaca-se a coerção que esses grandes

"proprietários" exerciam sobre os pequenos que iam conformando relações de dominação que tinham como pressuposto a conquista do monopólio da terra e o poder de mobilizar trabalho que esse monopólio possibilitava. Isso significava que a disputa, no âmbito jurídico de regularização das posses, que se realizou durante um longo período deste a instituição da Lei de Terras de 1850, encobria uma disputa que se realizava por meio da expansão das grandes fazendas sobre as pequenas posses.

A disputa revela a desigualdade das condições em que se encontravam os grandes "proprietários" de terra e os pequenos posseiros, e é determinante para compreender como a lei de regularização das posses veio, na prática, a favorecer o predomínio dos grandes "proprietários" e a "despreocupação dos posseiros" com o processo de legitimação (Silva, 2008). A dificuldade de permanecer na terra "o tempo suficiente para desfrutar dos benefícios da lei", somado à "alta mobilidade dos fazendeiros, sempre em busca de terras novas" indicaria a peculiaridade da apropriação territorial no que diz respeito à regulamentação das pequenas posses. O sentido da legislação se mostrava na prática como garantia das vastas extensões de terras particulares, "em vez de garantir os pequenos posseiros, dividir e democratizar o solo" (Governador Antonio Correa da Costa, *apud* Silva, 2008, p. 295).

Retomando a relação estabelecida entre o processo de regularização fundiária e a crise do antigo sistema colonial, principalmente relativa à questão da exploração da mão-de-obra escrava[66], entendemos aqui que o objetivo da Lei de Terras consistia em sua concepção e, na prática, na criação de um mecanismo que permitisse a mobilização do trabalho. Quando o cativeiro do trabalho começa a entrar em crise com a proibição do tráfico e posteriormente com a abolição da escravatura, torna-se imperativo aprimorar os mecanismos de controle sobre a terra, como assinala Leite (2010):

> Permeando os debates que levaram à instauração da Lei de Terras esteve sempre presente a questão relativa à oferta de trabalho, colocadas na ordem do dia em função das pressões e proibições inglesas à manutenção do tráfico de africanos. O primeiro projeto de Lei de Terras, elaborado pela Seção de Negócios do Império do Conselho de Estado a pedido do Ministro do Império,

[66] "A adoção do trabalho compulsório constituiu a forma de viabilizar o funcionamento satisfatório do sistema baseado no "exclusivo" metropolitano. Além de problemática a transferência de trabalhadores livres pra os novos territórios inviabilizaria o funcionamento dos mecanismos do sistema colonial porque a disponibilidade de terras por apropriar os transformaria rapidamente em proprietários produzindo para o seu próprio consumo" (Silva, 2008, p.31).

> em 1842, tratava, além de regulamentar a questão da terra, de retomar diretivas de "povoamento". (Leite, 2010, p.146)

No contexto das relações que se estabelecem no "sertão", tendo como referência as transformações ocorridas na passagem do Império para Primeira República, é significativo considerar que o "cativeiro da terra" irá se constituir como um dos principais mecanismos de mobilização do trabalho (Gaudemar, 1977). Marx, no capítulo XXV de *O capital* expõe as condições necessárias para a realização da acumulação capitalista, ocultas no discurso da economia política sobre as relações de produção nas metrópoles, que aparecem de maneira "explícita" nas relações de produção nas colônias onde, para submeter o trabalhador e o produto de seu trabalho, é necessário inviabilizar que ele tenha acesso à produção direta de seus meios de subsistência[67].

No caso das colônias inglesas, exemplo dado por Marx, a distribuição de terras por parte do governo britânico (mecanismo de incentivo ao povoamento) fazia com que os colonos, ao chegarem à "nova terra", ao invés de trabalharem para o capitalistas, trabalhassem para si mesmos inviabilizando a acumulação[68]. Com esse exemplo, Marx retoma, ao discutir a proposta de colonização sistemática de Wakefield, o argumento apresentado no capítulo XXIV sobre a acumulação primitiva, de que a expropriação dos trabalhadores constitui o pressuposto da acumulação capitalista:

> O grande mérito de Wakefield não é ter descoberto algo novo sobre as colônias, mas ter descoberto nas colônias a verdade sobre as condições capitalistas da metrópole. [...] De início, Wakefield descobriu nas colônias que **a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção ainda não faz de uma pessoa um capitalista, se falta o complemento, o trabalhador assalariado, a outra pessoa, que é obrigada a vender a si mesma voluntariamente. Ele descobriu que o capital não é uma coisa, mas**

---

[67]"As coisas são bem outras nas colônias. O regime capitalista choca-se lá por toda parte contra a barreira do produtor, que como possuidor de suas condições de trabalho enriquece a si mesmo por seu trabalho, em vez de enriquecer o capitalista. A contradição desses dois sistemas econômicos diametralmente opostos afirma-se aqui praticamente na luta entre eles. Ali onde o capitalista tem atrás de si o poder da metrópole, ele procura eliminar pela força o modo de produção e apropriação baseado no trabalho próprio. O mesmo interesse, que faz o sincofanta do capital, o economista político na metrópole, tratar teoricamente o modo de produção capitalista como se fosse seu oposto, esse mesmo interesse impulsiona-o aqui to *make a clean breast of it* [a confessar a verdade] e a proclamar bem alto a antítese entre os dois modos de produção. Para esse fim demonstra que o desenvolvimento da força produtiva social do trabalho, cooperação, divisão do trabalho, aplicação da maquinaria em larga escala etc. são impossíveis sem a expropriação dos trabalhadores e a correspondente transformação de seus meios de produção em capital." (Marx, 1984, tomo II, cap. XXV, p. 295).

[68]"Enquanto o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo – e isso ele pode enquanto permanecer proprietário de seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis." (Marx, 1984, tomo II, cap. XXV, p. 296).

> **uma relação social entre pessoas intermediada por coisas.** (Marx, 1984, cap. XXV, p.296, grifos meus)

Como relação social entre pessoas intermediadas por coisas, o capital só pode aparecer personificado pelo capitalista que monopoliza a "propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meios de produção" porque a propriedade privada individual baseada no trabalho próprio se encontra negada. É a condição de expropriação que cria os vínculos de dependência entre trabalhador e capital e, ao contrário do que o discurso apologético da economia política afirma, ela não é condição natural, pois se forma por meio de um processo histórico de separação entre "duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias":

> Dinheiro e mercadoria, desde o princípio, são tão pouco capital quanto os meios de produção e de subsistência. Eles requerem sua transformação em capital. Mas essa transformação mesma só pode se realizar em determinadas circunstâncias, que se reproduzem ao seguinte: **duas espécies bem diferentes de possuidores de mercadorias, têm de defrontar-se e entrar em contato; de um lado, possuidores de dinheiro, meios de produção e meios de subsistência, que se propõe a realizar a soma-valor que possuem mediante compra da força de trabalho alheia; do outro lado, trabalhadores livres, vendedores da própria força de trabalho e, portanto vendedores de trabalho. Trabalhadores livres no duplo sentido,** porque não pertencem diretamente aos meios de produção, como escravos, servos etc., nem os meios de produção lhes pertencem, como por exemplo, o camponês economicamente autônomo etc., estando pelo contrário, livres soltos e desprovidos deles. Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação capital pressupõe a separação entre trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus próprios pés, não apenas conserva aquela separação, mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação de trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtores e meios de produção. (Marx, 1984, p.262, grifos meus)

A transformação dos produtores diretos em trabalhadores assalariados que se realiza nesse processo histórico de separação pressupõe também a formação de uma superpopulação relativa, a existência de um determinado número de trabalhadores livres para se vender ao capital que, em relação à demanda de força de trabalho requerida para a produção, permitam a exploração do trabalhador mantendo os salários num nível que não impeça a acumulação capitalista. Uma das principais "queixas" dos capitalistas que se transferem para as colônias inglesas, no que se refere à dificuldade de

encontrar trabalhadores, é a "escassez" de mão de obra que provoca a elevação dos salários.

A partir dessas "queixas", Wakefield se debruça sobre as condições que poderiam garantir um andamento satisfatório para a acumulação na colônia, propondo um modelo de colonização que atenda à necessidade de atrair a vinda de novos colonos, ao mesmo tempo em que não inviabilize a acumulação de capital. A proposta de colonização sistemática de Wakefield consistia em estabelecer um "preço suficiente" para aquisição das terras que permitisse que o colono tivesse necessariamente que trabalhar para os capitalistas nos primeiros anos de emigrados. Tal equacionamento visava, portanto, manter o trabalhador dependente do capital impedindo que, por meio do acesso a terra, ele se tornasse um produtor autônomo.

Como vimos, em relação à política de distribuição de terras, a dinâmica da colonização na América portuguesa apresenta características distintas das colônias inglesas. O regime de distribuição das sesmarias configurava um mecanismo de doação de terras por parte da coroa portuguesa que não implicava na formação da propriedade no sentido de permitir que esses dispusessem das terras ao seu bel prazer, podendo vendê-las, por exemplo. Estas terras, em termos jurídicos, mantinham-se como propriedade da Coroa, que concedia aos sesmeiros o uso – lembrando que estes deveriam comprovar serem homens de posses e capazes de mobilizar a terra para exploração econômica. A premissa de que pretendentes às sesmarias deveriam em primeiro lugar ter condições de realizar a produção de mercadorias implicava que a demanda de força de trabalho representada pelos escravos estava a cargo dos investimentos desses pretendentes.

A separação entre produtor e meios de produção no contexto da sociedade colonial se realizava, por um lado, pela própria condição à qual estavam submetidos os trabalhadores escravos, "o trabalho como parte dos meios de produção, propriedade privada, na condição jurídica de coisa, não de sujeito de direito" (Toledo, 2008, p.54). Por outro lado, considerando a situação dos trabalhadores livres no contexto da sociedade escravista, e posteriormente com a abolição, a separação dos produtores dos meios de produção se realiza *enquanto processo*, a expropriação não transforma produtores diretos em trabalhadores assalariados. As relações de produção que se estabelecem, na dinâmica de expansão da fazenda pecuária no "sertão" mineiro, não

prescindem de mecanismos que estabeleçam a condição de expropriação, mas no momento considerado apresenta características particulares em relação à forma de acumulação considerada "clássica". Donde as dificuldades de abordar a formação da relação-capital no Brasil tendo em vista uma perspectiva modelar.

Nesse contexto, as relações de produção se organizam de modo que, ao mesmo tempo em que permite inviabilizar a reprodução autônoma de homens livres pobres negando-lhe a propriedade dos meios de produção, não os separa completamente destes, uma vez que os mantêm dependentes em uma relação em que a terra é monopolizada por sujeitos reconhecidos socialmente por possuir condições de investir na produção. Esse reconhecimento garante a legitimidade do seu acesso à terra enquanto o estatuto jurídico do solo não se transforma. A relação com esses proprietários define as condições do acesso à terra, e na qualidade de mecanismo de reprodução de uma determinada relação social de subordinação constitui um momento do processo de expropriação e formação da relação social capitalista.

O processo de transformação do estatuto jurídico do solo com o fim do sistema sesmarial mantém as características de apropriação para a exploração econômica e acumulação de capital. A regulamentação das posses, como observado anteriormente, veio a beneficiar não a pequena propriedade do produtor autônomo, mas a grande propriedade, garantindo as condições para que as relações de produção se estabeleçam entre duas categorias sociais distintas, proprietários de terras e aqueles que deles dependem para se reproduzir.

Podemos tematizar essas relações de produção a partir do romance, situando, num primeiro momento, como aparecem figuradas as relações que o narrador Riobaldo, na sua condição de proprietário de terras, estabelece com alguns personagens do romance, muitos deles ex-jagunços do bando de Joca Ramiro que abandonam a jagunçagem mas, desprovidos de posses, vão se abrigar em sua fazenda.

Selecionamos uma passagem localizada no começo do romance onde o narrador apresenta essas relações indicando os laços dele com esses homens que passam a viver como agregados em suas terras:

> E sozinhozinho não estou, há-de-o. Pra não isso, hei **coloquei redor meu minha gente**. Olhe o senhor: aqui, pegado, vereda abaixo, o Paspe – **meeiro meu – é meu**. Mais légua, se tanto, tem o Acauã, e tem o Compadre Ciril, **ele e três filhos**, sei que servem. Banda desta mão, o Alaripe: soubesse o senhor o

> que é que se preza, em rifleio e à faca, um cearense feito esse! Depois mais: o João Nonato, o Quipes, o Pacamã-de-Presas. E o Fafafa – este deu lances altos, todo lado comigo, no combate velho do Tamanduá-tão: limpamos o vento de quem não tinha ordem de respirar, e antes esses desrodeamos... O Fafafa tem uma eguada. Ele cria cavalos bons. Até um pouco mais longe, no pé-de-serra, de bando meu foram o Sesfredo, Jesualdo, o Nélson e João Concliz. Uns outros. O Triol... E não vou valendo? **Deixo terra com eles, deles o que é meu é, fechamos que nem irmãos. Para que eu quero ajuntar riqueza?** (Rosa, 1978, p. 21,22, grifos nossos)

Pensemos na maneira como esse narrador situa a sua condição e os laços que o une à sua "gente". Nessa passagem, a mediação da propriedade da terra aparece constituindo os laços entre Riobaldo e esses personagens: "deixo terras com eles, deles o que é meu é"; ao mesmo tempo, essa mediação é abstraída e neutralizada pelo enunciado "fechamos que nem irmãos", indicando a contradição[69] da fala desse narrador que se apresenta como alguém que não "quer ajuntar riqueza". A maneira neutralizada de apresentar esses laços pode ser pensada em relação ao ponto de vista desse narrador que, como "autor" do relato, representa essas relações de acordo com um sistema de valores adequado para conferir autoridade àquilo que enuncia: como proprietário de fazendas se representa na prática como alguém que concede um favor a esses homens e às suas famílias ao permitir que esses vivam em suas terras.

Mas sabemos que, em se tratando de um relato ficcional, a coerência interna do texto que se forja em relação à situação narrada mediada pela construção de um narrador que dá concretude ao relato, é fundamentalmente produto de um artifício que pode se evidenciar como tal. No caso de *GS:V* esse caráter se explicita nas operações de sentido que indicam o arbitrário e o contraditório da situação narrativa, apresentando índices que funcionam como parâmetros para que o leitor avalie o relato como produto dessas operações contraditórias que se reproduzem de maneira naturalizada na prática social. Como aponta Hansen (2000), a articulação de representação e avaliação nesse discurso que se apresenta como ficcional, para além da construção de um mundo imaginário que capture a atenção do leitor para a existência de um universo regido por leis próprias, põe em questão os procedimentos pelos quais a representação é construída.

---

[69]Chama atenção o aspecto contraditório da forma como se constrói o relato, que muitas vezes opera pela justaposição de enunciados que se contradizem. Nesse sentido, ainda que possa ser apreendido como um discurso que forja uma justificativa para o posicionamento assumido por esse narrador, esse discurso merece ser pensado em relação à forma contraditória que o articula.

Na passagem citada anteriormente, chamamos a atenção para um aspecto das relações sociais que se estabeleceram no "sertão", que pode ser tematizado com recurso ao relato desse narrador: a presença de relações sociais mediadas pela propriedade da terra como a agregação e a meação. A referência a essas relações que se objetivam nas categorias do agregado e do meeiro é recorrente no romance e, dependendo da situação, aparecem mais ou menos explicitadas. No caso da passagem citada anteriormente, a agregação se explicita à medida que indagamos os laços entre Riobaldo e sua "gente". A referência ao personagem Paspe, "meeiro meu", por exemplo, remete-nos a uma relação em que terra e trabalho se articulam de maneira particular. Como proprietário, Riobaldo personifica a terra e "deixa" parte de sua propriedade aos "cuidados" desses personagens que, em contrapartida, entram com o trabalho. No caso do pagamento da *meia*, a apropriação do proprietário de parte do trabalho do meeiro se apresenta como contrapartida da concessão de utilização da terra para a produção das roças do meeiro.

O reconhecimento do favor por parte do agregado pressupõe, por sua vez, a relação de dependência deste quanto ao proprietário de terras. A neutralização do conteúdo de dominação da relação não se reproduz exclusivamente por meio do ponto de vista sustentado[70] por parte dos "dominantes". Na passagem seguinte, que apresenta a condição de Riobaldo e sua mãe como agregados da família Guedes, essa representação se reproduz no enunciado que afirma a generosidade do gesto de acolhimento por parte da família que concede o favor da agregação:

> Gente melhor do lugar eram todos dessa família Guedes, Jidião Guedes; quando saíram de lá, nos trouxeram junto, minha mãe e eu. Ficamos existindo em território baixio da Sirga, da outra banda, ali onde o de-Janeiro vai no São Francisco, o senhor sabe. Eu estava com uns treze ou quatorze anos... (Rosa, 1978, p.35)

A relação de agregação, assim apresentada, abstrai as condições em que o monopólio da terra se impõe nesse contexto, abstraindo também o processo de

[70] Ao afirmar que esta representação se sustenta na prática não apenas pelo ponto de vista de quem exerce a dominação, não estamos afirmando que aqueles que participam da relação como "dominados" simplesmente não percebem o caráter de dominação da relação a qual estão submetidos, porque este caráter estaria mascarado pelo "discurso" de uma classe dominante. Essa representação se produz e se internaliza na prática por meio de um processo de naturalização das relações sociais que não é exclusivo desse contexto de relações. É diante da necessidade de continuar "existindo" em condições colocadas por um processo de expropriação, que as relações que "permitem" essa existência podem aparecer representadas pelo conteúdo de generosidade do favor.

constituição dessas relações sociais. Quando se abstrai o processo de apropriação das terras, e a existência da propriedade aparece como um dado natural e não social, parece também natural que aqueles que precisam da terra para sobreviver passem a depender da benevolência das famílias que personificam a propriedade da terra. Entretanto, como apontamos anteriormente, esse favor exige uma contrapartida.

O agregado tem de estar à disposição quando os proprietários necessitam de seus serviços. Isso fica explícito na continuação da passagem em que Riobaldo diz não estar sozinho, tendo colocado ao redor sua gente "de armas areiadas. Inimigo vier, agente cruza chamado, ajuntamos". No caso, o exemplo de serviço a que sua "gente" está à disposição diz respeito à possibilidade de mobilizá-los para a sua defesa em caso de conflitos que possam vir a acontecer. A possibilidade de mobilizar esses homens para o trabalho na fazenda, apesar de ficar abstraída nesse momento do relato, deve ser considerada. Podemos inferir que, se esses agregados estão à disposição do proprietário que vive de "range rede", provavelmente são eles e não o dono que se ocupa das atividades mais "triviais" da fazenda.

Note-se, na passagem seguinte, que a expressão "trivial" é utilizada para se referir às atividades rotineiras que não se equiparam ao *status* atribuído à atividade de jagunço, ou mesmo das atividades de quem é letrado ou "doutor", atributos de distinção social:

> Lá **eu não carecia de trabalhar**, de forma nenhuma, porque padrinho Selorico Mendes acertava com Nhô Maroto de pagar todo fim de ano o assentamento da tença e impêndio, até de botina e roupa que eu precisasse. Eu comia muito, a despesa não era pequena, e sempre gostei do bom e do melhor. **A ser que, alguma vez, Nhô Maroto** me **pedia um ou outro serviço, usando muito bico de palavreado, me agradando e dizendo que estimava como um favor. Nunca neguei a ele meus pés e mãos, e mesmo não era o nenhum trabalho notável**. Vai, acontece, ele me disse: – "Baldo, você carecia mesmo de estudar e tirar carta-de-doutor, porque para cuidar do trivial você jeito não tem. Você não é habilidoso." (Rosa, 1978, p.89, grifos meus)

Um exemplo de como uma relação de dependência pode se apresentar, em sua sutileza, como relação de favor, pode ser apontado nessa passagem em que Riobaldo indica que Nhô Maroto solicitava seus serviços "usando muito bico de palavreado, me agradando e dizendo que estimava como um favor"; assim, sugere que, com "bico de palavreado", o serviço podia aparecer como favor. Podemos pensar que, não se tratando de "nenhum trabalho notável", o favor solicitado não implicava nenhum serviço pesado e dispendioso a ser realizado como trabalho, ou mesmo que, nem se notava que, por trás

do favor, se escondia uma relação de trabalho. Chama a atenção o fato de a agregação e a troca de favor atravessarem a reprodução das relações sociais nos mais variados âmbitos.

As referências aos agregados e meeiros, direta e indiretamente, não são, por sua vez, tão abundantes quanto às referências aos proprietários de fazendas, o que indica que esses personagens vivem "à sombra" de quem personifica o capital e a propriedade da terra. O trabalho aparece como mero acessório e, os homens que o personificam, em uma condição de dispensabilidade.

Os proprietários de terras aparecem mencionados constantemente no relato de Riobaldo, principalmente referidos aos chefes que serviam proteção aos fazendeiros aliados. Alguns chefes também são apresentados como homens ricos, proprietários de terras, mas a propósito da história de Medeiro Vaz que "largou tudo, se desfez do que abarcava, em terras e gados [...] e saiu por esse rumo em roda, para impor a justiça", a relação dos chefes com a propriedade e a "riqueza" é apresentada de maneira a diferenciar atitudes diversas em relação ao que essa posição proporciona.

Um exemplo de chefes que se diferenciam e são apresentados em oposição é Joca Ramiro e Ricardão. As referências que vão construindo a imagem de Joca Ramiro remetem à atitude de Medeiro Vaz "Joca Ramiro também igualmente saía por justiça e alta política [...] e conservava seus bons haveres". Predominam os atributos que lhe caracterizam como grande chefe "homem príncipe! – era político", sobre aqueles que lhe reduziriam a um sujeito que vive para ajuntar riqueza, com exceção da passagem em que o jagunço Antenor pondo em "dúvida" a lealdade de Joca Ramiro "insinua" a Riobaldo que "Joca Ramiro era rico, dono de muitas posses em terras, e se arranchava passando bem em casas de grandes fazendeiros e políticos, deles recebia dinheiro de munição e paga: seô Sul de Oliveira, coronel Caetano Cordeiro, doutor Mirabô de Melo" (Rosa, 1978, p.137).

A caracterização de Joca Ramiro, por meio da fala do jagunço Antenor, como um homem rico e dono de posses, não subtrai a aura "nobre" de sua posição de grande chefe de bando construída pelo narrador ao longo do relato. Bolle (2004), referindo-se à mesma passagem, interpreta a fala de Antenor como um momento da narrativa em que "se retira o filtro idealizador" e personagens que são caracterizados em oposição se aproximam e "aparecem sob uma luz mais objetiva". O personagem Ricardão, por sua

vez, aparece caracterizado na fala de Diadorim como um sujeito "bruto, comercial"; ele surge num outro polo como alguém que "somente vivia pensando em lucros", e pelo que fica sugerido não foi à toa que teria traído a lealdade de Joca Ramiro: "[...] E o Ricardão, rico, dono de fazendas, somente vivia pensando em lucros, querendo dinheiro e ajuntando" (Rosa, 1978, p.138).

A maneira como se estabelece essa espécie de polarização das forças do "bem" e do "mal" em disputa numa guerra entre os bandos de jagunços, faz parecer, pelos atributos dos personagens que a representam, que as motivações desses dois grupos dentro do contexto do sertão são diversas: o bando de Joca Ramiro, sucedido por Medeiro Vaz, Zé Bebelo e Riobaldo representa a defesa dos interesses políticos – projetados como públicos, a justiça e a lealdade; enquanto o bando de Hermógenes e Ricardão representa a defesa de interesses privados, as condutas "injustas" daqueles que vivem querendo e ajuntando dinheiro, a traição.

Bolle (2004) parte dessa polarização[71], concluindo que, na primeira parte da vida de Riobaldo, o sistema jagunço se encontra representado de maneira romantizada, mascarando as relações sociais entre os "braços-de-armas", na sua condição de homens despossuídos, e os chefes e fazendeiros, na sua condição de homens de posses, em nome dos quais se justifica a guerra. Segundo esse autor, a visão romantizada do sistema jagunço é desconstruída na segunda parte do romance, principalmente quando aparece a figura do fazendeiro "seô" Habão e o discurso do fazendeiro dono de terras se impõe sobre a figura dos jagunços (Bolle, 2004).

Como trataremos mais adiante, o episódio do encontro do bando de jagunços com o fazendeiro "seô" Habão pode ser abordado como um momento de tensão entre as motivações que estão sendo apresentadas. Nele, se explicitam relações de produção onde o controle sobre terra atribui ao fazendeiro o poder de impor seus interesses sobre homens despossuídos. Ao longo do romance, essa tensão se manifesta de maneira diluída em referências esparsas a uma gama de personagens "anônimos" com os quais o bando de jagunços se depara em suas viagens. Esses personagens, como podemos perceber nesse comentário do narrador, aparecem apartados dos que se ocupam na atividade de jagunço; o jaguncismo muitas vezes aparece como uma atividade que

[71]"[O] funcionamento do sistema jagunço se evidencia de maneira muito mais objetiva na figura de Ricardão, do que de Joca Ramiro, por que dispensa camuflagens idealizadas" (Bolle, 2004 p.131)

confere distinção em relação a uma situação de pobreza que caracteriza o grosso da "população" do sertão:

> Mas o mais garboso fiquei, prezei a minha profissão. Ah, o bom costume de jagunço. Assim que é vida assoprada, vivida por cima. Um jagunceando, nem vê, nem repara na pobreza de todos, cisco. O senhor sabe: tanta pobreza geral, gente no duro ou no desânimo. Pobre tem de ter um triste amor à honestidade. São árvores que pegam poeira. A gente às vezes ia por aí, os cem, duzentos companheiros a cavalo, tinindo e musicando de tão armados – e, vai, um sujeito magro, amarelado, saía da algum canto, e vinha, espremendo seu medo, farraposo: com um vintém azinhavrado no conco da mão, o homem queria comprar um punhado de mantimento; aquele era casado, pai de família faminta. Coisas sem continuação... (Rosa, 1978, p.57)

Ao comentar sobre a sua posição de jagunço que esta seria uma vida "vivida por cima" quando comparada com a "pobreza geral", a trajetória de vida dos jagunços parece estar abstraída, não remetendo, por exemplo, ao que teria levado esse "cem, duzentos companheiros" a se tornarem braços-de-armas, ou mesmo o que acontece com eles quando deixam o "costume" de jagunço. Não esqueçamos que, no começo do relato, quando enuncia ao senhor da cidade as mudanças de costumes Riobaldo indica "muito que foi jagunço, por aí pena, pede esmola", indica também, como em passagem citada anteriormente, que alguns de seus antigos "companheiros" hoje vivem de favor em suas terras. Essas indicações, entre outras em que os jagunços são apresentados na sua condição de "homens provisórios", contradizem a imagem de que a atividade de jagunço daria garantias de viver acima da "pobreza geral".

Bolle comenta que, ao concentrar-se nas batalhas e na trajetória do bando, o relato refere-se apenas brevemente aos "moradores [que] são vistos de mais longe, como pela ótica de um viajante" (Bolle, 2004, p. 297). São breves também as referências às atividades produtivas em que esses moradores de arraiais, vilas e povoados se ocupam. Algumas delas se destacam como é o caso da atividade pecuária que aparece constantemente mencionada, nas descrições das fazendas, nas boiadas que o bando de jagunços cruza nos caminhos por onde passa, entre outras tantas referências "de passagem" que colocam em cena a presença da atividade pecuária[72].

---

[72] Galvão (1986), ao explorar a relação entre a "formação histórica do interior do Brasil" e a atividade pecuária, nota que "é a presença do gado que unifica o sertão". A autora apresenta uma lista de referências que apontam para a importância da atividade pecuária no romance, destacando principalmente a recorrência de topônimos que remetem ao trato com o gado, chamando a atenção também para os objetos do cotidiano, para as metáforas da figuras dos chefes e jagunços, entre outras referências que aciona para demonstrar "a presença marcante" da pecuária em *GS:V*.

As referências a essas atividades, apesar de esparsas, estão presentes de maneira recorrente na narrativa. Se considerarmos, por exemplo, os trabalhos cujos produtos abastecem os exércitos de jagunços, podemos nos remeter a um conjunto de atividades que se encontram abstraídas no relato. Estes, enquanto viviam como braços de armas, não se dedicavam ao plantio de roças, ao preparo da farinha, da rapadura, da cachaça, ou mesmo ao trato com o gado, apesar de estarem sempre supridos desses artigos em suas viagens:

> Nem nada faltava. As sacas de farinha, tantas e tantas arrobas de carne-de-sol (Rosa, 1978, p.94)
>
> E o gado em pé que se provia, para se abater e se comer, chegava a ser uma boiada. Com sacas de farinha, surrão de sal, e açúcar preto e café – até em carro-de-bois os mantimentos de fubá e arroz e feijão entregados. (Rosa, 1978, p.228, 229)

Em alguns momentos onde se apresenta a maneira como o bando supria a necessidade desses artigos, encontram-se abstraídos no relato não apenas a forma de aquisição, como também o processo de produção dessas coisas consumidas pelo bando. Mas forma de aquisição também aparece relatada para diferenciar a conduta dos bandos de jagunços que praticavam a "sebaça", como o bando do Hermógenes[73], de uma aquisição "mais justa", representada pela conduta do bando sob o comando dos chefes como Medeiro Vaz e Joca Ramiro[74], ou mesmo sob o comando de Zé Bebelo[75].

Abstendo-nos de um comentário sobre as diferenças entre a conduta dos bandos, considerando a questão colocada pelo narrador "de donde vinha tudo, em redondezas tão pobrezinhas, a gente parando assim quase num deserto?", seria interessante refletir

---

[73] "Ao que lá não faltava a farta comida, pelo que logo vi. Gêneros e bebidas boas. **De donde vinha tudo, em redondezas tão pobrezinhas, a gente parando assim quase num deserto?** E a munição, tanta, que nem precisaram da que tínhamos trazido, e que foi levada mais adiante, para os escondidos de Joca Ramiro, perto do arraial do Bró? **E a jorna, para satisfazer àquela cabroeira vivente, que estavam ali em seu emprego de cargo? Ah, tinham roubado, saqueado muito, grassavam**. A sebaça era a lavoura deles, falavam até em atacar grandes cidades. Foi ou não foi?" (Rosa, 1978, p. 128, grifos meus)

[74] "Mas a vantagem nossa era que todos os moradores pertenciam do nosso lado. Medeiro Vaz não maltratava ninguém sem necessidade justa, **não tomava nada à força,** nem consentia em desatinos de seus homens. Esbarrávamos em lugar, as pessoas vinham, davam o que podiam, em comidas, outros presentes. **Mas os Hermógenes e os cardões roubavam, defloravam demais, determinavam sebaça em qualquer povoal à-toa,** renitiam feito peste." (Rosa, 1978, p.46, grifos meus)

[75]" Normal, quando a gente encontrava alguma boiada tangida, ele cobrava só imposto de uma ou umas duas reses, para o nosso sustento nos dias. **Autorizava que era preciso se respeitar o trabalho dos outros, e entusiasmar o afinco e a ordem, no meio do triste sertão**." (Rosa, 1978, p.60, grifos meus)

como a referência à "pobreza geral" se relaciona com a questão do monopólio da terra, tentando pensar a pobreza não como um "dado", de maneira naturalizada, mas em relação ao processo que conforma as relações sociais nesse contexto.

É na relação com os personagens que aparentemente tem as suas "necessidades" satisfeitas, ou com aqueles que possuem riqueza objetivada em terra, gado, dinheiro, "coisas de valor" (Rosa, 1978, p.388) que se define a situação de pobreza daqueles que são apresentados como "miseráveis"**.** Como no caso do "sujeito magro, amarelado", que queria comprar um punhado de mantimento, ou do homem morto na travessia do Liso do Suçuarão, que tinha sido confundido com um macaco e que era "homem humano, morador, um chamado José dos Alves! Mãe dele veio de aviso, chorando e explicando: era criaturo de Deus, que **nu por falta de roupa**... Isto é, tanto não, pois ela mesma ainda estava **vestida com uns trapos**" (Rosa, 1978, p. 44, grifos meus); a pobreza aparece definida como falta de "coisas", alimentos, roupas, dinheiro:

> Da mulher – que me chamaram: ela não estava conseguindo botar seu filho no mundo [...] Mulher tão precisada: **pobre que não teria o com que para uma caixa-de-fósforo.** [...] A mulher me viu, da esteira em que estava se jazendo**, no pouco chão**, olhos dela alumiaram de pavores. Eu tirei da algibeira uma cédula de dinheiro, e falei: - "Toma, filha de Cristo, senhora dona: **compra um agasalho para esse que vai nascer** [...] (Rosa, 1978, p. 353, grifos meus)

Exceto em algumas situações pontuais, como no caso da travessia do Liso, o bando de jagunços está sempre provido de mantimentos e dinheiro, referências que fazem com que a sua situação se diferencie dos personagens "miseráveis" que encontram pelos caminhos. Como exemplo, podemos citar a passagem que Riobaldo menciona "na Malhada, comprei roupas" (Rosa, 1978, p. 231, 232). Essa menção indica o fato de as roupas serem compradas, "detalhe" que fica também indicado na passagem anterior onde ele dá dinheiro para mulher comprar agasalho para o filho, e na passagem onde ele fala que a pensão paga pelo seu padrinho supria-o "até de botina e roupa".

A referência à vestimenta, longe de ser um dado sem importância, faz alusão, entre outras coisas, à condição de "riqueza" ou "pobreza" dos personagens. Se repararmos no modo como os personagens são apresentados, a maneira como estão vestidos expressa a sua posição social. Recorde-se, por exemplo, que, quando encontra o "menino", Riobaldo comenta: "e eu reparei, me acanhava, comparando como eram pobres as minhas roupas, junto das dele"; também quando encontra Zé Bebelo pela primeira vez, *repara* que ele estava "vestido de brim azul e calçando botas amareladas"

(Rosa, 1978, p.99). Ou quando, ao narrar o episódio do encontro com o delegado Jazevedão em Sete Lagoas, Riobaldo chama atenção para o fato de que: foi "vestido bem, e em carro de primeira, por via das dúvidas, não me sombrearem por jagunço antigo" (Rosa, 1978, p.17). Ou ainda, quando refere "que os vaqueiros duvidam de vir no comércio vestidos de roupa inteira de couro, acham que traje de gibão é feio e capiau" (Rosa, 1978, p.23)[76].

Expressivo também em relação ao aspecto da vestimenta e como ela aparece caracterizando a situação social dos personagens figurados na narrativa é o encontro do bando com os "catrumanos" do povoado do Pubo, que antecede o episódio do encontro com o fazendeiro "seô Habão". O relato desse encontro e as passagens que o sucedem são significativos em relação à caracterização dos povoados e dos moradores que, se em boa parte da narrativa são mencionados apenas "de passagem", são agora postos em cena a partir de elementos que os caracterizam de maneira mais delineada. Mesmo pensando em relação aos fazendeiros que, como apontamos anteriormente, aparecem mencionados de maneira recorrente no relato, o episódio do encontro com o "seô" Habão constitui um momento em que o personagem abstrato "fazendeiro" ganha contornos mais nítidos na figura de um "sujeito da terra definitivo", "dono", "patrão", "composto em outra séria qualidade de preocupações".

Tanto na apresentação dos catrumanos, como na apresentação de "seô" Habão, além da vestimenta, podemos observar uma série de elementos que aparecem caracterizando esses personagens de maneira a distinguir a sua posição social; isso

---

[76] Quanto a esse aspecto de distinção social que a vestimenta representa na apresentação dos personagens, chama atenção uma passagem do conto "Uma História de amor (Festa de Manuelzão)" em que esse aspecto aparece destacado: "**Esses que podiam, como o senhor do Vilamão, o Lói, é que tinham capotes, capas**, agora que estava chegando o meio-do-ano, o vento mudando para vir quase só dos nascentes, soão e suão, mais de cima ou mais de baixo – banda de Corinto, de Buenópolis ou de Montes Claros – e forte com frieza, um vento que zune nos altos das chapadas do Gerais, e judia com a gente nas estradas, e corta: viajor dá até vontade de chorar. **Manuelzão mesmo pensava, carecia de se desfazer da dele, já velha, de baeta azul-clara, comprar uma capona gaúcha, honrosa**. Mas – imaginava – aqueles já estavam chegados ali, não tinham precisão de ficar com os balandraus nas costas. Não eram o padre. **Até ofendia aos pobres, que nem não tinham direito com o que se cobrir, com bom pano**. Bom, mas que não se usava mais, era o cavu, como o do senhor do Vilamão: jeitoso para se montar a cavalo, porque se abria bem; e tinha o mantelete por cima, a capeta de abrigo, que se enrolava nos braços. **Desde menino, Manuelzão sempre curtira vontade de ter um cavu daqueles, mas que não era vestimenta para gente pobrezinha,** nem o pai dele Manuelzão nunca tinha conseguido possuir um. Agora, que ele para isso conseguira dinheiro arranjável, não adiantava nada, porque o cavu não existia mais, de nenhum jeito, para se comprar, nem costureira não fazia, nem alfaiate em cidades. Só o senhor do Vilamão era quem ainda alcançava competência de usar um, seu dele, resguardado em tão rica velhice, o derradeiro *cavour* que nesse mundo sobrara" (Rosa, 1977, p. 123).

ocorre quando são comparados entre si e quando o termo de comparação se estabelece do ponto de vista do narrador, que enquanto jagunço se representa de maneira distinta tanto dos catrumanos, quanto de seô Habão[77].

Após passarem por lugares desconhecidos, em rumo "desviado" de caminho, encontrarem os "catrumanos" do povoado do Pubo, e atravessarem o povoado do Sucruiú, os jagunços chegam ao "retiro do Valado" fazenda de propriedade de "seô" Habão. O Sucruiú é apresentado como um arraial pobre que "estava alastrando a varíola reinante", e o "povo" do lugar como sendo sem posses e "sem proteção". Quando chega ao Valado, o bando de jagunços encontra a fazenda e as plantações abandonadas e a casa "devastada" pelo povo do Sucruiú:

> E, com o determinado costumeiro, de se espalhar os de vigia, por todas as quatro bandas, mais o movimento de procura dum pasto bem fechado e conveniente, tomamos conta de tudo e entramos naquela casa, para ver o visível e se fazer fogo de aprontar nosso jantar na fornalha de sua grande cozinha. Virgem! – digo ao senhor: **o interior dela dava pena, nunca vi nada tão remexido e roubado**. Total o que era de jeito de se carregar, o em arcas e em trouxas, e que no comum duma casa remediada se acha, faltava. Não se encontrou uma peça de roupa, uma lamparina de folha, uma folhinha na parede, um gancho de rede, uma raspadeira, um cabresto pendurado, uma esteira, uma vasilha, uma coisa alguma em que se pegar. Eram só as mesas, os catres, os bancos. Tinham limpado a carne daquele costelame. **Por onde andaria o dono**? (Rosa, 1978, p.301)

O dono dessa fazenda, segundo os catrumanos, um "tal de seor Abrão que era hospitaleiro", chamava-se Habão, o que Riobaldo "descobre" ao encontrar em um cômodo da casa devassada um "diploma de patente [...] lavrado, preenchido, cerimonial" em nome desse "seô" Habão que possuía título de capitão da Guarda Nacional. Depois de pousar uma noite no "retiro do Valado", o bando segue viagem sob comando de Zé Bebelo, e param em um lugar chamado Coruja, "um retiro taperado". Como muitos homens do bando adoecem, eles acabam passando um tempo, "mais de mês" nesse lugar, onde ocorre o episódio do encontro com "seô Habão".

O episódio desse encontro, como mencionamos anteriormente, segundo Bolle, situa-se na segunda parte do romance em que "a visão romantizada do sistema jagunço" é desconstruída diante da construção de uma cena em que "o discurso do fazendeiro dono de terras" aparece se impondo sobre a figura dos jagunços. O comentário de Bolle,

[77] Os trechos em que podemos observar essa apresentação são extensos e serão transcrito em anexo, seguindo a ordem em que aparecem no romance, destacando-se em negrito os aspectos para os quais estamos chamando atenção.

aliás, aparece no contexto de sua análise quando ele discute a polarização apresentada pelo narrador em que a figura dos diferentes chefes é representada de forma a diferenciar Joca Ramiro, que "saía por Justiça e alta política" de Ricardão "que era bruto, comercial" e "somente vivia pensando em lucros, querendo dinheiro e ajuntando".

A comparação da condição de vida dos jagunços com a condição de vida dos moradores que encontram em suas viagens resulta na apresentação destes como representantes da "pobreza geral". Considerando que é na relação com personagens que parecem ter suas necessidades satisfeitas, ou com aqueles que aparecem caracterizados pela riqueza que possuem, que a pobreza vem sendo definida, seria interessante contrapor o episódio do encontro com os catrumanos com o episódio do encontro com o "seô" Habão, salientando os aspectos relativos à apresentação dos personagens e as diferentes atitudes que aparecem figuradas nesses encontros.

Essa comparação, aliás, é bem sugestiva se pensarmos que o encontro com os catrumanos acontece pouco antes do encontro com o "seô" Habão, e que, a partir de alguns comentários do narrador, percebemos que ele tematiza os contrastes da relação de proximidade entre os povoados do Pubo e do Sucruiú e as fazendas de propriedade de "seô" Habão, bem como em relação à distância que se estabelece entre esses personagens que, como veremos, aparecem em uma relação de oposição no diz respeito aos aspectos que os caracterizam e às atitudes que aparecem figuradas.

Após essa comparação, analisaremos a segunda parte do episódio do encontro com "seô" Habão articulando-a com esse momento de comparação e desdobrando a abordagem das relações de produção onde o controle sobre terra atribui ao fazendeiro o poder de impor seus interesses sobre homens despossuídos. Ambos os encontros são relatados a partir de um movimento de aproximação entre Riobaldo, acompanhado dos outros jagunços e do chefe Zé Bebelo, com os respectivos personagens que aparecem em cada uma dessas cenas.

No encontro com os catrumanos, Riobaldo se aproxima com mais dois jagunços na dianteira do bando e relata a primeira impressão e reação deles em relação aos catrumanos e destes em relação a eles. A primeira impressão, "estranhoso aspecto",indica que esses homens serão apresentados a partir de atributos que vão sendo aos poucos elencados de maneira a compor a figura "diverseada" desses personagens. Homens "que não possuíam o respeito de roupa de se vestir", que eram "só

molambos de miséria"; um que vestia "ao menos trapos [...] uma tanga esfarrapada, e, em lugar de camisa, a ver a espécie de colete, de couro de jaguacacaca"; outro que, "mesmo em dias de horas tão calorosas", vestia "uma baeta vermelha cumprida, acho que por falta de outra vestimenta prestável"; homens que "tinham quase nem um dente" na boca, "escuros de feições", com um "jeito de se estremecer" da "natureza constante do corpo". O "único animal de sela que ali tinham" era um jumento, que um deles havia montado "acho que [...] para oferecer maior vulto de respeito".

No caso do encontro com "seô" Habão, o movimento de aproximação é contrário, pois o bando já "parava" na Coruja "mais de mês" quando esse personagem aparece. Conforme narra a chegada de "dois homens, quando não se esperava", o narrador já o identifica como semelhante a um "patrão e um vaqueiro a seu serviço. Aí logo se soube: era o dono daqueles lugares, do retiro do Valado principalmente". Condizente com a condição de patrão, proprietário de terras, "seô" Habão se apresenta bem vestido e calçado "com brim azul encorpado escuro, e calçando pretas botas joelhudas", com um "animal de sela" que era um "cavalo gateado, grande, com imponência e todo brio", homem de "boa catadura", cuja "noção" era "uma calma muito sensata e firmada, junto com um miúdo comportamento".

De início, já se nota o contraste das atitudes mútuas que se despertam nesses encontros. Os catrumanos se espantam quando veem o resto do bando chegar; "quase eu queria me rir", comenta Riobaldo, indicando que o bando diante dos catrumanos se impunha "somente" com a instância deles de jagunços a cavalos, "montados" em armas que faziam os catrumanos parecerem ridículos querendo "oferecer maior vulto de respeito" com um "único animal de sela", que era um jumento, com as suas armas "de outras idades". Quando chega o bando, com Zé Bebelo chefiando à frente, um dos catrumanos se dirige a ele para "saudar" e "render explicação", o que faz dando mostras da maior consideração, tratando-o por "mestre" e "grande chefe" benevolente. Zé Bebelo "seguro que por não se rir sem caridade" arma "aquele semblante serioso" e os catrumanos "desconfiam". Nesse momento, um "velhusco" estende a mão oferecendo dinheiro para Zé bebelo "como paga de perdoamento", "um dobrão de prata antigo do imperador", Zé Bebelo "com alta cortesia" rejeita e o velho fica sem entender.

"Seô" Habão, "vigiando os traços do arredor", reparando em todas as coisas "olhares de dono, o senhor sabe", sagaz, adiantado, declara a Zé Bebelo que "na ocasião"

não transportava dinheiro razoável, indicando que o possuía numa outra fazenda, sua "verdadeira", e que poderia fornecer um auxílio "em espórtulas" se eles o acompanhassem. Zé Bebelo "com seus modos guerreiros" recusa, "à fidalgamente", referindo-se ao favor que já deviam a "seô" Habão pelo pouso no Valado e pelas cabeças de gado que tinham consumido "por precisão de sustento".

Se Zé Bebelo, "com seus modos guerreiros" ou com "alta cortesia", rejeita nas duas cenas o dinheiro oferecido pelos catrumanos e o auxílio "em espórtulas" que "seô" Habão promete fornecer, a reação diante da recusa é diversa. Em relação aos catrumanos que, receosos diante do bando de jagunços armados, oferecem uma moeda como "paga de perdoamento", sem entender o gesto de recusa, essa atitude não só parece condizente com a imagem que o narrador vem construindo desses personagens, como contrasta nitidamente com a reação de "seô" Habão.

O fazendeiro Habão que, adiantado e sagaz, também oferece dinheiro para se defender de uma possível atitude ameaçadora por parte dos jagunços, diante da recusa de Zé Bebelo se pronuncia depressa, e com a mesma sagacidade com que ofereceu dinheiro, pergunta, "como por uma regra", quantas cabeças mais ou menos o bando já havia consumido. Percebe-se também o contraste que se estabelece entre a menção aos "modos guerreiros" de Zé Bebelo, que aparece como alguém que não estava preocupado com dinheiro, e a reação de Habão que "dava balanço, inquiria e espiava gerente para tudo, como se até do céu e do vento suão homem carecesse de cuidar comercial".

É significativo atentar para o fato de que a posição social aparece associada ao "poder" de fala[78] desses personagens, notando que, por exemplo, no encontro com os catrumanos, a referência à fala aparece sempre remetendo à condição desses personagens "que não possuíam o respeito de roupa de se vestir", que eram "doidos", "raça de homens [...] cujos modos e usos, mal ensinada [...] com os poderes da pobreza inteira e apartada".

Quando se refere ao gesto de fala desses personagens (que tinham "uma voz de qualidade diversa, costumada daquela terra de lugar"), o narrador indica os momentos

---

[78]Divergindo da conceituação de "competência" definida como "capacidade lingüística" autonomizada da prática social, Hansen argumenta a propósito da tematização do poder de fala em *GS:V* "Aqui, porém, pensa-se a língua como prática nas situações em que estão em jogo relações de poder. A competência se reflete no direito de impor a recepção: os que falam fazem de si e de seu discurso uma imagem pela qual se representam os que ouvem como dignos de escutar, enquanto os que ouvem se figuram os que falam como dignos de falar, pois o poder da palavra é sempre o de uma palavra de poder" (Hansen, 2000, p. 62)

pontuais e a maneira como eles se expressam. Rendendo "explicação" à Zé Bebelo, quem se manifesta é o personagem "Dos Anjos" que "era o falador", enquanto os outros permanecem quietos quase todo o tempo. Quando o "velhusco" oferece dinheiro, assim o faz em silêncio apenas estendendo a mão com a moeda e permanecendo um tempo com ela estendida, enquanto os outros "que não entrediziam palavras" apenas olham. Depois disso os catrumanos começam a rir, "sem motivo justo", como comenta o narrador, "agora mais para nos agradar". O "falador" ainda se "anima", dirigindo-se à Zé Bebelo para indagar de onde estaria vindo "com tantos agregados e pertences".

De maneira geral, fica indicado que a atitude dos catrumanos em relação ao bando refere-se ao "receio" destes diante da presença dos jagunços, como podemos entrever nesse comentário de Riobaldo a propósito "das derradeiras caras daqueles catrumanos que mostravam por nossa causa muitos pasmos de admiração, e a cobiça que tinham de fazer cento-e-dobro de perguntas, que por receio de atrevimento nunca perguntavam". Riobaldo destarte relata que o "montado no jegue, ainda gritou um conselho", comentando a propósito que "isso aquele homem recomendou, não por serviço de préstimo, **eu pelo tom e jeito bem entendi**: gritou, no fim assim, a fito somente de que os seus outros vissem que ele bem possuía coragem também de dar voz, perante presença nossa, de tantos grandes jagunços donos de arejo d'armas".

Diverso é o *status* do fazendeiro seô Habão e, no que diz respeito ao "poder" de fala desse personagem e à atitude de Riobaldo e de Zé Bebelo em presença dele, podemos perceber o contraste destes aspectos quando comparados ao encontro com os catrumanos. Depois de apresentar a "primeira" impressão diante desse personagem, o narrador relata como, ao observar a conversa dele com Zé Bebelo, fica admirando "a noção dele: que era uma calma muito sensata e firmada, junto com um miúdo comportamento". Ao contrário do encontro com os catrumanos, que diante de Zé Bebelo dão mostras de consideração e o tratam por "grande chefe", no encontro com seô Habão este, ainda que não se mostre indiferente à presença do bando "oferecendo auxílio em espórtulas", conforme a cena se desenrola não aparece intimidado, tampouco receoso, demonstrando certa indiferença ao heroísmo que se projeta em relação aos jagunços. O narrador observa que, na presença desse homem "composto em outras sérias qualidades de preocupações", Zé Bebelo "proseava, com ensejos de ir mostrando a valia

declarada que tinha, de jagunço chefe famoso; e daí, sutil, se reconhecia da parte dele um certo desejo de agradar ao outro. Por causa que o outro era diferido".

Se no encontro com os catrumanos o narrador indica que estes "riam para agradar", cobiçavam fazer "cento-e-dobro de perguntas, que por receio de atrevimento nunca perguntavam", no encontro com o "seô" Habão é Zé Bebelo, nesse primeiro momento, quem aparece querendo agradar, e demonstrar a "valia" que tinha. Mas logo "se cansava de falar demonstrado" porque "seô" Habão "mansoso e manso" arrumava jeito de desviar o assunto "com a ideia na lavoura, nos trabalhos perdidos daquele ano". Logo, o próprio Zé Bebelo persuadido pela presença desse homem que "só entendia de assuntos triviais, mas cuidava deles com uma força vagarosa, verdadeira, de boi-decoice" enredado pela conversa "se via principiando a ter de falar com ele em todas as pestes de gado, e nas boas leiras de vazante, no feijãoda-seca e nos arrozais cacheando, em que os passarinhos de Deus viram em a má praga".

Chama a atenção também no relato dessas duas situações os comentários que o narrador tece inferindo juízos a partir das atitudes dos outros personagens, indicando ao narrar a *sua* interpretação. Isso fica expresso por meio de diversos índices como, por exemplo, na passagem "*acho* que montou para oferecer à gente maior vulto de respeito"; "*acho* que por falta de outra vestimenta prestável", ou quando enuncia "ia sendo que, *mesmo sem sentir*, o próprio Zé Bebelo se via principiando a ter de falar com ele em todas as pestes de gado [...]".

O que reforça também essa suposição, são as menções que ele faz em relação ao desconhecimento de sua parte em relação à impressão de Zé Bebelo "com efeito, nos intervalos daquela dividida conversa, não sei o que Zé Bebelo sentia nem achava", marcando em seguida a *sua* impressão: "Eu, digo – me disse: que um homem assim, seô Habão, **era para se querer longe da gente**; ou, pois, então, que logo se exigisse e deportasse. Do contrário, não tinha sincero jeito possível: porque ele era de **raça tão persistente, no diverso da nossa,** que somente a estância dele, em frente, já media, conferia e reprovava".

Outra "curiosa" correspondência entre os dois episódios pode ser indicada considerando os termos que ele utiliza para se referir à figura desses distintos personagens, e mesmo algumas "conclusões" da interpretação que ele vem construindo que aproximam e distanciam esses personagens. Após relatar o encontro com os

catrumanos, Riobaldo interpela o interlocutor "E foi o que eu *pensei*. Aqueles catrumanos pedindo por maldição, como era que eu podia deixar de pensar neles?", num momento em que ele está "refletindo" com o doutor sobre a figura desses personagens, tecendo algumas conclusões:

> **Raça daqueles homens era diverseada distante**, cujos modos e usos, mal ensinada. Esses, mesmo no trivial, tinham capacidade para um ódio tão grosso, de muito alcance, que não custava quase que esforço nenhum deles; e isso com os poderes da pobreza inteira e apartada; e de como assim estavam menos arredados dos bichos do que nós mesmos estamos: porque nenhumas más artes do demônio regedor eles nem divulgavam . [...] De homem que não possui nenhum poder nenhum, dinheiro nenhum, o senhor tenha todo medo! O que mais digo: **convém nunca a gente entrar no meio de pessoas muito diferentes da gente. Mesmo que maldade própria não tenham, eles estão com vida cerrada no costume de si**, o senhor é de externos, no sutil o senhor sofre perigos. Tem muitos recantos de muita pele de gente. Aprendi dos antigos. O que assenta justo é cada um fugir do que bem não se pertence. **Parar o bom longe do ruim, o são longe do doente, o vivo longe do morto, o frio longe do quente, o rico longe do pobre**. (Rosa, 1978, p.294, grifos meus)

É interessante observar que, apesar de a comparação parecer exagerada, coincidem os termos utilizados para se referir à figura desses personagens como "raça diverseada" a quem se deve "querer longe"; assim, deve-se tanto tomar distância dos que não possuem "nenhum poder nenhum, dinheiro nenhum" (catrumanos), quanto dos que eram "de raça tão persistente, no diverso da nossa, que somente a estância dele, em frente, já media, conferia e reprovava" (Habão).

A inquietação de Riobaldo diante dos catrumanos mostra-se em passagens como:

> Há-de, que se eles tivessem me pegado sozinho, eu apeado e precisado, **decerto me matavam, para roubar minhas armas, as coisas e minhas roupas.** Amargo que acabavam comigo, sem escrúpulos, hom'essa, que nem tinham, porquanto eu era desconhecido e forasteiro. De doente, ou ferido perdendo meu sangue, que eu estivesse, algum deles ia ser capaz de me ceder gole duma cuia d'água? Draste eu duvidava deles. Duvidava dos fojos do mundo. **E por que era que há de haver no mundo tantas qualidades de pessoas – uns já finos de sentir e proceder, acomodados na vida, tão perto de outros, que nem sabem de seu querer, nem da razão bruta do que por necessidades fazem e desfazem. Por quê?** Por sustos, para vigiação sem descanso, por castigos? E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares mis e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, **tomavam conta das cidades**. **Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo que quisessem ser? Nem achavam capacidade disso.** (Rosa, 1978, p.294-295, grifos meus)

"Tantas qualidades de pessoas", figuras tão diversas entre si se compararmos os catrumanos como gente "que nem sabem de seu querer, nem da razão bruta do que por necessidade fazem", com seô Habão com o "já fino de proceder, acomodado na vida"; e

tão diversas também se pensarmos que a figura deste seô Habão aparece se impondo numa relação de oposição ao jagunço Riobaldo e seus "companheiros", como fica indicado na "conclusão" do narrador ao refletir sobre os "modos e usos" do fazendeiro: "[...] conheci que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório [...]".

Podemos apontar, por meio da sugestão de uma das passagens anteriores, uma questão importante para pensar sobre essas representações que é a tematização das ações "inconscientes" dos personagens ou das ações que não dependem de sua vontade, e que se articulam com a interpretação que o narrador evidencia fazer a partir delas. Essa questão nos remete a pensar sobre a tensão que se coloca entre as motivações que aparecem "animando"[79] as ações dos personagens figurados na narrativa. Pensando, por exemplo, na apresentação polarizada que ele faz dos chefes, percebemos como nessa polarização a possibilidade de escolha aparece positivada, pois, ao diferenciar os chefes, sugere que dependeu da "vontade" de cada um ter esse ou aquele procedimento. Como são produtos de uma "escolha", expressão da vontade de sujeitos "senhores de si", as ações refletiriam a "índole" desses personagens que são figurados como "bons" ou "maus".

A tensão que se estabelece entre os motivos na apresentação polarizada dos chefes e no episódio do encontro com os catrumanos e com "seô" Habão evidencia-se na introdução de outro conjunto de justificativas para as ações que não se apresentam como produtos de uma escolha. O enquadramento polarizado dos personagens entre o "bem" e o "mal" vai sendo, ao longo da narrativa, desconstruído pelas "beiradas", deixando entrever no conteúdo "positivo" da relação figurado na possibilidade de escolha, as condições sociais que determinam as ações dos personagens.

Nesse sentido, entendemos a importância de pensar sobre as relações sociais e sobre as práticas de representação a elas referidas que não são reconhecidas como tal, mas que, estando naturalizadas, se internalizam e se apresentam como atributos inerentes aos indivíduos. Há comentários de Riobaldo que põem em questão a

---

[79]É extremamente sugestiva a propósito a consideração do narrador remetendo-se ao interlocutor refletindo sobre o ato de contar "Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente. Queria entender do medo e da coragem, **e da gã que empurra a gente para fazer tantos atos, dar corpo ao suceder**. **O que induz a gente para más ações estranhas** é que a gente está pertinho do que é nosso, por direito, e não sabe, não sabe, não sabe!" (Rosa, 1978, p. 79)

naturalidade desses atributos, por exemplo: “mesmo que maldade própria não tenham, eles estão com a vida cerrada no costume de si [...] como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo que quisessem ser? Nem achavam capacidade disso”.

Ainda que dessa passagem e de outras (como a que ele se refere à “raça” do catrumanos “menos arredados dos bichos do que nós mesmo”) seja possível depreender que o ponto de vista do narrador estaria reafirmando as representações naturalizadas associadas ao comportamento dos indivíduos – espécie de reiteração de uma visão determinista sobre o “sertanejo” figurado em traços que compõem a “psicologia do homem rústico” (Candido, 1964) – essa tensão sugere outra interpretação. Nesse caso, temos de considerar que a articulação contraditória dos diferentes pontos de vista que se encontram encenados na narrativa tensiona essa representação naturalizada. Também em relação à figura de “seô” Habão Riobaldo refere-se utilizando o termo “raça”, sintetizando os atributos desse personagem que “espiava gerente para tudo, como se até do céu, e do vento suão, homem carecesse de cuidar comercial”, o que evidentemente não tem nada de natural.

A tematização da prática “inconsciente”, inferida a propósito das expressões presentes no comentário sobre Zé Bebelo que, “*mesmo sem sentir*”, ou sobre os catrumanos que, “mesmo se quisessem ser”, pode ser desdobrada a partir da segunda parte do episódio do encontro com “seô” Habão, quando Riobaldo decide se “presenciar” com ele.

Até aqui, na comparação desses encontros, situamos como se constrói a cena de enunciação; como se apresentam os personagens; como eles são caracterizados em relação aos aspectos de sua “aparência” que refletem características de sua posição social e indicam traços de sua “subjetividade”. Apontamos também, a partir dos índices que articulam a cena construída, que o narrador “observa” esses aspectos e atitudes, inferindo a motivação dos gestos, comentando e projetando-os para um plano que ultrapassa o momento pontual desses encontros e remete ao que esses personagens representam num contexto mais geral das relações sociais no sertão, uma vez que agregam atributos que figuram os extremos da situação social que pode ser “experimentada” nesse contexto.

Com a apresentação desses elementos, percebemos que o narrador compõe seletivamente uma imagem desses personagens, estabelecendo alguns parâmetros que conduzem o interlocutor a uma perspectiva simpática em relação às interpretações que ele tece sobre as cenas que constrói. Essas interpretações, ainda que se revistam de certa coerência, sendo aparentemente condizentes com as justificativas e juízos que o narrador vem tecendo ao longo da narrativa, produzem um significado contraditório:

> Que isso foi o que sempre me invocou, o senhor sabe: **eu careço de que o bom seja bom e o rúim ruím**, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! **Quero os todos pastos demarcados**... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. **Ao que, este mundo é muito misturado**... (Rosa, 1978, p.169, grifos meus)

À medida que as motivações aparentes, como apontamos, vêm sendo contrapostas com outras, tematizadas em seus aspectos mais sutis, se estabelece uma tensão entre os motivos que, se articulam suspendendo o "julgamento" assertivo do narrador, e tornam os comentários "reticentes". O relato desse narrador, que se apresenta de maneira recorrente "ponteando os opostos", como alguém que carece de "que o bom seja bom e o ruim ruim", por meio de um procedimento em que articula explicações dedutivas e positivas com comentários que sugerem que tudo "é e não é" desestabiliza as oposições que ele mesmo constrói.

Tomemos como exemplo a maneira de Riobaldo apresentar o fazendeiro "seô" Habão, cujos atributos de homem "que espiava gerente para tudo" são apresentados em contraposição aos "modos guerreiros" de Zé Bebelo, contraponto que retoma, como já dissemos, a oposição estabelecida entre chefes como Joca Ramiro e Ricardão. Quando Riobaldo "conclui", a partir da observação da conversa de "seô" Habão com Zé Bebelo, que a condição de fazendeiro enquanto "sujeito da terra definitivo" está em relação com a condição de jagunço que "não passa de ser homem muito provisório", introduz um elemento novo para pensarmos a maneira como os personagens vêm sendo apresentados. Porque se em comparação com "a pobreza geral" a condição do jagunço pode aparecer na fala de Riobaldo como vida "vivida por cima", lembrando que essa fala abstrai a trajetória dos outros jagunços e tem como parâmetro a vida de Riobaldo que deixa de ser jagunço e se torna proprietário de terras, na comparação com o *status* de "fazendeiro-mor" essa imagem se inverte.

A propósito da especificidade da trajetória de Riobaldo em relação aos outros jagunços, podemos perceber que, em muitos momentos da narrativa, essa diferença é tematizada, e, inclusive, contribui para tornar verossímil a possibilidade de Riobaldo ter se tornado chefe. Riobaldo não é um jagunço qualquer, e isso fica evidente em muitas cenas em que ele age com uma "astúcia" que não condiz com a figura dos jagunços vistos em sua generalidade. No episódio do julgamento de Zé Bebelo, quando Joca Ramiro, depois de ouvir a "acusação" de cada um dos chefes de bando, concede a palavra aos jagunços que quiserem se manifestar a favor ou contra, dois jagunços fazem breves comentários com uma fala um tanto quanto "vexada", e apenas Riobaldo, no meio de mais de "quinhentos homens", se "pronuncia" numa longa argumentação e com uma astúcia elogiada por Diadorim:

> "Riobaldo, tu disse bem! Tu é homem de todas valentias..." Mas, os outros, perto de mim, por que era que não me davam louvor, com as palavras: – Gostei de ver! Tatarana! Assim é que é assim! Só, que eu tinha pronunciado bem, Diadorim mais me disse: **e que tinha sido menos por minhas tantas palavras, do que pelo rompante brabo com que falei, acendido, exportando uma espécie de autoridade que em mim veio**. (Rosa, 1978, p. 211)

Nota-se, por meio dessas e outras referências, que não é fato ordinário os jagunços se remeterem aos chefes, tampouco aos fazendeiros, que quando aparecem figurados na trajetória do bando estão sempre conversando com os chefes, "seus iguais", mantendo relativa distância em relação aos jagunços. Se repararmos na cena do encontro com "seô" Habão, essa "norma" se faz sentir enquanto é Zé Bebelo quem se dirige ao fazendeiro, até o momento em que Riobaldo decide "inventar conversação". No movimento de aproximação entre os personagens, é significativo notar que é Riobaldo quem se aproxima de "seô" Habão "por um doente desejo de ver bem se aquilo era", não sossegando até se "presenciar com ele, perto a perto" fazendo "como se menos quisesse". Desse modo, o narrador vai "em fala", comentado que "nem custoso" não lhe foi, o que nos sugere pensar que ele reafirma diante de seu interlocutor a qualidade de sua astúcia.

Como comentamos a propósito do encontro com os catrumanos em relação à autoridade de fala, a figura do bando se impõe sobre esses personagens que, "emudecidos", se dirigem aos jagunços apenas pontualmente, "rindo para agradar" e "demonstrando muitos espasmos de admiração". Inversamente na cena do diálogo de Zé Bebelo com "seô" Habão, Riobaldo chama atenção para o fato de que Zé Bebelo

“proseava com ensejos de ir mostrando a valia declarada que tinha”, reconhecendo nele “um certo desejo de agradar ao outro”, supostamente “seu igual” no que diz respeito à autoridade a eles arrogada. Ironicamente, quando se dirige a “seô” Habão, é Riobaldo quem reconhece que “estava também tendo de falar o p’r’agradar”.

Dissimulado, Riobaldo se dirige a “seô” Habão chamando a atenção para o modo como este lhe olha: “me olhou com tanta norma desusada que eu senti minhas falsidades”. A referência ao olhar de “seô” Habão é significativa e recorrente em diversos momentos desse episódio, sendo determinante para compor os gestos por meio dos quais o narrador infere as “intenções” desse personagem. Tentando encobrir as próprias intenções, Riobaldo, diante do olhar de “seô” Habão, sente suas “falsidades”, e fica desconcertado, esquecendo “as palavras primeiras, que tinha aprontado para declarar”.

As expressões selecionadas para compor essa cena, levando em conta *como* o diálogo se constrói não dispensam comentários. Riobaldo não apenas “fala” com “seô” Habão, “inventa conversação”, apronta palavras para “declarar”, “disserta”, “pronuncia”. Dirige-se ao fazendeiro tratando-o por “Capitão”, demonstrando conhecimento do título que este “usufruía”, “por ter”, note-se, “relido o diploma”, mostrando que sabia ler, o que não era comum para um jagunço. Demonstrando “a valia que tinha” e falando “o p’r’agradar”, Riobaldo menciona o incidente da “casa do Valado” e o serviço de préstimo por ter “apanhado do chão” o diploma, “por cautela”, resguardando-o dos “roubos” e “furtos” do povo do Sucruiú “dentro do oratório, por detrás das imagens dos santos”.

Seu Habão desdenha do “fato”, “não agradece”, não pergunta e, desviando o assunto, comenta o saldo de mortes da “bexiga do Sucruiú” já terminada, indagando notícias sobre os “estragos nos canaviais”. Atitude que vem reforçar a apresentação da imagem do fazendeiro, compondo as referências que predispõem Riobaldo a inferir as “intenções” de “seô” Habão. Composto em suas “outras sérias qualidades de preocupações”, o fazendeiro, “adiantado” e “sagaz”, vislumbra o que ainda pode aproveitar dos “canaviais” da fazenda do Valado, conservando “os olhos sem olhar, num vagar vago, circunspecto, pensava aqueles capítulos”.

Habão “disse que ia botar o povo do Sucruiú para o corte de cana e fazeção de rapadura. Ao que a rapadura havia de ser para vender para eles do Sucruiú, mesmo, que depois pagavam com trabalhos redobrados”. Essa referência é significativa para pensar, como indicamos anteriormente, como a posição de “fazendeiro-mor sujeito da terra

definitivo" relaciona-se com a condição dos homens pobres à qual estão submetidos os homens do povoado do Sucruiú. Se, como aponta Bolle (2004), o episódio do encontro com "seô" Habão constitui um momento da narrativa em que "o discurso do fazendeiro dono de terras se impõe sobre a figura dos jagunços", poderíamos "acrescentar" que essa imposição não é apenas do discurso e não apenas sobre os jagunços, e que não aparece só nesse momento, ainda que apareça aí de maneira mais explícita.

Como apresentamos neste capítulo, explorando os nexos que a narrativa apresenta entre os personagens, a propriedade da terra é uma mediação determinante das relações que se estabelecem no contexto social referido no romance. Considerando a importância da propriedade da terra nesse contexto, podemos apontar como o controle sobre a terra permite que o fazendeiro imponha "seus" interesses sobre os homens despossuídos. Bolle (2004) apresenta uma leitura em que o "encontro dos jagunços com o fazendeiro 'seô' Habão lhes mostra, sobretudo a Riobaldo, como funciona a economia da região" (Bolle, 2004, p. 149).

Em nossa leitura, entendemos que, na importante cena de "seô" Habão, são figuradas as condições pelas quais se estabelecem as relações sociais de produção em que a propriedade da terra possibilita mobilizar trabalho; essa mobilização que, em outros momentos do relato, está "encoberta"[80] pela apresentação das relações em termos de compadrio, pode ser inferida também ao ter em vista a articulação contraditória do relato, por meio da qual se expõe elementos que desestabilizam a imagem neutralizada dessas relações.

---

[80] Bolle a propósito tece um comentário sobre as "expressões encobridoras" que na fala do narrador Riobaldo remetem à discussão sobre as relações de agregação. Analisando a passagem que mencionamos no início do capítulo, onde apontamos a partir dos nexos entre Riobaldo e "sua gente" como a propriedade da terra constitui uma das mediações fundamentais dessa relação, o autor argumenta: "É a fala de um latifundiário, cuidando da defesa de sua propriedade e tendo a seu serviço um exército particular, cujos integrantes estão às suas ordens como vassalos. Note-se o acúmulo de pronomes possessivos, enfatizando a ideia de propriedade, e toda a gama de termos que caracterizam o relacionamento de Riobaldo com sua gente: desde as palavras de maior teor afetivo ('irmãos', 'compadre'), com que trata seus ex-companheiros de armas, passando pela ambiguidade de expressões encobridoras ('deixo terras com eles') até o uso de termos muito precisos de dependência: 'meeiro meu', [eles] 'servem'. Portanto, todo o leque de relações sociais, desde a mais perfeita igualdade ('irmãos') até o seu extremo oposto (o senhor e seus servos)" (Bolle, 2004, p.153). Completando esse comentário o autor cita uma passagem do estudo de Rui Facó sobre o estatuto do agregado também significativa para a nossa discussão "Quando um coronel latifundista admitia um morador em sua fazenda, não necessitava sequer contratar-lhe os serviços, como parcela de seu exército privado[...]. Isto estava implícito no próprio fato de admiti-lo." (Facó apud. Bolle, 2004, p.153).

Vale a pena sublinhar os aspectos que caracterizam o povoado do Sucruiú como pobre, para analisarmos como a condição social dos habitantes desse povoado é apresentada na relação com o fazendeiro "seô" Habão. Como sabemos, a referência a esse povoado é feita num momento em que ele está alastrado por uma doença. O povo do Sucruiú aparece também mencionado quando o bando encontra homens roubando a casa do Valado, onde ocorre a cena do diálogo com o menino Guirigó, habitante do povoado que estava lá "caçando o que comer". Podemos perceber, seguindo a apresentação de que a situação de pobreza é definida *na* relação e *como* falta de "coisas", que o povo do Sucruiú agrega características que configuram o extremo da situação de "pobreza", tanto no que diz respeito à falta de coisas, como (e inclusive), porque aparece na relação com um fazendeiro que não apenas personifica a propriedade das coisas que faltam no outro polo da relação como também as acumula.

Enquanto os moradores do Sucruiú não possuem terra para plantarem suas próprias roças[81], tendo de trabalhar como jornaleiros para o fazendeiro Habão, este as possui em tamanha extensão "que o que se podia estender em lavoura, lá, era um desadoro". A relação desse fazendeiro com os moradores do povoado do Sucruiú aparece encenada de uma maneira que enfatiza[82] a exploração econômica da força de trabalho, ao indicar que "seô" Habão se aproveita da "extrema" situação de pobreza dessa "gente" para se apropriar dos produtos de seu trabalho de forma a mantê-los na "mesma"[83] situação. A propriedade da terra, nesse contexto, pode ser apresentada como mediação determinante nessa relação, como condição que permite ao fazendeiro, que a

---

[81]A partir de uma passagem do romance em que o narrador apresenta uma "lista" com os nomes dos jagunços do bando, fazendo menção à algumas características desse personagens, podemos perceber como Riobaldo indica, ainda que discretamente, a trajetória desses homens mobilizados para serem "braços d'armas". Destacamos a referência ao jagunço "*Quêque*", que nos remete a pensar em como a expropriação dos pequenos posseiros de suas terras é uma das condições que impelem esses homens a se tornarem jagunços, jornaleiros, meeiros, agregados, numa relação de dependência com os "proprietários" de terras: "[...] o *Quêque*, que sempre tinha saudade de sua rocinha antiga, **desejo dele era tornar a ter um pedacinho de terra plantadeira**" (Rosa, 1978, p. 242) .

[82] No argumento de alguns autores como Bolle (2004) e Candido (1995), essa "ênfase" parece contrastar tanto com a forma como as relações de produção vem sendo apresentadas até esse momento do relato, que ofusca as manifestações mais sutis da "exploração econômica" que, diluídas ao longo da narrativa, põem em cena as mediações "econômicas" presentes nas relações sociais desse contexto.

[83]Se considerarmos que as condições em que essas relações se estabelecem vão sendo transformadas ao longo do processo de generalização e naturalização das relações sociais capitalistas, podemos supor que essa situação não apenas mantém como aprofunda a expropriação desses trabalhadores, que têm de se submeter à condições cada vez mais precárias para reproduzir sua existência.

personifica, impor a "sua" vontade sobre esses homens pobres "de toda proteção apartados".

É importante analisarmos os comentários de Riobaldo, tentando pensar na caracterização que ele faz de "seô" Habão como personificação de uma vontade "econômica", como alguém que "cumpria a sua sina de reduzir tudo a conteúdo", como alguém que talvez nem soubesse que queria todos para escravos (porque é "a natureza dele [que] queria que precisava de todos como escravos"). Retomando a tematização da prática inconsciente, abordada a partir dos comentários que o narrador tece ao longo desses episódios, podemos chamar a atenção para a importância de pensar as relações sociais tendo em vista as mediações que refletem o conteúdo "econômico" que se manifesta como vontade dos sujeitos[84].

A insistência dos comentários do narrador em que ele afirma não "ter raiva" de "seô" Habão é significativa para pensarmos como ele situa esse personagem a partir de um ponto de vista que põe em cena o papel ocupado pelo fazendeiro numa relação social que se estabelece entre categorias sociais distintas. Com essa "insistência", o narrador apela para qualidades pessoais e subjetivas "juro ao senhor, que ele não era antipático", ao mesmo tempo em que parece desviar-se de um "julgamento" subjetivista da atitude de "seô" Habão, indicando uma maneira de abordar essas relações que leve em consideração os aspectos contraditórios das relações sociais, e dos agentes como personificações dessas relações. Nesse sentido, propomos uma leitura da "exploração econômica da força de trabalho", posta em cena no romance de Guimarães Rosa, que tensione com a crítica que identifica "o problema social" (Bolle, 2004) aos agentes da

---

[84]"As mercadorias não podem por si mesmas ir ao mercado e se trocar. Devemos, portanto, voltar a vista para seus guardiões, os possuidores de mercadorias. As mercadorias são coisas e, consequentemente, não opõe resistência ao homem. Se elas não se submetem a ele de boa vontade, ele pode usar de violência, em outras palavras, tomá-las. Para que essas coisas se refiram umas às outras como mercadorias, é necessário que os seus guardiões se relacionem entre si como **pessoas, cuja vontade reside nessas coisas**, de tal modo que um, somente de acordo com a vontade do outro, portanto cada um apenas mediante um ato de vontade comum a ambos, se aproprie da mercadoria alheia enquanto aliena a própria. Eles devem, portanto reconhecer-se reciprocamente como proprietários privados. **Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, desenvolvida legalmente ou não, é uma relação de vontade, em que se reflete a relação econômica**. O conteúdo dessa relação jurídica ou de vontade é dado por meio da relação econômica mesma. As pessoas aqui só existem, reciprocamente, como representantes de mercadorias e, por isso, como possuidores de mercadorias. Veremos no curso do desenvolvimento, em geral, que **os personagens econômicos encarnados pelas pessoas nada mais são que as personificações das relações econômicas**, como portadores das quais elas se defrontam" (Marx, 1984, livro, tomo 1, cap. II, p. 79, 80, grifos meus).

exploração abstraindo as condições em que se formam as relações de dominação, como se a exploração dependesse apenas da "vontade" dos sujeitos.

A tematização das relações de trabalho pode ser pensada em sua articulação com a formação do monopólio da terra como momento do processo de expropriação que cria as condições de separação dessas categorias sociais que personificam a terra e o trabalho. No episódio do encontro com "seô" Habão, ainda que o trabalho não apareça sendo forçado diretamente pelo recurso à violência direta como no escravismo, a situação de expropriação experimentada pelos moradores do povoado, que têm de submeter o seu trabalho ao fazendeiro porque não têm outra opção para se reproduzir, pode ser pensada como tematização de uma relação social que não se reproduz sem a violência necessária para manter essa separação.

Os moradores do povoado do Sucruiú são forçados, por assim dizer, a submeterem o seu trabalho, não diretamente por "seô" Habão, mas pelas condições em que se encontram, ou seja, sem a posse da terra. Assim, pela mediação da propriedade da terra, o fazendeiro Habão pode se apropriar do mais trabalho desses homens que, expropriados das condições de se reproduzirem autonomamente, são forçados a entregarem a sua força de trabalho em troca do mínimo necessário a sua subsistência. Quando essa relação é apresentada em sua forma "acabada", abstraindo o processo histórico que promove a separação entre produtores e meios de produção, a coerção e a violência pressupostas na formação da relação capital se externalizam em relação a ela podendo ser reconhecidas socialmente como atributos da vontade dos sujeitos e não da relação social naturalizada em que eles se confrontam.

Como apontamos no início do capítulo, as relações de produção na colônia portuguesa pressupunham uma determinada correlação entre terra e trabalho, onde a "disponibilidade" de terras era "compensada" pelo regime de trabalho escravo, uma vez que o trabalho, na "condição jurídica de coisa", inviabilizava a reprodução autônoma dos produtores diretos. Para pensarmos sobre a condição dos homens livres e pobres no contexto de transição do trabalho cativo para o trabalho livre, foi importante considerar que, quando o cativeiro do trabalho entra em crise, o *cativeiro da terra* se constitui como um dos principais recursos para a mobilização do trabalho.

Entretanto, a condição de expropriação que cria os vínculos de dependência entre trabalhador e capitalista aparece muitas vezes tematizada apenas do ponto de vista da

necessidade do trabalhador de se vender ao capital para continuar reproduzindo a sua existência. Desse ponto de vista, a relação entre trabalho e capital é representada como uma relação casual onde o trabalho aparece como elemento acessório e dispensável. Já, do ponto de vista da crítica da economia política tal como formulada por Marx, o capital é abordado não como coisa, mas como uma *relação social entre os homens intermediada por coisas*. A dependência do trabalhador em relação ao capitalista que monopoliza os meios de produção esconde, por um lado, o processo de expropriação desse trabalhador e, por outro, a dependência do capitalista em relação ao trabalho, uma vez que dele se origina o valor "a mais" do qual o capitalista se apropria. De um ponto de vista em que a naturalização das categorias não é tematizada, o valor aparece como atributo do "capital" investido na produção de mercadorias, e as mercadorias são apresentadas apenas em sua qualidade de valores de uso. De um ponto de vista crítico à relação capital que pretende desnaturalizar as categorias econômicas, as mercadorias são apresentadas em seu duplo aspecto – valor de uso e valor – sendo que o valor está referido às mercadorias por estas serem produtos do trabalho[85].

Seguindo a análise do episódio do encontro com "seô" Habão, sublinhamos o fato de o fazendeiro estar sempre "com a ideia na lavoura", remetendo-se aos produtos das roças, ao gado, mostrando o potencial produtivo de suas terras: "'Para o ano, se Deus quiser, boto grandes roças no Valado e aqui... O feijão, milho, muito arroz...' Ele repisava, que o que se podia estender em lavoura, lá, era um desadoro". É "sintomático" que, ao se reconhecer em posse dos meios de produção, o fazendeiro diga que vai "botar" grandes roças como se fosse ele quem daria "os braços para capinar e roçar", abstraindo em sua

[85]Ao apresentar o trabalho chamando atenção para sua forma histórica, Kurz retoma o conceito crítico de valor a partir de Marx em *O Capital*, argumentando que "no contexto da crítica da economia política de Marx, esse valor econômico determina-se de modo puramente negativo, como forma coisificada, fetichista, desprendida de todo conteúdo concreto"(Kurz, 1992, p.22). Essa forma é tematizada no primeiro capítulo do livro I de *O Capital* que parte da análise da mercadoria, apresentada em sua manifestação contraditória como mediação social que determina historicamente a sociabilidade moderna. Ao considerar a mercadoria em seu duplo aspecto, valor de uso e valor de troca, Marx questiona o fundamento social naturalizado dessa relação em que a produção de riquezas se coloca como fim último das sociedades onde domina o modo de produção capitalista. A mercadoria é abordada não apenas como coisa, objeto externo, como "valor de uso" cujas as "propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie" (Marx, 1984, livro I, tomo 1, cap. I, p. 45), mas em seu aspecto "abstrato", em sua qualidade de "valor de troca", e esse caráter abstrato não corresponde a uma simples "representação" no planos das ideias, uma vez que é materialmente produzido nas práticas sociais concretas e contraditórias. Se enquanto categoria abstrata a mercadoria na sua qualidade de valor de uso pode representar a satisfação das "necessidades humanas em geral", na sua qualidade de valor de troca a mercadoria representa um quantum de trabalho cristalizado.

fala que não basta o potencial de suas terras para que a produção das roças de feijão, de milho e "muito arroz" se realize, significando-lhe vantagens econômicas. Falta nesse processo um elemento muito importante para que o potencial da terra se transforme nesses produtos e esses sejam portadores de valor e, apesar de estar abstraído nessa passagem da fala do fazendeiro Habão, Riobaldo parece perceber muito bem que elemento é esse. Aqui de novo chamamos atenção para a referência ao olhar de "seô" Habão por meio do qual Riobaldo entende "a gana dele".

Riobaldo "entende" assim, pelo olhar "baçoso" do fazendeiro, que este vislumbrava mobilizar os jagunços para trabalharem para ele como "jornaleiros". Os comentários do narrador, que se apresenta como "um jagunço destemido arriscando a vida", indicam que a possibilidade de "dar os braços para capinar e roçar" é por ele, representada como submissão a uma relação de escravidão, inadmissível para um jagunço. Nesse mesmo episódio Riobaldo diz ter percebido "que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório", o que conclui ao observar a conversa de Zé Bebelo com o fazendeiro, um pouco antes de ir se "presenciar com ele" para ver "se aquilo era".

Bolle (2004) argumenta, a partir desse episódio, que a visão idealizada da jagunçagem se desconstrói uma vez que se mostra imbricada com o que ele chama de "o problema social". Se repararmos nos termos com o qual ele aborda esse "problema", notaremos que ele se refere a uma "nova forma de consciência"[86] de Riobaldo, que teria experimentado um sentimento de pertencimento de classe, igualando-se à condição de "pobreza geral". Esse argumento parece embasar-se no "desgosto" de Riobaldo e nas "nervosias" que ele sente diante da frieza com que o fazendeiro "contabilizava" tudo: as mortes do povo do Sucruiú, as "cabeças" de gado, os "carros de boi carreando cana", "os mil alqueires de arroz", e na recusa de Riobaldo em se ver submetido à condição de "enxadeiro". O autor ainda argumenta em outros momentos que "o problema das

---

[86]"O encontro dos jagunços com o fazendeiro 'sêo'Habão lhes **mostra**, sobretudo a Riobaldo, **como funciona a economia da região**. **Falta mão de obra na agricultura**, já que os habitantes do lugar estão incapacitados para trabalhar por causa da doença. Quando Riobaldo sente sobre si e sobre seus companheiros o olhar do fazendeiro, examinando-os como mão-de-obra em potencial – "cobiçava agente para escravos! – **nasce nele uma nova forma de consciência**. Sem disfarces aparece o caráter ilusório da existência do jagunço, que tinha sido até então encoberto por uma retórica romantica. De repente **Riobaldo se dá conta de sua posição social verdadeira**. Se ele depusesse as armas nesse momento e abandonasse a jagunçagem, não seria mais que um simples diarista, desaparecendo no meio da plebe rural" (Bolle, 2004, p 149,150, grifos meus).

diferenças de classe que Riobaldo chegou a sentir na pele, foi "resolvido" pelo pacto. Assim como o fazendeiro "seô" Habão [Riobaldo] consegue **mobilizar os peões a trabalharem para ele**, assim também recruta e sacrifica seus jagunços" (Bolle, 2004, p.151, grifos meus).

É importante chamar atenção a propósito desse episódio para a inversão que Riobaldo faz ainda no momento do encontro com o "seô" Habão no que diz respeito à figuração de sua situação de "classe". Porque, seguindo a sequência do episódio e dos comentários de Bolle, percebe-se que é o "entendimento" de Riobaldo – de que o fazendeiro "cobiçava" os homens do bando para trabalharem como jornaleiros – que faz com que Bolle suponha a "nova forma de consciência de Riobaldo"; é também o mesmo entendimento que faz com que Riobaldo "dê a carteirada" e se apresente como filho de "Coronel".

Vale notar a articulação dos diferentes momentos desse episódio, observando como Riobaldo, ao se presenciar "perto a perto" com "seô" Habão começa querendo agradar, afirmando a valia que tinha; ao confirmar que "aquilo era" – que "seô" Habão era "bruto, comercial" – sente "desgostos", "nervosias", "enjôos"; ao mesmo tempo, reafirma constantemente "que não tinha raiva" do fazendeiro por que ele era um homem que estava de mim em tão grandes distâncias", por que ele não era "antipático", e termina se apresentando como filho de Coronel[87]. Atitude não tão "simpática" de sua parte, uma vez que a patente de coronel, que na organização da Guarda Nacional estava acima da de "Capitão", é mencionada intencionalmente para se apresentar "acima" do fazendeiro Habão.

Riobaldo "inverte" a sua posição em relação à cena da enunciação. Em resposta à afronta de "seô" Habão – "por um despique" – acerta seu "correão com as armas" – gesto que expressa a "intenção" de intimidar o "Capitão" – e se "pronuncia" com a autoridade de filho de Coronel abastado em posses. Riobaldo reúne na figura de sua autoridade o poder de violência das armas que porta, a condição de filho de "Coronel" portador legal do exercício da violência, "mais fornecido de renome e avultado em posses", fazendo

[87] A suposição de Bolle de que se Riobaldo abandonasse as armas "não seria mais do que um simples diarista" talvez esteja fundamentada no fato de que Riobaldo até esse momento do relato não era filho reconhecido de Selorico Mendes e que só receberia as fazendas de herança depois da morte de seu pai/padrinho, num ponto mais adiantado da narrativa. Entendemos que o fato de se apresentar diante de "seô" Habão como filho de coronel abastado contradiz essa suposição, e é significativo para pensar sobre a figuração do status social nesse episódio, inclusive para tematizar a questão das personificações.

com que "seô" Habão lhe olhe "com muitos outros olhos". Esse olhar, ele "agüenta" com facilidade, pois confirma o reconhecimento do gesto de autoridade com que Riobaldo se dirige a "seô" Habão, não mais tendo de falar "pr'agradar".

No que diz respeito à relação de "seô" Habão com o povo do Sucruiú e à condição desses homens que são forçados a trabalharem para ele, pode-se concluir que esses homens pagam em "trabalhos redobrados" pelos produtos que eles mesmos produzem, uma vez que, apropriados em primeira mão pelo proprietário de terras, são por eles acessados mediante um regime de trabalho que os mantém em uma relação de dependência com o fazendeiro que personifica o capital e a propriedade da terra. Levando em consideração caráter de dominação social engendrado pela relação de dependência desses trabalhadores em relação aos meios de produção monopolizados nas mãos dos fazendeiros, podemos perceber que estamos diante de um contexto social em que as relações de produção assumem uma forma particular, onde o mais trabalho extraído desses trabalhadores não é mediado pela categoria *salário*.

Uma questão importante para pensar sobre a particularidade dessas relações de produção diz respeito ao processo de transição da "economia escravista para o trabalho assalariado" (Bolle, 2004, p. 291), que mobiliza interpretações distintas nos debates sobre a formação social brasileira[88]. Ao comentar, a propósito da "pretensão" de "seô" Habão de submeter os jagunços ao trabalho na "lavoura" que este os "cobiçava" para

---

[88] Na introdução do livro *O cativeiro da terra*, Martins (1979) retoma algumas dessas interpretações para se contrapor às afirmações de que o regime de trabalho escravo teria sido substituído pelo trabalho assalariado. O autor sugere que tais afirmações se devem ao fato de que muitos autores, ao refutarem a suposição da existência de relações feudais no Brasil, acabaram por definir, em oposição às teses "feudalizantes", as relações de produção que se estabelecem com o fim do escravismo como capitalistas, sem analisar as mediações dessas relações. Para desdobrar os aspectos que considera importante para essa discussão o autor analisa o regime do colonato buscando reconstituir "a diversidade de mediações e determinações das relações de produção que configuraram" esse regime. Os desdobramentos dessa discussão mobilizam questões importantes para pensarmos sobre as formas assumidas pelas relações de trabalho e os aspectos que as particularizam. Ainda que não aprofundemos aqui um diálogo com esse autor, é importante assinalar a contribuição dele para o debate em questão. Um aspecto importante abordado por Martins diz respeito à forma de coerção para extração do trabalho que diferencia o escravismo das relações de produção que lhe são subsequentes. Isso fica indicado nessa passagem, que se refere às modificações no processo de trabalho nas fazendas de café mas que nos ajudam a pensar sobre as relações de produção na fazenda pecuária: "Essas modificações [...] alteraram a qualidade das relações do fazendeiro com o trabalhador, **alteraram as relações de produção**. No regime de trabalho escravo, a jornada de trabalho e o esforço físico do trabalhador eram crua e diretamente regulados pelo lucro do fazendeiro. **A condição cativa definia a modalidade de coerção que o senhor exercia sobre seu escravo na extração do seu trabalho**. O mesmo não ocorria com o trabalhador livre que, sendo **juridicamente igual a seu patrão, dependia de outros mecanismos de coerção para ceder a outrem sua capacidade de trabalho**" (Martins, 1979, p. 15, grifos meus).

“escravos”, Riobaldo estabelece uma analogia entre ser “enxadeiro” e ser “escravo”, que é significativa para pensarmos sobre a particularidade da relação de produção figurada nesse episódio.

Bolle, partindo da análise do “confronto” de Riobaldo com o fazendeiro Habão, interpreta tal analogia como permanência do escravismo “na mentalidade e na atitude dos senhores”, que daria provas de que o “poder econômico e político” desses senhores teria ficado intacto[89]. Tendo em vista a abordagem das formas particulares que as relações de produção assumem nesse contexto, entendemos a importância de reconhecer os aspectos que diferenciam essas relações de produção das relações que se estabeleciam no regime escravista, para pensarmos quais aspectos dessas relações permitem o narrador estabelecer tal analogia.

A qualidade da coerção experimentada por esses homens forçados a trabalharem, ainda que não diretamente, para “seô” Habão, indica a existência de mediações que diferenciam socialmente a condição do escravo e do trabalhador livre. A igualdade jurídica pressuposta na condição do trabalhador livre a distingue da condição do trabalhador escravo, na medida em que este não tem a propriedade de sua força de trabalho.

A propriedade de sua força de trabalho não significa, entretanto, que é o trabalhador quem estabelece as condições em que vai aliená-la; a condição de expropriação determina, em primeiro “plano”, a necessidade desse trabalhador de submeter-se às condições de trabalho oferecidas pelos proprietários dos meios de produção. O que permite que esses homens livres se transformem em trabalhadores expropriados é justamente o processo que os coloca em oposição aos proprietários de terra, o processo de formação do monopólio da terra que engendra a separação entre produtores e meios de produção nesse contexto de maneira particular.

Nesse sentido, é importante nos remetermos à análise da organização social que legitima a expansão das grandes fazendas sobre as pequenas posses. Entendemos que essa “organização” é determinante para percebermos como os mecanismos que

---

[89] “Nos latifúndios de “sêo” Habão, Riobaldo, junto com seus companheiros, sente na carne a ameaça de um sistema que, conforme a história oficial, já não devia existir mais: ‘[S]eô Habão [...] cobiçava agente para escravos!’. Quer dizer, a estrutura secular da ordem escravocrata, apesar de ter sido formalmente abolida – no que foi ‘o momento talvez mais decisivo de todo o nosso desenvolvimento nacional’ – continua presente na mentalidade e na atitude dos **senhores, cujo poder econômico e político ficou intacto**” (Bolle, 2004, p. 288, grifos meus).

legitimam a mobilização das terras engendram a condição de expropriação e a mobilização do trabalho, mas são também aqueles que permitem que as relações de produção se reproduzam.

O comentário de Riobaldo de que "seô" Habão "dava ordens. Ordem que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferentes da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia" é significativo para pensarmos no papel que a violência desempenha nessa organização social. Considerando a referência à ordem "costumeira e surda" que o fazendeiro Habão "dava", ordem que era obedecida, percebemos que estamos diante de uma organização social mediada por uma "lei" – segundo Galvão (1972) "a lei do mais forte" – que não dissimula um conteúdo de neutralidade. É por meio da análise das mediações que organizam a sociabilidade nesse contexto que podemos indagar, no terceiro capítulo, os mecanismos de coerção, abordando os nexos entre terra, trabalho e violência, de maneira a situar a importância da violência no processo de mobilização do trabalho.

CAPÍTULO III

A QUESTÃO DA INTERPRETAÇÃO DO ROMANCE

3.1 *Estórias* de jagunços, histórias de coronéis

> **Altas artes** de jagunços isso ele amava constante – **história**s. (Rosa, 1978, p. 87)

> Contava: o cuidado nos arranjos, as coisas todas regradas, aquele dormir de ordem, aquela autoridade enorme no entremeamento. (...) os barulhos, as manhas traçadas para se ganhar em combate, **maço de estórias de toda raça de artes e estratagemas.** (Rosa, 1978, p. 95)

No capítulo anterior, ao nos debruçarmos sobre a articulação entre o monopólio da terra e a mobilização do trabalho a partir da análise das relações sociais figuradas no romance, chamamos a atenção para a necessidade de refletir sobre o papel da violência na forma de realização das relações sociais reproduzidas no processo de formação do Estado. A figuração de relações sociais situadas em um contexto histórico determinado, onde as relações de produção assumem aspectos particulares, pôde ser tematizada na análise dos laços entre os personagens que, em nossa leitura do romance, remetem à articulação entre controle da terra e mobilização do trabalho. Nesse percurso, apontamos, num primeiro momento, como a mediação do monopólio da terra se encontra tematizada ao longo do romance de maneira "difusa", até chegarmos à análise de um episódio que "concentra" alguns elementos para a abordagem dessa mediação, principalmente no que concerne à mobilização do trabalho.

Buscamos também apresentar, levando em conta as condições em que se estabelecem as relações entre os personagens, que existe uma tensão no discurso do narrador no que se refere às justificativas das ações figuradas no romance. Tensão que evidencia a articulação contraditória desse discurso, encenando aspectos contraditórios das relações sociais figuradas na narrativa.

Apontamos, a propósito das oposições recorrentes na narrativa que, ao mesmo tempo em que formula as relações nesses termos, o narrador apresenta índices que desconstroem polarizações, como a que ocorre entre os personagens Joca Ramiro e Ricardão. Esses representam respectivamente a oposição entre interesses políticos – simbolizando ideais de justiça e lealdade – e os interesses econômicos – simbolizando a "maldade" e a traição. Entendemos, nesse sentido a importância de pensar como essa e outras oposições são construídas e desconstruídas ao longo do relato, para abordamos a aparência de autonomia da relação entre política e economia na sociedade capitalista e, em particular, num momento em que essa aparência não está formada.

Ao abordar as relações sociais que se estabelecem no sertão num momento histórico determinado, temos de levar em conta que a esfera da política e da economia, tal como hoje se apresentam enquanto esferas separadas, não podem ser pensadas como categorias pressupostas à essa sociabilidade, o que implica voltar nossa atenção para o processo que engendra essa separação.

Como acenamos no fim do segundo capítulo, a análise das mediações que organizam a sociabilidade nesse contexto permite indagar o papel representado pelo "sistema jagunço" (Bolle, 2004), abordando os nexos entre terra, trabalho e violência no processo de mobilização do trabalho. Na análise do episódio do encontro com o "Capitão Habão" foi possível pensar as representações polarizadas dos interesses econômicos e políticos de um ponto de vista que põem em cena as condições em que se estabelecem as relações sociais nesse contexto.

Ao considerar essas representações, remetendo-nos ao contexto social, pudemos tematizá-las de uma perspectiva que tensiona as explicações naturalizantes da conduta dos indivíduos, de maneira a pensá-las como personificações sociais, como processo de subjetivação de atributos que se estabelecem de maneira fantasmagoricamente objetiva na relação. A garantia do monopólio da terra, que tematizamos para apontar as relações entre os personagens do romance que personificam a terra e o trabalho, constitui-se como condição necessária ao processo de expropriação e separação entre produtores e meios de produção. O agente que personifica a propriedade da terra, nesse contexto, personifica também a vontade econômica de quem "carece de cuidar

comercial", sendo da "natureza" dessa personagem econômica precisar de todos "como escravos".

A figura de um personagem como "seô" Habão que, além de personificar a propriedade da terra e do capital, personifica a legitimidade do uso da violência na sua condição de capitão da Guarda Nacional, é emblemática para pensarmos esse contexto em que as relações sociais se estabelecem com base numa articulação entre terra, trabalho, capital e violência em que não está formada a aparência de autonomia. Essas categorias – que se separam na figura do proprietário de terras, do trabalhador, do capitalista, do Estado, dos agentes que personificam as esferas da economia e da política – podem ser pensadas como estranhas às relações sociais que se estabelecem no sertão, pela forma que assumem nesse contexto, ou seja, ao se diferenciar da forma que elas passam a assumir quando adquirem a aparência de autonomia.

Ao desdobrarmos neste capítulo uma análise do romance, tematizando as mediações que engendram as relações sociais, buscamos dialogar com questões implicadas nas interpretações de alguns autores que articulam a narrativa com o contexto histórico e social. Nessas interpretações, a figura do jagunço e a questão da violência se destacam e são determinantes no estabelecimento dos nexos que situam o romance no "cruzamento entre o literário e o histórico" (Vasconcelos, 2002), na articulação entre "matéria histórica dada e matéria imaginária" (Galvão, 1972), na apresentação do romance como pertencente ao "gênero dos retratos do Brasil" (Bolle, 2004).

Vasconcelos (2002), em estudo que visa retomar a questão do coronelismo e da jagunçagem em *GS:V* e discuti-lo dentro de uma perspectiva histórica, propõe a leitura do romance como "um agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo durante a Primeira República", chamando a atenção para o fato de que:

> Encobertas pela beleza da linguagem e pelo lirismo e dramaticidade do texto, a violência e a brutalidade que pautam as ações e práticas dos jagunços em *Grande Sertão: Veredas* parecem ter ocupado uma espécie de segundo plano nas leituras críticas do romance. Com raras exceções – Walnice Nogueira Galvão, em *As formas do falso*, é a mais notável delas –, poucos foram os leitores do romance de João Guimarães Rosa que se detiveram na questão do coronelismo e jagunçagem no romance. (Vasconcelos, 2002, p. 324)

O banditismo e a violência atravessariam seu enredo e determinariam, em grande parte, seu movimento e desfecho. Vasconcelos contextualiza historicamente as ações figuradas no romance, ao apresentar a figura do jagunço em relação com a figura do coronel. Sua análise articula referências do coronelismo para pensar como o romance contribuiu para a discussão do papel da violência no processo de formação do Estado brasileiro.

No estudo de Bolle (2004), a questão da violência também se destaca, desdobrando-se numa análise sobre as estruturas de poder que estariam figuradas no que o autor reconhece como "sistema jagunço". Para ele, o sistema jagunço em *GS:V* seria uma "instituição situada ao mesmo tempo na esfera da lei e do crime", e poderia ser lido como alegoria, pois "deixa de ser um fenômeno regional e datado, para tornar-se uma representação do funcionamento atual das estruturas do país"[90] (Bolle, 2004, p.117).

O estudo de Galvão (1972) focaliza, em sua primeira parte ("A condição jagunça"), as representações que circulam sobre a figura do jagunço, a partir do questionamento sobre "o que o leva a comportar-se como um criminoso aos olhos do direito codificado" (Galvão, 1972, p.17). Essa pergunta se articula com a tese da autora de que o jagunço se define pela categoria do inútil utilizável, cujo argumento se desdobra numa articulação do romance com a "matéria histórica dada", abordando os aspectos sociais e históricos e chamando a atenção para o fato de que a existência do exercício privado e organizado da violência seria uma instituição ao longo da história brasileira, e não uma exceção.

Galvão apresenta referências de estudos sobre a formação social brasileira e sobre a condição dos homens livres e pobres no processo de constituição das relações sociais e formação do Estado nacional brasileiro. Nesse percurso, apresenta uma discussão sobre o papel das instituições que organizam as relações sociais nesse contexto e sua articulação com as atividades produtivas e as relações de produção que se formaram no período colonial.

A abordagem desses autores se desdobra sobre momentos e aspectos do romance onde a prática da violência é apresentada em relação à dimensão política,

---

[90] "Ao fundamentar seu retrato do Brasil numa encenação do sistema jagunço – instituição no limiar entre a lei e a ilegalidade, onde a transgressão é a regra e a guerra é permanente – Guimarães Rosa representa o funcionamento das estruturas de poder no país" (Bolle, 2004, p.138).

de maneira a apontar como a figura do jagunço e a sua conduta não podem ser pensados sem que se leve em conta organização da sociedade na qual ele está inserido. Neste capítulo, buscamos salientar o tratamento dado à dimensão política nos estudos desses autores, desdobrando uma análise sobre a questão da violência no romance e retomando algumas referências por meio das quais a representação do sertão vem sendo tematizada em nossa leitura.

Como apontamos, a narrativa de *GS:V*, ao se construir como encenação de um diálogo entre "um pobre sertanejo" e um doutor da cidade "com toda leitura e suma de doutoração", apresenta diferentes pontos de vista sobre os "acontecimentos" que serão relatados. A referência a esses pontos de vista é determinante para a análise da questão da violência e dos significados que ela adquire dependendo de quem formula o problema.

Pondo em questão a posição a partir da qual fala esse narrador, percebemos que o ponto de vista "jagunço" é determinante para compreendermos alguns problemas implicados na abordagem dessa representação. A encenação do diálogo entre Riobaldo e o doutor, estabelecidas as credenciais desse narrador cuja fala se constrói de modo a conferir-lhe autoridade, engendra um relato que passa por diferentes momentos da vida de Riobaldo, embora se concentre no momento em que ele era jagunço. No seu relato, Riobaldo atualiza a experiência de jagunço esposando um ponto de vista que, em muitos momentos, suspende a referência à sua situação "atual", produzindo um efeito em que o interlocutor parece estar diante de um jagunço em plena atividade e não de um ex-jagunço que, no "presente", é proprietário de terras e "dono de agregados valentes".

Um dos problemas implicados na abordagem da representação do sertão refere-se justamente à articulação contraditória desses pontos de vista, na medida em que o narrador, na condição de jagunço, ocupa um lugar social que o desautoriza a falar, pois representa aquilo que, aparentemente, não pode ser tolerado pela "sociedade civilizada" de que provém o interlocutor ao qual o relato se destina. Assim, ao mesmo tempo em que reafirma o lugar social que lhe confere autoridade para falar, remetendo-se a sua situação atual, a suspensão dessa referência traz à cena da enunciação o jagunço como personagem "porta voz" das estórias que representam o sertão.

O ponto de vista de quem participou das ações que estão sendo relatadas, na condição de testemunha, tornam Riobaldo um informante privilegiado e o seu relato atrativo[91], porque organiza a estória não nos termos de uma observação distanciada racional e linear, mas de um "depoimento" que mobiliza dimensões sensíveis da experiência. Candido observa que, a partir desse "ângulo", o leitor é levado a esposar o ponto de vista jagunço:

> Do ângulo do estilo, ser jagunço e ver como jagunço constitui portanto uma espécie **de subterfúgio, ou de malícia do romancista**. Subterfúgio **para esclarecer o mundo brutal do sertão através da consciência dos próprios agentes da brutalidade;** malícia que estabelece um compromisso e quase uma cumplicidade, **segundo a qual o leitor esposa a visão do jagunço porque ela oferece uma chave adequada para entrar no mundo-sertão**. Mas sobretudo porque através da voz do narrador é como se o próprio leitor estivesse dominando o mundo, de maneira mais cabal do que seria possível aos seus hábitos mentais. (Candido, 1995, p.175, grifos meus)

A observação de Candido sobre a construção desse ponto de vista tem como termo comparativo a maneira como o jagunço foi representado na prosa de ficção brasileira enquanto um "tipo humano" cujos atributos foram cristalizados por um ponto de vista "documental". Para Candido, a figura do jagunço na literatura de Guimarães Rosa transcende o documento e passa a "representar os problemas comuns da nossa humanidade, desprendendo-se do molde histórico e social de que partiram" (Candido, 1995, p. 174). Tal transcendência do documento coincide com as apreciações do crítico sobre a relação do escritor com o regionalismo, que

---

[91] Por ser atrativo, como um "canto de sereia", a narrativa de Riobaldo desperta diferentes posturas em relação aos seus leitores. Bolle comentou a propósito que o romancista inverte a posição do narrador sincero de Euclides, construindo um narrador que "é agente do crime, um jagunço letrado e um pactário" do qual o leitor deve desconfiar. Bolle assevera que a crítica, "numa atitude de omissão grave", não pôs em questão a confiabilidade desse narrador que "fez um trato com o 'Pai da mentira'". O autor, ao indicar a necessidade de desconfiar de Riobaldo, propõe-se como "tarefa" analisar "o grau de verdade da fala desse narrador". De maneira distinta, Hansen mobiliza essa questão ao apontar para os efeitos de sentidos produzidos pelo texto, que incidem de maneira determinante na construção e desconstrução do narrador: "em *Grande Sertão:Veredas*, ele [o escritor] inventa um narrador que fala como se já houvesse um *eu* pré-constituído e que fosse lembrado – mas julga-se empirismo constituí-lo assim, pois no ato discursivo de Riobaldo várias formações discursivas ocupam o lugar da relação locutor/destinatário e aí inventam o sujeito como efeito imaginário. Pela reiteração de sua fala, induz-se o texto a uma espécie de identidade máxima em que as falas que produzem um "eu" terminam por transformar-se, pelo efeito de real, no efeito de um "eu" que produz uma fala" (Hansen, 2000, p.22).

enfatiza os aspectos que dão à sua produção características "universais"[92]. Entretanto, é interessante observar que, se para o crítico a maneira de construir esse ponto de vista transcende os aspectos documentais, estes seriam o ponto de partida:

> Recaindo no documento, observemos que o livro de Guimarães Rosa é meticulosamente plantado na realidade física, histórica e social do Norte de Minas, que ele revelou à sensibilidade do leitor brasileiro como nova província, antes não elevada à categoria de objeto estético. (Candido, 1995, p.177)

Candido asseverou que o ponto de vista jagunço "oferece uma chave adequada para entrar no mundo-sertão", que o "mundo brutal do sertão" se esclarece "através da consciência dos próprios agentes da brutalidade". Contudo, devemos considerar também o ponto de vista do proprietário de terras, "dono de agregados valentes", e mesmo do doutor da cidade ao qual ele se dirige[93], para compreendermos como a representação do sertão se articula com a figuração dos diferentes pontos de vista presentes na narrativa. Como apresentamos no primeiro capítulo, partimos do questionamento de que Guimarães Rosa entrou "na psicologia do homem rústico" (Candido, 1964, p.122) e encontrou uma solução para "problemas como o da apropriação, por parte do narrador letrado, das peculiaridades da fala do homem rústico" (Vasconcelos, 2008, p. 383)[94],

---

[92] Em relação a esse comentário, é significativo ter em mente a reavaliação de Candido, citada anteriormente, que no ano de 2002 se refere à dificuldade colocada pelo romance "'como é que se pode resolver esse paradoxo?', de **um regionalismo que não é regionalismo, de uma universalidade que é a mais particular possível**. Ele fez o livro que supera o regionalismo *através do regionalismo.* Do ponto de vista da composição literária, a meu ver, isso é um paradoxo supremo. Tanto assim que eu me senti obrigado a criar uma nova categoria, que é *trans-regionalismo,* ou *sur-regionalismo*" (Candido, *apud* Hansen, 2012, p.122, grifos em negrito meus).

[93] Quando nos referimos ao fato de que o relato de Riobaldo se dirige a um interlocutor "doutor" da cidade, reconhecemos que essa referência se baseia tanto na leitura do romance, que *teatraliza* essa interlocução, quanto pelos comentários que podem ser encontrados em sua recepção crítica de que o romance se destina aos leitores da cidade. Por exemplo, o comentário de Chiapinni (1994), sobre a tendência regionalista, estendida à produção de Guimarães Rosa que se incluiria numa "linhagem: da representação/apresentação dos brasileiros pobres de culturas rurais diferenciadas, cujas vozes se busca concretizar paradoxalmente pela letra; de um grande **esforço em torná-las audíveis ao leitor da cidade, de onde surge e para qual se destina essa literatura**" (Chiapinni, 1994, p. 668, grifos meus).

[94] Roberto Schwarz, a propósito dessa questão, ao afirmar que a narração do romance trata-se de um monólogo inserto em uma situação dialógica, questiona a suposição de que a narrativa se constrói pelo *ângulo psicológico* do jagunço numa perspectiva de *exploração exaustiva da alma rústica*: "Grande-Sertão: Veredas começa por um traço, travessão sinal colocado pelo autor para comunicar a sua ausência. O discurso que nasce irá correr ininterrupto e exclusivo até o fim do livro: sua fonte é uma personagem. **Não tivéssemos mais dados, poderíamos supor um longo monólogo fictício, destinado a mostrar pelo ângulo psicológico a vida aventurosa do jagunço,**

problematizando a afirmação de que o procedimento desse escritor consiste em suspender as próprias referências, para fazer falar o homem do sertão, emudecido na ficção realista e naturalista que formaram os "hábitos mentais" dos leitores de romance.

Ao colocarmos em questão os limites dessa "apropriação" e os diferentes pontos de vista figurados na narrativa, consideramos que a representação do sertão no romance pode ser pensada como articulação de um conjunto de representações contraditórias que se reproduzem a partir de diferentes lugares de fala, como práticas sociais de representação. Hansen aponta que *GS:V* pode ser lido como espécie de *confluência de linguagens em festa*, *teatralização* de práticas sociais de representação postas em cena[95] pela fala do narrador Riobaldo:

> Riobaldo é inverossímil no seu simulacro de jagunço barranqueiro, se pensado pelo foco de um verossímil empírico, apenas, como representação de uma individualidade humana ou de um tipo particular, regional. Espécie de *Macunaíma* a sério, por sua boca passa o mito como vontade de fundar uma origem a partir da qual **representações imaginárias, formações ideológicas se intertextualizam e, fazendo-se como fala, dão-se como história na estória**. (Hansen, 2000, p. 34, grifos meus)

Em nossa leitura, entendemos que a "estória" do jagunço, que remete a pensar a adequação da narrativa ao narrador, da linguagem à fala particular do sertanejo, não se tece sem o que seria o seu "reverso": a história dos coronéis. História cuja linguagem e ponto de vista se adequam à perspectiva de quem tem o poder de impor uma versão legítima da história e que, historicamente, assim o fez, até que o Estado nacional centralizasse o poder coercitivo, fazendo presente sua autoridade através do *verniz* que o capacita a dizer à sociedade o que ela é por meio de uma aparência de impessoalidade[96]. No romance, a figura do doutor e

---

tema da obra. Haveria acordo com o travessão, com a narrativa em primeira pessoa, e haveria perspectiva de uma exploração exaustiva da alma rústica. **Logo as primeiras palavras, entretanto, mostram que não. Trazem à cena um interlocutor, estabelecendo uma situação dialógica**" (Schwarz, 1981, p.38, grifos meus).

[95] "Este pôr em cena das linguagens – as do sertão, imediatamente e as das representações que os códigos ilustrados fazem do sertão, mediatamente, sem que se fale dos estilemas e filosofemas de procedência variadíssima, da tradição ocidental e oriental – **tal encenação, enfim, situa pelo avesso, no vazio de uma fala e de um sujeito ainda não constituídos, aquilo que ainda não falou diretamente: o 'sertão'**" (Hansem, 2000, p. 32, grifos meus).

[96] Essa questão será retomada ao longo desse capítulo e se desdobra sobre outros momentos de nossa dissertação em que buscamos chamar atenção para a relação entre a modernização e a representação engendrada pelos discursos referidos ao Estado nacional.

mesmo a figura de um personagem como Zé Bebelo, contribuem para que não apenas o ponto de vista do jagunço e do coronel sejam tematizados, como também o discurso aparentemente imparcial do Estado e da ciência, sua principal porta voz. A problematização desses pontos de vista, e principalmente daquele por meio do qual o sertão foi apresentado como mundo brutal, os jagunços como agentes da brutalidade, os coronéis como donos de um poder que não lhes pertence, imbrica diversas questões na abordagem do que se reconhece como "a" violência no sertão.

Tendo como referência uma reflexão sobre o que diferencia a história da estória, é interessante mencionar a relação que o estudo de Vasconcelos (2002) estabelece entre a representação do "mundo jagunço" em *GS:V* e as referências mobilizadas pelo escritor, cujas fontes buscou tematizar. Entre outras referências, Vasconcelos menciona o livro, presente na biblioteca do escritor, de Optato Gueiros, *"Lampeão": memórias de um oficial ex-comandante de forças volantes*, que, segundo a autora, relata o fim do cangaço e teria sido uma fonte importante para o romance do escritor mineiro. As "ações e aventuras que compõem a saga dos jagunços em *Grande Sertão: Veredas*" (Vasconcelos, 2002, p. 321, 322) compõem-se, segundo a autora, de referências que remetem ao relato de Gueiros sobre Lampeão. Vasconcelos menciona as coincidências em relação aos feitos atribuídos ao cangaceiro, que se tornou um personagem emblemático das narrativas sobre o nordeste brasileiro, e o jagunço Riobaldo. Entretanto, ressalta que o jagunço figurado no romance não coincide com a figura dos cangaceiros, apesar de retomar alguns atributos por meio dos quais eles são geralmente caracterizados.

Vasconcelos se refere também a outras fontes escritas[97] que estariam na base da composição do romance, destacando os relatos orais registrados pelo escritor em suas viagens:

> Da tradição oral, Guimarães Rosa registrou pelo menos duas variantes de "romances" sobre um dos mais ferozes e cruéis cangaceiros do sertão, Rio Preto, cantadas pelos vaqueiros da comitiva de Manuelzão, que o escritor acompanhou pelo interior mineiro em maio de 1952. Versões do romance de Rio Preto, o valentão que se acreditava ter pacto com o

[97] "Não se limita ao livro de Gueiros a crônica sertaneja, na biblioteca de Rosa. A existência de diversos títulos que tratam do sertão e sertanejos, aí incluídos cangaceiros e jagunços, indica que, para o estudioso da língua e leitor curioso, esses assuntos mereceram atenção, evidenciada, com freqüência, na marginália que o autor deixou. São fontes documentais cuja presença, no acervo do escritor, me leva a arriscar a hipótese de que essas leituras contribuíram fortemente para a construção do substrato do romance" (Vasconcelos, 2002, p.322).

> diabo, eram correntes em Minas e narravam exatamente o momento de sua perseguição e morte por vingança, tema central, aliás, de grande parte dessas estórias e crônicas sertanejas. (Vasconcelos, 2002, p. 323)

A referência aos relatos orais é particularmente importante e mencionada constantemente nos estudos que chamam a atenção para os aspectos da oralidade que caracterizam a narrativa de Riobaldo, bem como para apontar como o escritor se abasteceu sistematicamente de "estórias e crônicas sertanejas". O termo estória, utilizado de maneira recorrente pelo escritor, é significativo para refletirmos como em seus livros a questão da representação é tematizada. O termo nos remete a pensar na existência de diferentes modos de contar que estão em relação com o lugar social do narrador, com o ponto de vista por ele esposado, mas, também com uma determinada postura em relação às práticas de representação que o romancista assume enquanto alguém que manipula esses lugares de fala.

Do ponto de vista do proprietário de terras, que mobiliza os homens livres pobres para o trabalho e para questões de defesa e propriedade, a vida de jagunço não tem o heroísmo projetado pelo ponto de vista que Riobaldo esposa como jagunço. Selorico Mendes, por exemplo, que amava constante as "altas artes de jagunços" – "histórias" – e contava "maço de estórias de toda raça de artes e estratagemas", admira os chefes pelo poder[98] que eles representam, por sua honra e fama, e não os jagunços, vistos em seu anonimato e generalidade de homens que executam as ordens dos chefes poderosos. A figura de "seô" Habão é emblemática do ponto de vista do capitão, fazendeiro – "sujeito da terra definitivo" – que não apenas desdenha da fama dos jagunços destemidos, como também vislumbra mobilizá-los para o trabalho na fazenda, pois não passam de homens muito provisórios.

Do ponto de vista de Riobaldo, se desdobram outras versões das estórias de jagunços, silenciadas nos relatos que se reproduzem sempre do ponto de vista da história, ou dos coronéis, ou do Estado nacional que fala em nome do "povo", em sua "fama de glória" de quem acabou com o jaguncismo. A história oficializada de formação desse Estado que "tomou" em suas mãos o controle da sociedade, ao monopolizar o exercício da violência, rejeita qualquer versão que apresente a

---

[98] "Dito que Joca Ramiro era um chefe cursado: muitos iguais não nascem assim – dono de glórias! Aquela turma de cabras, tivesse sorte, podia impor caráter ao Governo" (Rosa, 1978, p. 94).

violência praticada pelo jagunço como momento do processo de formação de sua aparência de autonomia.

Não é por acaso que as histórias sobre o coronelismo não são contadas a partir do ponto de vista dos jagunços ou mesmo de outros pontos de vista que suspendam o julgamento subjetivo ao expor as contradições da forma social que essas relações sociais engendram. Somente com muitos artifícios se pode contar uma história de jagunço de maneira a enquadrá-la dentro de uma conduta aceitável, considerando especialmente o ponto de vista do interlocutor representado pelo doutor da cidade ou mesmo pela figura citadina civilizada do leitor. É significativo perceber, aliás, como a representação do jagunço se complexifica quando consideramos momentos do romance que tensionam a apresentação dos homens como tipos sociais. Isso implica pensar que, se os jagunços apresentados por Riobaldo nas ações relatadas podem ser apresentados apenas como jagunços, em momentos anteriores ou posteriores a essas ações podemos pensar que esses homens exercem as mais diversas atividades para garantir seus meios de vida.

É interessante considerar também que, por intermédio da narrativa da trajetória de Riobaldo, um "maço de estórias" se entrelaçam e intersignificam e encenam relatos de jagunços, chefes, coronéis, fazendeiros, capitães, prostitutas, comerciantes estrangeiros, moças de boa família, delegados, *bizarrices* da vida nos *esconsos do sertão*, de homens miseráveis e figuras apresentadas como *estúrdias* – mesmo aos "olhos" desse narrador "sertanejo", quem dirá de seu interlocutor doutor da cidade. Quando pensamos na centralidade do jagunço, consideramos que esse ponto de vista se atém às observações que se desdobram sobre o que seria o "núcleo" da história: as ações do bando no qual Riobaldo inicia e encerra a sua carreira na jagunçagem.

À esse núcleo que é, ao mesmo tempo, a história de Riobaldo, sua trajetória – por onde podemos tematizar a mobilidade desse personagem e o modo como ele articula as representações sobre o sertão– agregam-se outras narrativas. Por intermédio do ponto de vista desse narrador que busca se harmonizar com as projeções, expectativas e juízos de seu interlocutor, dissimulam-se pontos de vista silenciados pela visão generosa do narrador letrado, proprietário de terras e dono de agregados valentes.

A maneira como se projeta a coerência na fala dissimulada de Riobaldo expõe alguns artifícios por meio dos quais o escritor manipula os lugares de fala e teatraliza práticas de representações sociais naturalizadas. O questionamento da violência no sertão representada no romance desdobra-se, assim, em nossa análise da tematização desses pontos de vista.

3.2 A violência no sertão

> E, mesmo, **quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio. Será não**? Será? (...)
>
> O diabo existe e não existe? Dou o dito. Abrenúncio. Essas melancolias. O senhor vê: existe cachoeira; e pois? Mas cachoeira é barranco de chão, e água se caindo por ele, retombando; o senhor consome essa água, ou desfaz o barranco, sobra cachoeira alguma? **Viver é negócio muito perigoso...**
>
> **Explico ao senhor:** o diabo vige dentro do homem, os crespos do homem – ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. **Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! – é o que digo**. O senhor aprova? Me declare tudo, franco – é alta mercê que me faz: e pedir posso, encarecido. Este caso – por estúrdio que me vejam – é de minha certa importância. Tomara não fosse... **Mas, não diga que o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia. Já sabia, esperava por ela –** já o campo! Ah, a gente, na velhice, carece de ter sua aragem de descanso. Lhe agradeço. Tem diabo nenhum. Nem espírito. **Nunca vi. Alguém devia de ver, então era eu mesmo, este vosso servidor.** Fosse lhe contar... Bem, o diabo regula seu estado preto, nas criaturas, nas mulheres, nos homens. Até: nas crianças – eu digo. Pois não é ditado: "menino – trem do diabo"? E nos usos, nas plantas, nas águas, na terra, no vento... Estrumes. ... O diabo na rua, no meio do redemunho...
>
> Hem? Hem? Ah. Figuração minha, de pior pra trás, as certas lembranças. Mal haja-me! Sofro pena de contar não... Melhor, se arrepare: **pois, num chão, e com igual formato de ramos e folhas, não dá a mandioca mansa, que se come comum, e a mandioca-brava, que mata?** Agora, o senhor já viu uma estranhez? **A mandioca-doce pode de repente virar azangada** – motivos não sei; às vezes se diz que é por replantada no terreno sempre, com mudas seguidas, de manaíbas – vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesma toma peçonhas. **E, ora veja: a outra, a mandioca-brava, também é que às vezes pode ficar mansa**, a esmo, de se comer sem nenhum mal. **E que isso é? (...) Se sabe?** E o demo – que é **só assim o significado dum azougue maligno** – tem ordem de seguir o caminho dele, tem licença para campear?! Arre, ele **está misturado em tudo.**
>
> Que o que gasta, vai gastando o diabo de dentro da gente, aos pouquinhos, é o razoável sofrer. E a alegria de amor – compadre meu Quelemém, diz. **Família. Deveras? É, e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é... Quase todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-**

> **seus-amigos!** Sei desses. **Só que tem os depois – e Deus, junto**. Vi muitas nuvens. (Rosa, 1978, p.11, 12, grifos meus)

Um dos artifícios, por meio dos quais o escritor manipula os lugares de fala, consiste justamente na encenação do diálogo entre um narrador sertanejo e um doutor da cidade. Ao nos debruçarmos sobre esse diálogo, podemos entrever, por um lado, a coerência projetada na fala dissimulada de Riobaldo – coerência que é corroída pelo procedimento de justapor afirmação e negação. E, por outro lado, as projeções, expectativas e juízos do interlocutor doutor ao qual o narrador se dirige.

Nesse diálogo, ao lado da questão que atravessa toda a narrativa "se o diabo existe ou não existe", está também em questão a conduta dos homens e, em particular, do jagunço, implicando juízos sobre o significado das práticas que se apresentam como características do sertão. Se considerarmos, por exemplo, a afirmação, seguida de pergunta, "quem de si de ser jagunço se entrete, já é por alguma competência entrante do demônio. Será não? Será?", articulada com uma das definições que Riobaldo dá do diabo, "que é só assim o significado dum azougue maligno", podemos perceber como as observações sobre a conduta do jagunço estão associadas a uma reflexão sobre o bem e o mal e sobre a existência ou não do diabo, e que essa reflexão se desdobra em outras indagações presentes em seu relato.

É interessante observar que, se a "presença" do doutor pode ser "esquecida" nos momentos em que Riobaldo passa a relatar as ações do bando, o ponto de partida do relato é a presença desse interlocutor. São inúmeras as passagens em que podemos perceber, por meio de alguns índices que marcam a fala desse narrador que se trata de um *monólogo inserto numa situação dialógica* (Schwarz, 1981, p.38).

A ênfase na presença do interlocutor é importante para chamarmos atenção ao modo como o narrador mobiliza em sua fala as representações do doutor "emudecido", como na passagem em que Riobaldo se remete a ele para "confirmar" uma opinião que já *esperava*, de que seu interlocutor não acredita na existência do diabo. Entretanto, não fica delimitado quem está falando o quê, ainda que a sequência dê a entender que a negação da existência do diabo seja enunciado do doutor, Riobaldo constantemente enuncia essa negação. Para complicar ainda mais essa delimitação dos lugares de fala, a enunciação de Riobaldo articula as

sentenças de maneira sistematicamente contraditória: o próprio enunciado da pergunta ao doutor parece ser a reação diante de uma fala em que o doutor afirma que acredita "na pessoa dele".

Essa articulação sistemática de enunciados que se contradizem, deslocam a atenção sobre as opiniões desse narrador que se posiciona de maneira assertiva em algumas passagens que comentaremos mais adiante. É importante, nesse sentido, chamar atenção, num primeiro momento, para a expectativa de Riobaldo em relação à opinião do doutor, a qual ele se refere como se já esperasse por ela, se apresentando como alguém que conhece os pressupostos que fundamentam os juízos de seu interlocutor.

Quando Riobaldo "parafraseia" compadre meu Quelemém quanto ao sofrimento e ao amor, é interessante observar que a pausa, antes de ele enunciar a referência à família, seguida da indagação "deveras?", pode sugerir que a referência à família é feita pelo doutor, quando Riobaldo fala de "amor"; ou que, pelo menos, é uma referência que Riobaldo mobiliza dialogando com as expectativas do doutor; ou também uma referência óbvia associada ao amor, naturalizada tanto nas relações sociais que se estabelecem no sertão, como nas relações que se estabelecem na cidade, sendo, portanto, partilhada pelos dois diversos "culturais" que cada um representa no diálogo. A pergunta que a ela se segue coloca um questionamento da obviedade da associação entre família e amor[99], sugerindo na sequência que é e não é ao mesmo tempo, "o senhor ache e não ache".

---

[99] É interessante pensar sobre esse questionamento, tendo em vista de um lado a maneira como a referência ao casamento e à família aparecem no romance e de outro à referência ao amor. No capítulo anterior, chamamos atenção, a propósito da passagem em que Riobaldo fica sabendo que Rosa'uarda está noiva de um turco negociante, para associação estabelecida nessa passagem entre o casamento e a possibilidade de "caçar meio de vida". Os versos que Riobaldo menciona nesse trecho são, aliás, reveladores das intenções que ele nutria em relação ao seu namoro com a moça Rosa'uarda, e sugerem, para além de uma interpretação psicológica da índole desse narrador que poderia ser rotulado de interesseiro, pensar que a associação entre amar, casar-se e formar família não é assim tão natural quanto parece. Indicamos também que essa sugestão pode ser depreendida em outros momentos do texto, a propósito das referências à Otacília, principalmente àquelas em que ele fala dela e de Diadorim. É interessante observar que se há algo no romance que mais se aproxima do que Riobaldo chama de "alegria de amor", é a ligação que ele teve com Diadorim, com quem se relacionava como companheiro, com quem tinha amizade, com quem compartilhava momentos da vida que a divisão dos papéis sexuais no casamento na maioria das vezes não permite compartilhar. Otacília fica sempre à distância de Riobaldo, quase uma santa em seu altar ("toda exata, criatura de belezas"), dedicada às suas rezas: "De mim, pessoa, vivo para minha mulher, que tudo modo-melhor merece, e para a devoção. Bem-querer de minha mulher foi que me auxiliou,

Riobaldo mobiliza essa relativização também ao dizer que "todo mais grave criminoso feroz sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos!", comentário que se articula com outros exemplos da mesma passagem, como os exemplos da cachoeira e da mandioca. O exemplo da cachoeira é expressivo em sua relação com a questão que vem sendo mobilizada, pois sugere pensar que a existência ou não do diabo (do mal e das práticas a ele atribuídas) está vinculada a determinadas condições para que exista na forma pela qual se apresenta. Exemplo que pode ser lido como uma imagem por meio da qual o narrador relativiza o juízo sobre a conduta do jagunço, e sobre a existência do azougue maligno que é o demo, "**Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum"**, ou seja, se o diabo existe, não existe em si, mas na forma pela qual socialmente se manifesta e é representado.

Emblemático para pensar sobre as representações em que a violência, ao ser associada ao sertão, foi muitas vezes interpretada como tributária das condições do "meio", é o exemplo da "mandioca". É curioso observar como esse exemplo se constrói a partir de termos cujo significado remete a um tipo de representação em que a mesma "lei" que rege os fenômenos da "natureza" corresponderia àquela por meio da qual se "explica" as ações humanas e a existência ou não do diabo.

As associações que o narrador vai fazendo livremente entre jagunço, diabo, cachoeira, mandioca, estabelecem uma relação de equivalência onde falar sobre jagunço, aparece como extensão de falar sobre o diabo que, uma vez que está "misturado em tudo", pode, em extensão, ser figurado no exemplo da cachoeira e no da mandioca. Assim falando de mandioca, diabo, jagunço, lê-se que a referência ao "mesmo chão", ao "igual formato", aos adjetivos "mansos", "comuns", "bravos" que "matam", pode, por extensão, referir-se ao jagunço, que anteriormente foi associado ao diabo, que nessa passagem é associado ao mal e que está misturado em tudo.

Se o exemplo da mandioca pode funcionar metaforicamente como alusão à figura do jagunço, estabelece-se a existência de dois tipos de homem: um que é

---

rezas dela, graças. Amor vem de amor. Digo. Em Diadorim, penso também – mas Diadorim é a minha neblina..." (Rosa, 1978, p.22); "Deamar, deamo... Relembro Diadorim. Minha mulher que não me ouça. Moço: toda saudade é uma espécie de velhice." (Rosa, 1978, p.34).

bravo e mata e outro que é manso, comum. Mas o que o narrador "sabe" desses homens é que "todo mais grave criminoso feroz, sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo de seus amigos". Assim, o manso pode de repente virar azangado, e o bravo às vezes pode ficar manso, sem nenhum mal.

Tendo em vista as associações entre a terra e o homem, que retomam os termos das representações deterministas do sertão – que têm Euclides da Cunha[100] como um dos seus maiores representantes – é interessante observar que esses termos naturalizantes são retomados no romance e articulados de um modo que desestabiliza os critérios aparentemente seguros por meio dos quais essas representações se fundamentam.

Ao mesmo tempo, porém, em que desestabiliza esses critérios, o relato evidencia como essas representações estão arraigadas e se engendram nas relações sociais, e, nesse sentido, as representações são tematizadas em diversos níveis das relações figuradas no romance. No enunciado "todo mais grave criminoso feroz sempre é muito bom marido, bom filho, bom pai, e é bom amigo-de-seus-amigos!", Riobaldo introduz referências sobre outros pontos de vista além daquele para quem o jagunço é um criminoso bárbaro. Do ponto de vista da mãe, da mulher, dos filhos, dos amigos esse que de "ser jagunço se entrete", é bom filho, bom marido, bom pai, bom "amigo-de-seus-amigos" e se, socialmente, os jagunços têm sua conduta orientada por uma prática considerada criminosa, é essa mesma prática que garante a sua reprodução e a de sua família nas condições colocadas pelo contexto social em que está inserido.

Debruçando-se sobre a figura do jagunço articulada à questão da violência no sertão, Galvão (1972), a partir de um questionamento sobre "o que o leva a comportar-se como um criminoso aos olhos do direito codificado", introduz uma comparação entre o tratamento dado por Euclides da Cunha e a maneira distinta

---

[100] Diversos autores, a propósito, comparam *GS:V* com *Os Sertões* chamando atenção para a semelhança da "tópica" do sertão e dos elementos que o caracterizam mas principalmente para as diferenças de perspectivas entre as duas narrativas. Candido, em passagem citada anteriormente, apresenta uma leitura do romance que parte dos três elementos que compõem a estrutura do livro de Euclides, a terra, o homem e a luta, buscando demonstrar a especificidade da presença desses elementos em *GS:V*. A propósito dessas diferenças, Candido argumenta que enquanto Euclides constata para explicar, Guimarães Rosa inventa para sugerir. Podemos pensar que as duas atitudes se reproduzem ao mesmo tempo na fala de Riobaldo, que, como narrador que está constantemente "explicando ao senhor", assume um posicionamento contraditório em relação à essas explicações.

como Guimarães Rosa apresenta os jagunços em *GS:V*. Para a autora, Euclides, ainda que se refira ao fato de os jagunços "alugarem" sua "bravura aos potentados", termina por reduzir a complexidade da relação em que os jagunços estão inseridos a uma explicação "cientificista" em que o fenômeno aparece "comprimido em suas dimensões raciais e mesológicas" (Galvão, 1972, p.20). Em contraposição à explicação de Euclides, defende que a "violência como prática rotineira que orienta o comportamento dos seres humanos em todos os níveis" (Galvão, 1972, p. 21), ao invés de ser atribuída à índole dos homens que a praticam, deve ser observada em relação às instituições que organizam as relações sociais nesse contexto.

O questionamento de que essa prática rotineira seja atribuída à índole dos homens é apresentado pelo próprio narrador, embora também seja ele quem apresente os jagunços de uma perspectiva que atribui subjetividade às características que se estabelecem objetivamente na relação. Se insistimos na questão dessa representação e na articulação contraditória desses pontos de vista, é porque, de nossa perspectiva, a violência que pode ser tematizada a partir do romance é determinada historicamente, se engendra na forma das relações sociais e se apresenta imbricada com a problematização do modo como essa sociedade se representa.

No capítulo anterior, ao nos debruçarmos sobre a articulação entre monopólio da terra e mobilização do trabalho, a partir da análise das relações sociais figuradas no romance, sublinhamos a necessidade de refletir sobre o papel da violência no contexto das relações sociais referidas ao Estado nacional em formação[101]. Nesse sentido, ao desdobrarmos a análise do papel da violência no processo de mobilização do trabalho, é necessário considerar como a maneira de interpretar o que é violência é momento da naturalização da violência que se engendra na realização de uma forma social determinada historicamente.

---

[101] O processo de formação das relações sociais de produção, que, em sua forma capitalista, se engendra territorializando-se, vem sendo tematizado por meio da análise das relações sociais figuradas no romance. Em nossa perspectiva, o processo de territorialização do capital no Brasil se engendra numa dinâmica que está em relação com a territorialização capitalista na colônia. Como discutimos no capítulo I, a maneira como o capital se territorializa quando o Estado brasileiro se autonomiza da metrópole, passa por um "momento regional", numa dinâmica não linear e contraditória, que realiza a "acumulação interna" para que a mobilização do trabalho possa estar referida ao Estado nacional em formação.

As práticas apresentadas como violentas estão referidas a mecanismos de coerção, cujo sentido se opõem ao sentido aparente de uma sociabilidade representada como relação que pode se estabelecer sem conflitos. Em sua expressão mais direta, uma ação violenta significa atentar contra a integridade física de uma "pessoa" pelo uso da força. Entretanto, o açoite que os escravos recebiam ao serem forçados a trabalhar para seus senhores, só pôde ser "reconhecido" como uma ação violenta nos termos da sociedade civilizada que se formou a partir desses mecanismos, quando o escravismo deixou de existir e o escravo passou a ser visto como "pessoa". Nesse sentido, vale salientar que essa noção de violência é determinada por uma convenção que muda conforme o contexto.

Essa mesma convenção pode ser pensada com relação ao extermínio dos antigos habitantes da área conquistada na colonização. Tendo sido qualificados como gentios em oposição aos hereges – que mereciam a fogueira – foram declarados "livres" e a sua escravização não era considerada legítima de acordo com as ordenações da metrópole. Entretanto, quando se opunham às finalidades da empresa colonial, manifestando resistência em colaborar com os desígnios régios da acumulação, a guerra contra eles foi considerada legítima, guerra que implicava em mortes e na escravização daqueles que fossem capturados[102].

A dinâmica das relações estabelecidas entre homens livres na colônia perpassa, em muitos aspectos, a sociabilidade engendrada no processo de formação do Estado nacional brasileiro. Um desses aspectos é justamente a regularidade com que se recorre à violência para "resolver" questões de ordem prática: a necessária pacificação dos "sertões", infestados de "selvagens" que resistem em "colaborar" com a necessidade imperativa da acumulação. Wilson Lins, ao abordar o "fenômeno do cangaço", menciona algumas referências importantes para pensarmos a prática da violência no sertão que esboça seus contornos nos conflitos engendrados na colônia:

[102] Se a escravização desses antigos habitantes não é sequer tematizada em muitos manuais de história do Brasil, o extermínio de sua maioria é ironicamente esquecido na conversão do indígena a símbolo da nacionalidade brasileira, quase como se as mortes fossem medalhas, adornos da imagem de um país em que a cultura indígena virou "patrimônio nacional", objeto de museu.

> O cangaço não é um fenômeno novo no complexo social brasileiro. Pode-se mesmo dizer que ele nasceu com a nação, nas correrias dos exploradores através do sertão, na caça ao índio. A insegurança, a falta de garantias para uma vida tranqüila, determinaram o ambiente de guerrilha, tropelias e assaltos, que fez do sertão um campo aberto a toda espécie de truculência. Encerradas as caçadas ao índio, continuaram as sortidas à mão armada pelo sertão, ora no encalço dos holandeses invasores, ora no rastro dos quilombolas, ora contra os colonos, pois os pioneiros não tardaram a lutar entre si pela posse do melhor quinhão na terra de ninguém. (Lins, 1983, p. 41)

Lins é uma das fontes mencionadas pelos autores que tematizaram a questão da violência no sertão a partir do romance, no cruzamento entre o "literário e o histórico" (Vasconcelos, 2002). Essas fontes são mobilizadas pelos autores para atestar a existência de um "ambiente de guerrilha" tributário da ausência do Estado como instância de regulação social moderna e civilizada, que deveria garantir a integridade física das "pessoas", tornadas "cidadãs". Galvão (1972) e Vasconcelos (2002) chamaram a atenção para a regularidade com que se recorre à violência no contexto das relações sociais que estão emolduradas em uma história de jagunços, acentuando os elementos da representação da guerra no sertão, a figuração da violência direta e do "direito costumeiro" (Viana, 1955 *apud* Galvão, 1972, p.21), que seriam, segundo Galvão, a figuração da "lei do mais forte". A abordagem dessas autoras oferece uma contribuição significativa para tematizarmos a violência figurada no romance. Entretanto, a perspectiva pela qual buscamos desdobrar essa questão tensiona o papel atribuído à violência no processo de formação do Estado nacional.

De nossa perspectiva, a constatação de que a violência refere-se à dinâmica das relações que se estabeleceram na colônia e à conformação de uma tradição de mandonismo político local, pode ser repensada por meio da abordagem dos nexos entre monopólio da terra, mobilização do trabalho e violência. Ao tematizarmos os nexos entre expropriação e violência, abordando-os em relação à formação do Estado e da forma juridificada das relações sociais capitalistas, buscamos tematizar a violência problematizando as representações assentadas em sua forma aparente e convencional[103].

---

[103] Ao nos referimos às relações capitalistas, chamando atenção para o fato de que elas não estão pressupostas e não podem ser simplesmente "implantadas", buscamos nos contrapor às interpretações em que o capital é pensado apenas do ponto de vista da "coisa", ponto de vista que dissimula a sua qualidade de relação social. Se essa relação não "nasce" pronta, indagar o processo

Quando o Estado monopoliza o aparato coercitivo, munindo-se de uma racionalidade que o autoriza a portar a violência com a aparência de justiça, as práticas referidas ao "direito costumeiro" do sertão passam a ser identificadas como violentas em termos que antes não estavam colocados. Embora a violência possa ser apresentada em sua generalidade, um olhar sobre o contexto em que ela se coloca contribui para refletirmos sobre o pontos de vista por meio dos quais uma ação ou um conjunto de práticas sociais podem ser reconhecidas como violentas.

O ponto de vista do "doutor" estabelece alguns parâmetros por meio dos quais o narrador, dialogando com suas expectativas, avalia as ações a ele relatadas. Diante do doutor, que vive num contexto em que a justiça e a lei aparecem como instâncias por excelência de solução dos conflitos entre os sujeitos do direito referidos ao Estado nacional brasileiro, a observação e o contato com o sertão, pode ser representada pelo signo do estranhamento.

Riobaldo constantemente reafirma esse estranhamento, referindo-se ao doutor de maneira como se estivesse desvendando a ele o sertão de um ponto de vista que não estranha esse contexto em que a presença do Estado não está colocada como instância suprema de mediação dos conflitos. Associado àquilo que a sociedade não tolera, o recurso à violência direta, onde as pessoas envolvidas nos conflitos travam uma luta que pode resultar na morte dos envolvidos, ao ser imputado ao sertão, recupera a representação do doutor que identifica a violência ao contexto social em que essas práticas se engendram.

A encenação desses pontos de vista se expressa de maneira significativa num dos causos que Riobaldo relata ao doutor. Trata-se do encontro com o delegado Jazevedão, que encena a contraposição de dois personagens: um é o delegado Jazevedão, que fala em nome da lei, mas que comete barbaridades, e é

---

de sua formação de uma perspectiva crítica implica em reconhecer que a separação entre produtores e meios de produção não se realiza naturalmente, nem imediatamente. Ao afirmarmos que a coerção e a violência direta estão no fundamento da formação dessa sociabilidade, buscamos chamar atenção para o desdobramento dessas relações que engendram outros tipos de coerção e dissimulam o caráter violento das relações entre os homens livres reconhecidos socialmente como cidadãos. Nesse sentido, como discutiremos mais adiante, se o "ambiente de guerrilha" do sertão pode ser atribuído à ausência de um Estado centralizado que garantisse a justiça e a igualdade entre os homens, devemos voltar os olhos para esse Estado que não apenas centralizou a máquina de guerra, como também determina o que convém ser considerado violento.

apresentado por meio de atributos que o qualificam como um sujeito que representa o autoritarismo – a arbitrariedade, o abuso de poder, a iniqüidade, a injustiça, a prepotência, a tirania, a opressão; o outro é o próprio narrador, que vem se apresentando por meio de atributos que o qualificam como um homem generoso – imparcial, justo, aceitável, legítimo, moderado, procedente, razoável.

Interessa observar nessa passagem a maneira como Riobaldo, ao persuadir o doutor a esposar o seu ponto de vista em relação ao juízo que ele faz do delegado, estabelece os termos para que o doutor avalie sua conduta. É importante observar também a maneira como a avaliação dessa conduta retoma as representações mobilizadas nos exemplos aos quais nos referimos anteriormente. Essas duas passagens, aliás, são consecutivas e compõem uma sequência em que Riobaldo ilustra as suas indagações mobilizando exemplos variados.

Alguns versam justamente sobre ações de homens "bravos" que "amansam", como é o caso do Aleixo, que "era homem de maiores ruindades calmas que já se viu" e que um dia, "só por graça rústica", mata um velhinho para dar de comer às traíras que ele criava em seu açude. Como sempre, ao longo do relato desses causos, Riobaldo tece comentários dialogando com a expectativa do doutor – "O senhor não duvide – tem gente, neste aborrecido mundo, que matam só para ver alguém fazer careta..." (Rosa, 1978, p.12). Mas esse Aleixo, que "era homem afamilhado, tinha filhos pequenos; aqueles eram o amor dele, todo, despropósito", recebe uma espécie de "castigo" e, logo após a morte do velhinho, seus filhos ficam cegos. O causo se encerra com a mudança do Aleixo, que "amansa" e passa para o lado de "Deus, suando para ser bom e caridoso em todas suas horas da noite e do dia" (Rosa, 1978, p.13).

Esses exemplos ilustram as indagações de Riobaldo e transitam entre causos que versam sobre homens "bravos" e "comuns" do sertão, em que a violência associa-se à ruindade, à maldade, ao "demo" – causos como o do menino Valtêi que "gostava de matar" e judiar dos animais – e falas que tematizam as doutrinas religiosas e morais às quais o narrador se identifica. O relato sobre o delegado Jazevedão é um desses exemplos, para o qual chamamos particular atenção uma vez que a conduta do próprio Riobaldo também está em questão:

> Haja? Pois, por um exemplo: faz tempo, fui, de trem, lá em Sete-Lagoas, para partes de consultar um médico, de nome me indicado. **Fui vestido**

> **bem, e em carro de primeira, por via das dúvidas, não me sombrearem por jagunço antigo**. Vai e acontece, que, **perto mesmo de mim, defronte, tomou assento, voltando deste brabo Norte, um moço Jazevedão, delegado** profissional**.** Vinha com um capanga dele, um secreta, **e eu bem sabia os dois, de que tanto um era ruim, como o outro ruim era.** A verdade que diga, primeiro tive o estrito de me desbancar para um longe dali, mudar de meu lugar. Juízo me disse, melhor ficasse. Pois, ficando, olhei. E – lhe falo: **nunca vi cara de homem fornecida de bruteza e maldade mais, do que nesse.** Como que era urco, trouxo de atarracado, reluzia um cru nos olhos pequenos, e armava um queixo de pedra, sobrancelhonas; não demedia nem testa. **Não ria, não se riu nem uma vez; mas, falando ou calado, a gente via sempre dele algum dente, presa pontuda de guará.** Arre, e bufava, um poucadinho. Só rosneava curto, baixo, as meias-palavras encrespadas. **Vinha reolhando, historiando a papelada – uma a uma as folhas com retratos e com os pretos dos dedos de jagunços, ladrões de cavalos e criminosos de morte. Aquela aplicação de trabalho, numa coisa dessas, gerava a ira na gente**. O secreta, xereta, todo perto, sentado junto, atendendo, **caprichando de ser cão**. Me fez um receio, mas só no bobo do corpo, não no interno das coragens. Uma hora, uma daquelas laudas caiu – e eu me abaixei depressa, **sei lá mesmo por que, não quis, não pensei – até hoje crio vergonha disso – apanhei o papel do chão, e entreguei a ele**. Daí, digo: eu tive mais raiva, porque fiz aquilo; mas aí já estava feito. **O homem nem me olhou, nem disse nenhum agradecimento**. Até as solas dos sapatos dele – só vendo – que solas duras grossas, dobradas de enormes, parecendo ferro bronze. **Porque eu sabia: esse Jazevedão, quando prendia alguém, a primeira quieta coisa que procedia era que vinha entrando, sem ter que dizer, fingia umas pressas, e ia pisava em cima dos pés descalços dos coitados. E que nessas ocasiões dava gargalhadas, dava...** Pois, osga! Entreguei a ele a folha de papel, e fui saindo de lá, por ter mão em mim de não destruir a tiros aquele sujeito. Carnes que muito pesavam... E ele umbigava um princípio de barriga barriguda, que **me criou desejos... Com minha brandura, alegre que eu matava**. Mas, as **barbaridades que esse delegado fez e aconteceu, o senhor nem tem calo em coração para poder me escutar**. **Conseguiu de muito homem e mulher chorar sangue,** por este simples universozinho nosso aqui. **Sertão. O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias.** Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal... (Rosa, 1978, p.17,18).

Nos exemplos mobilizados por Riobaldo nessas passagens paira a questão sobre a conduta do jagunço, por meio da qual podemos tematizar a coexistência de diferentes pontos de vista representados nesses causos. A análise da maneira como o narrador articula esses exemplos contribui para pensarmos nos critérios por meio dos quais as práticas podem ser qualificadas como violentas. Se nos exemplos anteriores a ação de matar se coloca em questão, por meio da conduta de homens que o narrador conheceu ou ouviu falar, neste exemplo, é Riobaldo quem, diante de uma atitude de despeito quanto ao delegado, sente "desejo" de matar.

Nos outros exemplos, ao chamarmos atenção para articulação sistemática de enunciados que se contradizem, pudemos perceber que o narrador suspende o

julgamento em relação a esses causos sugerindo ao doutor que "tudo é e não é". Comentamos também que esse procedimento desloca a atenção sobre as opiniões do narrador que se posiciona dissimuladamente de modo "imparcial". Ao relatar o encontro com o delegado Jazevedão, entretanto, o narrador parece ser mais assertivo em relação à confirmação de que esse delegado era "ruim", justificando assim o posicionamento nada imparcial que ele toma em relação a esse causo.

Riobaldo estabelece, assim, os termos para que sua conduta e seus "desejos" se apresentem como justificáveis, em contraposição ao delegado que é apresentado com um sujeito autoritário e reprovável. A violência, desse modo, vai sendo definida não como a ação em si: se matar pode ser qualificado como violência isso depende do contexto e de quem se mata.

O exemplo é interessante, por que não se trata de qualquer sujeito reprovável, mas justamente de um **delegado profissional,** representante do poder da lei. Por meio dessa referência nada aleatória, Riobaldo confronta o ideal de justiça associado à lei com as injustiças praticadas por esse delegado profissional, no exercício da lei.

Se repararmos detalhadamente na maneira como Riobaldo relata esse encontro, perceberemos algumas semelhanças com a maneira como ele relata o episódio do encontro com "seô" Habão. Desde a enumeração dos atributos por meio dos quais esses personagens são apresentados, passando pela referência às atividades em que eles se ocupam e ao *status* que possuem na sociedade, aos gestos e modos que compõem os traços "subjetivos" desses personagens, esses dois encontros figuram casos semelhantes, em que Riobaldo se sente afrontado. A semelhança é ainda mais expressiva quando nos atemos às referências da ação, que faz com que Riobaldo se sinta despeitado.

Defronte de Riobaldo, o delegado está "reolhando, historiando a papelada – uma a uma as folhas com retratos e com os pretos dos dedos de jagunços [...]", gesto que remete à "aplicação de trabalho" do delegado e traz à memória de Riobaldo a antipatia que ele tinha por aquela figura que "gerava a ira na gente". Uma das "laudas" dessa papelada cai e Riobaldo, sem "pensar", apanha o "papel do chão" e entrega ao delegado. Jazevedão nem lhe olha e não lhe diz nenhum agradecimento, assim como "seô" Habão, que não agradece Riobaldo por ter "apanhado do chão" e resguardado o seu diploma de capitão. Tanto no encontro

com “seô” Habão, quanto no encontro com o delegado, Riobaldo refere-se às atitudes “inconscientes”, que ele tem sem saber, sem pensar.

No encontro com o delegado, o gesto “inconsciente” de apanhar o papel do chão, “cria vergonha” em Riobaldo que sente “raiva” por ter feito “aquilo”, principalmente porque o delegado não lhe olha e não lhe agradece, o que acentua ainda mais a sensação de humilhação experimentada por ele. É enfatizando o significado de desonra desse gesto ao remeter-se à perversidade do delegado que tinha prazer em judiar dos presos, que Riobaldo relata sua retirada, afirmando ao doutor que seria capaz de matá-lo e fazendo crer que essa ação seria razoavelmente justificável pelo histórico de crueldade desse homem, cujas “barbaridades” o senhor não teria “calo em coração para poder escutar”.

Riobaldo não suspende o julgamento nessa passagem e a sentença que profere ao acusar o delegado pelo desacato à sua autoridade direciona o juízo de seu interlocutor a seu favor. Nessa passagem, se pensássemos que Riobaldo fala do ângulo do jagunço, poderíamos afirmar que, ao persuadir seu interlocutor a esposar seu ponto de vista, o escritor estaria, tal como apontou Candido, esclarecendo “o mundo brutal do sertão através da consciência dos próprios agentes da brutalidade”.

Entretanto, não podemos perder de vista que, ao introduzir o causo do encontro com o delegado Jazevedão, Riobaldo faz questão de mencionar que ele vai à cidade “vestido bem, e em carro de primeira, por via das dúvidas, não me sombrearem por jagunço antigo”. Essa menção nos coloca diante de uma situação que encerra muitos elementos, pois a referência a ela poderia levar à conclusão de que não se trata efetivamente do ponto de vista do jagunço, e que a autoridade que estaria sendo desacatada seria a de Riobaldo, “bom marido”, fazendeiro, filho de coronel, “dono de agregados valentes”. Entretanto, Riobaldo fazendeiro é também “jagunço antigo” e, justamente por isso, quando vai à cidade, quer apresentar-se de modo que apague as suas antigas credenciais.

Por estar na cidade, pelos costumes terem demudado, pelo fato de que muito “jagunço, por aí pena, pede esmola”, apresentar-se como jagunço, nesse contexto, não lhe confere a autoridade e a respeitabilidade. Quando então, na cidade, busca se apresentar socialmente como alguém que não foi jagunço, se defronta com a figura de “um moço Jazevedão, delegado profissional”, que

desdenha da autoridade de sua velhice, de suas roupas boas e simplesmente o ignora, pouco valendo todo artifício por meio do qual ele se monta para ser reconhecido de maneira distinta.

Podemos perceber que a contraposição entre os personagens, encenada no caso relatado, estabelece os termos para que o interlocutor avalie a conduta de Riobaldo e seus "desejos" como aceitáveis e justificáveis. Entretanto, levando em conta a construção da cena, podemos perceber que, ao montar esse narrador, o autor articula representação e avaliação, sugerindo ao leitor que desconfie da coerência que se engendra pelo discurso de Riobaldo. Notem-se os comentários que seguem ao caso relatado:

> Tanto, digo: **Jazevedão – um assim, devia de ter, precisava?** Ah, precisa. Couro ruim é que chama ferrão de ponta. Haja que, depois – negócio particular dele – nesta vida ou na outra, cada Jazevedão, cumprido o que tinha, descamba em seu tempo de penar, também, **até pagar o que deveu – compadre meu Quelemém está aí, para fiscalizar**. **O senhor sabe: o perigo que é viver... Mas só do modo, desses, por feio instrumento, foi que a jagunçada se findou. Senhor pensa que Antônio Dó ou Olivino Oliviano iam ficar bonzinhos por pura soletração de si, ou por rogo dos infelizes, ou por sempre ouvir sermão de padre?** Te acho! Nos visos... (Rosa, 1978, p.18, grifos meus).

Por meio desse relato, o escritor parece antecipar o julgamento desse narrador, mostrando como ele busca persuadir o juízo do interlocutor a seu favor. O narrador mobiliza as expectativas do interlocutor, confirmando a adesão a seu ponto de vista: "**O senhor sabe**: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal...". O escritor, nessa encenação, dá destaque para o pressuposto de que em uma "conversa" todo interlocutor gosta de ser "agradado" e explora esse gesto de maneira intensiva na construção desse narrador. Não podemos deixar de entrever, porém, que, nesse movimento, o escritor provoca o leitor que, ao se identificar com o doutor, "esquece" que está lendo um romance escrito e que o relato não é organizado por um "tipo" sertanejo, seja ele jagunço ou coronel, mas pelo autor, Guimarães Rosa, que escreveu o livro.

Nesse sentido, é importante fazermos um comentário sobre a sobreposição de representações que podemos ler no romance, levando em conta a intervenção do escritor nos variados campos em que circulam as representações do sertão. Guimarães Rosa publica *GS:V* em 1956, momento em que a representação do

sertão e do sertanejo na literatura estava vinculada à ficção regionalista. Momento também em que o Estado Nacional brasileiro, mobilizava os trabalhadores complexos num projeto desenvolvimentista edificado à custa da expropriação e da intensificação da exploração dos trabalhadores, do "povo" referido à nação.

Trata-se de um romance construído em forma de relato e que encena um diálogo entre um sertanejo – Riobaldo, o narrador – e um doutor anônimo da cidade. O momento em que esse relato ocorre, é bem provável que seja a figuração do contexto posterior ao ano de 1930, ano da chamada "Revolução", que coincide com o momento em que a Guarda Nacional estava sendo extinta e sua forma de personificação do poder dá lugar ao monopólio da violência pelo Estado. Logo no começo do relato, o narrador indica essa transição ao declarar ao senhor que "tensiona devassar a raso esse mar de territórios, para sortimento de conferir o que existe" (Rosa, 1978, p. 23), que ele "veio tarde", que "os costumes demudaram". Há portanto uma distancia entre os acontecimentos relatados e o momento em que Riobaldo os relata, que nos leva a supor que ações nas quais a narrativa se concentra figuram um contexto anterior às mudanças tematizadas.

Essa sobreposição de representações sugere formular o problema da violência, levando em conta que a figuração do contexto em que as ações se concentram é construída pela ótica de um escritor que escreve na década de 1950. Ou seja, é uma *estória* contada por um sertanejo a um doutor da cidade mais ou menos nos anos de 1930, na qual são relatadas ações ocorridas mais ou menos entre os anos que compreendem a República Velha. Situando as ações relatadas nesse contexto, Vasconcelos (2002) propõe a leitura do romance como "um agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo durante a Primeira República" (Vasconcelos, 2002, p.321).

Ainda que busquemos problematizar a interpretação da autora em relação ao papel atribuído à violência no processo de modernização – problematização que será desdobrada no próximo iten –, é importante reconhecer que a maneira como a autora discute a relação do romance com o coronelismo tematiza algumas questões significativas para nossa análise:

> Na sua representação desse mundo, Guimarães Rosa deu voz às contradições e dilaceramentos do nosso país, cuja imagem desenhou como um espaço em que o **processo de modernização nunca se deu de maneira homogênea**. O Brasil urbano, progressista e moderno

> aparece sugerido graças à presença e **intervenção de Zé Bebelo e das forças do** governo**, que põe fim ao mundo jagunço**, **símbolo de um Brasil rural, arcaico e atrasado**. Ao mesmo tempo, **a morte desse mundo**, ainda que vivida enquanto perda, **representa também a morte do arcaísmo do favor, tão arbitrário e violento quanto o Estado que o destruiu**. *Grande Sertão: Veredas* expõe a face contraditória do país ao sugerir que o arcaísmo não é apenas resíduo do passado, mas um dos modos mais efetivos do presente, como tal, corolário do projeto de modernização do país. (Vasconcelos, 2002, p. 324, grifos meus)

Retomando os comentários que Riobaldo faz logo após relatar o encontro com o delegado, podemos concordar, ainda que parcialmente, com Vasconcelos quando afirma que o mundo jagunço foi destruído pelo Estado de modo violento e arbitrário. A "intervenção de Zé Bebelo" é mais do que emblemática para pensarmos na ação que conquista o monopólio da violência ao Estado nacional. A encenação da arbitrariedade da lei, que representa o Estado na figura do delegado Jazevedão, é referência importante para contrapor ao ideal de lei e de justiça o modo efetivo pelo qual a lei se aplica. O testemunho de Riobaldo ao doutor apresenta uma avaliação semelhante à de Vasconcelos quando se refere à "morte do mundo jagunço", pois, ao indicar que "só do modo, desses, por feio instrumento, foi que a jagunçada se findou", o narrador faz alusão à guerra travada pela disputa da legitimidade do uso do aparato coercitivo.

Entretanto, é importante confrontar a afirmação de que a liquidação do coronelismo estaria circunscrita ao final da Primeira República – e de que esse seria afinal o tema do romance –, com estudos que apontam esse período como um momento do processo de centralização do controle e da própria formação do Estado nacional. Embora a ação do Estado, ao monopolizar o aparato coercitivo, tenha abalado o poder exercido pelos coronéis a nível local, o processo de formação do Estado nacional não prescindiu da ação dos próprios coronéis. Ao contrário do que muitas interpretações levaram a concluir, o "arrocho de autoridade" não esteve arredado do sertão, fazendo-se sentir na atuação destes senhores que portavam a legitimidade do uso da violência não apenas para garantir o seu "poder", mas, fundamentalmente, para reproduzir as relações de produção que engendraram a expropriação dos trabalhadores que passariam a estar referidos ao Estado brasileiro.

3.3 "Tudo política"?

> – "**Sei seja de se anuir que sempre haja vergonheira de jagunços, a sobre-corja? Deixa, que, daqui a uns meses, neste nosso Norte não se vai ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça, só para tudo destruírem, do civilizado e legal!**" Assim dizendo, na verdade sentava o dizer, com ira razoável. **A gente devia mesmo de reprovar os usos de bando em armas invadir cidades, arrasar o comércio, saquear na sebaça, barrear com estrumes humanos as paredes da casa do juiz-de-direito, escramuçar o promotor** amontado à força numa má égua, de cara para trás, com lata amarrada na cauda, e ainda a cambada dando morras e aí soltando os foguetes! Até não arrombavam pipas de cachaça diante de igreja, ou isso de se expor padre sacerdote nu no olho da rua, e ofender as donzelas e as famílias, gozar senhoras casadas, por muitos homens, o marido obrigado a ver? Ao quando falava, com fogo que puxava de si, Zé Bebelo tinha de se esbarrar, ia até na varanda ou na janela, a apitar o apito, **ditar as boas ordens**. Daí, mais renovado, voltava para perto de mim, repunha: – "Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!" **Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas.** Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o **muito instruído no jornal**. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa. (Rosa, 1978, p.102, grifos meus)

A análise das dimensões que fundamentam o coronelismo (Dantas, 1987), buscando reconhecer a maneira como elas estão representadas no romance, contribui para tematizar o contexto social figurado na narrativa como momento do processo de formação do Estado nacional brasileiro. De nossa perspectiva, essa tematização permite abordar os limites da atuação política dos coronéis e do próprio Estado que lhes "retira o poder", de modo a problematizar as leituras em que essas dimensões foram apresentadas pelo argumento da centralidade da esfera da política. Nessa análise, buscaremos dar ênfase à relação entre a atuação "política" dos coronéis e a reprodução das relações de produção que se engendraram nesse contexto, tematizando a transformação dessas relações de produção e a consequente liberação dos trabalhadores[104] das relações que

[104] A reprodução dessa sociabilidade que se fundamenta na separação entre produtores e meios de produção, à medida que autonomiza as categorias que se formam nesse processo, engendra relações de dominação, onde o acesso dos trabalhadores aos produtos de seu trabalho que tomam a forma de mercadoria se realiza cada vez mais sob a forma da dependência reificada. A

aparentam ser de dependência pessoal, para relações que só puderam se estabelecer quando a condição de expropriação desses trabalhadores se consolidou na forma da dependência reificada.

O modo como o narrador apresenta o personagem Zé Bebelo e suas aspirações "políticas" é emblemático para a análise dessas dimensões. Ao relatar o momento em que o conhece, o narrador introduz referências determinantes para compor sua imagem por meio de atributos que enfatizam as pretensões políticas das ações de Zé Bebelo. Esse homem que, no início do relato[105], é apresentado à frente do bando de jagunços na figura de chefe, antes de chegar a tal posição, esteve do "lado oposto" travando guerra aos jagunços, pondo-se à frente da tarefa de acabar com a jagunçagem. Vinculada a essa empreitada, estava sua entrada na "política" e o cumprimento de uma série de compromissos assumidos por esse "candidato" tão logo realizasse a sua árdua tarefa. Como podemos observar, na passagem citada em epígrafe, a abolição do jaguncismo na fala de Zé Bebelo seria o ponto de partida de uma nova ordem que estabeleceria "o progresso de todos" (Rosa, 1978, p.61).

Nos estudos dedicados ao romance que tematizam a atuação política dos chefes, são recorrentes as análises sobre esse personagem e o que ele representa no contexto das relações sociais figurado na narrativa. Vasconcelos (2002), ao

---

intensificação da expropriação estabelece os termos da reprodução da força de trabalho, naturalizando as necessidades que surgem nesse processo e que só podem ser satisfeitas por meio da troca de mercadorias. Marx (1984) aponta como a divisão do trabalho, que se desenvolve "naturalmente" nesse processo "cujos fios se teceram e continuam a tecer-se às costas dos produtores de mercadorias", torna tão unilateral o seu trabalho quanto multilaterais as suas necessidades. Conforme esses trabalhadores vão sendo liberados das relações de dominação e dependência pessoal – que são momentos da expropriação – e lançados no mercado de força de trabalho, nos termos de relações juridificadas, a alternativa que lhes resta é dispor da única mercadoria de que são proprietários e colocá-la sob o jugo do capital. Marx apresenta, de maneira enfática, como o "salto mortal da mercadoria" – a metamorfose do valor do corpo da mercadoria para o corpo do dinheiro – ao falhar, implica que seu possuidor seja depenado (Marx, 1984, p. 95). Isso significa que, se o trabalhador, na condição de expropriado – que só dispõe da mercadoria força de trabalho para acessar as outras mercadorias necessárias à reprodução de sua existência – não consegue vender a única mercadoria que possui estará privado de acessar todas as outras.

[105] Nos primeiros momentos do relato a referência à Zé Bebelo aparece por meio de um causo que exemplifica a diferença de conduta dos chefes dos jagunços, mostrando como com Zé Bebelo "o rumo das coisas nascia inconstante diferente, conforme cada vez". No momento em que Zé Bebelo aparece assumindo a chefia do bando de jagunços depois da morte de Medeiro Vaz, o narrador apresenta alguns elementos que constroem uma caricatura desse personagem: "Zé Bebelo – ah. Se o senhor não conheceu esse homem, deixou de certificar que **qualidade de cabeça de gente a natureza dá**, raro de vez em quando. Aquele queria saber tudo, dispor de tudo, poder tudo, tudo alterar" (Rosa, 1978, p.60,61, grifos meus).

afirmar que a representação do sertão em Guimarães Rosa dá "voz às contradições e dilaceramentos do país, cuja imagem [o escritor] desenhou como um espaço em que o processo de modernização nunca se deu de maneira homogênea" (Vasconcelos, 2002, p.324), situa o personagem Zé Bebelo como representante do "Brasil urbano, progressista e moderno". Para a autora a intervenção de Zé Bebelo representa as forças do Governo no sentido de "pôr fim ao mundo jagunço, símbolo de um Brasil rural, arcaico e atrasado" (Vasconcelos, 2002, p.324).

Vasconcelos lê o romance como um "agudo ensaio sobre liquidação do coronelismo durante a Primeira República" (Vasconcelos, 2002, p.321) que representaria "a face contraditória do país ao sugerir que o arcaísmo não é apenas resíduo do passado, mas um dos modos mais efetivos do presente, como tal, **corolário do projeto de modernização do país**" (Vasconcelos, 2002, p. 324, grifos meus). Tal formulação fundamenta-se nas interpretações em que a modernização brasileira – responsável pelo atraso – seria, por sua vez, resultado de um projeto político que refletiria a mentalidade de suas elites, que em sua sede de poder e riqueza teriam comprometido o desenvolvimento da nação, promovendo uma "modernização" que "nunca" se "deu de maneira homogênea" (Vasconcelos, 2002, p. 324). Essas interpretações também informam a leitura de Bolle (2004), que identifica com a atuação da classe dominante o "problema estrutural" que, segundo o autor, constitui-se como "entrave para a plena emancipação do país".

Em nossa interpretação, a formulação de Vasconcelos (2002) tem como horizonte de atuação política a possibilidade de um projeto de modernização que estenda ao conjunto da população "os benefícios do progresso e do desenvolvimento" (Vasconcelos, 2000, p.163). Essa formulação converge na direção da tese de Bolle de que *GS:V* "é o romance de formação do país" à medida que põe em cena um problema "estrutural antigo e atual" do Brasil que seria a falta de diálogo entre "os donos do poder e o povo". A tese proposta faz crer que esse "diálogo" seria possível porque a esfera da política seria passível de uma apropriação que entregaria o poder nas mãos do "povo", garantindo seus interesses e a "verdadeira emancipação do país". Emancipação vinculada a um projeto efetivamente "moderno" que possibilitaria estender os "benefícios do

progresso e do desenvolvimento" (Vasconcelos, 2000, p.163) ao Brasil "rural, arcaico e atrasado" (Vasconcelos, 2002, p.324) .

Ao afirmar que o atraso é um dos modos mais efetivos do presente e resultado do "projeto" de modernização "à brasileira", a autora positiva um tipo de modernização diverso daquele que se realizou no país, uma modernização que extirpasse o atraso promovendo o "progresso de todos". Essa apologia à modernização, aliás, se recoloca em diferentes momentos da história do país, encoberta nos mais variados campos da atividade intelectual e política, por tomadas de posição aparentemente antagônicas. Ao abordarmos a modernização como um processo contraditório, buscamos problematizar as leituras em que ele aparece como um modelo que, ao ser "aplicado" ao Brasil, teria sido desviado de seu curso "natural" de desenvolvimento. Deve-se questionar as leituras que, ao associarem a intervenção de Zé Bebelo ao Estado nacional detentor de um "projeto" de modernização, terminam por definir a atuação política dos coronéis como um fenômeno apartado do processo que engendra a aparência de autonomia da política na figura de um Estado centralizado.

A noção de "projeto", bem como a projeção de autonomia da esfera política, associada de maneira emblemática ao personagem Zé Bebelo, pode ser problematizada tendo em vista como, no contexto das relações sociais figuradas no romance, a dimensão política aparece representada. É interessante observar que a noção de política está referida tanto à atuação dos chefes dos bandos de jagunços (como é o caso de Joca Ramiro, que "saía por justiça e alta política" e que "tivesse sorte, podia impor caráter ao governo"), como à atuação de Zé Bebelo, que intenciona acabar com a jagunçagem para depois entrar "direito na política".

Considerando o conflito entre as representações que a política adquire em relação à atuação desses dois personagens, é importante indagar quais práticas estão definindo o significado da política num e noutro caso e, porque elas podem aparecer numa relação de oposição. Essa oposição, aliás, se atenua na situação do julgamento de Zé Bebelo, onde a guerra travada por ele aos bandos de jagunços é considerada legítima ao ser colocada nos mesmos termos de uma guerra que já estava deflagrada antes da intervenção das forças do governo. A ação de Zé Bebelo não recebe "condena" por não ser considerada "crime" segundo o "código" que

regulamenta as relações que se estabelecem no sertão. "Sertão é o penal, criminal", diria Riobaldo.

É interessante chamar a atenção para como a definição de sertão formulada pelo narrador se refere a uma definição jurídica[106] de um lugar "onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade", e "onde manda quem é forte, com as astúcias".

Se repararmos na maneira como o narrador apresenta essas definições, é significativo considerar que a representação do sertão vai sendo matizada, pois se o sertão é "onde criminoso vive [...] arredado do arrocho de autoridade", essa ausência não se refere a qualquer autoridade, pois no sertão "manda quem é forte, com as astúcias" e não mandaria se não tivesse autoridade. A ausência, então, não seria de autoridade, mas de uma autoridade determinada, que se impõe sob a forma de instituições estranhas à sociabilidade que se rege pelo "código do sertão". Se essas instituições podem ser vistas como estranhas a essa sociabilidade, não estão totalmente ausentes, entretanto, no "sertão" a partir do qual fala Riobaldo.

As referências às instituições que regulam a sociabilidade no sertão, todavia são organizadas na narrativa de Riobaldo em meio a elementos que confundem aspectos geralmente apresentados por meio de delimitações precisas. É o caso, por exemplo, da referência ao modo como os soldados do governo atuam na perseguição aos jagunços do bando de Riobaldo[107], que induz a uma polarização que põe de um lado o governo e de outro os coronéis, fazendeiros e chefes dos bandos de jagunços, incidindo também numa oposição entre jagunços e soldados

---

[106] A apresentação do sertão no romance pensada a partir dos termos colocados pelo processo de juridificação das relações sociais como contexto marcado pela ausência dessa juridificação, foi sugerida pelo professor Carlos de Almeida Toledo em nosso exame de qualificação.

[107] "E pois demore o senhor para o pior: o que veio em sobre!: **os soldados do Governo. Os soldados, soldadesca, tantas tropas. Surgiram de todos os lados, de supetão, e agatanhavam, naquela sanha, é ver cachorrada caçante. Soldados do Tenente Plínio – companhia de guerra. Tenente Reis Leme, outra**. E veio depois, com muitos mais outros, um capitão Carvalhais, maior da marca, esse bebia café em cuité e cuspia pimenta com pólvora. Sofremos, rolamos por aí aqui, se rolou. A vida é vez de injustiças assim, quando o demo leva o estandarte. Pois – aquela soldadama viera para o Norte era por vingar Zé Bebelo, e Zé Bebelo já andava por longes desterrado, e nisso eles se viravam contra a gente, que éramos de Joca Ramiro, que tinha livrado a vida de Zé Bebelo das facas do Hermógenes e Ricardão; e agora, por sua ação, o que eles estavam era ajudando indireto àqueles sebaceiros. **Mas, quem era que podia explicar isso tudo a eles, que vinham em máquina enorme de cumprir o grosso e o esmo, tendo as garras para o pescoço nosso mas o pensante da cabeça longe, só geringonciável na capital do Estado?**"(Rosa, 1978, p.230, grifos meus).

do governo[108]. Essa polarização deve ser problematizada, pois estabelece uma diferenciação muito rígida entre os polos apresentados.

Ainda que consideremos que o sentido da "intervenção" de Zé Bebelo, que se vincula ao governo nacional para pôr fim ao mundo jagunço, entre em conflito direto com os coronéis ao centralizar o aparato coercitivo, pensamos que a oposição entre os bandos de jagunços e os soldados do governo deve ser pensada como situação dinâmica. Endentemos a necessidade de diferenciar a atuação do governo referida diretamente ao Estado centralizador e aquela referida às autoridades locais no contexto em que o coronel exerce uma significativa influência.

Tal diferenciação é aqui pensada, levando em conta momentos que se distinguem pelas condições colocadas para a atuação dos representantes da política do governo. Esses momentos podem ser tematizados a partir de algumas referências presentes no romance, que indicam a complexidade da relação entre essas "autoridades", e sugerem pensar que a oposição entre jagunços e soldados do governo depende do contexto em que se travam as batalhas. Um exemplo extremamente interessante é o relato da invasão da cidade de São Francisco por Andalécio e Antônio Dó, que o narrador supõe ter acontecido por motivos de vingança da parte do primeiro contra o Major Alcides Amaral:

> Mas, mire e veja o senhor: nas eras de 96, quando os serranos cismaram e avançaram, tomaram conta de São Francisco, sem prazo nem pena. Mas, nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram por entrar lá, quase com homens mil e meio-mil, a cavalo, o povo de São Francisco soube, se reuniram, e deram fogo de defesa: diz-que durou combate por tempo de três horas, tinham armado tranquias, na boca das ruas – com tapigos, montes de areia e pedra, e árvores cortadas, de través – brigaram como boa população! Daí, aqueles retornaram, arremeteram mesmo, senhores da cidade quase toda, conforme guerrearam contra o Major Alcides Amaral e uns soldados, cercados numas duas ou três casas e um quintal, guerrearam noites e dias. A ver, por vingar, porque antes o Major Amaral tinha prendido o Andalécio,

[108] É importante recordar nesse sentido que o próprio Riobaldo, antes de "jornadear como jagunço", presta serviço ao "governo" quando está ao lado de Zé Bebelo como professor e secretário. Nesse sentido também, no que se refere à distinção entre jagunços e soldados, as diferenças são tênues justamente porque esses homens mobilizados podem servir tanto ao governo "a soldo", como aos fazendeiros chefes que pagam sua "jorna". A referência a relação que esses homens estabelecem com os chefes na condição de jagunços, apesar de por vezes sugerir que se trata de uma escolha, indica por outro lado a mobilização dos jagunços que estavam em seu "emprego de cargo", assim como os soldados trabalham para o governo. Indagando as fontes que financiavam o bando de jagunços Riobaldo refere-se a eles desse modo : "E a jorna, para satisfazer **àquela cabroeira vivente, que estavam ali em seu emprego de cargo**? " (Rosa, 1978, p.128, grifos meus).

> cortado os bigodes dele. Andalécio – o que, de nome real: Indalécio Gomes Pereira homem de grandes bigodes. Sei de quem ouviu, se recordava sempre com tremores: de quando, no tiroteio de inteira noite, Andalécio comandava e esbarrava, para gritar feroz: – "Sai pra fora, cão! Vem ver! Bigode de homem não se corta!..." Tudo gelava, de só se escutar. Aí, quem trouxe socorro, para salvar o Major, foi o delegado Doutor Cantuária Guimarães, vindo às pressas de Januária, com punhadão de outros jagunços, de fazendeiros da política do Governo. (Rosa, 1978, p.128, 129)

Bolle (2004) faz referência a essa passagem para apontar uma hipótese de data em relação aos acontecimentos relatados. Segundo ele, a referência às "eras de 96" indicaria que a história de Riobaldo como jagunço seria anterior a esse período, pois no mesmo parágrafo há um comentário do narrador indicando que "[e]ssas coisas já não aconteceram mais no meu tempo, pois por aí eu já estava retirado para ser criador, e lavrador de algodão e cana." (Rosa,1978, p.129). A hipótese em relação a essa data circunscreve essas ações no período que corresponde aos primeiros anos da República..

Criticando a hipótese de Vasconcelos (2002) de que o romance é um "agudo ensaio sobre a liquidação do coronelismo no final da República Velha", Bolle (2004) reivindica uma interpretação que leve em conta uma "dimensão 'possível' e alegórica da história", referindo-se à leitura da autora como sendo "estritamente cronológica e empírica" (Bolle, 2004, p.120, 121). Bolle argumenta que há no romance um "apagamento proposital de datas por parte de Guimarães Rosa", tal como apontou Galvão (1972), para quem as datas permitiriam indicar "aproximadamente o presente da narrativa, mas não o enredo" (Galvão, 1972, p.63).

Ao qualificar a leitura de Vasconcelos como "estritamente cronológica e empírica", Bolle parece não reconhecer que a hipótese desta autora não reduz o argumento à apresentação de marcos históricos precisos, mas o defende por meio da aproximação estabelecida entre as ações figuradas no romance e o contexto da República Velha como "período da história brasileira em que a política dos coronéis viveu seu apogeu e declínio" (Vasconcelos, 2002, p.323). Pensamos que uma leitura do romance que tematize o coronelismo não implica na transposição da narrativa ficcional nos termos da historia oficial, como se tal leitura estabelecesse necessariamente uma correspondência imediata entre "fatos" e o relato de Riobaldo.

O relato da invasão da cidade de São Francisco, por exemplo, apresenta referências que remetem às discussões sobre o coronelismo, ao por em cena o confronto entre o Major Alcides Amaral, que mobiliza seus soldados, e Andalécio, um chefe de jagunços que tinha poder de mobilizar "mil e meio-mil" de homens investindo contra uma cidade inteira. A referência à data pode indicar como o governo, para exercer sua autoridade, não tinha ainda, nas "eras de 96", condições para monopolizar o aparato coercitivo, sendo por isso plausível que a figura do delegado "Doutor Cantuária Guimarães" conte, sem prejuízos à sua autoridade, com a ajuda dos jagunços mobilizados pelos fazendeiros "da política do governo".

Se recordarmos a referência que Riobaldo faz aos "costumes que demudaram", aos "bandos bons de valentões [que] repartiram seu fim" e aos "feios instrumentos" por meio dos quais a "jagunçama se findou", podemos observar alguns elementos que contribuem para que a sociabilidade seja interpretada em temos "políticos". Nesse sentido, as mudanças parecem se referir, principalmente em relação à jagunçagem, à conjuntura "política" que sofre uma transformação quando o Estado nacional tem condições de aparecer em sua forma "moderna", juridificando as relações[109], monopolizando o aparato coercitivo e imprimindo à força a destituição do poder dos coronéis de exercer a violência de maneira legítima. Pensamos que essas condições, entretanto, foram engendradas pelo mesmo processo que possibilitou o controle da violência por parte dos coronéis, uma vez que o poder de mando que eles possuíam era determinado pela modernização e pela necessidade de continuarem acumulando capital[110].

---

[109] No texto "A falta de autonomia do Estado e os limites da política: quatro teses sobre a crise da regulação política", Kurz (1997) identifica cinco níveis ou setores da atividade do Estado moderno, os quais seriam todos "resultantes do próprio processo da economia de mercado". Abordando, então, esses setores a partir de uma perspectiva que enfatiza as funções econômicas do Estado, o autor tematiza alguns aspectos importantes dessas funções que nos ajudam a elaborar uma crítica em relação às expectativas de atuação da esfera política no processo de modernização. Chamamos atenção para o primeiro nível que corresponde à juridificação das relações sociais, e para o terceiro que se refere às atribuições "infraestruturais" que abarcam, entre outras funções, a construção de rodovias, a formação profissionalizante, a criação de instituições científicas, a criação e manutenção do sistema educacional e do sistema de saúde pública.

[110] "São as condições de acumulação de capital na região que criam, ou não, as condições necessárias e possíveis para a autonomização da lei em relação ao mando, conferindo-lhe forma de trabalho. Tanto o aparato estatal de violência direta, policial, quanto o aparato jurídico que promete o cumprimento objetivo da lei precisam ser formados. Este processo de formação não ocorre desvinculado do processo de acumulação de capital. Tal aparato necessita formar força de trabalho e sustentá-la em seu território. No caso da região, este aparato, passa por um momento importante

É importante considerar que o Estado não pode prescindir de financiamento para mobilizar profissionais que atuam em nome da esfera aparentemente autônoma da política. Para que a sua autoridade se imponha na figura das instituições que passam a regulamentar a sociabilidade, de maneira aparentemente autônoma em relação aos proprietários privados, algumas condições precisariam estar colocadas. A impossibilidade de o Estado prescindir de dinheiro não o habilita, por isso, a decidir sobre a forma de mediação social que se engendra nas relações entre os proprietários privados que produzem mercadorias mantendo relações de produção determinadas[111].

Os termos colocados pela aparente oposição entre os "princípios" que regem o mercado e o Estado, a economia e a política (Kurz, 1997) se reproduzem nas críticas que atribuem os conflitos e os "problemas sociais" aos agentes da exploração reivindicando uma atuação do Estado que defenda os interesses públicos em detrimento dos interesses privados. É interessante pensar, como aponta Kurz, que o Estado só pode aparecer como representante dos interesses públicos quando o capital se autonomiza da violência e a crescente financeirização nos termos colocados pela generalização das trocas de mercadoria passa a exigir a juridificação das relações, que implica que o Estado assuma determinadas funções que aparecem como de interesse público. Para Kurz:

> Quanto mais a economia de mercado se expandiu estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social e tornando-se um modo de vida universal, tanto mais a atividade do Estado precisava se expandir. [...] **Quanto mais a economia de mercado, e com ela, a relação monetária abstrata se expandem, tanto menor se torna a força vinculativa da relações tradicionais, pré-modernas, e tanto mais todas as ações e relações sociais precisam ser postas na forma abstrata do Direito e, nesse sentido, ser codificadas juridicamente.** Todos os homens sem, exceção, inclusive os produtores imediatos, precisam agir cada vez mais como sujeitos modernos do Direito, já que todas as relações se transformam em relações contratuais com forma de mercadoria. Por isso o Estado se transforma na máquina legislativa permanente, e quanto maior o número de relações de mercadoria e

---

de autonomização em 1930 sem que a acumulação de capital regional possa sustentá-lo de forma autônoma" (Toledo, 2008, p. 221, 222).

[111] "O território nacional pode impor leis, restrições, decidir sobre o uso da violência do Estado contra seus ocupantes, pode escravizar uma parte da população, mas não pode decidir sobre a forma de mediação. A mercadoria é uma forma de mediação social não tematizada, naturalizada, mas que determina as práticas da reprodução das relações de produção. O Estado age na forma do trabalho remunerado, resultando num
orçamento e numa avaliação objetiva das possibilidades futuras de ação deste Estado" (Toledo, 2008, p.33).

> dinheiro, maior o número de leis ou de decretos regulamentares. Em consequência disso, o aparelho do Estado também aumenta progressivamente, pois a "juridificação" precisa ser controlada e executada. **Mas não se trata aqui de um processo "extra-econômico", pois o aparelho administrativo, que cresce sem parar, precisa ser financiado. A simples "juridificação" crescente já acarreta, portanto, uma demanda financeira, que também cresce permanentemente. Mas a regulação meramente jurídica não é neutra com relação aos custos.** (Kurz, 1997, p.96, grifos meus)

Se observarmos, por exemplo, os projetos de Zé Bebelo, podemos perceber que as benfeitorias que ele assume como compromisso, correspondem às funções que o Estado passa a assumir na medida em que a economia de mercado se expande "estruturalmente, abrangendo toda a reprodução social":

> Ah, cujo vou, siô Baldo, vou. Só eu que sou capaz de fazer e acontecer. Sendo porque fui eu só que nasci para tanto!" **Dizendo que, depois, estável que abolisse o jaguncismo, e deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchendo a pobreza, estreando mil escolas**. Começava por aí, durava um tempo, crescendo voz na fraseação, o **muito instruído no jornal**. Ia me enjoando. Porque completava sempre a mesma coisa. (Rosa, 1978, p.102, grifos meus)

Bolle (2004), referindo-se às "promessas republicanas" de Zé Bebelo, pretende demonstrar como esse personagem é "um mestre na arte do discurso", chamando a atenção para os comentários em que o narrador expõe criticamente a fala de Zé Bebelo. Para o autor, por meio da fala de Riobaldo, a "feitura dos discursos de Zé Bebelo se torna transparente" revelando-se como "alegoria de um Brasil retórico, eternamente projetado para o futuro". Comentando o "enjoo" de Riobaldo diante de tanta "fraseação", o autor defende que, por meio desse procedimento, o escritor estaria declarando "seu enfado com a linguagem dos políticos". Para Bolle, essa armação retórica evidencia-se também na fala de Riobaldo, por meio de uma "instância metanarrativa" que expõe criticamente o discurso do narrador.

No que se refere a essas "promessas" é importante chamar atenção para o modo como Riobaldo apresenta Zé Bebelo, encenando as situações em que ele se pronuncia, sempre se remetendo à pátria, à lei, à justiça, ao nacional, ao progresso, ao civilizado. Muitas dessas situações, em nossa leitura, são construídas em tom

humorístico[112], espécie de paródia, remetendo o leitor às "estúrdias" manias de Zé Bebelo, ao contexto de estranhamento em que seus discursos são proferidos que atuam de maneira a contrastar com o conteúdo do que está sendo pronunciado. Esse contraste expõe criticamente os discursos políticos parodiados na fala de Zé Bebelo, que buscam se revestir de uma base participativa e democrática. O escritor encena esses pronunciamentos em seu aspecto "falacioso", esvaziando o sentido dos discursos, de um modo que ridiculariza a "utopia" do exercício da cidadania propagada pelos gestores da política representativa-democrática e seus apologetas.

Entretanto, o procedimento do escritor não parece ser o de "revelar" o que estaria na base dessas representações, à medida que a crítica que coloca na fala do narrador aos discursos políticos está implicada com relação aos lugares de fala por ele encenados. Nesse sentido, entendemos que a crítica que pode ser desdobrada a partir da encenação desses lugares de fala não se reduz a uma crítica aos discursos políticos, porque eles prometeriam a modernização que nunca se efetiva; essa encenação contribui para tematizarmos os modos efetivos da modernização que, longe de ser simplesmente "projetada para o futuro", se engendra nas relações sociais apontadas como atrasadas.

Os projetos de Zé Bebelo respondem, nesse sentido, ao diagnóstico de atraso imputado ao sertão, parodiando não apenas os discursos políticos, mas também o discurso aparentemente técnico dos planejadores. Essa referência é importante para pensarmos em como a expropriação engendrada nesse processo vai "apartando" os homens pobres e livres de toda a "proteção" oferecida pelo coronel, separação que, ao mesmo tempo em que destitui os termos aparentes de uma dependência pessoal, naturaliza os termos do Direito e a dependência reificada dos trabalhadores que passam a estar referidos ao Estado e ao amparo

---

[112] Algumas cenas de tão caricatas chegam a ser cômicas, como na passagem do veredeiro que se assusta com Zé Bebelo: "Acabando um combate, saía esgalopado, revólver ainda em mão, perseguir quem achasse, só aos brados: – "Viva a lei! Viva a lei!..." – e era o pipoco-paco. Ou: – "Paz! Paz!" – gritava também; e bala: se entregaram mais dois. – "**Viva a lei! Viva a lei!..." Há-de-o, que quilate, que lei, alguém soubesse?** Tanto aquilo, sucinto, a fama correu. **Dou-lhe qual: que, uma vez, ele corria a cavalo, por exercício, e um veredeiro que isto viu se assustou, pulou de joelhos na estrada, requerendo: – "Não faz vivalei em mim não, môr-de-Deus, seu Zebebel', por perdão..." E Zé Bebelo jogou para o pobre uma cédula de dinheiro**; gritou: – "Amonta aqui, irmão, na garupa!" – trouxe o outro para com a gente jantar." (Rosa, 1978, p. 61,62)

das instituições públicas, cuja ausência define, por sua vez, o que é considerado atraso.

Para Nunes Leal, que define o coronelismo em termos de um compromisso de apoio mútuo entre os chefes locais e os candidatos ao governo estadual[113], a "ausência do poder público" tem como consequência a efetiva atuação do poder privado:

> a rarefação do poder público em nosso país contribuiu muito para preservar a ascendência dos "coronéis", já que, por este motivo, estão em condições de exercer, extra-oficialmente, grande número de funções do Estado em relação aos seus dependentes. (Leal, 1976, p. 41)

A atuação dos coronéis estaria comprometida pela aliança com o governo estadual[114]. Referindo-se aos favores prestados entre os representantes do governo e os chefes locais, o autor observa que eles abarcam desde assuntos de ordem pessoal até benfeitorias públicas, uma vez que, com o parco orçamento do município, essas benfeitorias seriam impossíveis sem o auxilio prestado por conta do compromisso estabelecido:

> [...] sem o auxílio financeiro do Estado, dificilmente poderiam empreender as obras mais necessárias, como **estradas, pontes, escolas, hospitais, água, esgotos,** energia **elétrica**. Nenhum administrador municipal poderia manter por muito tempo a liderança sem realizar qualquer benefício para sua comuna. (Leal, 1976, p. 45)

---

[113]"A essência, portanto, do compromisso 'coronelista' – salvo em situações especiais que não constituem regra – consiste no seguinte: da parte dos chefes locais, incondicional apoio aos candidatos do oficialismo nas eleições estaduais e federais; da parte da situação estadual, carta-branca ao chefe local governista (de preferência o líder da facção majoritária) em todos os assuntos relativos ao município inclusive na nomeação de funcionários estaduais do lugar." (Leal, 1976, p. 49, 50)

[114] Para Victor Nunes Leal, o coronelismo, apesar de se caracterizar pela "rarefação do poder público", seria marcado pela decadência dos senhores de terras: "Não há dúvida, entretanto, que **ele é muito menos produto da importância e do vigor dos senhores de terras, do que de sua decadência**. A debilidade dos fazendeiros, só aparenta fortaleza em contraste com a grande massa de gente que vive, mesquinhamente, sob suas asas e enche as urnas eleitorais a seu mandado. O coronelismo assenta, pois, nessas duas fraquezas: **fraqueza do dono de terras, que se ilude com o prestígio do poder, obtido à custa da submissão política; fraqueza desamparada e desiludida dos seres quase sub-humanos que arrastam a existência no trato das suas propriedades**." (Leal, 1976, p.56). Entretanto podemos pensar, que se a "debilidade" dos fazendeiros determinou a subordinação dos chefes locais às autoridades estaduais, sob condições também determinadas a autoridade estadual só pode se constituir recorrendo às milícias particulares desses fazendeiros, e à teia de relações de dominação que, se engendraram não a partir da fraqueza desses donos de terras, mas do poder de mobilizar trabalho que o dinheiro, o monopólio da terra e o uso legítimo da violência lhes faculta.

Esses benefícios que os coronéis têm de realizar, como podemos observar, se referem às atividades que, na formulação de Kurz passam a ser atribuídas ao Estado à medida que economia de mercado abrange toda a reprodução social. Na formulação de Leal (1976), ao contrario, estas atribuições estariam pressupostas ao "poder público", e teria sido a ausência desse poder que permitiu que os coronéis exercessem "extra-oficialmente grande número de funções do Estado em relação a seus dependentes" (Leal, 1976, p. 41). Podemos pensar, a partir desses argumentos, como Zé Bebelo propõe o estabelecimento dessas benfeitorias a partir do momento em que "entrar direito" na política ao realizar a tarefa de acabar com o jaguncismo.

A "ira razoável" com que Zé Bebelo "sentava o dizer" contra a atuação política dos coronéis, prometendo que no "Norte" não se ia "ver mais um qualquer chefe encomendar para as eleições as turmas de sacripantes, desentrando da justiça, só para tudo destruírem do civilizado e legal", se investe da crítica ao coronelismo que identifica nas eleições encomendadas um dos principais recursos do coronel para garantir o seu poder "extra-oficial". O aparato coercitivo de que o coronel dispõe para manipular as eleições daria garantias para a manutenção de seu poder tanto na relação com seus dependentes quanto na disputa com outros chefes locais. Segundo Leal, a aliança com o governo estadual representa vantagens nas disputas com os outros chefes:

> [...] aquele que pode fazer o bem se torna mais poderoso, quando está em condições de fazer o mal. E aqui o apoio estadual ao chefe do município, seja por ação, seja por omissão, tem a máxima importância. Neste capítulo, **assumem relevo especial as figuras do delegado e do sub-delegado de polícia**. A nomeação dessas autoridades é de sumo interesse para a situação dominante no município e constitui uma das mais valiosas prestações do Estado no acordo político com os chefes locais. **Embaraçar ou atrapalhar negócios ou iniciativas da oposição, fechar os olhos à perseguição dos inimigos políticos, negar favores e regatear direitos aos adversários – são modalidades diversas da contribuição do governo estadual à consolidação do prestígio de seus correligionários no município. Mas nada disso, via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do estado sob as ordens do chefe situacionista local.** (Leal, 1976, p. 47)

Essa referência ao apoio estadual, nas disputas entre os chefes locais, dialoga significativamente com algumas estratégias utilizadas por Zé Bebelo quando ele está na chefia do bando de jagunços. No episódio da fazenda dos

Tucanos[115], em que o bando que sai para vingar a morte de Joca Ramiro se encontra cercado pelos jagunços de Hermógenes e do Ricardão, Zé Bebelo recorre à "polícia do estado" para escapar da investida dos inimigos. Nesse episódio, o relato encerra referências determinantes para pensarmos como a relação do bando com o governo é representada.

O narrador relata que, no primeiro dia da chegada à fazenda, aparece um boiadeiro que noticia a aproximação dos soldados do governo. Zé Bebelo, no comando, pergunta ao boiadeiro se ele sabe dizer quais soldados e onde eles estavam, "se isso, se aquilo. Se o boiadeiro sabia o nome do **promotor** da Vila Risonha, e do **Juiz de Direito**, do **Delegado**, do **Coletor**, do **Vigário**. O **oficial do comandante da tropa** o boiadeiro não acertava dizer", listando uma série de personagens, mencionados por Leal (1976) que, segundo Ibarê Dantas (1987), exercem funções da "máquina administrativa municipal" que o coronel controla.

Os vínculos entre os chefes locais e o governo estadual, tal como apresentado por Leal (1976), estariam condicionados ao controle eleitoral que enfeixa o compromisso coronelista. Para Ibarê Dantas, entretanto, o controle eleitoral só passará a ser a garantia do poder do coronel quando o controle da coerção passar a ser monopolizado pelo Estado. Referindo-se às transformações que a República e a carta de 1891 prometiam, Ibarê Dantas argumenta que:

> A representação em última instância dependia dos coronéis. Estes impunham-se não apenas através dos votos que controlavam no meio rural, **mas sobretudo pelo controle da coerção**. **A supremacia de um chefe político municipal sobre outros na Primeira República, e é essa nossa hipótese, não estava correlacionada com o número de votantes, mas antes com a capacidade de controlar e impor a coerção.** Esse papel próprio da Sociedade Política se transfere para o poder privado, e os coronéis são seus grandes detentores. O controle dos votantes será quando muito uma decorrência da supremacia adquirida pelos coronéis através de suas milícias particulares. (Dantas, 1987, p. 23)

---

[115] A passagem por essa fazenda, aliás, constitui-se como um dos momentos em que aparecem no relato reminiscências de um contexto histórico anterior à república. A descrição da fazenda que faz referência às "senzalas" é significativa: "Andei andando, vi aquela fazenda. Essa era enorme – o corredor de muitos grandes passos. **Tinha as senzalas, na raia do pátio de dentro, e, na do de fora, em redor, o engenho, a casa-dos-arreios, muitas moradas de agregados e os depósitos**; esse pátio de fora sendo largo, lajeado, e **com um cruzeiro bem no meio**" (Rosa, 1978, p. 245, grifos meus). Também significativa é referência à documentos do tempo do imperador: "Que era que estava escrito nos papéis tão velhos? Um favor de carta, de tempos idos, num vigente fevereiro, 11, **quando ainda se tinha Imperador, no nome dele com respeito se falava**. **E noticiando chegada em poder, de remessa de ferramenta, remédios, algodão trançado tinto. A fatura de negócios com escravos, compra, os recibos,** por Nicolau Serapião da Rocha." (Rosa, 1978, p. 251, grifos meus).

Segundo Ibarê, a capacidade de controlar e impor a coerção é que determina, na Primeira República, a supremacia de um chefe político municipal e, nessa medida, sua hipótese contribui para a análise das condições necessárias para que a violência se autonomize do capital. Ao se contrapor à correlação entre o número de votantes e a supremacia política dos coronéis, esse autor reivindica que se leve em consideração as "variações históricas" da "fonte do poder do coronel":

> Se num primeiro período o coronelismo se fundamenta no controle da massas e na **legitimação da sociedade política, a partir da força de sua milícia particular,** num segundo momento**,** quando **sua força coercitiva se torna desgastada**, [o coronel] passa a explorar seu prestígio construído através de uma tradição de mando. **Somente numa terceira fase o voto passa a ter papel primordial dentro do coronelismo**. (Dantas, 1987, p. 15, 16, grifos meus)

O primeiro período do coronelismo seria, portanto, determinado pelo controle das massas e pela legitimação da sociedade política por meio do controle da coerção, momento que enfeixaria de modo decisivo a tripla fundamentação do coronelismo por ele apresentada. O autor se refere, assim, a três dimensões cuja imbricação caracteriza o coronelismo: uma dimensão **econômico social**, em que recebe destaque a relação que o grande proprietário de terra mantém com os trabalhadores rurais[116]; uma dimensão **ideológica** correlacionada à dominação exercida no âmbito econômico e social que se apresenta "como um conjunto mais ou menos coerente de ideias e representações, muitas vezes veiculadas através de normas que reforçam laços de lealdade e práticas de submissão" (Dantas, 1987, p.15); e uma dimensão **política** fundamentada "no papel de intermediação que o proprietário rural exerce entre a sociedade política estadual e as massas rurais do âmbito municipal, ou seja, de um lado ele controla as massas e de outro legitima a sociedade política" (Dantas, 1987, p. 15).

A abordagem desse autor é significativa para a análise do modo como o romance sintetiza aspectos determinantes do coronelismo, principalmente quando

---

[116] "Nasce aí o coronel, como proprietário rural que exerce sobre os trabalhadores um tipo de dominação sob a forma de dependência pessoal. Não obstante as relações assimétricas que se desenvolvem entre senhor e trabalhadores, estabelecendo papéis diferenciados e reconhecidos, **a forma de dominação pessoal**, própria das relações de produção não capitalistas, **serve para camuflar desigualdades e práticas de exploração**. Inseridos em comunidades organizadas hierarquicamente, **os gestos de solidariedade e fidelidade são alimentados e reforçados num jogo de troca de serviços, em que a "proteção" fornecida pelo senhor aparece como fonte fecunda de indução ao atrelamento do trabalhador**" (Dantas, 1987, p. 15, grifos meus).

consideramos as referências que situam o enredo no período que corresponde à República Velha. Para Ibarê, nesse momento, que se caracteriza, sobretudo, pelo controle da coerção por parte dos coronéis, a sociedade política se legitima apenas (e na medida em que) o coronel dispõe desse controle para arregimentar as massas. Entretanto, ao destacar a dominação pessoal própria das relações de produção que os coronéis mantêm com os trabalhadores, o autor contribui para pensar que a importância desse controle é determinante não somente porque permite legitimar a sociedade política por meio das eleições, mas porque permite reproduzir as relações de produção em que o trabalhador se encontra atrelado à proteção oferecida pelo coronel.

*

Cabe aqui um comentário sobre essas relações de produção que o autor apresenta como não capitalistas, assim como em relação ao comentário de Kurz (1997) sobre as relações tradicionais e pré-modernas que citamos anteriormente. Pois, à medida que estamos abordando a modernização como processo de formação e reprodução das relações sociais capitalistas, criticando as leituras em que ela aparece como um processo modelar e uniforme, buscamos chamar atenção para o fato de que essas relações de produção não estão sendo aqui pensadas como pré-modernas, ou não capitalistas.

Na perspectiva esposada em nossa análise, que considera a empresa colonial como momento da territorialização capitalista, a própria relação escravista não pode ser definida como pré-moderna, pois a totalidade das relações da sociedade produtora de mercadorias em processo de formação determina o sentido da colonização, podendo inclusive ser "indiferente", na colônia, quanto à maneira pela qual o capital "suga mais trabalho não pago dos produtores diretos" (Marx, 1986, p.251)[117].

---

[117] Toledo (2008) lembra que a "existência do escravismo não excluía a venda da mercadoria força de trabalho." Por isso propõe que a modernização seja pensada como "um processo contraditório que impõe uma transformação nas práticas da reprodução das relações de produção. A propriedade do trabalho deixa de ser do capital [quando a escravidão é abolida]." Abordando a particularidade da formação do Estado brasileiro, o autor chama atenção para o fato de que "As condições para que a classe dominante possa viver de seu capital estão associadas ao desenvolvimento da relação

No capítulo II, fizemos referência à discussão colocada por Marx (1984) no capítulo XXV, de *O Capital*, chamando a atenção para o fato de que o principal "segredo" das relações capitalistas que se esconde na metrópole é "revelado" nas colônias, onde a relação capital esbarra com a possibilidade de o produtor direto reproduzir a própria subsistência, situação que deve ser revertida, pois a acumulação capitalista não pode se realizar sem a negação do trabalho próprio. Apontamos, no caso específico da colônia portuguesa, a relação entre trabalho cativo e terra livre, para discutir como o fim do escravismo implica numa mudança do estatuto jurídico da terra, por meio dos títulos de compra e venda desta enquanto propriedade privada. Discutimos também como a lei de 1850, que responde a essa mudança, não se efetiva de modo a transformar o acesso a terra pela "força" da lei, uma vez que se insere num contexto de conflitos engendrados pelo "apetite" de terras da empresa capitalista que se fundamenta na grande propriedade.

Desse modo, ao tematizarmos no segundo capítulo a relação entre o monopólio da terra e a mobilização do trabalho, chamando a atenção para o coronel e o que ele personifica, acenamos para a análise da violência, também personificada por ele, de modo a problematizar o significado da coerção nessa sociabilidade. A abordagem das relações de dominação e dependência pessoal, como formas particulares de relações de produção permite tematizar, de uma perspectiva crítica ao processo de modernização, as disputas violentas que aparecem referidas à esfera aparentemente autônoma da política.

Pensamos aqui que o rendimento que remunera o fazendeiro pela propriedade de terra e o coloca em condições de reproduzir seu capital não brota da terra, mas da sua utilização produtiva. Os "mil alqueires de arroz" (Rosa, 1978, p. 314), vislumbrados pelo fazendeiro Habão, são produtos do trabalho e, por isso, o mais-produto (Marx, 1986) arrancado aos produtores diretos é que constitui, no nosso entendimento, a parcela dessa produção que é apropriada pelo dono da

---

capital, ou seja, da autonomização dos rendimentos de terra, trabalho e capital. Isto só pode acontecer a partir do momento em que a violência tenha se autonomizado do capital e passe a ser monopólio do Estado. A tentativa de aplicar ao Brasil as fases apresentadas por Marx em **O Capital** representa um esquematismo inaceitável, especialmente por não perceber a história específica do mundo colonial como peça chave no processo de formação do capitalismo na Europa." (Toledo, 2008, p.223, 224).

terra na forma da renda. O que faz com que esse fazendeiro personifique a propriedade da terra, do capital e da violência são as condições de acumulação do capital nesse contexto. Com o fim do escravismo, a propriedade do trabalho deixa de ser do capitalista, mas as condições de reprodução dos trabalhadores que dispõem de sua força de trabalho não se autonomizam da terra.

Inviabilizados de acessarem os produtos de seu trabalho autonomamente, esses trabalhadores se encontram em uma situação de expropriação que os obriga a submeter esses produtos a quem personifica a terra, o capital e a violência. Nessa relação de produção que, em contraste com a relação escravista, aparentemente não força ninguém a trabalhar, a violência tem um papel determinante, pois, embora apareça referida às disputas de "poder político", cumpre, sobretudo, o papel de inviabilizar a reprodução autônoma desses trabalhadores e reproduzir essas relações de produção.

No episódio do encontro com "seô" Habão, Riobaldo, observando as relações que ele estabelece com o povo do Sucruiú, conclui que "fazendeiro mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório". A partir dessa "conclusão" tematizamos, no capítulo anterior, aquilo que está apagado na fala do fazendeiro, por exemplo, quando ele diz que vai botar grandes roças em sua fazenda.

Evidentemente, para que essas roças existam, o fazendeiro precisa de homens que trabalhem para ele de modo a viabilizar a acumulação de seu capital. Por isso, as condições colocadas pela separação entre produtores e meios de produção é pressuposto. A propriedade da terra cumpre o papel de manter esses trabalhadores expropriados, impondo as condições nas quais as suas necessidades serão satisfeitas. A violência que, entre outras coisas, cumpre o papel de garantir a propriedade, funciona, por isso, como mecanismo de coerção do trabalhador, de controle sobre seu trabalho, garantindo a apropriação dos fazendeiros sobre os produtos do trabalho desses homens, que eles têm o poder de mobilizar.

O narrador apresenta, assim, a maneira como se estabelece a relação de produção entre "seô" Habão e o povo do Sucruiú, ao indicar a situação de expropriação desse povo "juntas-de-bois em canga, criaturas de toda a proteção apartada", que pagam em trabalhos redobrados para acessar produtos que eles mesmos produzem. Pondo-se em uma condição distinta em relação ao povo do

Sucruiú, Riobaldo se confronta com a "cobiça" do fazendeiro, de que os jagunços também pudessem "dar os braços, para capinar e roçar, e colher feito jornaleiros dele", confirmando a conclusão sobre a condição provisória do jagunço em relação ao "fazendeiro-mor".

Destacamos essa referência na análise do capítulo anterior, para pensar na maneira como o capitão Habão aparece como personificação de uma vontade econômica. Discutimos, por exemplo, como do ponto de vista do narrador a intenção do fazendeiro estava clara: ele "cobiçava" os jagunços para enxadeiros, mas como comenta Riobaldo o próprio "seô" Habão talvez nem tivesse consciência de que "precisava de todos como escravos", pois era "a natureza dele [que] queria, precisava". Desse modo, pudemos chamar atenção para os aspectos contraditórios das relações de produção, pensando em como os agentes envolvidos nessa relação personificam a vontade econômica em condições distintas.

Nesse sentido, podemos pensar, retomando a discussão sobre os fundamentos do coronelismo, apontada por Ibarê Dantas, sobre o poder exercido pelo coronel, que depende do controle da coerção sobre os trabalhadores para se apropriar em primeira mão dos produtos do trabalho na forma da renda. Essa apropriação é condição para que seu capital se acumule e apareça de seu ponto de vista como um rendimento que é seu de direito, porque provém da propriedade da terra.

A legitimidade do uso da violência concedida ao coronel, por sua vez, depende, nesse sentido, não apenas da patente da Guarda Nacional, mas do poder de mobilizar os homens para a sua milícia particular. A disponibilidade desses homens para braços d'armas pressupõe a situação de expropriação, de modo que a relação do jagunço com o coronel se estabeleça a partir das condições de reprodução das relações de produção nos termos da dependência pessoal que, entretanto, já engendra uma forma de dependência reificada. No limite, se importa saber "quem" tem poder de mobilizar esses homens, é porque esse "quem" personifica a vontade econômica e coloca em movimento a relação capital garantindo a acumulação por meio da reprodução dessas relações de produção.

Significativo para pensar como, por exemplo, os projetos "políticos" de Zé Bebelo podem se conciliar com os interesses "econômicos" do fazendeiro Habão é

o comentário em que Riobaldo menciona a "alegria" do fazendeiro com o potencial produtivo de suas terras:

> E ele cumpria sua sina, de reduzir tudo a conteúdo. **Pudesse, economizava até com o sol, com a chuva.** Estava picando fumo no covo da mão, garanto ao senhor que não esperdiçava nem o átomo dumas felpas**. A alegria dele era uma recontada repetição, um condescendido: vinte, trinta carros de milho, ah, os mil alqueires de arroz... Zé Bebelo, que esses projetos ouvisse, ligeiro logo era capaz de ficar cheio de influência: exclamar que assim era assim mesmo, para se transformar aquele sertão inteiro do interior, com benfeitorias, para um bom Governo, para esse ô-Brasil!** Em peta, que, um seô Habão, esse não se entusiasmava. Era só os carros-de-bois carreando a cana. E ele dava ordens. Ordem que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia. (Rosa, 1978, p. 314, 315, grifos meus)

Apesar da oposição estabelecida nesse episódio entre Zé Bebelo, com seus "modos guerreiros", e "seô" Habão, podemos perceber que os interesses políticos de Zé Bebelo aparecem em conformidade com as benfeitorias promovidas por fazendeiros como esse. Zé Bebelo, comprometido com "benfeitorias, para um bom Governo, desse ô- Brasil", não dispensa o bom andamento da "economia da região" (Bolle, 2004). Como diz Riobaldo, ele "considerava o progresso de todos".

Considerando algumas referências que apontam para como os fazendeiros "remediados e ricos" (Rosa, 1978, p. 402) vinham encontrando dificuldades para realizar a acumulação, podemos pensar, por exemplo, como a noção de atraso, que passou a qualificar a produtividade da "economia da região", refere-se à reprodução crítica desses fazendeiros em face das transformações em curso.

O fazendeiro Habão, por exemplo, está ávido de braços depois de uma peste que assolou o povoado que lhe fornece a força de trabalho. Ricardão, no episódio do julgamento, menciona a responsabilidade do bando com os fazendeiros que, por conta do acossamento do governo, "produziram grande quebra". O personagem Zabudo queixa-se a Riobaldo do "pejorativo de suas posses", falando como os negócios desandavam com a "peste no gado que deu e redeu, e praga no canavial: por via dela nem fervia mais safra"[118].

---

[118] "Do Zabudo, homem somítico, muito enjoativo e sensato. Requeri dele o prêmio – que marquei em arras de sete contos – e ele se desesperou, conforme caretas, e suas costas das mãos, mesmas, uma e depois a outra, diversas vezes ele beijava. Sempre gemendo que não e que sim, pediu vênia de me noticiar como os negócios da lavoura para ele nos derradeiros três anos andavam desandando, com peste que no gado deu e redeu, e praga no canavial: por via dela, nem fervia mais safra. E, tudo que falava, explicava e redizia, mesmo se fiou de querer me levar, debaixo de

Desse modo, propomos pensar que o processo de autonomização, que retira o poder da violência dos coronéis, é correlato à transformação das condições colocadas para a acumulação personificada por esses fazendeiros que "reinam mandadores". Ao passo que essas condições mudam, a dominação exercida pelo coronel em relação a seus dependentes também se transforma, à medida que o poder de coerção não pode mais garantir a reprodução das relações de produção, nos termos colocados pelas relações de dependência pessoal. Esse processo, entretanto, que culmina na concentração do monopólio da violência nas mãos do Estado, e na mobilização dos trabalhadores que passam a ser absorvidos num mercado de trabalho nacional, é extremamente contraditório para que se possa reduzir a atuação dos coronéis ao argumento de Nunes Leal de que o coronelismo seria resultado da "superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada" (Leal, 1976, p, 20).

Como apontamos anteriormente, a expropriação dos trabalhadores é engendrada nesse processo que separa produtores e meios de produção. Por isso mesmo, o contexto das relações sociais que viemos discutindo até aqui não se reduz ao argumento de que se trata de um "sistema autoritário de dominação" (Galvão, 1972, p.23), em que o coronel exerce um poder que seria inerente à sua figura. Pensamos, antes, que se trata de uma relação de produção em que o coronel personifica os atributos da relação que se autonomizam na figura do capitalista, do político, da polícia. As ordens costumeiras e surdas do coronel, o poder do qual ele dispõe não são pensados aqui como resultantes da atuação consciente desses "donos de terras", como se o coronel tivesse autonomia para determinar a forma da relação social. Nesse sentido, é necessário reconhecer as determinações sociais do poder exercido pelos coronéis, de modo a tensionar as interpretações, como a de Bolle (2004), em que esse poder é abordado de modo independente da sua manifestação histórica.

Como sujeito que personifica atributos que se estabelecem objetivamente na relação, a consciência e a atuação do coronel esbarra na relação econômica mesma que faz com que a sua vontade "resida nas coisas". Enquanto momento de

---

temporal, para exemplificar minhas vistas com o pejorativo de suas posses. Por causa da caceteação, concedi rebates, acabei deixando o estipulado em três- contos-quinhentos; e também por receio de se pegar em mim a nhaca daquele atraso." (Rosa, 1978, p. 406)

um processo que se desenvolve por trás das costas dos sujeitos (Marx, 1984), a mercadoria, forma social naturalizada, detém o poder de mobilizar toda a sociedade.

O processo em que essa forma social passa a dominar todos os momentos da vida, não prescinde, entretanto, de agentes que personifiquem essa vontade. A mobilização do trabalho no contexto da região cria, por isso, as condições para que o capital se territorialize e possa se autonomizar da violência. A centralização do Estado nacional é também momento dessa territorialização e indica o processo de centralização do capital. A política, em sua aparência de autonomia, resulta, portanto, da extensão dominadora da também aparentemente autônoma esfera da economia. A relação social naturalizada e as condições em que ela se estabelece é quem determina, em última instância, quem "pode" dispor da violência.

QUEM MUITO SE EVITA, SE CONVIVE

Em nossa pesquisa, buscamos refletir sobre os textos de literatura de uma perspectiva que tenta aproximá-los de questionamentos presentes no campo dos estudos sociais, em particular no campo da Geografia. Essa aproximação implicou em uma série de dificuldades, principalmente porque não queríamos reproduzir irrefletidamente uma separação *a priori* entre o "real" e o "ficcional", ao mesmo tempo em que víamos a necessidade de refletir sobre a literatura levando em conta a especificidade dos debates em torno deste tipo de discurso. O questionamento dessa separação nos permitiu arriscar um caminho que tensiona as definições vagas sobre a escrita literária, como aquelas que definem o ficcional em função da subjetividade, do imaginário e da sensibilidade, categorias tidas como transhistóricas.

Ao longo desse trabalho, buscamos nos posicionar de maneira crítica diante de uma atitude que positiva a produção do conhecimento geográfico e idealiza o significado dos textos de literatura. Essa forma de conceber, tal como buscamos apontar, culmina numa abordagem da "cultura" como esfera irredutível às degradações do processo de modernização, que guardaria uma essência humana, autêntica e intocada. A análise da literatura de Guimarães Rosa, em particular do livro *GS:V*, foi construída a partir dessa reflexão e desdobrou-se sobre a relação da produção desse escritor com a literatura regionalista. Esse recorte foi estabelecido visando enfatizar a relação dessa produção com os debates sobre a formação do Estado brasileiro, com foco na questão regional, o que, por sua vez, possibilitou uma importante interlocução com estudos considerados "clássicos" no campo da Geografia.

A escolha desse caminho foi motivada pelo interesse em questionar a atual aproximação feita entre a Literatura e a Geografia. Em nossa perspectiva, o olhar "culturalista", evocado nas pesquisas que estabelecem essa aproximação, se abstém de discutir o caráter social da literatura, bem como da ciência geográfica, entendidos aqui a partir da abordagem crítica do processo de formação e reprodução das relações sociais capitalistas.

Nesse percurso, realizamos uma discussão sobre o "sabor regional" (Candido, 2002) em Guimarães Rosa, apresentando a leitura de diversos autores por meio dos

quais apontamos a relação entre essa literatura e as pesquisas que identificam um modo ou gênero de vida sertanejo. Para tanto, destacamos o interesse de pesquisadores geógrafos pela literatura desse escritor, que abordam os personagens, e sua relação com o lugar onde suas estórias ocorrem, como elementos que contribuem para identificar nos textos uma espécie de relato de trabalho de campo que representaria um gênero de vida sertanejo.

Em seguida, apresentamos comentários e interpretações sobre a obra de Guimarães Rosa a partir dos quais apontamos elementos que contribuíram para construção do "sabor regional" (Candido, 2002). No que se refere especificamente às interpretações de *GS:V* e à relação da representação do sertão com o regionalismo, identificamos uma espécie de abandono do tema do regionalismo nas abordagens desse livro. Esse abandono nos intrigou e foi significativo para refletir sobre os diferentes contextos em que a questão regional aparece tematizada nos debates que não se restringem à literatura e se estendem para diferentes práticas de representação social. No contexto da primeira recepção de *Sagarana*, fomos encontrar (de modo inusitado, pois pretendíamos nos deter apenas em *GS:V*) elementos significativos para pensar sobre essa relação. Nas interpretações sobre esse livro, os contos foram apresentados como retrato "da vida da gente do sertão", chamando a atenção para elementos que aproximam o leitor da vida "na roça mineira" trazendo o "perfume, o colorido e o sabor das coisas do campo". Também significativo para essa discussão foram os comentários sobre a observação participante do "narrador rosiano", por meio dos quais pudemos tematizar a relação entre a representação do sertão com algumas localidades situadas no Norte de Minas Gerais.

Em diálogo com essas referências, discutimos o processo de territorialização do Norte de Minas Gerais, propondo um questionamento da utilização da noção de gêneros de vida, para pensar sobre as relações sociais que se estabeleceram nesse contexto. De nosso ponto de vista, pensamos que a figuração dessas relações nos textos de Guimarães Rosa, ainda que apresente aspectos que podem ser abordados de uma perspectiva centrada na relação entre o homem e o meio natural, expõem elementos significativos para abordarmos as determinações sociais dessas relações, por meio dos quais buscamos tematizar o processo de formação da sociabilidade capitalista.

Ao nos debruçarmos sobre a discussão da representação do sertão em Guimarães Rosa, estabelecemos uma interlocução com estudos que discutem o processo de formação do Estado nacional brasileiro. A discussão sobre esse processo teve como referência uma reflexão sobre a modernização como formação e reprodução das relações sociais capitalistas num contexto mundializado, mas se debruçou sobre a maneira como essas relações se formam no Brasil, chamando a atenção para as suas particularidades. A formação das relações capitalistas foi abordada de uma perspectiva que, ao enfatizar a relação entre a formação do Estado e a mobilização do trabalho, buscou refletir sobre um momento em que essa mobilização se realizava por meio de uma dinâmica regional, entendida como contexto de não autonomização entre terra, trabalho, capital e violência.

Nosso estudo concentrou-se, por isso, na abordagem desse contexto, chamando a atenção para a importância da coerção no processo de mobilização do trabalho, de modo a estabelecer um diálogo crítico com os estudos que abordam a questão da violência a partir de *Grande Sertão: Veredas*. Concomitante a essa abordagem, buscamos situar o contexto de formação do Estado nacional discutindo a aparência de autonomia das instituições a ele referidas, bem como tematizando a constituição dos campos intelectual e artístico, de modo a refletir sobre a produção dos discursos nesses campos, enfatizando a relação deles com esse processo.

Foi necessário reconhecer, no que diz respeito às pesquisas que aproximam Geografia e Literatura, que a crítica aos limites do conhecimento geográfico, almejada por esses estudos, pretendia superar uma condição em que o conhecimento produzido pelos geógrafos teria perdido o potencial de "compreensão do mundo". Questionamos, por isso, a suposição de que a prática científica tenha como finalidade a "compreensão do mundo", criticando a ideia de autonomia do conhecimento produzido. Isso porque, como argumentamos, a formação do campo científico e a prática da ciência, se referem a um processo social em que a finalidade não é a "compreensão do mundo", mas a reprodução das relações sociais de produção determinadas pelo fim em si mesmo da acumulação capitalista.

Portanto, longe de serem abordadas como autônomas em relação ao sentido da sociabilidade capitalista, tanto a literatura, como a prática científica, foram apresentadas como produto do aprofundamento da divisão do trabalho e da mediação social da

mercadoria. Todas as justificativas que buscam revestir essas práticas da aura de vocação humanitária, como produção de um conhecimento que traz benefícios para a humanidade como um todo, contribuem para naturalizar essa sociabilidade que se reproduz de um modo cada vez mais crítico.

Podemos dizer que essa dissertação centrou-se em dois objetivos, não obstante a diversidade de reflexões que deles nos desviam e nos aproxima. Um deles foi mostrar como a aproximação entre Ciência e Arte, Geografia e Literatura pode ser tematizada, recorrendo aos debates que, no interior de cada um desses campos, evidenciam as determinações de seu processo de formação, e os colocam em relação, chamando a atenção para uma reflexão mais geral sobre a sociabilidade em que essas atividades se inserem. O outro foi tensionar as interpretações sobre o romance *GS:V*, em que a violência aparece tematizada como tributária de um processo de modernização que não teria se realizado de modo satisfatório.

Pensamos que essas interpretações positivam o desenvolvimento, a divisão do trabalho, e a intervenção do Estado que buscamos apontar como produtos do processo de modernização que estão apenas de modo aparente em contradição com as relações de dominação que estas interpretações criticam. Buscamos, nesse sentido, principalmente nos dois últimos capítulos, indicar que a dominação, apesar de ser personificada pelos agentes sociais colocados em relação, tem de ser pensada tendo em vista a naturalização da forma social da mercadoria que media e constitui essa sociabilidade. A constituição do Estado de nossa perspectiva deve ser criticada, não de forma subjetiva, identificando o problema social aos agentes que personificam essas esferas, mas buscando reconhecer a objetividade fantasmagórica das relações em que essas esferas se constituem para criticá-la em seu fundamento.

É significativo refletir como a internalização dos critérios da máquina capitalista, que cristaliza a naturalização dessa sociabilidade, desperta nos pesquisadores que se interessam pela "cultura" uma atitude de querer se esquivar de uma reflexão crítica sobre a economia, justamente quando não se pode evitar conviver com o mal estar de existir em uma sociabilidade reificada.

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Janaína. "Região, Sertão, Nação". In: *Estudos Históricos VIII*. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

ANDRADE, Carlos Drummond de. *O poder ultrajovem*. 3° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

ARANTES, Otília Beatriz Fiori; ARANTES, Paulo Eduardo. *Sentido da Formação*: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. "A tradição do regionalismo na literatura brasileira: do pitoresco à realização inventiva". In: *Revista Letras.* n° 74, p. 119-132, Jan./Abr. Curitiba: EDITORA UFPR., 2008.

BAPTISTA, Abel de Barros. "O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido". In: *O livro agreste*: ensaio de curso de literatura brasileira. Campinas: Editora Unicamp, 2005.

BEZERRA, Marily da Cunha; HEIDMANN, Heinz Dieter. "Viajar pelo sertão roseano é antes de tudo uma descoberta! – Dossiê Guimarães Rosa". In: *Revista do Instituto de Estudos Avançados* v. 20 n.58 set./dez. 2006.

BOLLE, Willi. *grandesertão.br:* o romance de formação do Brasil. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2004.

BOSI, Alfredo. "Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária". In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *Esboço de auto-análise*. Tradução, introdução, cronologia e notas de Sérgio Miceli. São Paulo: Companhia da Letras, 2005.

BUENO, Luís. *Uma História do Romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira:* momentos decisivos. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Itatiaia; 1993, 2 v.

_____. "Literatura e Subdesenvolvimento" e "A revolução de 30 e a cultura". In: *A educação pela noite*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. "Literatura e cultura de 1900 a 1945" e "Crítica e sociologia". In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000.

_____. "O homem dos avessos". In: *Tese e antítese*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

_____. "Notas de crítica literária – Sagarana" e "Euclides da Cunha, sociólogo". In: DANTAS, Vinícius (org.). *Textos de Intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

_____. "Jagunços Mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa". In: *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CAPEL, Horacio. Geografia Humana y Ciencias Sociales: una perspectiva histórica. 2° ed. Barcelona: Editorial Montesinos, 1989.

CHELOTTI, Marcelo Cervo "Região, cultura e gêneros de vida: leituras "geográficas" sobre a obra *Sagarana* de João Guimarães Rosa". In: *Caminhos de Geografia* – revista *online*, Uberlândia, v. 9, n. 26. Instituto de Geografia, UFU, 2008.

CHIAPPINI, Lígia Moraes Leite. "Velha praga? Regionalismo literário brasileiro". In: PIZARRO, Ana (org.). *América Latina:* palavra, literatura e cultura. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994, v. 2.

CORPAS, Daniele. "Transcendência do regional e modo de ser jagunço: observações de Antonio Candido sobre Grande Sertão: Veredas". In: *Itinerários*, Araraquara, n. 25, 65-85, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7ª ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

DANTAS, Ibarê. *Coronelismo e dominação*. Sergipe: Programa editorial da UFS, 1987.

DEFFONTAINES, Pierre. *Geografia Humana do Brasil*. 2° ed. Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1952.

DEPARTAMENTO de Geografia, FFLCH- USP. *Projeto Político pedagógico*. 2010. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/.

DIEGUES JR., Manuel. Estudos regionais para os problemas brasileiros. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 65 v. 6, 1948.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder:* formação do patronato político brasileiro. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1991.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira; PINHEIRO, Robinson Santos. "Geografia e literatura: diálogo em torno de uma concepção espacial". In: VIII Seminário Nacional de

Literatura História e Memória, II Simpósio de Pesquisa em Letras na Unioeste, Cascavel, 2008.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

_____. "Organização social do trabalho no período colonial". In: PINHEIRO, Paulo Sérgio (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

_____. "As idéias estão no lugar". In: *Cadernos de Debates, História do Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1976.

GALVÃO, Walnice Nogueira. *As formas do falso:* um estudo sobre a ambiguidade no Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Perspectiva, 1972.

_____. "Sobre o Regionalismo". In: *Mínima mímica:* ensaios sobre Guimarães Rosa. São Paulo: Companhia da Letras, 2008.

GAMA, Mônica. "Aproximação de um problema: a ficção do leitor nas tramas de Guimarães Rosa". In: *Magma revista*. São Paulo: Nanquim editorial, 2006.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa: Editorial Estampa, 1977.

GEORGE, Pierre; GUGLIELMO, Raymond; LACOSTE, Yves; KAYSER, Bernard (org.). *A Geografia Ativa*. São Paulo: Difel, 1968.

GOLDENSTEIN, Lea; SEABRA, Manoel. "Divisão territorial do trabalho e nova regionalização". In: *Revista do Departamento de Geografia*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

GOMES, Paulo César da Costa. "O conceito de região e sua discussão". In: CASTRO, Iná Elias; COSTA, Paulo César da e CORRÊA, Roberto Lobato (orgs). *Geografia : conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GUIMARÃES, Fábio Macedo Soares. "Divisão Regional do Brasil". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 4, n°1, 1942.

GUIMARÃES, Manuel Luis Salgado. "Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional". In: *Estudos Históricos I*. Rio de Janeiro: FGV,1988.

HANSEN, João Adolfo. *O o:* a ficção da literatura em Grande Sertão: Veredas. São Paulo: Hedra, 2000.

_____. “Forma literária e crítica da lógica racionalista em Guimarães Rosa”. In *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 47, n.2, p.120-130, abr./jun. 2012.

INSTITUTO de Estudos Brasileiros (IEB/USP). JGR-R1.

IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manuel; HEIDEMANN, Heinz Dieter (org.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros.* São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros: Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

KURZ, Robert. “A estética da modernização: Da cisão à integração negativa da arte”, “Cultura degradada”. *Com todo vapor ao colapso*. Juiz de Fora: Pazulin; UFJF, 2004.

_____. *O colapso da modernização*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LA BLACHE, Paul Vidal de. *Princípios de Geografia Humana.* 2ª ed. Tradução de Fernandes Martins. Lisboa: Edições Cosmos, 1954.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*: o município e o regime representativo no Brasil. 2ª ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1975.

LEITÃO Jr., Artur Monteiro. “As Imagens do *Sertão* na Literatura Nacional”. In: *Terra Brasilis* (Nova série) [*on line*], n. 1, 2012. Disponível em: http://terrabrasilis.revues.org/468.

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. *A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

LENCIONE, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

LEONEL, Maria Célia “O regional e o universal em Guimarães Rosa”. In: XI CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC: *Tessituras, Interações, Convergências,* 13 a 17 de julho de 2008, São Paulo: USP.

LIMA, Deise Dantas. “Escrita do espaço, espaço da escrita em Guimarães Rosa”. In: II Encontro de Ciência da Literatura da Faculdade de Letras da UFRJ, out./2002, disponível em: http://www.letras.ufrj.br/ciencialit/encontro.htm#comunicacao.

LIMA, Luiz Costa. “O conceito de história literária na Formação”. In: *Pensando nos trópicos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. *Mímeses e modernidade*: formas das sombras. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980.

_____. *O controle do imaginário*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

_____. "Da existência precária: o sistema intelectual brasileiro", "Questionamento da crítica literária" e "Quem tem medo da teoria". In: *Dispersa demanda:* ensaios sobre literatura e técnica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

LINS, Wilson. *O Médio São Francisco*: uma sociedade de pastores e guerreiros. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

LISPECTOR, Clarice. *A paixão segundo G. H.*. 10° ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MARTINS, José de Souza. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro III, tomo II (volume V). São Paulo: Nova Cultural (Série "Os economistas), 1986.

_____. *O Capital – crítica da Economia Política*. Livro I, Tomos I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MELO, Adriana Ferreira. *O Lugar-Sertão grafias e rasuras*. Dissertação de mestrado. Instituto de Geociências, UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MONTEIRO, Carlos Augusto Figueiredo. *O mapa e a trama*: Ensaios sobre o conteúdo geográfico em criações romanescas. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Notas sobre identidade nacional e institucionalização de geografia no Brasil. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.166-176, 1991.

_____. *Ideologias Geográficas*: Espaço, Cultura e Política no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. O sertão: um "outro" geográfico. In: *Terra Brasilis – Revista de história do pensamento geográfico no Brasil*, Rio de Janeiro: anos III-IV, n. 4-5, p. 11-22, 2002-2003.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e Ser em Geografia*: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial*: 1777 – 1808. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *Aproximações*: estudos de história e historiografia. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. O Modo Capitalista de Pensar e Suas "Soluções Desenvolvimentistas" para os Desequilíbrios no Brasil - Reflexões Iniciais. In: *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, nº 03, FFLCH-USP, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. "A questão regional: a hegemonia inacabada". In: *Estudos Avançados*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1993.

PASTA JR., José Antonio. Temas do Grande sertão e do Brasil. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 55, p. 61-70, nov. 1999.

PELISSARO, Suelen Rosa. *O sertão e suas metamorfoses em Sagarana e Primeiras estórias, de João Guimarães Rosa.* Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

PEREIRA, José Veríssimo da Costa. "A Geografia no Brasil". In: AZEVEDO, Fernando de (org.). *As Ciências no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

PETRONE, Pasquale. Geografia Humana. In: FERRI, Mario et all (coord.). *História das Ciências no Brasil*. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo, 1979.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1969.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil* (1830- 1870). São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 12° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

_____. Manuelzão e Miguilim (Corpo de baile). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

_____. "Pé-duro chapéu-de-couro". In: *Ave Palavra*. 5° ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *Tutaméia:* terceiras estórias. 8°ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

_____. *Correspondência com seu tradutor italiano Edoardo Bizzarri*. 3° ed. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

ROSA, Vilma Guimarães. *Relembramentos:* João Guimarães Rosa, meu pai. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

SANTOS, Joubert Antônio dos. *Paisagem e paixão em Grande Sertão: Veredas.* Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de geografia, UFV, Viçosa, 2010.

SILVA, Lígia Osorio. *Terras devolutas e latifúndio:* efeitos da lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

SORRE, Maximilien. Geografia. Coletânea organizada por MEGALE, Januário Francisco. São Paulo: Ática, 1984.

STARLING, Heloísa. *Lembranças do Brasil*: teoria política, história e ficção em Grande Sertão: Veredas. Rio de Janeiro: Revam/UCAM/IUPERJ, 1999.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *A região das Lavras Baianas*. 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. *Puras misturas:* Estórias em Guimarães Rosa. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

_____. "Migrantes dos Espaços (Sertão, Memória e Nação)". In: Letterature D'America, Roma, n. 396, 2000.

_____. "Homens provisórios. Coronelismo e Jagunçagem em *Grande Sertão:Veredas*". In: *Scripta*, Belo Horizonte, v.5, n°10, 2002.

_____. "Vozes do centro e da periferia". In: FANTINI, Marli de Oliveira (org.). *A poética Migrante de Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

ZARUR, Jorge. "Análises Regionais". *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v.8, n°2, 1946.

ANEXO: TRECHOS DE GRANDE SERTÃO: VEREDAS

Rosa, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. 12° ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

1. "Episódio do encontro com os catrumanos" (GS:V, p. 290-293)

Os quantos homens, de estranhoso aspecto, *que agitavam manejos para voltarmos de donde estávamos. Por certo não sabiam quem a gente era; e pensavam que três cavaleiros menos valessem. Mas, entendendo que do caminho não desgarrávamos, começaram a ficar estramontados. Um eu vi, que dava ordens: um roceiro brabo, arrastando as calças e as esporas.* ***Mas os outros, chusmote deles, eram só molambos de miséria, quase que não possuíam o respeito de roupas de vestir. Um, aos menos trapos: nem bem só o esporte de uma tanga esfarrapada, e, em lugar de camisa, a ver a espécie de colete, de couro de jaguacacaca.*** *Eram uns dez a quinze. Não consegui sentido no que eles ameaçavam, e vi que estavam aperrando as armas. Queriam cobrar portagem? Andavam arrumando alguma jerimbamba? Não convinha avançar assim por cima deles, logo, mas também dar recuada podia ser uma vergonha. Esbarramos, neles quase encostados. Íamos esperar o resto do pessoal. E eles, ali confrontes, não explicavam razão nenhuma. Só um disse:*

– "Pode não... Pode não..."

E renuía com a cabeça, o banglafumém, mesmo quando falava, com uma voz de qualidade diversa, costumada daquela terra de lugar; e os outros renuindo também: – "Ah, pode não... Pode não..." – com o vozeio soturno.

Nos tempos antigos, devia de ter sido assim.

Gente tão em célebres, conforme eu nunca tinha divulgado nem ouvido dizer, na vida. ***O das esporas foi se amontar num jumento – esse era o único animal-de-sela que ali tinham. Acho que montou para oferecer à gente maior vulto de respeito;*** *tocava batendo palma de mão na anca do jegue, veio vindo, para primeiro se presenciar. Olhei para todos. Um tinha a barba muito preta, e aqueles seus olhos permeando.* ***Um, mesmo em dia de horas tão calorosas, ele estava trajado com uma baeta vermelha, comprida, acho que por falta de outra vestimenta prestável.*** *Ver a ver o sacerdote! – "Ih! Essa gente tem piolho e muquiranas..." – o Nélson disse, contrabaixo. Todos estavam com alguma garantia: que eram lazarinas, bocudas baludas, garruchas e bacamartes, escopetas e trabucão – peças de armas de outras idades.* ***Quase que cada um era escuro de feições, curtidos muito, mas um escuro com sarro ravo, amarelos de tanto comer só polpa de buriti, e fio que estavam bêbados, de beber tanta saeta.*** *Um, zambo, troncudo, segurava somente um calaboca, mas devia de ser de braço terrível, no manobrar aquele cacete. O quanto feioso, de dar pena, constado chato o formo do nariz, estragada a boca grande demais, em três. Outro, que tinha uma foice encabada muito comprido, e um porongo pendurado a tiracol por uma embira, cochichava com os restantes uma séria falação: a qual uma espécie de pajelança. Artes vezes ele guinchava, feito o demônio gemedeiro. Esse, que por nome de Constantino acudia. Todos eles, com seus saquinhos chumbeiros e surrões, e polvorinhos de corno, e armamento tão*

desgraçado, mesmo assim não tomavam bastante receio de nossos rifles. Para o nosso juízo, eles eram doidos. Como é que, desvalimento de gente assim, podiam escolher ofício de salteador? Ah, mas não eram. Que o que acontecia era de serem só esses homens reperdidos sem salvação naquele recanto lontão de mundo, groteiros dum sertão, os catrumanos daquelas brenhas. O Acauã que explicou, o Acauã sabia deles. Que viviam tapados de Deus, assim nos ocos. Nem não saíam dos solapos, segundo refleti, dando cria feito bichos, em socavas. ***Mas por ali deviam de ter suas casas e suas mulheres, seus meninos pequenos. Cafuas levantadas nas burguéias, em dobras de serra ou no chão das baixadas, beira de brejo; às vezes formando mesmo arruados. Aí plantavam suas rocinhas, às vezes não tinham gordura nem sal****. Tanteei pena deles, grande pena. Como era que podiam parecer homens de exata valentia? Eles mesmos faziam preparo da pólvora de que tinham uso, ralado salitre das lapas, manipulando em panelas. Que era uma pólvora preta, fedorenta, que estrondava com espalhafato, enchendo os lugares de fumaceira. E às vezes essa pólvora bruta fazia as armas rebentarem, queimando e matando o atirador. Como era que eles podiam brigar? Conforme podiam viver?*

E enfim os companheiros apontaram em vinda, e subiram a primeira ladeira, aquele tropeado de guerreiros, em tão grande número numeroso. ***Quase eu queria me rir, do susto então dos catrumanos.*** *Mas foi não, porque eles não se aluíram do ponto onde estavam,* ***só que olhavam para o chão, calados, acho que porque essa é a forma de declararem seus espantos.*** *O do jegue, Teofrásio, que era quem capitaneava, deu alguma intimação para o da foice, esse que o Dos-Anjos se chamava, era o falador; e que foi quem veio adiante, saudar Zé Bebelo e render explicação:*

– "Ossenhor uturje, mestre, a gente vinhemos, no graminhá... Ossenhor uturje..."

Ossos e queixos; e aquela voz que o homem guardava nos baixos peitos, era tôo que nem de se responder em ladainha dos santos, encomendação de mortos, responsório.

– "Ossenhor uturje, mestre... Não temos costume... Não temos costume... Que estamos resguardando essas estradas... De não vir ninguém daquela banda: povo do Sucruiú, que estão com a doença, que pega em todos... Ossenhor é grande chefe, dando sua placença. Ossenhor é Vossensenhoria? Peste de bexiga preta... Mas povoado da gente é o Pubo – que traslada do brejão, ossenhor com os seus passaram perto de lá, valor distante meia-légua... As mulheres ficaram, cuidando, cuidando... A gente vinhemos, no graminhá. Faz três dias... Cercar os caminhos. O povo de Sucruiú – estão dizendo : nem não estão enterrando mais os defuntos deles... Pode querer vir algum, com recado, trazendo a doença, e esta é a razão... Veio um, querendo pedir auxílios, relatar bobagens, essas mogúncias e brogúncias... Mas teve de voltar, deveras retornou, não demos passagem. Estão com a maldição, a urros. Castigo de Deus Jesus! Povo do Sucruiú, gente dura de rúim... Ossenhor uturje, mestre: convém desemendar deste lado, não passar no Sucruiú, respraz... Bexiga da preta!..."

E aquele homem o Dos-Anjos tinha largado a foice no chão, botou o pé em riba; e abria os braços, depois ficou de mãos postas, acho que estava produzindo algum feitiço, com os olhos todos fechados. Ele era magro, magro, da vista da gente não se ter. Os outros deles, devagarosamente tinham vindo se chegando também. Zé Bebelo, seguro que por não se rir sem caridade, armou rosto reverso, aquele semblante serioso; e eles desconfiaram. ***Porque um, que era velhusco e estava com o chapéu-de-palha corroído nas todas beiras, apareceu com um dinheiro na palma da mão, oferecendo a Zé Bebelo, como em paga por perdoamento.*** *A que era um dobrão de prata, antigo do Imperador, desses de novecentos – e-sessenta réis em cunho, mas que na Januária por ele dão dois mil-réis, ainda com senhoriagem de valer até os dez, na capital.* ***Mas Zé Bebelo, com alta cortesia, rejeitou aquele***

dado dinheiro, e o catrumano velho não bem entendeu, pelo que permaneceu um tempo, com ele ofertado na mão*. Assim os outros não entrediziam palavras, que só arregalados espiavam, para Zé Bebelo e para a moeda, olhavam como se estivessem prestando conta de suas fortes invejas. O jeito de estremecer, deles, às vezes, era todo, era de banda; mas aquilo sendo da natureza constante do corpo, e não temor – pois, quando pegavam receio, iam ficando era mais escuros, e respiravam com roncado rumor, quietos ali. Que aqueles homens, eu pensei: que nem mansas feras; isto é, que no comum tinham medo pessoal de tudo neste mundo.*

Como que o senhor visse os catrumanos rir! O da foice tornou a apanhar a foice, o no jegue ficou segurando o chapéu em respeito, o velho beobobo sumiu seu dobrão de prata em alguma algibeira. ***A mais eles todos riram, as tantas grandes bocas, e não tinham quase nenhum dente. Riam, sem motivo justo, agora mas para nos agradar.*** *Cônscio, o da foice criou ânimo, mesmo indagou:*

– "O que mal não pergunto: mas donde será que ossenhor está servido de estando vindo, chefe cidadão, com tantos agregados e pertences?"

– "Ei, do Brasil, amigo!" – Zé Bebelo cantou resposta, alta graça. – "Vim departir alçada e foro: outra lei – em cada esconso, nas toesas deste sertão..."

O velho agiu o pelo-sinal. Ia remenicar alguma outra coisa. Mas Zé Bebelo, completo de escutar e ver, deu não com a mão, e abriu a marcha. Tocamos. ***Ora vi as derradeiras caras daqueles catrumanos, que mostravam por nossa causa muitos pasmos de admiração, e a cobiça que tinham de fazer cento-e-dobro de perguntas, que por receio de atrevimento nunca perguntavam.***

Só dos rifles: – "Úixe-te, isto é lazarinha moderna?..." Donde um deles, o montado no jegue, ainda gritou um conselho: que a gente então principiasse volta, no buritizal duma lagoazinha, da banda da mão direita – por via de se evitar de passar por dentro do Sucruiú – e que, retomada a estrada, no quebrar da mão esquerda, num vau perto da mata virgem, era só se andar as sete léguas, num sítio se chegava, de um tal de seor Abrão, que era hospitaleiro... ***Isso aquele homem recomendou, não por serviço de préstimo, eu pelo tom e jeito bem entendi: gritou, no fim assim, a fito somente de que os seus outros vissem que ele bem possuía coragem também de dar voz, perante presença nossa, de tantos grandes jagunços donos de arejo d'armas****. (...)* ***Raça daqueles homens era diverseada distante, cujos modos e usos, mal ensinada.*** *Esses, mesmo no trivial, tinham capacidade para um ódio tão grosso, de muito alcance, que não custava quase que esforço nenhum deles; e isso com os poderes da pobreza inteira e apartada; e de como assim estavam menos arredados dos bichos do que nós mesmos estamos: porque nenhumas más artes do demônio regedor eles nem divulgavam. (...)* ***De homem que não possui nenhum poder nenhum, dinheiro nenhum, o senhor tenha todo medo****! O que mais digo: convém nunca a gente entrar no meio de pessoas muito diferentes da gente. Mesmo que maldade própria não tenham, eles estão com vida cerrada no costume de si, o senhor é de externos, no sutil o senhor sofre perigos. Tem muitos recantos de muita pele de gente. Aprendi dos antigos.* ***O que assenta justo é cada um fugir do que bem não se pertence. Parar o bom longe do ruim, o são longe do doente, o vivo longe do morto, o frio longe do quente, o rico longe do pobre.*** *(...)E foi o que eu pensei. Aqueles catrumanos pedindo por maldição, como era que eu podia deixar de pensar neles? Há-de, que se eles tivessem me pegado sozinho, eu apeado e precisado, decerto me matavam,* ***para roubar minhas armas, as coisas e minhas roupas.*** *Amargo que acabavam comigo, sem escrúpulos, hom'essa, que nem tinham, porquanto eu era desconhecido e forasteiro. De doente, ou ferido perdendo meu sangue, que eu estivesse, algum deles ia ser capaz de me ceder gole duma cuia d'água? Draste eu duvidava deles.* ***Duvidava dos fojos do mundo. E por que era***

que há de haver no mundo tantas qualidades de pessoas – uns já finos de sentir e proceder, acomodados na vida, tão perto de outros, que nem sabem de seu querer, nem da razão bruta do que por necessidades fazem e desfazem. Por quê? *Por sustos, para vigiação sem descanso, por castigos? E de repente aqueles homens podiam ser montão, montoeira, aos milhares mis e centos milhentos, vinham se desentocando e formando, do brenhal, enchiam os caminhos todos, tomavam conta das cidades. Como é que iam saber ter poder de serem bons, com regra e conformidade, mesmo que quisessem ser? Nem achavam capacidade disso.* (GS:V, p. 290-293, grifos meus)

2. "Episódio do encontro com "Seô" Habão" (GS:V, p. 311-315)

E se deu que chegaram lá dois homens, quando não se esperava, ***um deles se vendo que sendo patrão, e o outro algum vaqueiro de seu serviço.*** *Aí logo se soube: era o dono daqueles lugares, do retiro do Valado, principalmente; e ele, conforme já disse, seô Habão se chamava. Ali, quando dei fé, ele já tinha se apeado; estava curvado para o chão, mas seguro com a mão esquerda na rédea de seu cavalo. Era um homem de boa idade,* ***vestido com brim azul encorpado escuro, e calçando pretas botas joelhudas. Quando levantou o olhar, outra vez, notei que tinha boa catadura. Mas o cavalo – esse me entusiasmou: era um animal gateado, grande, com imponência e todo brio, de rabejo vasto;*** *e mais tarde o senhor verá o que ele era; cavalo de cara alta, de beiço mole, cavalo que debruça bem e que em poço bebia remolhando a testa. Ele sabia olhar redor-mirado a gente, com simpatias ou com desprezos, e respirava para dentro dos peitos a maior quantidade de ar que desejava, por quantas ventas tão largas ele tinha. Bem, dele depois lhe conto.*

Seô Habão estava conversando com Zé Bebelo. Admirei a noção dele: que era uma ***calma muito sensata e firmada, junto com um miúdo comportamento****. E vigiava os traços simples do arredor, não perdendo azo de reparar em todas as coisas, como era que estavam em que pé.* ***Olhares de dono – o senhor sabe****.* ***E assim foi que ele declarou a Zé Bebelo que, na ocasião, estava desprevenido, não transportava consigo o dinheiro razoável.*** *Mas que, se a gente desse a ele o gosto de seguirmos até à verdadeira sua fazenda-grande que possuía, na vertente do Resplandor, dali a umas vinte léguas de lonjura,* ***ele havia de fornecer ademais um auxílio, em espórtulas.*** *E ele falou aquilo com tantas sinceras medidas –* ***a gente se capacitando do profundo que o dinheiro para ele devia de ter valor.*** *Por aí, vi que ele era adiantado e sagaz. Porque: ema, no chapadão, é a primeira que ouve e se sacode e corre – e mesmo em quando tenha razão.*

Mas, com seus modos guerreiros, Zé Bebelo abriu um gesto, à fidalgamente, nem deixando o outro estipular:

– "*Ah, isso não, patrício meu amigo, he, mas absolutamente! A gente não é gente da desordem...* ***E favor, de sobra, nós já devemos ao senhor pela pousada em suas terras e pelas cabeças de gado de sua posse****, que temos carneado, por precisão de sustento..."*

O homem depressa pronunciou que tinha prazer naquilo, que sua boiada toda estava às ordens; mas, como por uma regra, ***perguntou assim mesmo quantas cabeças, mais ou menos, a gente já tinha consumido. Assim ele dava balanço, inquiria, e espiava gerente para tudo, como se até do céu, e do vento suão, homem***

***carecesse de cuidar comercial**. Eu pensei: enquanto aquele homem vivesse, a gente sabia que o mundo não se acabava. **E ele era sertanejo?** Sobre minha surpresa, que era. Serras que se vão saindo, para destapar outras serras. Tem de todas as coisas. Vivendo, se aprende; mas o que se aprende, mais, é só a fazer outras maiores perguntas.*

*Fiquei notando. Em como Zé Bebelo aos poucos mais proseava, com ensejos de **ir mostrando a valia declarada que tinha, de jagunço chefe famoso**; e daí, sutil, se reconhecia da parte dele um certo **desejo de agradar ao outro. Por causa que o outro era diferido, composto em outra séria qualidade de preocupações**. E seô Habão, que escutava com respeito, devagarzinho pegava a fazer perguntas, **com a idéia na lavoura, nos trabalhos perdidos daquele ano,** por desando das chuvas temporãs e do sol grave, e das doenças sucedidas. O que me dava a qual inquietação, que era de ver: **conheci que fazendeiro-mor é sujeito da terra definitivo, mas que jagunço não passa de ser homem muito provisório.***

*E Zé Bebelo mesmo se cansava de falar demonstrado. Porque seô Hahão, mansoso e manso, sem glória nenhuma, era um toco de pau, que não se destorce, fincado sempre para o seu arrumo. **Ele só entendia de assuntos triviais, mas cuidava deles com uma força vagarosa, verdadeira, de boi-decoice**. E, no mais, nem ouvia, apesar de toda a cortesia de respeito, quando se falava em Joca Ramiro, no Hermógenes e no Ricardão, em tiroteios com os praças e na grande tomada, por quinhentos cavaleiros, da formosa cidade de São Francisco – que é a que o Rio olha com melhor amor. Daí, assim ia sendo que, mesmo sem sentir, o próprio Zé Bebelo se via principiando a ter de falar com ele em todas as pestes de gado, e nas boas leiras de vazante, no feijãoda-seca e nos arrozais cacheando, em que os passarinhos de Deus viram em a má praga. Com efeito, nos intervalos daquela dividida conversa, não sei o que Zé Bebelo sentia nem achava. Eu, digo – me disse: que um homem assim, seô Habão, era para se querer longe da gente; ou, pois, então, que logo se exigisse e deportasse. Do contrário, não tinha sincero jeito possível: porque **ele era de raça tão persistente, no diverso da nossa, que somente a estância dele, em frente, já media, conferia e reprovava.***

*Mas, sei lá, só por um doente desejo de necessidade de ver bem se aquilo era, o certo foi que não sosseguei até poder me presenciar com ele, perto a perto, e inventar conversação. E nem custoso não me foi, porque ele passou ali com a gente muitas horas, quase que o dia todo. **Dei um jeito, fazendo como se menos quisesse, e vim em fala**. Seô Habão me olhou com tanta norma desusada, que eu senti minhas falsidades. E esqueci as palavras primeiras, que tinha aprontado para declarar.*

*– "Seô Capitão Habão..." – eu disse; e num relance eu conheci que **estava também tendo de falar o p'r' agradar.***

*Assim, o que **dissertei** foi que **eu sabia do título de capitão que ele usufruía, por ter relido o diploma**, na casa do Valado, que de roubos a furtos a gente do Sucruiú tinha devastado. E contei a ele que a referida patente eu tinha por cautela apanhado do chão e guardado dentro do oratório, por detrás das imagens dos santos.*

Ele nem deu ar de interesse no fato, não me agradeceu por isso; perguntou nada. Disse:

- "A bexiga do Sucruiú já terminou. Estou ciente dos que morreram: foram só dezoito pessoas..."

E o que indagou foi se eu soubesse se tinham feito muitos estragos nos canaviais. – "... O que eles deixaram em pé, e que lobo ou mão-pelada não roeram, sempre há-de dar

uns carros, se move moagem..." Agora ele conservava os olhos sem olhar, num vagar vago, circunspecto, ***pensava aqueles capítulos. Disse que ia botar os do Sucruiú para o corte da cana e fazeção de rapadura. Ao que a rapadura havia de ser para vender para eles do Sucruiú, mesmo, que depois pagavam com trabalhos redobrados.*** *De ouvir ele acrescentar assim, com a mesma voz, sem calor nenhum, deu em mim, de repente, foram umas nervosias. Ao que, aqueles do Sucruiú, fossem juntas-de-bois em canga, criaturas de toda proteção apartadas.* ***Mas eu não tinha raiva*** *desse seô Habão, juro ao senhor, que ele não era antipático. Eu tinha era um começo de certo desgosto, que seria meditável. –* ***"Para o ano, se Deus quiser, boto grandes roças no Valado e aqui... O feijão, milho, muito arroz..."*** *Ele repisava, que o que se podia estender em lavoura, lá, era um desadoro. E espiou para mim, com aqueles olhos baçosos –* ***aí eu entendi a gana dele: que nós, Zé Bebelo, eu, Diadorim, e todos os companheiros, que a gente pudesse dar os braços, para capinar e roçar, e colher, feito jornaleiros dele. Até enjoei. Os jagunços destemidos, arriscando a vida, que nós éramos; e aquele seô Habão olhava feito o jacaré no juncal: cobiçava a gente para escravos!*** *Nem sei se ele sabia que queria. Acho que a idéia não arrumava o assunto assim à certa. Mas a natureza dele queria, precisava de todos como escravos. Ainda confesso declarado ao senhor:* ***eu não tivesse raiva daquele seô Habão****. Porque ele era um homem que estava de mim em tão grandes distâncias. A raiva não se tem duma jibóia, porque jibóia constraga mas não tem veneno.* ***E ele cumpria sua sina, de reduzir tudo a conteúdo. Pudesse, economizava até com o sol, com a chuva.*** *Estava picando fumo no covo da mão, garanto ao senhor que não esperdiçava nem o átomo dumas felpas. A alegria dele era uma* ***recontada repetição, um condescendido: vinte, trinta carros de milho, ah, os mil alqueires de arroz... Zé Bebelo, que esses projetos ouvisse, ligeiro logo era capaz de ficar cheio de influência: exclamar que assim era assim mesmo, para se transformar aquele sertão inteiro do interior, com benfeitorias, para um bom Governo, para esse ô-Brasil!*** *Em peta, que, um seô Habão, esse não se entusiasmava. Era só os carros-de-bois carreando a cana. E ele dava ordens. Ordem que dava, havia de ser costumeira e surda, muito diferente da de jagunço. Cada pessoa, cada bicho, cada coisa obedecia.* ***Nós íamos virando enxadeiros.*** *Nós? Nunca! Mas, então, eu antes queria ver chegar duma vez os do Hermógenes, em galopadas e gritos, berrando rifles em todo fogo, e ai para se ouvir, e sangue para quem ver pudesse. Aí era que iam saber o que sebaceiro é! E, por um despique, foi que acertei meu correão com as armas; e pronunciei:*

– "Duvidar, seô Habão, o senhor conhece meu pai, fazendeiro Senhor Coronel Selorico Mendes, do São Gregório?!"

Pensei que ele nem fosse acreditar. Mas, juro ao senhor: ***ele me olhou com muitos outros olhos.*** *Aquele olhar eu agüentei, facilitado. Seô Habão sacudia em sim a cabeçona, surpreendido mas circunstante. – "Dou notícia... Dou notícia..." – ele quase que se lastimou. Nem sei se ele sabia que meu Padrinho Selorico Mendes fosse, como era, muito mais fornecido de renome e avultado em posses, conforme até por estes sertões do gerais se contava. Regozijei, devagar; mas não regozijei completo. Do que destapei: que um desses, com a estirpe daquele seô Habão, tirassem dele, tomassem, de repente, tudo aquilo de que era dono – e ele havia de choramingar, que nem criancinha sem mãe, e tatear, toda a vida, feito ceguinho catando no chão o cajado, feito quem esquenta mãos por cima dum fogo fumacento. A misericórdia, também, eu quase tive. Natureza da gente não cabe em nenhuma certeza. De ver o homem, em pé, diante de mim, recrescer e tornar a minguar – isto tudo no meu juízo – nem sei de que estimas me esquecia e de que outras me lembrava. E, com pouco, no rebaixar do sol, ele tornou a amontar no seu cavalo gateado, belo, e se foi, de rompido, no rumo torto do Valado.* (GS:V, p. 311-315, grifos meus)